

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ASPECTOS DA DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL DO TRABALHO
TERCEIRIZADO: EM BUSCA DOS “TERRITÓRIOS TERCEIRIZADOS”**

ANDRÉ LUIS AMORIM DE OLIVEIRA

**TRÊS LAGOAS (MS)
2014**

André Luis Amorim de Oliveira

**ASPECTOS DA DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL DO TRABALHO
TERCEIRIZADO: EM BUSCA DOS “TERRITÓRIOS TERCEIRIZADOS”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS – Área de Concentração Análise Geoambiental e Produção do Território, como exigência final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. Marcelino Andrade Gonçalves.

**Três Lagos-MS
2014**

TERMO DE APROVAÇÃO

ASPECTOS DA DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL DO TRABALHO TERCEIRIZADO: EM BUSCA DOS “TERRITÓRIOS TERCEIRIZADOS”

Dissertação apresentada como requisito parcial do grau de mestre em Geografia, da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Orientador:

PROF. DR. MARCELINO ANDRADE GONÇALVES

PROF. DR. JÚLIO CÉZAR RIBEIRO

PROF.DR. FRANCISCO AVELINO JÚNIOR

Três Lagoas-MS.
2014

Resumo

O presente estudo tem por objetivo analisar certos aspectos da dinâmica socioterritorial do trabalho terceirizado. Para tanto, nos debruçamos sobre o setor de transportes em uma das maiores empresas no ramo de eucalipto-celulose-papel do mundo localizada na região de Três Lagoas no Mato Grosso do Sul, a Fibria. Destarte, parte-se da hipótese de que a utilização das práticas de terceirização no setor de transportes desta (mega)empresa, para além das já conhecidas estratégias do ato de terceirizar (redução de custos, flexibilização, vantagens competitivas, qualidade, eficiência, etc.), vinculam-se às exigências que emanam da própria conformação (*estrutural-organizacional*) do capital nas atuais circunstâncias *histórico-geográficas* de crise estrutural deste sistema. No bojo desses processos, em que a acumulação flexível e a reestruturação produtiva do capital aparecem como “momentos predominantes” no que tange à organização e gestão do território e do proletariado pelo capital, a força de trabalho terceirizada no setor de transportes da Fibria destaca-se como um *elemento-chave* (lógico-funcional) no interior da dinâmica do complexo produtivo (circulatório) da Fibria. Isso porque, o uso maciço do trabalho terceirizado aparece como um dos mais poderosos mecanismos táticos contemporâneos que permitem a potencialização da extração de valor, num outro polo. As múltiplas determinações e os traços constitutivos do processo de terceirização (sua dinâmica e estrutura interna), a nosso ver, ampliam as chances do sistema produtivo (e circulatório) do complexo-Fibria ser dinamizado, à custa da exploração da força de trabalho terceirizada, subproletarizada e precarizada. Não obstante, nos meandros das atividades terceirizadas no setor em questão, os trabalhadores(as) vivenciam as contradições impostas pelo sistema do capital, cujas traços mais significativos se expressam em inúmeras formas de precarização das condições de trabalho e de vida. Por fim, cabe ressaltar (e sugerir) que, diante do processo de terceirização investigado, a categoria território, por sua importância, adquire, dentro do contexto de terceirização, novos formatos, cujos conteúdos correspondem às exigências da dinâmica entre os agentes envolvidos, daí a proposição da existência daquilo que a priori estamos denominando de “territórios terceirizados”.

Palavras-chave: Crise estrutural, eucalipto-celulose-papel, território, transportes, terceirização.

Abstract

The present study aims to examine certain aspects of the socio-territorial dynamics of outsourced work. To this end, we concentrate on the transportation sector in one of the largest companies in the business of eucalyptus- pulp-paper in the world located in the region of Três Lagoas in Mato Grosso do Sul, Fibria. Thus, we start from the hypothesis that the use of outsourcing practices in the transportation of this (mega) business sector, in addition to the already known the act of outsourcing strategies (cost reduction, flexibility, competitive advantages, quality, efficiency, etc.) bind to the demands emanating from the conformation (structural-organizational) own capital in the current historical-geographical circumstances the structural crisis of the system. At the core of these processes, in which the flexible accumulation and productive restructuring of capital appear as "prevailing time" regarding the organization and management of the territory and of the proletariat by capital, the contractor workforce in the transportation sector Fibria stands out as a key element (logical-functional) within the dynamics of Fibria's production complex (circulatory). This is because the massive use of outsourced work appears as one of the most powerful contemporary tactical mechanisms that allow maximization of value extraction, another pole. The multiple determinations and the constituent features of outsourcing (their internal structure and dynamics) process, in our view, extend the chances of productive (and circulatory) system complex-Fibria be streamlined, by exploiting the workforce outsourced, subproletarizada and precarious. Nevertheless, in the intricacies of outsourcing within the sector in question, the workers (the) experience the contradictions imposed by the capitalist system, whose most significant traits are expressed in numerous forms of precarious work conditions and life. Finally, it is noteworthy (and suggest) that, before the outsourcing process investigated, the territory category, for its importance , acquires, within the context of outsourcing, new formats , the contents of which correspond to the demands of the agents involved, hence the proposition of the existence of which we are a priori for terming "outsourced territories."

Keywords: Structural Crisis, eucalyptus-pulp-paper, territory, transport, outsourcing

AGRADECIMENTOS

À minha pequena família: meu Avô Agripino, minha irmã Pamêlla e minha tia Roseli, por tudo.

A minha namorada Raiza, por ser meu porto-seguro, minha amiga, minha confidente e minha paixão. Por sua paciência, amor, carinho, mas também pelos puxões de orelha e cobranças justas. Por ser minha parceira nos poucos, mas intensos momentos de felicidade.

Ao professor, orientador e amigo, Marcelino Andrade Gonçalves, por me conduzir, com seu jeito irônico, mas sagaz, pelos caminhos mais sensatos da pesquisa. Agradeço a ele pelas conversas, críticas, reflexões, apontamentos, estímulos. Enfim, por todos os ensinamentos.

Aos professores Francisco Avelino Junior, Júlio César Ribeiro, pela participação no exame de qualificação e na defesa da dissertação.

Em especial à Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida de Almeida pelos ensinamentos desde a graduação e por ser um exemplo de honestidade intelectual. Ao professor Júlio César Ribeiro, pelo fato de ter se mostrado extremamente solícito e prestativo com a nossa pesquisa, por sua leitura detalhista e indicações precisas na qualificação.

Às pessoas que tive a oportunidade e apreço de conhecer ao longo do mestrado, e que se tornaram meus amigos. Em especial, ao André Bersani, Tayrone Roger, ao Edwaldo Bazana e ao Kleber Rodrigo.

Ao amigo dos tempos da graduação, Dóri Lopes, pelas “conversas subversivas” e por compartilhar a ideia de que ainda é possível mudar o mundo.

Ao CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, pelos esforços em destacar a importância da Geografia do Trabalho.

Aos entrevistados(as), principalmente os trabalhadores terceirizados.

À UFMS, pelo ensino público, e a REUNI, pelo suporte financeiro.

“Nenhuma forma de trabalho assalariado, mesmo se uma pode suprimir os defeitos de outra, pode suprimir os defeitos do trabalho assalariado em si mesmo” (MARX).

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE TABELAS	12
INTRODUÇÃO	14
 CAPÍTULO 1 – A CLASSE TRABALHADORA SOB O ESPECTRO DA BARBÁRIE	 20
1.1 Aspectos da crise estrutural do capital e seus rebatimentos no mundo do trabalho.....	20
1.2. Elementos da lógica capitalista financeirizada e transnacionalizada: transferindo aos trabalhadores(as) (terceirizados/as) os encargos da crise.....	48
1.3. As transformações no mundo do trabalho (pós-70): intensificação e expansão da precarização do trabalho	77
 CAPÍTULO 2 – ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E ESPACIALIZAÇÃO DO CAPITAL	 112
2.1. O processo de reestruturação produtiva do capital e as novas conformações flexíveis das indústrias contemporâneas	112
2.2. Espacialização das “empresas-rede” (terceirizadas)	127
2.3. Trabalho cooperado e fragmentado: O subproletário (terceirizado) como uma alternativa (precarizada) ao capital em crise	131
 CAPÍTULO 3 – A TERCEIRIZAÇÃO ENQUANTO FORMA DE SUBPROLETARIZAÇÃO	 142
3.1. Subproletários terceirizados do mundo.....	142
3.2. Aspectos da terceirização que “escraviza, humilha e divide” no Brasil (pós-70)	152
3.3. Toyotismo, terceirização e resistência.....	168
 CAPÍTULO 4 - TERRITORIALIZAÇÃO DO COMPLEXO EUCALIPTO-CELULOSE-PAPEL E TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR DE TRANSPORTES DA EMPRESA FIBRIA EM TRÊS LAGOAS-MS.....	 178
4.1. Aspectos da territorialização do complexo <i>eucalipto-celulose-papel</i> em Três Lagoas/MS.....	178
4.2. Aspectos do processo de terceirização na Fibria	213
4.3. A precarização do trabalho terceirizado no setor de transportes da Fibria: subproletários no “deserto verde”	223
4.4. A dinâmica socioterritorial do trabalho terceirizado no setor de transportes da Fibria.....	238
 Algumas considerações	 266
Referências Bibliográficas	272

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantada.

ALL - América Latina Logística.

ALOGCOMEX - Associação de Logística e Comércio Exterior.

ASSERTTEM - Associação Brasileira das Empresas de Serviços Terceirizáveis e de Trabalho Temporário.

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

BRACELPA - Associação Brasileira de Celulose e Papel.

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

CEGeT - Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

FASDERBRA - Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil.

FIEMS - Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul.

F-PDI - Fundo de Planejamento e Desenvolvimento Industrial.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IP - International Paper.

IPEF - Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais.

JLS - Julio Simões Logística – Transportes e Serviços Ltda.

LER-QI - Liga Estratégia Revolucionária Quarta Internacional.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

MPT - Ministério Público do Trabalho.

MS - Mato Grosso do Sul.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.

NOB - Ferrovia Noroeste do Brasil.

OIT - Organização Internacional do Trabalho.

ONU - Organização das Nações Unidas.

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

PGT-MS - Programa de Gestão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul.

PT - Partido dos Trabalhadores.

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior.

SEMAC - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, de Planejamento e de Ciência e Tecnologia.

SEPLANCT - Secretaria de Estado de Planejamento de Ciência e Tecnologia.

SEPROTUR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de Mato Grosso do Sul.

SINDEPRESTEM - Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros E Mão-de-Obra e de Trabalho Temporário.

SINDICONCE - Sindicato dos caminhoneiros do Ceará

SINPROSASCO - Sindicato dos professores de Osasco e região

SINTIESPAV-MS - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil Pesada.

SINTRICOM - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil, Imobiliário e Cerâmica de Três Lagoas.

SISREL - Sistema de Reserva Legal.

SITITREL - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose.

STTRTLR - Sindicato dos Trabalhadores em Transporte. Rodoviário.

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul.

UNACT - United Nations Committee of Trade and Development.

VCP - Votorantim Celulose e Papel.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de rotatividade por tipo de empresa - 2011.....	167
Figura 2 - Produção brasileira de Celulose e papel no Brasil (1970 a 2012).	193
Figura 3 - Destino das exporações brasileiras de celulose	194
Figura 4 - Destino das exporações brasileiras de papel.....	195
Figura 5 - Distribuição Geográfica das Florestas Plantadas Brasileiras – 2011.....	198
Figura 6 – Mapa da Microrregião de Três Lagoas.....	200
Figura 7 – Localização da fábrica da Fibria no município de Três Lagoas-MS.	201
Figura 8 - Estacionamento da empresa Breda na BR- 158, próximo à unidade da Fibria	249
Figura 9 – Pátio/Estacionamento da empresa Coopercarga na BR- 158, próximo à unidade da Fibria.....	249
Figura 10 - Carreteiro se preparando para começar seu turno junto ao treminhão na Av. Ranulpho Marques Leal	250
Figura 11 - Dois carreteiros se preparando para o transporte das toras de eucalipto nas proximidades do pátio da Breda na Av. Ranulpho Marques Leal - Bairro Jardim Alvorada	250
Figura 12 – Pátio/estacionamento dos ônibus da empresa Breda, localizado na Av. Ranulpho Marques Leal no Bairro Jardim Alvorada.	251
Figura 13 - Pátio no interior da fábrica da Fibria, onde os Tritrens da Breda e da Coopercarga são descarregados pela terceirizada Wilson, Sons e Logística.	253
Figura 14 - Tritren sendo descarregado pela terceirizada Wilson, Sons e Logística no interior da fábrica da Fibria.....	253
Figura 15 - Parte da frente do galpão/depósito onde trabalham as empresas ALL, Júlio Simões e Geoterra, no Bairro Jupia.	254
Figura 16 - Máquina da empresa Geoterra, responsável pela movimentação dos vagões da ALL dentro do pátio no bairro Jupia	255
Figura 17 - Fardos de celulose prontos para o carregamento dentro Galpão/depósito da ALL - Bairro Jupia.....	255
Figura 18 - Carretas da empresa da Júlio Simões em fila, aguardando para serem descarregadas - Bairro Jupia.	256

Figura 19 - Carretas da empresa Júlio Simões sendo descarregadas pelos trabalhadores da Geoterra no galpão/depósito -Bairro Jupia	259
Figura 20 – Composição da empresa ALL aguardando para ser carregada com os fardos de celulose pela empresa Geoterra -Bairro Jupia	260
Figura 21 – Vagões da ALL na estação ferroviária, no centro de Três Lagoas-MS	261

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Distribuição dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizadas e tipicamente contratantes no Brasil em 2010.....	164
Tabela 2 Distribuição dos subcontratados, segundo forma de inserção ocupacional - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 1999 e 2009.....	164
Tabela 3 Condições de trabalho e terceirização no Brasil em 2011.....	165
Tabela 4 Distribuição percentual dos trabalhadores diretos e terceirizados por faixa salarial no Brasil em 2010.	166
Tabela 5 Comparativo de direitos na Petrobrás entre trabalhadores diretos e terceiros no Brasil em 2011.....	168
Tabela 6 Dados gerais sobre setor de Celulose e papel no Brasil em 2013.	193
Tabela 7 Balança comercial do setor celulose/papel (2011 a 2013)	194
Tabela 8 Maiores Produtores Mundiais de Celulose e Papel - 2012.....	195
Tabela 9 Área total ocupada e área plantada com eucalipto da Fibria (por ha no MS por região – 2011.	203
Tabela 10 Área total ocupada e área plantada com eucalipto da Fibria por ha no MS por região – 2013.	204
Tabela 11 Exportações de celulose nos primeiros semestres de 2012 e 2013.....	204
Tabela 12 Terceirização na Colheita Florestal	215
Tabela 13 Força de trabalho empregada pela FIBRIA (2009 a 2011).....	216
Tabela 14 Relação de empregados próprios das unidades da Fibria (2009 a 2011)	217

Tabela 15 Relação de “Terceirizados permanentes” das unidades da Fibria (2009 a 2011). Destaque para Unidade Três lagoas-MS.	218
Tabela 16 Força de trabalho somada em todas as unidades da Fibria (2010 a 2012)	218
Tabela 17 Força de trabalho na Unidade Florestal da Fibria no MS em 2013.	219

INTRODUÇÃO

A intensificação e expansão do *trabalho terceirizado* ao redor do mundo a partir da década de 1970 têm gerado uma série de consequências para uma parcela significativa da classe trabalhadora proletária. Não por acaso, cresce o número de pesquisas sobre o tema. Alguns interlocutores do processo de terceirização acreditam que este tipo de atividade é benéfico, tanto para os chamados “colaboradores” terceirizados, como para as empresas e, portanto, defendem a regulamentação das atividades terceirizadas, deixando, assim, o espaço livre para as empresas se utilizarem do trabalho terceirizado.

Existem também aqueles estudiosos que procuram analisar o processo entendendo-o como parte constitutiva de um período determinado histórica e geograficamente do capital, em que vigoram, de modo geral e disperso, em muitas empresas, os traços característicos de um processo de transformação na relação entre capital x trabalho. Processo este, consubstanciado pela *mundialização* do capital (CHESNAIS, 1996), “*momento predominante*” em que o chamado *novo padrão de acumulação flexível* (HARVEY, 2011), assim como processo de *reestruturação produtiva*, tem exercido forte influência na organização socioterritorial da força de trabalho ao redor do mundo. Ademais, a incorporação, mesmo que contraditória e relativa dos mecanismos denominados flexíveis por parte das empresas (fundamentalmente as transnacionais), contribui para a *complexificação* da força de trabalho.

Apontando algumas das características desse processo de mundialização da crise estrutural do capital, que se desdobra paradoxalmente com implicações bastante diversas (e problemáticas) para a classe trabalhadora, pode-se considerar, como fazem Pereira e Kahil (2006), que, no geral, os grandes “[...] grupos empresariais se encontram diante de um conjunto de novos elementos que impõem transformações nítidas no processo de produção, traduzidas, como denominam alguns autores, nas formas organizacionais ‘flexíveis’” (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 221).

Sob o espectro da *crise estrutural* (Mészáros, 2002) e, mais precisamente da acumulação flexível e da reestruturação produtiva, muitas empresas e/ou indústrias fixam seus esforços apenas na atividade principal da sua produção, focando ou focalizando seu objetivo nos procedimentos do tipo “*core business*”, ao mesmo

tempo em que se utilizam amplamente das “*empresas-satélites*” (terceirizadas e subcontratadas), que ficam responsáveis por outras atividades dentro do complexo sistema que envolve as fases de *produção, circulação e distribuição* (MARX, 2011). Simultaneamente, certas empresas e/ou indústrias buscam, por meio dos aparatos tidos como flexíveis reorganiza-se mediante o controle, a dominação e a subalternização territorial, impondo a estes novas conformações.

Esses processos de rearrumação socioterritoriais ocorrem por meio de uma série de dispositivos econômicos, políticos, jurídicos e sociais, vinculados aos princípios de organização nos moldes da reestruturação produtiva, tendo em seu bojo, o *toyotismo*. Nesse sentido, os capitalistas procuram “[...] aumentar a eficiência por meio da concentração em cada empresa de atividades que caracterizam o seu ‘*core business*’” (LIMA, 2010, p. 2). Isso significa a possibilidade de altos ganhos produtivos mediante a intensificação e expansão das formas de exploração da força de trabalho para além dos portões da fábrica. Não por acaso, como expõe Lima (2010, p. 2), a terceirização cai como uma luva nesse processo. Isso porque, estas formas de atividade permitem “[...] *flexibilizar* o processo produtivo. Trata-se da reorganização da produção com a *focalização* das atividades fins das empresas e a *externalização* das demais”. Dessa maneira, “[...] as empresas eliminam setores produtivos, administrativos ou de serviços, considerados complementares às suas atividades fins e *transferem sua realização para outras empresas*, concentrando-se no *produto principal*” (idem).

No entanto, dadas as condições inerentes aos processos contraditórios e antagônicos do capital, as empresas e/ou indústrias exigem, “[...] por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos” (MARX, 1996, p. 245). Daí a necessidade por parte do capital de uma força de trabalho constantemente adaptada, ou melhor, subalternizada, perante às exigências do desenvolvimento paradoxal do capital. Isto significa que a força de trabalho terceirizada deve arcar (como, aliás, sempre ocorreu) com as consequências dessas transformações, de modo a resistir ao avanço *inflexível* do capital em sua crise estrutural.

Como assevera Alves (2011, p. 409), o processo de terceirização, na realidade, trata-se de uma “[...] ofensiva do capital na produção que reorganiza o espaço-tempo da exploração da força de trabalho assalariado nas condições da crise estrutural do capital”. É dentro desse contexto que, as atividades terceirizadas

e subcontratadas ganham expressividade, ainda mais quando respaldas pelos mecanismos próprios da reestruturação produtiva. Portanto, é sob estas bases, cujos fundamentos dizem respeito à própria *lógica destrutiva do capital*, que as diversas formas de terceirização (e focalização) ganham destaque em muitas empresas e, por conseguinte, em muitos setores diferentes da economia mundial e brasileira (DRUCK, 1999).

No *setor de transportes* de inúmeras empresas (e/ou indústrias ou fábricas), as atividades de terceirização têm se tornado prática comum e grande trunfo do capital sobre o trabalho, isso porque a utilização de tais práticas não se restringe aos mecanismos já bastante conhecidos de redução de custos, mas também está vinculada - em essência - ao período *histórico-geográfico* determinado pelo sistema do capital e, mais precisamente, pelo processo de crise estrutural deste sistema. Em outras palavras, a terceirização aparece no setor de transportes, como mais uma *forma de trabalho precarizado e subproletarizado*, que ali (no setor) se “funde” ao processo produtivo e circulatório de modo a potencializar a expansão e acumulação do capital.

Apesar das diferenças em cada ramo empresarial/industrial, as práticas de terceirização no setor de transportes, por remeterem claramente ao processo de valorização o valor, podem ampliar consideravelmente as chances de intensificação (flexível?) da produtividade, mas, ao mesmo tempo, intensificar e fortalecer o processo de *exploração, precarização, estranhamento* etc., próprios das relações de trabalho numa sociedade capitalista, ainda mais porque nas atuais circunstâncias de crise a utilização de práticas cada vez degradantes se impõe como verdadeiros “elementos funcionais” que contribuem para que o capital possa ainda manter-se de pé.

Não por acaso, essa ofensiva do capital em meio à crise impõe, ou melhor, determina, às “personificações do capital” a adoção estratégica das atividades terceirizadas em determinados setores, visando a ampliação produtiva com redução de determinadas contensões. Como apontam Leite, Souza e Machado (2002), em algumas indústrias do setor de *eucalipto-celulose-papel* as estratégias de contenção de custos e o enorme volume produtivo, têm sido efetivadas à base da utilização do trabalho terceirizado em pontos cruciais da estrutura organizacional/produtiva destas empresas, com destaque para o setor dos transportes.

É sob esta ótica, ou seja, do processo de crise estrutural e seus rebatimentos para a classe trabalhadora e, mais precisamente a classe trabalhadora terceirizada, que buscamos compreender (e analisar) certos aspectos da dinâmica socioterritorial do trabalho terceirizado no setor de transportes em uma das empresas que mais tem se destacado no ramo de *eucalipto-celulose-papel* na atualidade, a Fibria.

Localizada num dos novos polos do monocultivo de eucalipto, na região de Três lagoas, a leste do Estado do Mato Grosso do Sul, a Fibria, desde seu surgimento em 2009, tem se utilizado largamente do trabalho terceirizado, transferindo assim, certas atividades para as empresas especializadas com objetivos claros de suplantar os custos ao mesmo tempo em que expande sua capacidade produtiva. Nosso objetivo, portanto, é tentar demonstrar (e analisar) que, por dentro da conformação e dinâmica do setor de transportes desta empresa, a força de trabalho terceirizada é convocada a atuar maciçamente para atender às necessidades do complexo-Fibria, de modo que o capital se beneficia enormemente com as inúmeras vantagens da *espacialização* (e *territorialização*) das atividades terceirizadas. No entanto, diante desse processo, os trabalhadores(as) terceirizados vivenciam as mais diversas formas de precarização das condições de trabalho e de vida, ao mesmo tempo em que precisam resistir às práticas de exploração constitutivas de um sistema que, em crise, tende a reforçar seus elementos destrutivos.

Assim, procuramos abordar no primeiro capítulo os aspectos gerais da crise estrutural do capital, o problema da *incontrolabilidade* deste sistema, a ativação de seus limites absolutos, a influência da *financeirização*, *transnacionalização* e do Estado moderno capitalista no contexto de crise, assim como as consequências e os impactos socioespaciais e socioterritoriais desse processo. Assinalando ainda, o papel do proletário nesse contexto de *mundialização* da *crise estrutural*, consubstanciado pelo processo de acumulação flexível, com destaque para a *nova morfologia do trabalho* (ANTUNES, 2012).

No segundo capítulo procuramos discutir mais detalhadamente o processo de acumulação flexível, abordando a influência da reestruturação produtiva na conformação das empresas e indústrias, destacando algumas das características das chamadas “empresas-rede”, assim como certos aspectos do processo de *focalização*, o papel das empresas terceirizadas e a atuação *cooperada* e

fragmentada da força de trabalho *subproletarizada* diante desse quadro de *flexibilização* (LIMA, 2010; ANTUNES, 2012).

O tema do terceiro capítulo é o processo de trabalho terceirizado, tendo em vista que este é uma forma de manifestação subproletarizada de trabalho. A pesquisa aponta aqui um panorama do trabalho terceirizado no mundo e no Brasil, indicando como o processo de terceirização é, no geral, uma forma de atividade precária (DRUCK, 1999). Além disso, procuramos abordar este processo enquanto elemento que, em muitos sentidos, como expõe Alves (2011), “casa” com as práticas toyotistas de gestão e controle da força de trabalho, ampliando assim as chances de fragmentação, estranhamento e precarização no trabalho terceirizado. Ao mesmo tempo, apontamos para as possibilidades de resistência, expressas de muitas maneiras, como é o caso das paralisações, greves e até mesmo a pressão por parte de alguns terceirizados para a *desterceirização*.

No quarto e último capítulo, são abordados os aspectos gerais da territorialização do complexo *eucalipto-celulose-papel*, tendo em vista a atuação da empresa Fibria nesse complexo. Procuramos debater certas questões relacionadas à dinâmica socioterritorial do processo de terceirização, destacando o papel da terceirização no setor (ou subsetor) de transportes da Fibria. Demonstramos que, em meio ao “enxame” de terceirizadas num único setor, existem (ocultos) traços significativos de precarização das condições da força de trabalho, processo este que, como podemos verificar, tem ocorrido em desde a implantação e posterior funcionamento do complexo-Fibria. Com o auxílio das entrevistas junto aos representantes dos trabalhadores e com os próprios terceirizados no setor de transportes das empresas Breda, ALL e Júlio Simões, procuramos demonstrar que, “por dentro” da imprescindível atuação dos trabalhadores(as) terceirizados no que se refere à organização, uso e controle dos territórios, que ancoram o processo produtivo (e circulatório) da Fibria, existem inúmeros traços significativos do processo de precarização das condições de trabalho.

Ademais, neste último capítulo apresenta uma perspectiva possível daquilo, em princípio, estamos denominando de “território terceirizado”. Esta sugestão se baseia e procura se fundamentar naquilo que nos foi possível identificamos diante do processo dialético de terceirização no setor de transportes e as novas conformações que, aparentemente, os territórios adquirem e/ou comportam em meio à dinâmica envolvendo as relações sociais, por vezes paradoxais, entre os agentes

(Fibria e terceirizadas) que, ao se territorializarem e, por conseguinte, ao colocarem em prática suas atividades, reorganizam os territórios locais, cujos conteúdos e especificidades, como é o caso daquilo que, em princípio, estamos denominando de “territórios terceirizados”, ainda carecem de investigação.

CAPÍTULO 1 – A CLASSE TRABALHADORA SOB O ESPECTRO DA BARBÁRIE

1.1 Aspectos da crise estrutural do capital e seus rebatimentos no mundo do trabalho

O período que compreende o fim do século XX e início do século XXI tem sido marcado pelo *depreseed continuum*¹ da crise estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002). No plano da aparência fenomênica imediata e empírica, os traços mais expressivos (destrutivos) da crise evidenciam-se pela degradação crescente da natureza² (em múltiplas escalas), assim como a ruína de parcelas significativas da humanidade, que caem por terra devido a cada vez mais problemática relação contraditória entre capital x trabalho, a qual, na contemporaneidade, adquire novas características (limites e potencialidades) que acabam por atingir/afetar, de diferentes maneiras, a *classe trabalhadora*³

¹ Antunes (2001, p. 27), seguindo os passos de Mézáros (2002), assinala que: “[...] expansionista, desde seu microcosmo até sua conformação mais totalizante, mundializado, dada a expansão e abrangência do mercado global, destrutivo e, no limite, incontrolável, o sistema de metabolismo social do capital vem assumindo cada vez mais uma estruturação crítica profunda. Sua continuidade, vigência e expansão não podem mais ocorrer sem revelar uma crescente tendência de crise estrutural que atinge a totalidade de seu mecanismo. Ao contrário dos ciclos de expansão alternados com crises, presencia um *depressed continuum* que, diferentemente de um desenvolvimento autosustentado, exhibe as características de uma crise cumulativa endêmica, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com uma perspectiva de uma profunda crise estrutural. Por isso é crescente, no interior dos países capitalistas avançados, o desenvolvimento de mecanismos de ‘administração das crises’, como parte especial da ação do capital e do Estado visando deslocar e transferir as suas maiores contradições atuais”.

² Segundo Gonçalves (2004, p.68) “[...] existem dimensões para a questão ambiental que é específica da relação com a natureza estabelecida pelas sociedades capitalistas; 1) separar-se quem produz de quem consome (quem produz não é o proprietário do produto); 2) a produção não se destina ao consumo direto dos produtores, 3) assim como o lugar que produz não é necessariamente o lugar de destino da produção. Alienação por todo lado”.

³ De antemão gostaríamos de salientar que estamos trabalhando com a ideia de classe trabalhadora baseada em certos autores (ANTUNES, 2004, 2005; ALVES, 2000; THOMAZ Jr., 2004, 2006, 2009), o que significa como esclarece Bezerra (2013, p. 6-7), tentar apreender (e compreender) “[...] a classe trabalhadora no contexto das transformações econômicas e culturais no capitalismo do século XXI, de modo que neste período, a classe trabalhadora adquiriu um caráter multifacetado, fragmentado e heterogêneo, sem deixar por isso de ser a classe uma classe potencialmente revolucionária”. Estamos, portanto, de acordo com Bezerra (2013, p. 7-9) quando este expõe que: “Parte dessa diversidade é fruto da chamada reestruturação produtiva do capital, que colocou em xeque formas pretéritas de organização das estruturas produtivas o que acarretou, por sua vez, mudanças nas relações de trabalho. Nesse ínterim, destacamos: a maior substituição do trabalho vivo por trabalho morto, representado pelo desenvolvimento de máquinas modernas e produto da robótica, ocasionando, assim, o chamado desemprego tecnológico; declínio do modelo de produção fordista e substituição (respeitando as escalas do tempo e do espaço) pelo modelo toyotista; mudanças na distribuição setorial dos empregos com aumento significativo de postos no setor dos serviços em detrimento do setor da indústria; a incorporação de milhares de trabalhadores (as) no universo informal das relações de trabalho; incremento do trabalho feminino em todos os setores da economia, entre outras”.

Tentar apreender/compreender certas determinações constitutivas que perfazem a processualidade desta relação e os seus novos significados é uma tarefa difícilima, mas necessária e, digamos até, imprescindível.

Nesse sentido, mesmo sob as dificuldades impostas à compreensão/apreensão de determinados aspectos da “eterna” contradição entre capital x trabalho que é, junto com o Estado capitalista, o tripé que dá sustentação à produção e reprodução do capital em meio à sua crise sistêmica, crise esta que por sua forma de ser (dinâmico-contraditória) coloca barreiras (e impõe limites)⁴ não só à reprodução ampliada do capital, o qual, por conta disso, atua com mais severidade sobre o âmbito social, potencializando seus traços destrutivos em escala mundial, mas também às próprias lutas da classe (trabalhadora, oponente máxima do capital) e dos outros agentes sociais, que estão organicamente articulados a este momento histórico de crise profunda.

Dada a conformação que a crise estrutural impôs ao mundo a partir da década de 1970 e, mediante os obstáculos que esta coloca, principalmente no que se refere à sua reprodução ampliada, o capital necessitou (e necessita) recompor-se, reorganizar-se e reestruturar-se, de modo a tentar reconstituir suas taxas de lucro, utilizando-se, para isso, da ampliação de seu poder sobre o processo produtivo e sobre a classe trabalhadora. O que, de maneira alguma, significa uma saída da crise, mas, ao contrário, um aprofundamento desta, pois as medidas encontradas pelo capital tendem a reforçar seus antagonismos, principalmente no que se refere à degradação do trabalho e da natureza (MESZÁROS, 2002).

Na tentativa de salvaguardar a sua continuidade, o capital reforça, amplia e intensifica a precarização do trabalho, mediante as formas mais diversas e, cada vez mais, agressivas de extração do *mais-valor relativo e/ou absoluto*, tudo isso num período que se convencionou chamar de flexível. Esse ataque do capital ao trabalho demonstra a importância da centralidade deste último e de como é ainda este, com

⁴ Evidentemente, como assinala Mészáros (2002, p. 586) “[...] os limites do sistema do capital podem de fato se expandir historicamente por meio da abertura de novos territórios, protegidos por impérios coloniais, ou pelos modos mais modernos de ‘neocapitalismo’ e ‘neocolonialismo’. Do mesmo modo, eles podem se expandir graças a ‘colonização interna’, isto é, pelo estabelecimento implacável de novas válvulas de escape nos próprios países protegendo as condições de sua expansão sustentada por uma exploração mais intensiva tanto do produtor como do consumidor etc. – sem se livrar dos limites estruturais e contradições do próprio capital”. Mas mesmo esse processo, afirma o autor, não é a solução para a crise estrutural do capital. Ela é, sim, uma solução temporária utilizada pelo capital no interesse próprio de contornar suas contradições e a antagonismos internos, abrindo caminho assim, para o incessante processo de acumulação.

todas as dificuldades impostas pelas transformações mundiais, o núcleo-duro da possibilidade de transcendência.

Dentre as formas “funcionais” e necessárias ao capital em meio à crise estrutural, destaca-se o processo de terceirização da força de trabalho. Como ressaltou Marcelino (2004), se a reestruturação produtiva é uma das válvulas de escape (mesmo que provisórias) para a recomposição das taxas de lucro, a intensificação da terceirização é uma peça-chave para o capital, o que não significa potencializar os lucros do capital, mas também a degradação do trabalho, “[...] tanto pela extensão com que tem sido adotada quanto pela sua eficiência em garantir níveis de produtividade e lucratividade das empresas” (MARCELINO, 2004, p. 10).

Arelada ao modelo flexível toyotista e a reestruturação produtiva do capital, a terceirização passa a ser um dos elementos centrais no que tange ao avanço do capital sobre o trabalho. Principalmente porque seus desdobramentos têm rebatimento não só sobre as formas de (re) organização industrial, mas, fundamentalmente, sobre a (re)organização espacial/territorial. Em outras palavras, a ampliação da terceirização passou a ser, a nosso ver, um “dispositivo capitalista” que contribui para o movimento de aceleração e encurtamento das fases do movimento circulatório do capital e, conseqüentemente, esta tem se tornado um vetor decisivo no que tange à dinâmica da acumulação do capital.

Ao que tudo indica, a intensificação e ampliação da terceirização aparece fundida à outros processos que emanam da crise estrutural do capital, o que significa compreender a terceirização como um dos *elementos-chave* que permite ao capital avançar sobre o trabalho. A terceirização vem se tornando um mecanismo imprescindível às empresas no período de brutal concorrência imposta pela mundialização, o que, por sua vez, implica na utilização da força de trabalho terceirizada (subproletarizado e precarizado) como um veículo que propicia em conjunto de vantagens ao empresariado.

As inúmeras transformações da relação capital x trabalho devido à mundialização (CHESNAIS, 1996) da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) expõe uma *nova morfologia do trabalho* (ANTUNES, 2012; THOMAZ Jr, 2011). Nesta nova conformação envolvendo trabalho, capital espaço (e território), as novas (e múltiplas) determinações imanentes a este processo revelam certos traços fundamentais da relação capital x trabalho e seus rebatimentos sócioespaciais e territoriais, demonstrando assim a pertinência da *centralidade do trabalho*.

Em se tratando da crise estrutural, da qual o trabalho terceirizado é uma forma de manifestação, é preciso alertar que estamos tratando tão-somente de alguns aspectos gerais de um período determinado histórico, geográfico e ontologicamente do sistema do capital, cujas tendências indicam um processo de decadência histórica (MÉSZÁROS, 2002; ANTUNES, 2001). Evidentemente, por se tratar de um processo de grande amplitude, complexidade, e por ter um caráter universal devido à própria *mundialização* do capital, faremos somente alguns apontamentos, de modo bastante introdutório, de certos elementos do processo, numa tentativa de “amarrá-los” ao nosso objeto de estudo, qual seja, a dinâmica do processo de terceirização do trabalho no setor de transportes.

Portanto, de maneira alguma temos a pretensão de esgotar o tema, ao contrário, trata-se apenas de elencar as determinações que estão ao alcance do nosso “olhar” geográfico, no sentido de tentar apreender, compreender e analisar como, a partir do processo de crise estrutural do capital, manifestam-se os elementos que contribuem de modo significativo para as mudanças (por vezes desastrosas) na nova *morfologia* da *classe trabalhadora* (e, em especial, do *proletariado*), para grandes parcelas da sociedade e da natureza, assim como os desdobramentos que afetam a própria conformação espacial e/ou territorial.

Apesar do capital não se constituir como uma *totalidade* plenamente efetiva, permanente e monolítica, de modo a tornar a realidade inteiramente adequada aos seus propósitos e a sua lógica, este sistema, como adverte Mézszáros (2002), é o único, historicamente, que tende a se universalizar e a dominar todo e qualquer espaço em prol de sua autorreprodução. Se, assim como expunha Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (1848), o capital necessita se universalizar para poder se autorreproduzir, já que “No lugar do isolamento de regiões e nações autossuficientes desenvolvem-se um intercambio universal e uma universal interdependência das nações” (MARX; ENGELS, 1998, p. 43), o significado de uma crise estrutural ganha também uma dimensão mundial, daí que os desdobramentos desta crise tendem, mesmo que de maneira contraditória, a repercutirem sobre todos os âmbitos da vida social, desde a esfera macro da sociedade, passando pelas inúmeras mediações aí constituídas, até as práticas e/ou relações sociais cotidianas (MÉSZÁROS, 2002).

O problema é que, segundo Mézszáros (2002), na medida em que o capital vivencia sua *crise estrutural*, um processo com tendências universalizantes,

indicadas por Marx e corroboradas pelo processo de mundialização e pelo esgotamento de sua fase gloriosa⁵ ou civilizatória, a humanidade adentrou num período histórico de crise marcado pela exacerbação das contradições e pela potencialização de problemas constitutivos do capital. Não por acaso, um “espectro ronda a humanidade”, o espectro da barbárie social⁶.

Assim, na medida em que avança em sua crise estrutural⁷, o capital vem impondo, mundialmente, um conjunto de transformações sociais com custos elevadíssimos para aqueles que vendem a sua *força de trabalho*, que tem que arcar com o processo de ampliação, diversificação e precarização das relações de trabalho, assim como para os aspectos políticos, econômicos, ambientais, culturais, etc., que são afetados direta ou indiretamente pelas consequências da crise.

Não sem motivos, a crise estrutural coloca em perspectiva o problema da barbárie social. Por conta disso, uma das hipóteses sobre a situação atual do sistema do capital (pós 1970), é a do esgotamento das capacidades civilizatórias deste sistema. A este respeito, Netto, (2012, p. 1), diz que “[...] o capitalismo contemporâneo, resultado das transformações societárias ocorrentes desde os anos 1970 e posto no quadro da sua crise estrutural” findou as “possibilidades civilizatórias identificadas por Marx no século XIX”. E ainda, que tal “[...] exaurimento

⁵ De acordo com Netto (2012, p. 6): “Na sequência da Segunda Guerra Mundial e no processo de reconstrução econômica e social que então teve curso, o capitalismo experimentou o que alguns economistas franceses denominaram de ‘as três décadas gloriosas’ – da reconstrução do pós-guerra à transição dos anos 1960 aos 1970, mesmo sem erradicar as suas crises periódicas (cíclicas), o regime do capital viveu uma larga conjuntura de crescimento econômico. Não por acaso, a primeira metade dos anos 1960 assistiu à caracterização da sociedade capitalista – evidentemente desconsiderado o inferno da sua periferia, o então chamado Terceiro Mundo – como ‘sociedade afluyente’, ‘sociedade de consumo’ etc.”.

⁶ De acordo com Michel Löwy (2009) “[...] a barbárie é uma das manifestações possíveis da civilização industrial/capitalista moderna – ou de sua cópia ‘socialista’ burocrática”.

⁷ Apesar de adotarmos o ponto de vista da crise em sua forma estrutural reconhecemos que este é um tema polêmico em meio às inúmeras, e nem sempre convergentes, análises sobre o evoluir do sistema do capital. Mesmo assim, estamos aqui de acordo com algumas das ideias centrais de Mészáros (2002), Antunes (1999) e outros que seguem esta mesma linha. O capital é uma totalidade paradoxal em movimento perpétua. Um sistema ominabrangente com tendências universalizantes, mas que se expressam de formas distintas, desigualmente combinadas. Essa “nuvem de gafanhoto” pode muito bem voar de um canto a outro sempre que assim for necessário. O problema da crise estrutural, apesar de toda essa mobilidade do capital (e talvez por conta dela), coloca em perspectiva limites para o desenvolvimento deste sistema, indicando que as tendências de continuidade do capital reforçam os traços destrutivos inerentes à constituição histórico-geográfica deste sistema. Deixado a si próprio, o capital tende a ser cada vez mais destrutivo e bárbaro. Esta característica está nas bases do sistema. Daí o lema, mais atual do que nunca: socialismo ou barbárie. Ou, como assevera Mészáros: “socialismo ou barbárie, se tivermos sorte”. O reconhecimento de que, mesmo em crise, capital possa ainda se desenvolver, deve levar em consideração um custo elevadíssimo que isso gera para a sociedade e possibilidade de que esse desenvolvimento (ou crescimento, como querem alguns) arraste, ainda mais, parcelas significativas da humanidade (e da natureza) para tragédias cada vez mais constantes.

deve-se a que o estágio atual da produção capitalista é necessariamente destrutivo (conforme o caracteriza Mészáros)” (idem). Este esgotamento, segundo Netto (2012, p.1) “[...] incide sobre a totalidade da vida social, manifesta-se visivelmente na barbarização”.

Acontece que, mesmo as tentativas do capital em lidar com seus problemas internos, não podem, segundo Mészáros (2002) e Netto (2012), resolver a situação em que este se encontra, pois, na realidade, as tentativas de conter a crise, por permanecerem presas à própria lógica do sistema, são ineficazes. Tanto pior, pois, na medida em que o capital avança em sua crise sem conseguir resolver seus problemas internos, as características destrutivas que lhes são imanes, identificadas por Marx no século XIX, são potencializadas quando todas as tentativas de controlar o sistema caem por terra (MESZÁROS, 2002). Um exemplo disso são as tentativas reformistas de lidar com a crise, que por se manterem acomodadas dentro da ordem, não são capazes de enfrentar a questão imprescindível da apropriação privada dos meios de produção, a divisão social do trabalho e o poder do Estado capitalista. Na realidade, o reformismo, por mais que tenha boas intenções e, em certos casos, possa amenizar determinados problemas, deixa de pé os fundamentos essenciais da sociedade capitalista. O fato é que,

[...] esgotou-se a “onda longa expansiva” (E. Mandel) da dinâmica capitalista, que garantiu mais de duas décadas de significativo crescimento econômico. À redução das taxas de lucro, condicionadas também pelo ascenso do movimento operário, que alcançara expressivas vitórias naqueles anos e nos imediatamente anteriores, o capital respondeu com uma ofensiva política (de início, basicamente repressiva – recorde-se o trato que ao movimento sindical brindaram a Senhora Thatcher e R. Reagan –, depois fundamentalmente de natureza ideológica) e econômica. O que se seguiu é conhecido (trata-se do que se denominou “a restauração do capital”) e já foi objeto de larga documentação: a conjunção “globalização”/ “neoliberalismo” veio para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extra-mercado, da economia tem sido coroado de êxito. Erodio-se o fundamento do *Welfare State* em vários países e a resultante macroscópicosocial saltou à vista: o capitalismo “globalizado”, “transnacional”, “pós-fordista” (NETTO, 2012, p. 7-8).

Essa configuração, que aponta para indícios possíveis do esgotamento histórico do capital⁸ é, segundo Mészáros (2002), produto da própria lógica do capital que ao adentrar a fase histórica de mundialização “ativa” seus limites absolutos. De acordo com este autor, a ativação dos limites absolutos do capital envolve uma série de elementos dentro da totalidade sistêmica. Paniago (2012, p. 46), seguindo os passos de Mészáros, nos ajuda a compreender esse processo quando expõe que, na crise estrutural, “Ocorre então o que Mészáros chama de ‘disjunção radical entre a produção capitalista e a auto-reprodução do capital’”. Isto é, as barreiras à produção capitalista são postas abaixo, sem o reconhecimento das “[...] devastadoras implicações para o futuro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 699). Desse modo, como assinala Paniago (2012), o único objetivo do capital passa a ser o de assegurar sua reprodução, agora como “[...] auto-reprodução destrutiva em oposição antagônica à produção genuína” (*apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 699). Assim, “A potencialidade positiva é suplantada pelo lado negativo da produção capitalista, que passa a dominar através dos processos destrutivos do capital” (PANIAGO, 2012, p. 46).

A crise estrutural, portanto, tende a agravar e a expandir o “lado negativo” inerente da produção capitalista, que jamais serve (ou serviu) para atender as necessidades humanas⁹, potencializando a dinâmica que coloca “[...] em xeque a continuidade do dinamismo produtivo e expansionista do capital” (PANIAGO, 2012, p. 46). Não é casual a ampliação do “[...] leque de fenômenos contemporâneos que indicam o exaurimento das possibilidades civilizatórias” (NETTO, 2010, p. 22),

⁸ Evidentemente, a crise estrutural não afeta de modo igual todos os países do mundo, seus elementos são estruturais e, portanto, dinâmicos, em movimento. Por isso, é claro que o capital é capaz de se impor em muitos locais, ou até mesmo reestrutura-se em certas regiões que ele já prevalece. O fato, por exemplo, da existência de uma China, apesar de ser uma exceção em meio ao processo de crise, é, para alguns, um exemplo de que o capital ainda pode se manter vivo. Essa ideia, que está fincada numa ideia de que o crescimento e o desenvolvimento econômico são aspectos suficientes para a compreensão da totalidade do processo. Esse reducionismo esquece, ou ignora, como alerta Mészáros (2014) que: “Mesmo o superávit de trilhões de dólares dos chineses pode evaporar numa turbulência”. Disponível em: < <http://jornalggn.com.br/blog/antonio-ateu/meszaros-a-barbarie-no-horizonte>>. Acesso em: 26/03/2014. Além disso, é preciso levar em consideração o custo social elevadíssimo que o capital impõe à este país.

⁹ Conforme alertava Marx: “O objetivo do capital não é satisfazer as necessidades, mais produzir lucro, alcançando essa finalidade por métodos que regulam o volume da produção pela escala da produção, e não o contrário. Por isso, terá sempre de haver discrepância entre as dimensões limitadas do consumo em base capitalista e uma produção que procura constantemente ultrapassar o limite que lhe é imanente. Além disso, o capital consiste em mercadorias e a superpopulação de capital implica, portanto a de mercadorias” (MARX, 1987, p. 294).

atestando assim, “[...] que esta ordem só tem a oferecer, contemporaneamente, soluções barbarizantes para a vida social” (idem)¹⁰.

Sabemos que acumulação e a expansão do capital sempre exigiram (e continuaram a exigir) a exploração da força de trabalho e o uso indiscriminado dos bens da natureza, assim como exigiu (e exige) a apropriação do espaço geográfico. No entanto, e aí se revela o problema sério do período da crise estrutural, a qual tem seu epicentro no conjunto das “[...] profundas transformações societárias emergentes desde a década de 1970” (NETTO, 2012, p. 8) e culmina com o fim do chamado “socialismo realmente existente” (“socialismo real”)¹¹ na década de 1990, o capital atingiu um patamar histórico em que procede a uma inversão “[...] do significado das restrições inerentes à finitude dos recursos materiais e humanos necessários ao seu processo de reprodução ampliada” (PANIGO, 2012, p. 46). Desta feita:

As condições relativas (históricas e limitadas) - “a injustificada e supostamente eterna disponibilidade dos recursos e do espaço necessário para a desejável expansão” – são absolutizadas por ele. A “deliberada ignorância dos riscos envolvidos no desperdício vigente dos recursos naturais não renováveis do planeta” visaria relativizar as restrições naturais, de fato, absolutas, como forma de justificar a expansão perdulária (*apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 177). Transforma ilusoriamente as restrições objetivas em instrumento manipulável de acordo com seus imperativos reprodutivos, sem medir as consequências tanto para o futuro da humanidade como para o seu próprio funcionamento, o que resulta no agravamento das condições e o esgotamento do crescimento fundado na expansão de mercado. De acordo com Mészáros, não poderia agir de outra maneira, dentro de sua lógica expansionista, pois, do contrário, “a aceitação desse tipo de restrições inevitavelmente exigiria uma

¹⁰ Segundo Netto (2010, p. 22), “Poder-se-iam arrolar vários desses fenômenos, “da financeirização especulativa e parasitária do tardo capitalismo e sua economia do desperdício e da obsolescência programada, passando pelas tentativas de centralização monopolista da biodiversidade e pelos crimes ambientais e alcançando a esfera da cultura – aqui, jamais a decadência ideológica atingiu tal grau de profundidade e a manipulação das consciências pela mídia atingiu tal magnitude (com todas as suas consequências no plano político imediato)”.

¹¹ O termo controverso: “socialismo realmente existente”, também conhecido como “socialismo real”, foi cunhado para designar um modelo político-econômico posto em prática na União Soviética (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), fundamentalmente no período stalinista (1924 a 1953). O chamado “socialismo real” foi implantado também em diversos países ao redor do mundo no período subsequente ao fim da Segunda Guerra Mundial (Checoslováquia, Albânia, Romênia, Polônia, Iugoslávia, Bulgária, Alemanha Oriental, Cuba e China) Na década de 1980, devido à uma série de problemas que se avolumavam nos países sob a influência do socialismo real, principalmente na URSS e o consequente processo revolucionário que atingiu os países do leste europeu que culminou com a queda do muro de Berlim, o modelo perdeu força, restando apenas em alguns poucos países, como é o caso da China, Cuba, Laos, Vietnã e Coréia do Norte.

grande mudança na estrutura causal fundamental do capital – pois, o postulado da expansão imperativa teria de ser moderado e justificado” (MÉSZÁROS, 2002 *in* PANIAGO, 2012, p. 47).

Desta maneira, a exacerbação dos antagonismos explicita aspectos constitutivos desta ordem sistêmica, asseverando os distúrbios inerentes e potencialmente destrutivos do capital, num processo que não só obstrui, mas também coloca em risco a própria existência da humanidade. Por isso, para Mézáros (2002), não se trata de mera retórica dizer que o capital, por se encontrar num momento decisivo de seu desenvolvimento, exauriu sua capacidade civilizatória. Isso porque, de acordo com Mézáros (2002, p. 898), os “dispositivos corretivos” tornarem-se insuficientes para uma solução em longo prazo. Mézáros (2002, p. 235), assinala ainda que, atualmente, quase se completa a: “[...] consumação da ascensão histórica do capital através de sua penetração nos rincões mais remotos do planeta”, o que significa que junto com a “[...] ativação dos limites absolutos do sistema de uma forma agravada pela urgência do tempo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 235), verifica-se ainda que a “[...] escala do tempo em que a destrutividade irreversível do capital [tem se desenvolvido] já não pode ser complacentemente medida em séculos” (idem, p. 899).

A “lógica” do capital, no contexto da crise estrutural, se volta contra a humanidade. A *causa sui* do sistema, que deveria ser contestada, é ignorada em prol das tentativas de controlar um sistema metabólico irremediavelmente incontrolável (MÉSZÁROS, 2002). Não obstante, conforme avança a “[...] dissipação veloz e destrutiva de recursos materiais e humanos, e também dos produtos do trabalho, adquire uma conotação perversamente positiva no sistema do capital em crise estrutural” (MÉSZÁROS, 2002, p. 952), e qualquer manifestação visando a transformação radical (socialista) é, *a priori*, posta de lado em prol da autopreservação do sistema, o capital pode avançar em meio a contradições e antagonismos cada vez mais explosivos. As consequências desse avanço, por que fazem parte da totalidade social, tendem a se espalhar de maneira difusa ao redor do planeta.

Não por acaso, Mészáros (2002) caracteriza o capital atual um como sistema de *produção destrutiva*¹². O autor explica essa conceituação expondo que,

A destrutividade da dinâmica interna do capital afeta não só o ambiente natural, mas cada faceta da reprodução sociometabólica. “A crescente incompatibilidade entre o desenvolvimento produtivo da sociedade e as relações de produção até agora existentes se expressam em *amargas contradições, crises, espasmos*. A destruição violenta do capital não advém de relações *externas* a ele, mas, ao contrário, é a condição de sua *autopreservação*”. É assim que atingimos a fase histórica na qual a lógica autocontraditória da autopreservação destrutiva do capital impõe um nível e uma gama antes absolutamente inimagináveis de produção destrutiva. Não há meios de fugir a essa regra. Até mesmo partes importantes dos próprios componentes produtivos do capital devem ser periodicamente destruídas, de modo que, em sua forma reconstituída, o capital “reconduza ao ponto de onde ele seja capaz de seguir adiante empregando completamente seus poderes produtivos *sem cometer suicídio*”. Pois, nos termos da lógica do capital, exterminar a humanidade é muito preferível a permitir que se questione a *causa sui* desse modo de reprodução. Na medida em que a dissipação veloz e destrutiva dos recursos materiais e humanos, e também dos produtos do trabalho, adquire uma conotação perversamente *positiva* no sistema do capital em crise estrutural, representando as “condições de sua *autopreservação*”, a alternativa socialista que visa a superar a escassez deve ser um anátema para os ideólogos da ordem prevalecente (MÉSZÁROS, 2002, p. 952).

Conforme ressaltamos, como a crise estrutural tende à universalidade, sua abrangência, como resalta Mészáros, “[...] afeta a totalidade do complexo social, em todas as suas relações com as partes constituintes ou sub-complexos, como também outros complexos aos quais é articulado” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797). Essa referência meszariana à totalidade é fundamental, pois a crise estrutural não deve ser confundida com uma crise periódica (cíclica)¹³, pois esta última, além de ser um dispositivo necessário impulsionador do sistema do capital (um limite relativo¹⁴, no

¹² Para Mészáros (2007, p. 60): “O fim da ascendência histórica do capital colocou em relevo o desperdício e a destrutividade irracionais do sistema também no plano da produção Schumpeter costumava louvar o capitalismo – de maneira bastante autocomplacente – como uma ordem reprodutiva de destruição produtiva; hoje seria muito mais correto caracterizá-lo cada vez mais como um sistema de produção destrutiva”.

¹³ Como indicou Marx, o capital é um sistema no qual as crises periódicas são inerentes. Em outras palavras, o desenvolvimento do capital exige uma sucessão de crises que impulsionam o sistema adiante. Sendo assim, o capital precisa superar as barreiras autoimpostas para continuar existindo. Crises cíclicas, portanto, são desdobramentos das contradições do sistema.

¹⁴ Para Mészáros (2002, p. 175): “[...] os limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva $\frac{3}{4}$ dentro da estrutura viável e do tipo buscado $\frac{3}{4}$ da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que

entender de Mészáros, 2002) pode ser superada¹⁵, já a crise sistêmica/estrutural, por afetar todas as dimensões fundamentais do sistema do capital, aponta para o problema dos limites absolutos do sistema. Desta feita, as crises periódicas, podem se desenvolver dentro do processo de crise estrutural do capital, o que torna as coisas ainda mais complicadas. Em relação a estes limites absolutos autoimpostos pelo capital, Mészáros é taxativo:

A abordagem dos limites absolutos do capital inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Consequentemente ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema capitalista em si. Portanto, não é surpresa que este sistema de reprodução social tenha de confinar a qualquer custo seus esforços remediadores à modificação parcial estruturalmente compatível dos efeitos e consequências de seu modo de funcionamento, aceitando sem qualquer questionamento sua base causal – até mesmo nas crises mais sérias (MÉSZÁROS, 2002, p. 697).

Nesse sentido, Paniago (2012), ao fazer referência aos estudos de Mészáros sobre a *incontrolabilidade*¹⁶ do capital, assevera:

A crise estrutural atual é irreversível e pode constituir, “em princípio”, um novo “padrão linear de movimento” do sistema, ao contrário das crises periódicas que se caracterizam por “flutuações extremas ou de tempestades de súbita erupção” (MÉSZÁROS, 2002, p. 697). A mudança do padrão e profundidade das crises é um fator de fundamental importância para a configuração da crise atual, pois a

surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital”. Esses Limites relativos podem ser tidos como as crises periódicas “naturais” do sistema do capital. Nesse sentido, como expõe Paniago (2012, p. 53): “[...] momentos de ativação dos limites relativos que, embora pareçam ‘grandes tempestades’, são passíveis de soluções, mesmo que temporárias e proletárias, dentro do marco referencial do sistema”.

¹⁵ De acordo com Harvey (2006, p. 48), “[...] uma das formas que o capital encontrou e (encontra) para superar as crises é por meio dos ajustes espaciais”. Esse processo, segundo Lepikson (2010, p. 10) envolve simultaneamente a “[...] intensificação da atividade social (penetração em novas esferas e atividade e/ou criação de novos desejos e novas necessidades, além da ampliação da oferta de mão-de-obra) e/ou por meio de ‘expansões geográficas’ (construção das condições físicas e sociais à capitalista em novo território) com a fixação de algum montante do capital excedente em novo espaço”.

¹⁶ De acordo com Mészáros é o próprio poder irrestringível de impulso do capital rumo à auto-expansão e à acumulação que engendra o problema da incontrolabilidade. Isso porque, de acordo com Paniago (2012, p. 130) “[...] para que o processo sociometabólico possas se adequar à realização de tais objetivos autorreprodutivos, tem que submeter todas as potencialidades subjetivas e materiais existentes a sua *causa sui* (causa de si mesmo), conformando um modo de controle sociometabólico hierárquico e autoritário que a tudo domina num sistema incontrolável em sua própria natureza” O capital, de acordo com Mészáros (2002, p. 98), “[...] é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, antes mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados (ou, mais tarde, pelos funcionários do Estado de tipo soviético)”.

mera ausência de sintomas e formas de manifestação dos ciclos de crises periódicas não deve levar a se supor que vivemos a recuperação de uma fase de “desenvolvimento saudável e sustentado”, muito menos achar que pode ser reinventado um período de crescimento semelhante àquele que sucedeu, no passado, à crise de 1929. Muito pelo contrário, “a antiga ‘anormalidade’ das crises [...], nas condições atuais, pode, em doses diárias menores, se tornar a normalidade do ‘capitalismo organizado’” (PANIAGO, 2012, p. 54).

Não por acaso, Mészáros (2002) elenca as características fundamentais da novidade histórica que demarca a crise atual:

- 1) A crise tem um caráter *universal*, ao invés de *restrito* a uma *esfera particular* (por exemplo, *financeira* ou *comercial*, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- 2) Sua abrangência é, de fato, mundial, em lugar de limitada a um *conjunto particular* de países (como tem sido todas as principais crises cíclicas);
- 3) sua escala de tempo é *extensa*, contínua – se preferir, permanente - em lugar de *limitada e cíclica*, como foram todas as crises anteriores do capital e;
- 4) diferente das erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, o modo em que se desdobra a crise estrutural poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as *convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas* no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria – agora ativamente empenhada na ‘administração da crise’ e ‘no deslocamento’ mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2010, p. 69-70).

Portanto, no ponto de vista de Mészáros, não se trata de uma crise periódica (cíclica), porque destas, como assinala Costa (2012, p. 133), “[...] o capital já adquiriu vasta experiência e desenvolveu ferramentas para atenuar seus efeitos mais perversos e ressurgir desse processo num patamar superior”. Já a crise estrutural é bem mais complexa, “[...] com duração mais longa e efeitos devastadores mais acentuados” (COSTA, 2012, 134). Suas consequências provocam transformações profundas em todo o tecido social. Diferente, portanto,

das crises periódicas¹⁷, a crise sistêmica têm uma dimensão espaço-temporal diferenciada, pois é “rastejante”, de longa duração e engendra a capacidade de desestruturar toda a ordem social. Como consequências desse processo de crise permanente:

[...] acentuam-se os elementos destrutivos que presidem a lógica do capital. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, inter-empresas e inter-potências políticas do capital, mais nefastas são suas consequências. Duas manifestações são mais virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente. Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza (ANTUNES, 2002, p. 37)

Como síntese deste item, destacamos duas inferências importantes no contexto de crise estrutural: 1) nenhuma dessas transformações modificou [nem poderiam modificar] a essência da relação capital x trabalho, isto é, a *exploração do da força de trabalho*; pelo contrário, tal essência, conclusivamente *mundalizada e universalizada*, exponencia-se, potencIALIZA-se, amplia-se a cada dia; 2) a ordem do capital *esgotou* completamente as suas *potencialidades progressistas*, ainda que essas potencialidades fossem bastante restritas às classes trabalhadoras no passado, constituindo-se, agora, em vetor de travagem e reversão de todas as conquistas civilizatórias (NETTO, 2012, p. 15).

Estes elementos ganham força a partir das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais ocorridas entre as décadas 1960/1970 e, posteriormente, na década de 1980, ao redor do mundo, quando se iniciaram com

¹⁷ Segundo Mészáros (2004, p. 16): “[...] a época da crise estrutural do sistema do capital, ao contrário das crises conjunturais do capitalismo antes enfrentadas e mais facilmente superadas, traz consigo consequências radicais para o nosso presente e futuro. Assim, diante do fato de que está em jogo nada menos que a viabilidade continuada (ou não) *das forças sistêmicas* hoje dominantes, mas crescentemente destrutivas, somente uma mudança verdadeiramente *fundamental* resolverá a crescente crise estrutural do modo atual de reprodução sociometabólica. [...] Pelo contrário, é um sistema orgânico de reprodução sociometabólico, dotado de lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativos, que subordina a si – para melhor e para pior, pois conforme as alterações das circunstâncias históricas – todas as áreas da atividade humana, desde os processos econômicos mais básicos até mesmo os domínios intelectuais e culturais mais mediados e sofisticados”.

maior intensidade as lutas e rebeliões de 1968 na Europa, a contestação mais vigorosa (e posterior derrocada) do regime “comunista” no leste Europeu e na URSS, assim como no interior do sistema do capital (queda da taxa de lucro, superacumulação, crise do fordismo, etc.) nos países capitalistas centrais, impondo a estes últimos mecanismos de retomada de acumulação do capital.

Tentando apreender os traços mais significativos da crise que se instala nesse período, Mészáros (2002), expôs que o fracasso de dois importantes sistemas estatais de controle e regulação do capital no século XX: o de tipo Keynesiano, que vigorou nas sociedades capitalistas marcadas pelo *Welfare State*¹⁸ (Estado de bem-estar social), e o outro, “[...] ‘de tipo soviético’ na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS e nas demais sociedades pós-capitalistas”, expressavam um processo de maior complexidade e de ordem estrutural, cujas implicações negativas demonstravam o afloramento de um processo que permanece se desenvolvendo até os dias de hoje.

Voltemos nossa atenção às décadas de 1960 e 1970, pois este período demarca uma importante guinada do capital, na medida em que se deu o início do projeto/processo visando a,

[...] tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital especulativo-financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os chamados “ataques especulativos” contra economias nacionais (NETTO, 2012, p. 8)

¹⁸ Grosso modo, o Estado do Bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, *Welfare State* e refere-se à forma de organização político-econômica que tem no Estado um agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. O *Welfare State* foi aplicado nos países europeus logo após a crise de 1929, perdurando até os idos da década de 1980, quando a orientação do Estado como um agente regulamentador da vida e saúde social, política e econômica dos países europeus deixa de ser prioridade.

Esse processo resulta no agravamento de dois problemas sérios: o desemprego estrutural¹⁹ e a precarização²⁰ das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora²¹.

Dentro dessa perspectiva, Antunes (2002) expõe que as mudanças no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando, após um longo período de acumulação de capitais (auge do fordismo²² e do keynesianismo²³), iniciou-se a constituição de um quadro crítico no modelo de acumulação, seguem um desenho com as seguintes tendências:

- 1) o padrão produtivo do tipo taylorista e fordista vem sendo ampla, desigual e crescentemente substituído ou alterado onde é possível e favorável ao capital pelas formas produtivas denominadas flexibilizadas e desregulamentadas,

¹⁹ A esse respeito Mészáros (2004, p. 17, itálicos do autor) expõe que “[...] o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos - e cada vez mais raros - empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação ‘racionalizadora’ não está mais limitada aos ‘ramos periféricos de uma indústria obsoleta’, mas abarca alguns dos *mais desenvolvidos* e modernizadores setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial. Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos ‘normais’ e voluntariamente aceitos do ‘crescimento e do desenvolvimento’, mas de seu movimento em direção ao colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos ‘bolsões de subdesenvolvimento’, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transformam até mesmo as últimas conquistas do ‘desenvolvimento’, da ‘racionalização’ e da ‘modernização’ em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais uma multidão socialmente impotente, apática e fragmentada de pessoas ‘desprivilegiadas’, mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade”

²⁰ O que se convencionou denominar de precarização, ou processo de precarização, se refere a uma diversidade de situações laborais atípicas, por vezes extremamente degradantes, que se tornaram mais expressivas nos anos de 1960-1970, como reflexo da crise do sistema econômico. A nova morfologia do trabalho precário apresenta inúmeras ramificações e nuances, como veremos mais adiante.

²¹ Vários autores (ANTUNES, 1999, 2000; ALVES, 2000; BIHR, 1999; DEDECCA, 1996, 1998; MATTOSO, 1998; OLIVEIRA, 1998; SOARES, 1998) mostram que a acumulação flexível/reestruturação do capital, acompanhada pela adoção mais ou menos generalizada de políticas macroeconômicas de cunho neoliberal, levou a dramáticas alterações na realidade produtiva e na morfologia da classe trabalhadora.

²² É preciso ponderar (e especificar) que o fordismo se deu de modo razoavelmente mais instável nos países “centrais” do que nos países “periféricos”. Nestes últimos, vigorou o que para alguns autores é chamado de “fordismo periférico”. No Brasil, por exemplo, Guimarães (2002 s/p), apoiada em Ferreira (1997), expõe que: “[...] o desenvolvimento do fordismo periférico foi viabilizado a partir do financiamento externo estatal ou investimento privado fortemente subsidiado. O fordismo, enquanto princípio de organização ocorreu de maneira limitada e desigual no que se refere às diferenças regionais e setoriais”.

²³ Keynesianismo foi o conjunto de ideias político-econômicas cuja gênese remonta do economista inglês John Maynard Keynes (1883 a 1946). Na prática, foi a aplicação do Estado de bem-estar social na Europa pós-29, numa tentativa minimizar (ou controlar) as contradições inerentes ao desenvolvimento do capital.

cujos exemplo maior é o das formas de acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos;

- 2) o modelo político-econômico social-democrática, basilar para o chamado Estado de Bem Estar Social, vem também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social em vários países “centrais” (ANTUNES, 2002, p. 37).

O período de transição dialética de um modelo a outro foi marcado pela intensificação das “[...] transformações no próprio processo produtivo, através do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordista” (ANTUNES, 2002, p. 41). Sobressaiu-se o modelo toyotista ou japonês²⁴.

Evidentemente, a incorporação deste modelo expressa (ou corresponde) a materialidade contraditória do capital num determinado período histórico-geográfico, o que significa que a incorporação do toyotismo se deu (e se dá) “[...] dentro dos parâmetros políticos, culturais e econômicos de cada país” (MARCELINO, 2004, p. 81). Isto é, de acordo com múltiplas *diferencialidades* e *particularidades* que cada região possui.

Os traços fenomênicos fundamentais que expressam o processo de crise do capital e seus impactos sobre o trabalho são: a difusão da liberalização ou neoliberalização econômica, a desregulamentação dos direitos do trabalho, a expansão sem precedentes dos mercados financeiros, a introdução de modalidades flexíveis de trabalho, a transnacionalização, a subcontratação/terceirização, etc., Estes elementos, dada a totalidade da crise, estão, em maior ou menor grau, interconectados, de modo que repercutem intensamente nas formas de “[...] pensar,

²⁴ Segundo Marcelino (2004, p. 79), “O toyotismo teve nascimento associado à grave crise econômica que vivia o Japão no período pós-II Guerra Mundial. Nesse período o país sofria com a escassez da força de trabalho, de matérias-primas e desenvolvimento tecnológico necessário para tirar o Japão da situação dramática em que se encontrava. Ao mesmo tempo, havia uma exigência cada vez maior de responder com o máximo de agilidade e eficiência às demandas do mercado por pequenas quantidades de numerosos produtos. Tal contexto exigiu da indústria japonesa mudanças na organização do trabalho que respondessem às suas próprias necessidades de maximização de lucros, assim como a obrigou a se adaptar às condições de produção dadas. A partir dessa situação, surgem, ainda no decorrer da década de 1940, as primeiras iniciativas modernizadoras, cuja pioneira foi a de um engenheiro da empresa automobilística Toyota Motor Co., Taiichi Ohno. Suas propostas ofereciam soluções para a necessidade do capital de aumentar seus lucros por meio da diminuição gradativa da força de trabalho, da reorganização do espaço produtivo, da desconstrução da autonomia sindical e dos direitos dos trabalhadores”.

agir e sentir, nos sistemas de poder, nos hábitos de consumo e nas atitudes culturais, nas maneiras de organização espacial e do tempo” (JINKINGS, 2002, p. 23). Portanto, como dissemos, trata-se de um processo referente à totalidade social imposta pela universalização da crise em escala mundial.

A grande maioria dos estudos sobre o processo de transformação na ordem do sistema a partir das décadas de 1970/1980, guardadas as devidas diferenças de análise, está pautada num conjunto de processos correspondentes às exigências impostas pela própria lógica sistêmica (ANTUNES, 2002; MÉSZÁROS, 2002; HARVEY, 2011).

Estas exigências são produtos do próprio desenvolvimento contraditório do capital e, portanto, “naturais”, no sentido de que o sistema precisa, sempre que necessário, reorganizar-se de modo a se manter como sistema sociometabólico dominante. Estas reorganizações contínuas estão intimamente relacionadas aos problemas das crises periódicas, pois nos momentos de crise há sempre uma rearrumação em certos aspectos fundamentais do capital, com consequências geralmente catastróficas para aquilo que Antunes denomina por *classe-que-vive-do-trabalho*²⁵. Por conta de uma série de novas características, de acordo com Mészáros (2002) e Netto (2010), o período da década de 1970/1980 demarca uma nova fase histórica do capital como nunca antes ocorrera. Segundo estes autores, nesta fase histórica (e geográfica), o capital busca outros meios que possibilitem à continuidade de sua autorreprodução. As contradições e antagonismos nessa nova fase continuam a existir, por vezes, em níveis e escalas diferentes, como formas inerentes e dinamizadoras do sistema. O capital é um sistema paradoxal, muda para permanecer o mesmo.

²⁵ Para Antunes (2005, p. 52), “[...] uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora, hoje, a *classe-que-vive-do-trabalho*, deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva. Estão excluídos, em nosso entendimento, isto é, não fazem parte da classe trabalhadora, os gestores do capital, que são parte constitutiva (objetiva e subjetivamente) das classes proprietárias, e exercem um papel central no controle, no mando, na hierarquia e na gestão do processo de valorização e reprodução do capital. Eles são as personificações assumidas pelo capital. Estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação. Os pequenos empresários urbanos e rurais, proprietários dos meios de sua produção, estão, em nosso entendimento, excluídos da noção ampliada que aqui desenvolvemos de classe trabalhadora, porque não vendem seu trabalho diretamente em troca de salário, ainda que possam ser - e frequentemente, sejam - aliados importantes da classe trabalhadora assalariada”.

É dentro deste processo dialético de mudanças profundas atreladas à processos de continuidade/descontinuidades (avanços e retrocessos) que, naquele momento, a necessidade do padrão de acumulação do tipo fordista (base essencial utilizada pelo capital) tem sua centralidade “deslocada”, isto é, rearticulada (mas não eliminada completamente) segundo às exigências do movimento desigual-combinado do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, surge em cena um “substituto” ²⁶ ao “antigo modelo”, este denominado de acumulação flexível (HARVEY, 2011). Este mesmo autor aponta ainda que o “compromisso” fordista, com tudo o que o padrão significava em termos de organização produtiva, ganhos capitalistas e rebatimentos para a classe trabalhadora, deixou de ser central quando a base material do sistema entrou em crise, forçando assim o capital à implantação de um novo modelo. Bihr (1998) coloca a questão nestes termos:

[...] a acumulação com característica dominante intensiva tende a desenvolver as forças produtivas da sociedade sem levar em conta as proporções a serem respeitadas entre os diferentes ramos da produção social, nem tampouco a capacidade total de consumo da sociedade: demanda solvente. Ele corre permanente risco de desembocar em uma crise de superprodução, devido a uma insuficiência de meios de garantir a venda de produtos (BIHR, 1998, p. 41).

Sinteticamente, Bihr (1998) demonstra os riscos de um padrão de acumulação rígido ao mesmo tempo em que chama a atenção para os problemas da base material entrelaçados aos próprios mecanismos internos de desenvolvimento do capital, significativamente no que tange às crises periódicas. Ao pormenorizar detalhadamente as metamorfoses no sistema produtivo do capital na transição entre as décadas de 1960 e 1970-80, aponta alguns elementos importantes que levaram à adoção do padrão de acumulação por parte de inúmeras empresas/indústrias:

- 1) redução dos ganhos de produtividade: devido à limitações técnicas e sociais do aparato fordista/taylorista de produção. Enquanto se expandiu para outros setores, havia ganhos excedentes, mas esse movimento não podia ser

²⁶ É preciso tomar cuidado quando se fala em substituição, esgotamento, fim do fordismo, pois a dialética marxiana nos ensina que os processos sociais são sempre envoltos de contradições, de continuidades e rupturas, de elementos do novo no velho, assim como de elementos do velho no novo. O destaque à acumulação flexível enquanto elemento novo não exclui, portanto, necessariamente, o fordismo, mas pode muito bem mesclar-se a este.

eterno. Segundo este autor, mesmo a combatividade operária na década de 1960 estava relacionada com a questão da produtividade fordista. Se por um lado, o aprofundamento desta forma de produção tornava o trabalho ainda mais exaustivo, o que, em certas situações, acabava por atrapalhar o processo produtivo, em vez de ajudar, pelo outro, amplia o descontentamento de classe;

- 2) ampliação da composição orgânica do capital: *queda na taxa de lucro em virtude do aumento do capital constante em oposição à diminuição do capital variável*;
- 3) saturação da norma social de consumo: o mercado ficou saturado de produtos justamente quando o fordismo precisava aumentar sua produção para compensar as perdas nos lucros;
- 4) desenvolvimento das formas de *trabalho improdutivo: serviços em geral* (BIHR, 1998, p. 69-73).

O mesmo autor assevera que:

[...] durante toda essa fase de crise, o esgotamento do fordismo se confirma: os ganhos de produtividade continuam a diminuir; o custo de investimentos aumenta; se o medo do desemprego permite restabelecer progressivamente a disciplina do trabalho e, conseqüentemente, recuperar em certa medida a taxa de mais-valia, esta recuperação está comprometida, por um lado, pelo crescimento das retiradas obrigatórias que se mantém. Nessas condições, a melhora da taxa de lucro observada é insuficiente para reestimular o investimento: a produção não encontra em parte alguma seu nível anterior e conseqüentemente, o desemprego aumenta (BIHR, 1998, p, 75).

Diante desse problema, houve, conforme Bihir (1998), um chamado à luta de classes, porque os abalos no mundo do trabalho referiam-se não só à produção do capital, mas à própria reprodução social da força de trabalho. Sob tais condições acirrou-se o processo de luta de classes. No entanto, segundo este autor, apesar da exacerbação dos conflitos de classes, os trabalhadores não conseguiram transpor a órbita do capital, permanecendo, no geral, “encapsulados” aos parâmetros

ideológicos e políticos capitalistas, muito por conta do poder de influência exercido, naquele momento, pela socialdemocracia e pelo aparato ideo-político²⁷ neoliberal. Dessa forma, desprovidas de uma base organizativa que poderia garantir maiores possibilidades de convergência entre as diversas formas de luta e, por mais importantes que tenham sido tais lutas, elas continuaram “presas” ao seu oponente (BIHR, 1998, p. 64-65).

Por sua vez, analisando aquele período, Sposito (2012); Santos (2012) destacam o peso dos IED (Investimentos Externos Diretos). Para estes autores, a crise forçou as empresas dos países centrais a intensificar os investimentos no exterior, ao mesmo tempo em que tiveram que diminuir os investimentos no mercado doméstico. Dessa maneira,

A resposta das empresas à queda da demanda doméstica da rentabilidade foi o aumento significativo do (IED) Investimentos externos diretos, cujos valores ultrapassaram as cifras de investimentos em países de origem e foram superiores ao comércio de bens de serviços. Com isso, os grupos e empresas contribuíram para a eliminação cumulativa das regulamentações fordistas, isto é, o capital buscava liberar instituições que regulavam seus movimentos (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 29).

Na mesma medida, Chesnais (1996, p. 33), procurando sintetizar o problema, enumerou os seguintes elementos que se impuseram no referido período: 1) concentração do IED na tríade: (Estados Unidos, Europa e Japão); 2) ampliação das trocas comerciais sendo realizadas no intercâmbio intragrupo; 3) integração vertical e horizontal das unidades graças ao IED; 4) organização das “empresas-rede” entre determinados grupos industriais/fabris; 5) interpenetração de diferentes capitais (fusões, aquisições, etc.); 6) ampliação e/ou surgimento de oligopólios mundiais em um número crescente de indústrias; 7) movimento de mundialização excludente e subordinador dos chamados “países periféricos” ou “países em desenvolvimento” (CHESNAIS, 1996 *apud* SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 30).

Esses aspectos foram, segundo Sposito e Santos (2012), decisivos para a intensificação do processo de centralização do capital, entendidos por eles como a “[...] incorporação de capitalistas menores e menos competitivos pelos maiores e

²⁷ Neologismo que indica o caráter ideológico e político (pró-capital) da socialdemocracia e do neoliberalismo.

mais competitivos, isto é, pela mudança da distribuição da propriedade do capital que já estava em movimento” (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 30). Além disso, a centralização do capital possibilitou que houvesse uma efetiva ampliação e mobilização de novos capitais. Essa concentração só foi possível por meio da ampliação da extração de mais-valor (via trabalho) dos capitais individuais num processo contínuo de expansão, que também foi (e é) espacial, mediante o uso e controle territorial.

Por outro lado, intimamente ligado a este processo, houve a necessidade de reinvestir o mais-valor social no intuito de acelerar o processo de acumulação, o que, por sua vez, exigiu a implantação das políticas de privatização, de desregulamentação financeira e do mercado de força de trabalho. É nesse sentido que a intervenção estatal de novo tipo (neoliberal), mas sob o velho manto (capitalista), passa a ser fundamental.

Em certo sentido, pode-se dizer que estas mudanças econômicas e políticas estavam diretamente relacionadas a problemas no processo de acumulação do capital, o qual, até então, estava ancorado no modelo rígido e/ou fordista, o que ocasionara complicações ao avanço da expansão do processo de acumulação, de modo que o capital precisou dar uma resposta que possibilitasse “abrir caminho” para a continuidade da acumulação.

O problema é que, de acordo com Sposito; Santos (2012) essa renovação no padrão de acumulação extrapolou os limites das economias “centrais”, exigindo, ontem como hoje, a reaplicação contínua do excedente extraído do trabalho no processo produtivo, com a finalidade de gerar ainda mais excedente²⁸. Sucede que:

A reprodução do capital ocorre sempre em escala ampliada e os excedentes são reaplicados constantemente em novos meios de produção – modernização, ampliação da escala de produção etc. à medida que cada acumulação torna-se meio de uma nova acumulação, há um aumento da concentração de meios de produção e do comando correspondente sobre o exército menor ou maior de

²⁸ Deve-se ainda destacar o caráter rentista do capitalismo nesse processo, como é o caso da relação entre o valor rentista e o trabalho improdutivo e intelectual. Por exemplo, “[...] os lucros derivados da mercantilização do conhecimento e da informação são rendas, rendas do conhecimento. Os donos do conhecimento operam como latifundiários e como os donos de terrenos que auferem renda da terra. Os donos do conhecimento são, assim, capitalistas improdutivos e rentistas”. (ROTTA, 2013 s/p). Disponível em: < <http://marx21.com/2013/07/29/marx-reloaded-e-a-economia-do-conhecimento/>>. Acesso em: 02/04/2014. Assim, “A produção do conhecimento é uma atividade improdutiva que, por definição, não gera nova riqueza. A produção do conhecimento gera sim lucros, mas estes lucros representam uma realocação da mais-valia gerada pelas atividades produtivas” (idem).

trabalhadores, bem como a ampliação da retirada de mais-valia absoluta e relativa (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 18).

Na tentativa de apreender estes processos e como eles interferem no espaço geográfico, Harvey formula sua tese da acumulação flexível. Essa questão será abordada mais adiante. Tese esta que, segundo Antunes (2012, p. 29), é reveladora do caráter sistêmico do capital contemporâneo que, apesar transformações transcorridas, continua: 1) calcado num tipo específico de crescimento, voltado para si próprio, para a sua autorreprodução; 2) tal crescimento em valores reais se ancora na exploração e extração de mais-valor do trabalho vivo (mais precisamente na força de trabalho) e, 3) o capital tem ainda o trunfo de sua intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional. Esses elementos, mesmo com todas as mudanças, expressas em novas determinações, são ainda constitutivos do sistema do capital. Apesar disso, o período que demarca a crise estrutural, pode ser tido, como indica Harvey (2011), como a época da *acumulação flexível*, justamente porque as novas determinações empiricamente verificáveis demonstram demarcam diferenças ulteriores no sistema do capital. Não é casual, portanto, que, segundo Harvey (2011), o período em questão, tenha exercido forte influência na organização do trabalho e do espaço geográfico. O autor acredita que a acumulação flexível:

[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo: Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor terciário”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a Terceira Itália, Flandres, os vários vales e gargantas de silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados) (HARVEY, 2011, p. 140).

Estas constatações, portanto, demonstram um período (1970/1980) de transição na ordem sistêmica, ou mais precisamente uma tendência que implicou (implica) em profundas transformações no mundo do trabalho. Essas metamorfoses vinculam-se à própria processualidade da forma de ser do capital que se move

através de crises cíclicas que se sucedem. No entanto, o período que estamos tratando é, conforme Mészáros (2002), o da crise estrutural, sendo que as crises cíclicas estão “presas” a uma forma de crise sistêmica e rejuvenescedora da ordem metabólica. É, portanto, devido a crise estrutural que se tornou imperativo ao capital a constituição de um novo regime acumulação.

Marcelino (2004) destaca algumas das determinações desta fase histórica que, como afirma Mészáros (2002), concerne a um momento decisivo para o capital, uma época de crise estrutural:

- 1) queda tendencial da taxa de lucro devido ao aumento do preço da força de trabalho e às lutas operárias de fins da década de 1960;
- 2) tendência ao esgotamento da acumulação taylorista/fordista de produção, dado, dentre outros fatores, pela incapacidade de responder à retração do consumo;
- 3) hipertrofia da esfera financeira, cujo principal instrumento é a *especulação*, o *rentismo* e o *parasitismo*, com autonomia relativa das finanças em relação ao capital produtivo;
- 4) ampliação e intensificação da *concentração de capitais* com as *fusões*, *aquisições*, *monopolizações* de *empresas transnacionais*;
- 5) crise e decadência do já problemático Estado de Bem-Estar social com consequente crise fiscal do Estado, obrigando-o a reduzir os gastos públicos, inclusive com políticas de desestatização;
- 6) *desregulamentação*, *flexibilização*, *precarização* etc., do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho. Esse período, marcado pelo fim do ciclo expansionista do capital, principalmente nos países centrais, no pós-guerra, é caracterizado por um forte ataque do Estado e do capital contra a classe trabalhadora e suas conquistas no período fordista (MARCELINO, 2004, p. 65).

Não nos equivoquemos quanto às indicações destas (novas) determinações (políticas, econômicas, sociais, etc.) estarem ligadas ao processo produtivo, pois esta esfera é um determinante determinado dentro da lógica totalizante do capital.

A crise estrutural, cujas expressões mais ou menos visíveis se aparecem (e ganham destaque) a partir das alterações no processo produtivo (relação capital x trabalho), mas é preciso sempre tentar observar esse processo pelo viés dialético, ou seja, como um elemento de destaque que influencia e é influenciado dentro de uma dada totalidade em movimento. A totalidade do capital é composta por mediações, determinações, contradições e antagonismos que não estão dispostos rígida ou fixadamente, mais sim em movimento contínuo. Destacar as alterações no processo produtivo não significa toma-lo como algo inteiramente novo, surgido do nada histórico, mas sim desse processo *dinâmico-dialético* (*contraditório* e *antagônico*) que é o capital. Da mesma forma, não se pode ver a crise estrutural como um processo fechado, em que as consequências negativas implicam necessariamente numa catástrofe. A história, por mais perigosa e problemática, está sempre em aberto, justamente por ser uma construção humana e social.

Voltemos à crise e seus rebatimentos no mundo do trabalho!

Antunes (2001), pensando junto com Mészáros, destaca que este período de metamorfose do capital (crise do fordismo e do keynesianismo) evidenciou, na realidade, a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Nas palavras do autor, essa transição exprime,

[...] em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro. Era também a manifestação tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrollabilidade do sistema de metabolismo social do capital (ANTUNES, 2001, p. 31).

Nesta mesma perspectiva, Alves (2012) indica que a crise inaugurou uma “[...] nova temporalidade histórica do desenvolvimento civilizatório, caracterizada por um conjunto de fenômenos sociais qualitativamente novos que compõem o capitalismo global” (ALVES, 2012, s/p Internet)²⁹. Conforme este autor, o capital, em seu

²⁹ ALVES, Giovanni. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. Disponível: <<http://www.controversia.com.br/index.php?act=textos&id=13670>>. Acesso em: 05/10/2012

processo de expansão irrefreável e incontrolável³⁰, ao atingir o limiar do século XXI, está cada vez mais impulsionado significativas parcelas da sociedade à barbárie. O autor resume o momento decisivo em que se encontra a sociedade capitalista e, por conseguinte a humanidade:

- 1) estar sob a *hegemonia do capital financeiro*, isto é, um processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia do processo de *financeirização* no sentido de que o *capital-especulativo-parasitário-rentista* tende a imprimir sua marca sob as demais frações do capital (o capital industrial e o capital comercial);
- 2) ser o *sistema sociometabólico de produção destrutiva*, isto é, ser a *expressão mais desenvolvida da lei da queda tendencial da utilização dos valores de uso, do desperdício crescente e generalizado*, tal como nos indicou Marx e, posteriormente, foi reforçado por Mészáros em seu magnum opus: “Para Além do Capital”;
- 3) expressar a *contradição histórica (geográfica)* mais dilacerante já surgida: a contradição entre civilização e barbárie, entre desenvolvimento das forças produtivas enquanto pressuposto negado (mas efetivo) do processo civilizatório; e o desenvolvimento das relações sociais do capital e do capitalismo, postas como obstáculos à plena realização das possibilidades concretas de emancipação humano-genérica, pressupostos nos objetos de uso, produto socializado e da técnica (ALVES, 2007, p. 1-2).

Em suma, tais transformações impostas pela crise estão organicamente articuladas às mutações no mundo do trabalho e, portanto, vinculadas à *luta de classes*, que, enquanto “*motor da história*”, não pode ficar imune a este processo. Significativo, neste fenômeno, é que a eterna tensão entre *capital x trabalho* continua na ordem do dia. Isso porque, se a crise tende a afetar o conjunto da sociedade, isto significa que a maioria dos sujeitos sociais, ou seja, aqueles que

³⁰ De acordo com Mészáros (2002, p. 96), “[...] o sistema do capital é incontrolável, isto é, um sistema que por sua própria natureza ‘escapa a um significativo grau de controle humano’, de tal mo que, se transforma numa potência social ‘totalizadora’ que é ‘irrecusável e irresistível’, ou seja, uma potência à qual ‘inclusive seres humanos, devem se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer caso não consigam se adaptar’”.

vendem a sua força de trabalho sofrem com as inúmeras consequências deste processo (*fragmentação, heterogeneização, complexificação, etc.*) (ANTUNES, 2012). Ao mesmo tempo, estas transformações impõem alterações nas formas como o capital se utiliza dos territórios ao seu favor. Sob tais condições, trabalho e espaço (e/ou território), por se constituírem num todo articulado, entrelaçados ao sistema do capital, podem expressar de modos diversos os desdobramentos da crise estrutural (THOMAZ Jr, 2011).

Pensamos que o período atual de mundialização (CHESNAIS, 1996) e crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002) que vem se desenrolando desde às décadas de 1970 e 1980, fundamentalmente, no que tange ao processo produtivo do capital, pela via da reestruturação produtiva (ALVEZ, 2000), colocou em cena “[...] uma conjuntura de transformações territoriais, espaciais e sociais decisivas no âmbito da luta de classes” (THOMAZ JR, 2004, p. 9). Estas mudanças, portanto, estão devidamente entrelaçadas à dinâmica contraditória entre capital x trabalho e, por conseguinte, reverberam no espaço geográfico, ganhando expressividade nos territórios.

Em se tratando da *nova morfologia* da classe trabalhadora (ANTUNES, 2001), devidamente articulada ao próprio desenvolvimento e as exigências do capital atual, a *classe trabalhadora* carrega em si as marcas desse processo, por isso sua composição se apresenta, cada vez mais, de forma heterogeneizada e complexificada, haja vista o fato da intensificação maciça da “[...] subproletarização do trabalho, expressa nas formas de [trabalho] precário, parcial, temporário, autônomo, etc.” (THOMAZ JR, 2011a, p. 115), formas *subproletarizadas* de trabalho que, nas atuais circunstâncias, tem se tornando *constitutivas* da vida cotidiana da grande maioria da classe trabalhadora ao redor do mundo.

Como assinalamos anteriormente, as características do processo de crise estrutural do capital ganham ainda maior relevância no momento em que entra em cena o processo do novo regime de acumulação flexível a partir das décadas de 1970 e 1980. Esse momento histórico (geográfico) do capital foi marcado por profundas e importantes transformações no interior de seu sistema. Desde então, como aponta Perpetua (2012, p. 251):

Este novo regime produtivo e de regulação difunde-se, não de maneira uniforme, mas de modo desigual e combinado com o regime fordista e regimes pretéritos, desde o centro do sistema capitalista

até sua periferia, impulsionado fortemente pela racionalidade das empresas, responsáveis pelo processo de reestruturação produtiva.

A *reestruturação produtiva*, aliás, passou a ser um determinante importante na reorganização socioespacial (e territorial) do trabalho, pois em sua forma toyotista, tem acarretado profundas mudanças no processo produtivo do sistema. O que, em termos geográficos, se traduz na reorganização territorial calcada no modelo de produção do tipo *toyotista* (FERRARI, 2012). Não por acaso, sob os moldes da reestruturação produtiva, tem ocorrido um “[...] processo de descentralização do toyotismo no mundo do trabalho, via multiplicação de postos de trabalho e empregos por fora do chão da fábrica” (RIBEIRO, 2010, p. 74), configuração esta que pode contribuir para significativos desdobramentos espaciais e territoriais (THOMAZ JR, 2011).

Um exemplo, dentre os inúmeros possíveis³¹ e que vai ao encontro ao nosso objeto de estudo, é o notável processo de intensificação do *trabalho terceirizado* (DRUCK, 1999; 2007; MARCELINO, 2004; ANTUNES, 2007; ALVES, 2013). A espacialização do trabalho terceirizado é um processo instigante, pois o avanço das formas de trabalho terceirizado/subcontratado, sua relação e rebatimento no(s) território(s), são processos intimamente relacionados à dinâmica do capital x trabalho, em que o espaço (e o território) não está imune, ao contrário, porque, as práticas de terceirização envolvem a *territorialização* de inúmeras empresas em conformações (e organizações) determinadas de acordo com o “jogo” intercapitalista, cujo fim é a valorização do valor e o lucro.

Não obstante, é preciso atentar as consequências desse processo para os trabalhadores terceirizados, haja vista que a utilização cada vez mais acentuada de trabalho terceirizado vem, quase sempre, seguida pela precarização (DRUCK, 1999). Dessa maneira, a intensificação do trabalho terceirizado, aparece como manifestação da pluralidade de combinações, contradições e determinações que envolvem o mundo do trabalho na fase atual do sistema do capital. E como dito

³¹ Em linhas gerais, Thomaz Jr (2011, p. 110-111), nos dá alguns exemplos nesse sentido: 1) a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, sub-contratado, “terceirizado”; informal; 4) verifica-se, também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos da expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, mas que fazem espacializar o conflito de classes e criam/constroem por dentro do mesmo conflito os territórios da resistência.

anteriormente, estas transformações reverberam “[...] sobre o mundo do trabalho, em todas as suas expressões” (THOMAZ JR, 2011a, p. 107), ao mesmo tempo em que revelam “[...] as características espaciais e as expressões territoriais” (Idem, p. 117).

Assim, mesmo com os impactos significativos das mutações no sistema do capital, evidenciadas tanto no âmbito do mundo do trabalho, com consequências espaciais e territoriais, a *centralidade do trabalho* se mantém como um dos pilares fundamentais do modo de produção capitalista, pois a força de trabalho, na ordem capitalista, por mais que se transforme, está sempre sobre o comando do capital. Se os mecanismos de *exploração, precarização, estranhamento e reificação* tendem a adquirir novos formatos, o que está em jogo é o processo *ontológico* objetivo deste sistema, no qual apropriação do trabalho alheio, isto é, a extração de valor (mais-valor) é o fio condutor de análise. As nuances, alterações, metamorfoses, complexificações, retrocessos, avanços, limitações, potencializações, etc., da *classe proletária e suas diversas e múltiplas frações ou extratos* dentro de um contexto determinado histórica e geograficamente, indicam que o capital, “*muda para permanecer sempre o mesmo*”.

É sobre o fulcro destas premissas que, já de antemão, surgem algumas questões relevantes que dizem respeito ao nosso objeto de estudo. Por exemplo: Quais são os desdobramentos do processo dinâmico-contraditório que envolve a articulação entre território e força de trabalho (*terceirizada*), sua formas de espacialização, isto é, o processo de reciprocidade dialética entre estes dois determinantes, na medida em que o capital exige no período hodierno uma configuração diferenciada da própria estrutura e composição do sistema produtivo, cujo exemplo mais notável emana do sistema fabril contemporâneo? Qual o papel deste trabalho terceirizado e sua articulação dialética ao processo de *acumulação flexível/reestruturação produtiva* em determinados setores industriais num período de alta competitividade intercapitalista? Quais as possíveis conformações que o trabalho terceirizado pode adquirir em determinados subsetores-chave, como é o caso dos transportes? Quais as configurações territoriais mediante o trabalho terceirizado? E, fundamentalmente, como reagem as frações subproletarizadas de terceirizados e alguns de seus órgãos de representação, mediante a estas mudanças?

Antes de passarmos a uma análise da modalidade de trabalho terceirizado, todavia, destacaremos rapidamente alguns outros aspectos do processo de crise sistêmica e que, a nosso ver, são importantes para a compreensão dos porquês da utilização, cada vez maior e intensificada, da terceirização. Como tentaremos expor, a *financeirização* e *transnacionalização* do capital, mediante a atuação do *Estado*, na medida em que estão dialeticamente articulados à esfera produtiva do capital e, portanto, ao trabalho, guardando as devidas particularidades, limites e potencialidades de influência destes aspectos, contribuem para a exacerbação das formas de manifestação do trabalho precarizado, dentre as quais o trabalho terceirizado aparece (e se expande) de maneira peculiar, mas não menos problemática ao redor do mundo.

1.2. Elementos da lógica capitalista financeirizada e transnacionalizada: transferindo aos trabalhadores(as) (terceirizados/as) os encargos da crise

Diversos autores têm chamado a atenção para a trama envolvendo as práticas e estratégias histórico-geográficas das empresas, assim como o papel do Estado frente a importância das esferas: *financeira*, *transnacional* e *estatal*, dentro do contexto de inúmeras transformações no sistema do capital desde 1970/1980³² (SOJA, 1993; CHESNAIS, 1996; SALAMA, 1998; CARCANHOLO; NAKATANI, 1999; MOREIRA, 1999; ARROYO, 2006; PAULANI, 2006; HARVEY, 2010; LAPYDA, 2011; AMARAL, 2012; RIBEIRO, 2014). Sendo assim, dada a importância dessas esferas, principalmente porque, apesar das diferenças e particularidades destas esferas, existem vínculos que ligam estes processos ao da expansão da terceirização ao redor do mundo, faremos algumas observações tendo como suporte análises já realizadas sobre estes temas.

De acordo com Chesnais (1996), o processo de financeirização³³ demarca uma forma de manifestação de acumulação (dominância da valorização financeira)

³² Paulani (2009, p. 2) recorda que este período foi marcado também pelo baixo crescimento do produto, redução de salários e desemprego em boa parte dos países, enorme crescimento do valor dos ativos financeiros, conjuntura instável entrecortada por sobressaltos monetários e financeiros com alto poder de contágio entre os países.

³³ O termo financeirização, como ressaltam, Carcanholo e Nakatani (1999) é bastante impreciso, porque, no geral, trata-se de tentativa de taxar a dinâmica de um processo. Aliás, não existem

que tem se estabelecido desde o final dos anos de 1980 como um dos *elementos-chave* sobre o qual deve recair a análise do processo de acumulação. Nas palavras do autor: “A pedra angular dessa construção é a esfera financeira” (CHESNAIS, 1997, p. 7-8 *apud* PAULANI, 2009, p. 2).

Para Chenais (1996), na análise do que ele denomina de um *regime de acumulação com dominância financeira*, destaca-se a importância assumida pelo “capital fictício calcado surgimento dos mercados de títulos, a desintermediação bancária e a falta de regulação, são fatores contribuintes para constituição da dominância financeira” (CIPOLLA; PINTO, 2010, p. 7), num “[...] movimento que em que as aplicações de caráter financeiro são preferidas face ao investimento em capital produtivo, devido ao seu retorno de curto prazo” (idem). Segundo Cipolla e Pinto (2010), Chesnais, reconhece o

[...] capitalismo contemporâneo marcado pela hipertrofia financeira, num movimento em que as aplicações de caráter financeiro são preferidas face ao investimento em capital produtivo, devido ao seu retorno de curto prazo: ‘Esse capital privilegia as operações de aplicação de curto prazo. Move-se de modo absolutamente clássico nos mercados acionários (...), mas é particularmente afeiçoado aos novos mercados de bônus’ (1998, p. 258), Devido à pressão exercida pelos mercados financeiros e acentuada pelos fundos de pensão, sobre a esfera produtiva, ‘os horizontes de valorização de muito curto prazo, ditados pelos imperativos financeiros (...) tendem a caracterizar o tipo de investimento próprio do regime de acumulação mundial predominantemente financeiro’ (CHESNAIS, 1998, p. 261 in CIPOLLA; PINTO, 2010, p. 7).

Outro autor que aponta para o processo de financeirização é Serfati (1998, p. 170), sua tese é de que “a força de trabalho e o ciclo produtivo estão, cada vez mais, em movimento para satisfazer às exigências do capital portador de juros”, de modo que o capital portador de juros passou de subordinado a dominante no contexto atual Cipolla e Pinto (2010, p. 8), resumem a posição de Serfati:

A tese da inversão de papéis é sustentada à partir de uma análise da atividade financeira dos grupos industriais franceses. Serfati argumenta que as ‘decisões relativas às atividades de produção estão cada vez mais encerradas na rede de contradições e de oportunidade geradas pelas ‘finanças globais’ (p. 142). As decisões

relativas ao modo de valorização sofreram nos últimos anos muitas modificações, o que torna os grupos industriais cada vez mais financeiros. A respeito do envolvimento dos grupos industriais no mercado cambial e de derivativos, Serfati (1998, p. 152) argumenta: ‘Esse comportamento aumenta a importância das estruturas ligadas às atividades financeiras puras, e coloca cada vez mais (...) os grupos industriais na ‘vanguarda’ das inovações financeiras’. A conduta dos grupos industriais, marcada pela dilatação entre a circulação dos ativos financeiros e movimento do capital produtivo, caracteriza-os como ‘um dos vetores mais poderosos da autonomização da circulação financeira e da dilatação desmesurada, mas puramente nominal, desse capital, conferindo-lhe um caráter amplamente ‘fictício’, no sentido dado por Marx’ (p.168-169).

Cipolla e Pinto (2010), analisando a tese de Husson (2010) sobre a financeirização, indicam que, para este autor, o processo se dá pelo distanciamento entre a taxa de lucro e a acumulação de capital. Nas palavras de Husson (2010): “É legítimo chamar de financeirização a distância entre o lucro e a acumulação, já que o lucro não acumulado corresponde principalmente à distribuição de rendas financeiras” (*apud* CIPOLLA; PINTO, 2010, p. 10) No entanto, segundo Cipolla e Pinto (2010, p. 10), esse autor é categórico ao afirmar que a “realização de valor só pode ocorrer no âmbito da produção, em contraposição à ideia de enriquecimento na Bolsa por outras vias que não a apropriação de mais-valia”.

Já para Carcanholo e Nakatani (1999), assim como para Gontijo (2009) a forma “adulterada” desse capital fictício, isto, é a forma especulativa e parasitária, tem prevalência. Gontijo, aliás, expõe que transformou o capital fictício “passou a “subordinar o capital industrial, tornado-se dominante no processo, com a velocidade com que dele se distanciou e com a magnitude que adquiriu, apoiado na dívida pública e no sistema financeiro especulativo” (GONTIJO, 2009, p.16 *apud* CIPOLLA; PINTO, 2010, p. 9). A novidade, segundo este mesmo autor, “ está na magnitude dessa expansão e na dominância do *capital financeiro parasitário* sobre o *capital industrial*, o que caracteriza a etapa atual de desenvolvimento do capitalismo como de globalização financeira” (idem, p. 17)³⁴.

Arroyo (2006), por sua vez, aponta que a financeirização se baseia, fundamentalmente, “[...] nos fluxos de capital que mantêm a forma monetária

³⁴ Gontijo (2009, p. 16), expõe que “o capital a deslocar-se para a órbita especulativa, expandindo consideravelmente o capital fictício parasitário, amplificado pela explosão das dívidas dos Estados nacionais, a ponto deste tornar-se dominante no processo, subordinando o capital produtivo a seu controle e estabelecendo novas normas e regras para o Estado garantir sua preservação”.

(aplicações financeiras)” (ARROYO, 2006, p. 2), sobretudo porque “[...] vinculados aos mercados de títulos, ações, empréstimos, financiamentos, moedas e derivativos” (Idem). Uma das explicações para a ampliação da esfera financeira nos é dada por Arroyo (2006, p. 3), segundo esta autora:

Uma das razões³⁵ para explicar esse aumento radica nas transformações experimentadas pelo sistema financeiro internacional ao longo das últimas décadas do século XX. Sua função clássica era a de estimular a poupança e facilitar sua transferência às melhores oportunidades de investimento, tanto nos mercados nacionais como nos internacionais; uma forma de melhorar o processo de alocação de recursos no interior da esfera produtiva. Essa função tem sido desvirtuada pelo explosivo crescimento no volume e variedade instrumental das transações nos mercados financeiros internacionais, gerando um movimento de valorização do capital quase autônomo, com massas de dinheiro circulando em busca de maximização do retorno e minimização do risco. Nas palavras de Salama (1998, p. 232), de ‘virtuosas’ as finanças tornam-se, então, ‘viciadas’.

No entanto, atualmente, ainda segundo Arroyo (2006), essa conformação adquire um novo caráter. “As instituições financeiras concorrem entre si com uma ampla oferta de novos produtos (instrumentos de emissão, instrumentos de opções múltiplas, contratos de fixação de taxas de juros, opções, futuros, *swaps*, etc.)” (ARROYO, 2006, p. 3) Isto significa um que as instituições estão envoltas num conjunto de “operações especulativas e de arbitragem que buscam lucros rápidos mediante o aproveitamento das diferenças internacionais nas taxas de juros e das flutuações nos tipos de câmbio” (idem). Há, portanto, um claro processo de *especularização, parazisitismo e rentismo* maciços envolvendo os principais agentes dentro da dinâmica da financeirização. Nesse sentido:

³⁵ Outros aspectos importantes dessa nova fase de financeirização são expostos por Amaral (2012, p. 64): “a) as alterações técnico-organizacionais ocorridas em outros momentos estavam assentadas numa ampliação da produtividade do trabalho dada por mudanças nos métodos e na organização da produção introduzidas pelo taylorismo/fordismo; em contrapartida, os processos mais recentes contam com uma mudança guiada pelo avanço das tecnologias da comunicação e da informação e assentada muito mais numa ampliação da produtividade do trabalho, comanda a elevação da taxa de lucro necessária para a superação da crise dos anos 1970; b) a primeira hegemonia da finança ocorrida entre o fim do século XIX e a crise de 1929 (e irrompida pelo ‘compromisso keynesiano’ estendido do New Deal até o final dos anos 1970), se caracteriza pela transformação na relação entre o setor financeiro e o produtivo, de modo que ‘a finança deixou de ser uma simples auxiliar da atividade das empresas e do financiamento de suas transações para torna-se, então, encarnação do capital enquanto propriedade, frente ao capital enquanto função’” (*apud* DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 31).

Os tipos de câmbio dependem, em grande parte, do jogo de especuladores providos de imensas massas de dinheiro e de instrumentos financeiros de crescente complexidade. A este fortalecimento dos processos especulativos e ao aumento da instabilidade financeira, soma-se uma volatilidade excessiva dos fluxos de capitais, introduzindo novos riscos. O maior problema decorrente dessas três características – especulação, instabilidade e volatilidade – é que, como se trata de um sistema fortemente integrado em escala internacional, os *shocks* são facilmente transmissíveis além das fronteiras, produzindo muitas vezes consequências nefastas para os territórios nacionais. A aparição de novos agentes financeiros privados também se tornou central para a configuração deste novo período. Entre eles, destacam-se: a) os *investidores institucionais* – fundos de pensão, fundos mútuos, seguradoras –, que ao concentrarem uma grande massa de recursos determinam o resultado do movimento (por exemplo, quando recebem sinais negativos, os administradores desses fundos tendem a fazer vendas maciças da moeda ameaçada, tornando a defesa da paridade cambial praticamente inviável e muito custosa para os bancos centrais); e b) os *global hedge funds*, investidores que reúnem montantes de capital privado para se engajarem em posições altamente alavancadas, com menores massas de capital que os demais participantes - são os especuladores por excelência e funcionam como sinalizadores do mercado (ARROYO, 2006, p. 3).

O destaque ao aspecto de esfera financeira pode levar ao equívoco em identificar esta como sendo quantitativamente mais importante que a valorização produtiva, no entanto, como assinala Paulani (2009), o processo de financeirização se dá de forma muito mais qualitativa do que quantitativa. Se a financeirização, em suas formas mais extremadas (fictícia e especulativa/parasitária, rentista), pode ou não ser tratada de modo inteiramente desvinculada da esfera produtiva/material, é algo para se verificar³⁶, já que as esferas produtivas e financeiras atuam, quase sempre, de modo combinado em prol do capital. Por isso, como escreve Sabani (2013, p. 12), enfatizar certos aspectos do processo de financeirização não implica “na negação do capital produtivo, nem de aspectos relativos às suas transformações, como no caso das mudanças tecnológicas, base da mais-valia relativa e extra”.

³⁶ Como ressalta Sabadini (2013, p. 11): “[...] algumas críticas, muitas delas bem fundamentadas, têm alertado que os autores que trabalham as temáticas da financeirização, globalização financeira, mundialização financeira, sobretudo aqueles que se utilizam do instrumental marxista, cometem equívocos quanto ao grau de importância que dão aos aspectos financeiros do capital, aparentemente ‘evitando’ a esfera da produção e as mudanças tecnológicas, podendo mesmo sugerir, implicitamente, a negação do trabalho como fonte da riqueza capitalista”.

O fato é que o processo de financeirização ao assumir formas e características (fictícia, especulativa, parasitária, rentista³⁷, etc.) próprias, ganha notoriedade no contexto de crise estrutural. Para Arroyo (2006, p. 4), uma dessas características

É cada vez mais frequente a busca de alternativas por obter lucros que não se restrinjam à produção pura e simples de bens e serviços. As grandes empresas ampliam expressivamente a posse de ativos financeiros, não apenas como reserva de capital para efetuar futuros investimentos produtivos, mas como mudanças decisivas na estrutura de sua riqueza patrimonial. Souza Braga (1993) fala de “financeirização da riqueza”, como expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar a riqueza no capitalismo. Exemplifica com o fato de que todas as corporações – mesmo as tipicamente industriais, como as do complexo metalmecânico e eletroeletrônico – têm em suas aplicações financeiras, de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global de riqueza. Assim, o capital industrial, mercantil e imobiliário se integra de tal maneira às estruturas e operações financeiras que resulta cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e onde terminam aqueles estritamente financeiros.

Ainda no que toca a essa questão da financeirização, Amaral (2012), ao analisar alguns autores que tratam do tema, aponta que nos marcos do neoliberalismo das últimas décadas, este processo se apresenta sob uma forma renovada com relação às épocas anteriores. Esta mesma autora, indica baseada em Duménil; Levy (2003, p. 31) que a financeirização atual tem tomado a forma de uma “[...] espaço financeiro internacional, de uma finança sem pátria, sem território, deslocalizada, caracterizada pela separação entre a propriedade e a gestão do capital” (AMARAL, 2012, p. 65), o que, segundo o autor, “[...] fortalece de maneira ainda mais intensa uma mudança profunda nas relações de propriedade capitalista e, conseqüentemente, na repartição das rendas” (idem, ibidem).

³⁷ Para Moreira (1999), encontramos-nos hoje num momento de hegemonia do capital financeiro-rentista. Esse caráter rentista é, segundo Chesnais (1996), uma das faces mais problemáticas da financeirização. Porque “[...] a esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela não cria nada por si própria. Representa a própria arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha, dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde. Quando a esfera financeira deixa de ser alimentada por fluxos substanciais, cuja origem encontra-se exclusivamente na esfera da produção, as tensões dentro do circuito fechado se intensificam, e com elas a aproximação de crises financeiras” (CHESNAIS, 1996, p. 309).

Alguns autores procuram evidenciar um traço característico fundamental do capital contemporâneo, identificado como financeirização³⁸, como um momento em que o capital se constitui sem pátria e deslocalizado. Mas essa elaboração parece ser exagerada, pois, por trás dos processos de financeirização, existe uma ordem hierárquica (nacional e territorial³⁹) e assimétrica de poder. Como aponta Arroyo (2006, p. 6): “As relações de assimetria e subordinação perduram, recriando os processos de diferenciação geográfica em escala mundial”. Na realidade, a financeirização pode até não ter pátria, “mas precisa dela” (ARROYO, 2006, p. 10).

Apesar do processo de financeirização possibilitar a ampliação relativa do “número de atores e de regiões envolvidos nessa dinâmica” (ARROYO, 2006, p. 2), o caráter eminentemente “[...] seletivo se mantém, sobretudo, nas possibilidades de usufruir as novas condições de fluidez e porosidade que o meio técnico-científico informacional oferece” (Idem). Existem, portanto, dentro do processo de financeirização, os espaços “que mandam” e os espaços “que obedecem”. Isso porque, a dominância da financeirização, como expõe Amaral (2012, p. 72), implica na “ideia de que a economia periférica que tem em sua cabine de comando o setor rentista está sujeita a uma intensa fragilidade financeira e aos impactos de potenciais crises financeiras sempre em germinação”.

Para a Paulani (2009), a financeirização contribui para processo que rebatem sobre o trabalho: 1) na relação de trabalho (crescimento do trabalho precarizado e

³⁸ “A dominância financeira - a financeirização - é expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. Por dominância, apreende-se, inclusive conceitualmente, o fato de que todas as corporações - mesmo as tipicamente industriais, como as do complexo metalmeccânico - têm em suas aplicações financeiras, de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global de riqueza” (BRAGA, 1993, p. 26). E, “Finalmente, compreenda-se que, em face da financeirização e da correspondente macroestrutura internacionalizada que perpassa os países, o capitalismo central não é mais o ‘capitalismo industrial’ em que, na ausência de crise, o empresário inovador capta crédito, avança gastos produtivos, compra força de trabalho, vende a produção, realiza lucros e tudo recomeça com vistas à produção (...). Ao contrário, no capitalismo atual, em particular desde o fim dos anos 60, guardadas as diferentes temporalidades nacionais, os grupos empresariais - verdadeiras corporações capitalistas - atuam simultaneamente, pela riqueza financeirizada e pela produção, engendrando, intermitentemente, as instabilidades oriundas da contradição entre realização de renda (produto) e de capitalização financeira. E, ademais, deixando o sistema, neste processo, como que permanentemente em crise, ou melhor, á beira da crise” (BRAGA, 1993, p. 47 *apud* CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 3).

³⁹ Como pontua Arroyo (2006, p. 6): “A economia internacional contemporânea, embora possa ser mais aberta e interdependente, ainda está formada por unidades de escala nacional: o território dos Estados. Isto é, essa economia continua associada ao sistema interestatal moderno. A questão, portanto, continua dependendo do tipo de inserção externa que cada uma de essas unidades nacionais possa atingir, fato que se relaciona diretamente com a divisão internacional do trabalho. A divisão internacional do trabalho é uma construção histórico-geográfica que mostra o caráter desigual do processo de desenvolvimento capitalista, isto é, a existência de relações de subordinação entre países”.

informal, do número de trabalhadores temporários, autônomos, tempo parcial, terceirizado, etc.) e, 2) para a forma de gestão do processo de trabalho (trabalhadores flexíveis, toyotismo), seja ainda na organização do processo produtivo como tal (generalização do *just in time*, costumeirização da produção, deslocalizações produtivas) (PAULANI, 2009, p. 9). Desta maneira:

[...] a produção de renda e riqueza real passa a se dar sob a lógica dos imperativos da valorização financeira. Seus processos devem ser adequados às necessidades de giro rápido e pronta condição de aproveitar ganhos que a acumulação financeira impõe, o 'mínimo' de rendimento real que a produção deve gerar é muito alto, dada a elevada valorização dos ativos financeiros (o que pressiona no sentido de uma exploração do trabalho ainda mais violenta), a operação do caixa deve ser tal que ele funcione não como atividade de apoio à produção, mas como centro de lucro adicional, os gestores dos grandes grupos de capital devem buscar, antes de tudo, a maximização do valor acionário da empresa, fazendo o que for necessário (fraudando demonstrativos, recomprando suas próprias ações, etc.).

A exacerbação do regime de acumulação com dominância da esfera financeira tem outro aspecto que parece fundamental, a aparição de formas que se desenvolvem a partir da esfera financeira e, mais precisamente, do processo ulterior de acumulação do capital: o capital fictício⁴⁰ e o capital especulativo/parasitário⁴¹.

⁴⁰ A este respeito Paulani (2009, p. 5) assinala: "Marx chama de capital fictício tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal. Trata-se, em geral, de títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura no caso das ações, de renda de juros a partir de valorização futura, no caso de títulos de dívida privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos. Em todos esses casos, a valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais-valia; em outras palavras, da contínua produção de excedente e da alocação de parte desse excedente para valorizar o capital fictício". Assim "[...] o capital fictício tem existência real, e sua lógica interfere realmente na trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação. O capital fictício tem movimento próprio". Assim, ele é real de certa maneira e, ao mesmo tempo, não é" (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 13). "Por fim, uma constatação aparentemente óbvia, mas sumamente significativa: nem todo capital a juros deve ser considerado capital fictício. Em contrapartida, nem todo capital fictício pode ser considerado capital a juros, tal como explicitamos, isto é, como aspecto do capital industrial. Assim, por exemplo, o capital fictício, representado pelos títulos da dívida pública, não pode ser considerado como forma funcional do capital industrial" (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 13)

⁴¹ "O capital fictício obtém tais remunerações através de transferência de excedente valor produzido por outros capitais ou por não-capitais. Isso significa que o capital fictício é um capital não produtivo, da mesma maneira que o capital a juros. No entanto, enquanto este cumpre uma função útil e indispensável à circulação do capital industrial e, nessa medida, embora improdutivo, não pode ser considerado parasitário, o capital fictício (quando não é capital a juros) é total e absolutamente parasitário. Não cumpre nenhuma função necessária dentro da lógica do capital industrial, sendo sua remuneração puro ônus para este". Desse modo, "[...] o capital especulativo parasitário é o próprio capital fictício, quando ele ultrapassa em volume os limites suportados normalmente pela reprodução do capital industrial. Sua característica básica está no fato de que ele não cumpre nenhuma função

Marx já havia indicado uma tendência própria do sistema à ampliação do capital fictício. Com a “metamorfose” deste numa nova forma, ainda mais perigosa, o capital especulativo e parasitário, “o próprio capital produtivo fica contaminado, e os capitais individuais que cumprem as funções autonomizadas de capital produtivo se veem crescentemente submetidos à lógica parasitária” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 18), passando a “operar cada vez mais com a lógica especulativa” (idem).

O processo de financeirização e suas formas (fictícia, especulativa, parasitária, rentista) só tem sido posto em prática por conta das políticas neoliberalizantes que ganham força dos países centrais na década de 1970⁴² e são despejadas, posteriormente, nas décadas de 1980⁴³ 1990⁴⁴, de maneira precária,

na lógica do capital industrial. É um capital que não produz mais-valia ou excedente-valor e não favorece nem contribui para a sua produção. No entanto ele se apropria de excedente e o exige em magnitude crescente. Sua lógica é a apropriação desenfreada da mais-valia, ou melhor, do lucro (o lucro especulativo); realiza, assim, ou pelo menos pretende fazê-lo, os anseios derivados da própria natureza íntima do capital: o não-compromisso com o valor-de-uso e, apesar disso, a autovalorização.” Ele conduz, ou pretende conduzir, a contradição valor/valor-de-uso ao extremo do seu desenvolvimento, isto é, teoricamente à destruição do valor-de-uso” (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 18).

⁴² “Em torno de 1970 começa a se falar em uma ‘nova’ divisão internacional do trabalho, devido à manifestação de certas alterações no antigo esquema (alguns países e regiões convertem-se em novos centros de crescimento industrial frente ao declínio de outros, surge um certo movimento de deslocamento industrial, há uma incorporação de novos mercados, etc.). Isso não significa que a divisão do trabalho tradicional tenha caducado; pelo contrário, muitos dos países do Terceiro Mundo continuam mantendo sua antiga inserção – exportadores de matérias primas e importadores de manufaturas. Mesmo aqueles países mais industrializados do Terceiro Mundo (quer latinos ou asiáticos) que diversificaram o quadro de suas exportações mantêm uma forte dependência das finanças internacionais. Formas renovadas de desvendar a sua condição periférica. As relações de assimetria e subordinação perduram, recriando os processos de diferenciação geográfica em escala mundial. As finanças são a força que comanda esses processos tendo os Estados Unidos como o principal nó de um rede na qual estão entrelaçados os interesses do capital financeiro de distintas origens nacionais. São vários os países que, através de seus governos e empresas, participam no mercado de ativos financeiros norte-americanos (ações, bônus corporativos, títulos do Tesouro e de agências federais), aumentando a dimensão e diversidade dos fluxos de dinheiro que circulam através de suas fronteiras” (ARROYO, 2006, p. 7).

⁴³ Particularmente na década de 1980, nos países latino-americanos, o processo de financeirização, hierárquico e assimétrico, impõe-se pela via de um “[...] ajustamento obrigatório das economias endividadas a partir de um programa de políticas econômicas, apelidado em 1989 por um economista americano, John Williamson, de o “Consenso de Washington”. Esse conjunto de políticas – desregulação dos mercados, liberalização financeira, abertura comercial e privatizações – foi a condição indispensável não somente para a renegociação da dívida externa mas, sobretudo, para a reinserção dos territórios latino-americanas nos fluxos internacionais de capital” (ARROYO, 2006, p. 7).

⁴⁴ “Essa década caracteriza-se por um ingresso maciço de capitais na América Latina (com diferentes ritmos e graus), revertendo sua posição marginal nos fluxos financeiros mundiais, na qual esteve confinada ao longo dos anos 1980. O problema principal dessa nova situação é que, por um lado, esse ingresso se baseia especialmente na captação de investimentos de portfólio, saltando de uma média anual de US\$ 5,4 bilhões no período 1986-90 para US\$ 67,9 bilhões em 1993, e tendo os investidores norte-americanos – administradores de fundos – desempenhado um importante papel nessa situação (Gonçalves, 1996). Trata-se, como já foi mencionado, de capitais financeiros voláteis, sem vínculos diretos com a chamada economia real (atividades produtivas e comércio exterior)” (ARROYO, 2006, p. 8).

desigual e subordinadora, sobre algumas regiões periféricas do mundo capitalista⁴⁵. O traço mais significativo nesse sentido tem sido a internacionalização da financeirização via (neo) liberalização e desregulamentação dos mercados iniciada nos EUA.

As finanças passaram a operar num espaço mundial, hierarquizado a partir do sistema financeiro norte-americano e viabilizado por sua política monetária, imitada, de imediato, pelos demais países industrializados. Os programas de liberalização e desregulamentação dos mercados são implementados com diferentes ritmos, graus e modalidades na maioria dos países do mundo, centrais e periféricos, orientais e ocidentais. A abertura da economia, decisão política dos governos nacionais, busca eliminar qualquer restrição ao movimento dos capitais, criando as condições necessárias para sua expansão. Assim, a redefinição do aparelho normativo a partir das exigências do mercado é uma demonstração da opção dos Estados por oferecer as melhores condições aos setores mais concentrados da economia. Não se trata, então, de um Estado ausente, mas sim de um Estado que opta por acentuar a porosidade de suas fronteiras territoriais (ARROYO, 2006, p. 6).

Pensando nesses termos (geográficos) o processo de financeirização, o espaço geográfico (e territorial), tanto na sua dimensão material quanto imaterial, é imprescindível, porque, como apontam Sposito; Santos (2012, p. 19): “[...] o modo de produção capitalista, para a sua reprodução, caracteriza-se pela necessidade crescente de novos espaços de acumulação”. Se essa necessidade imperiosa de acumulação (em suas dimensões financeira e produtiva) está orgânica e dialeticamente vinculada à produção e à *extração de mais-valor*, o que nos parece evidente, isso não deve deter nossa atenção. Mais importante, nesse caso, é tentar compreender os entrelaçamentos conflituosos entre a financeirização, o espaço e a força de trabalho⁴⁶.

Em se tratando da processualidade do espaço geográfica, esta é marcada pelas dimensões materiais e imateriais que envolvem a dinâmica do trabalho em um determinado contexto *histórico-geográfico*. O espaço geográfico não está aquém da

⁴⁵ Como pontua Arroyo (2006, p. 5): “O modelo de abertura das economias, inspirado nos princípios do neoliberalismo e ‘inaugurado’ por Thatcher e Reagan na década de 1980, aparece como uma necessidade inexorável para adaptar-se às mudanças do sistema econômico mundial. É assumido como a única resposta possível pelos mais variados dirigentes políticos”.

⁴⁶ Com relação à relação entre a financeirização e o trabalho, Dedecca (2010, p. 15), escreve: “É fundamental entender a relação entre financeirização e trabalho, pois a primeira jamais poderia ter sido consolidada na intensidade ocorrida se a desvalorização do segundo não tivesse se consolidado como parte do processo de reorganização capitalista das últimas quase quatro décadas”.

(i) materialização das múltiplas determinações constantemente renovadas pelo modo de produção capitalista. Menos ainda está aquém da relação capital x trabalho, ou, para sermos mais exatos, da *luta de classes*. Na verdade, o espaço geográfico⁴⁷ é “[...] síntese do próprio movimento da totalidade social”⁴⁸ (RIBAS; SANTOS; RIBEIRO; SOUZA, 1998, p. 116). Uma totalidade social (o capital) movida por relações *contraditórias* e *antagônicas* entre *classes sociais*.

É nesse movimento dialético entre *natureza, trabalho e espaço*, que a atividade produtiva e improdutiva, material e imaterial, concreta e abstrata, isto é, o trabalho, aparece como uma *categoria social central de análise nos tempos de financeirização*, categoria esta entrelaçada às demais categorias basilares da Geografia (lugar, paisagem, território e espaço) (THOMAZ JR, 2011). O ponto-chave para compreensão do capital contemporâneo que se espacializa (e se territorializa) num formato cada vez mais financeirizado, continua sendo a teoria do valor-trabalho elaborada por Marx. Desse modo,

Quanto mais a substantivação do valor e a autonomização do capital se ampliam, mais as conexões com o trabalho se tornam enigmáticas. Ao mesmo tempo, dialeticamente, reafirma-se o trabalho⁴⁹ como criador de valor (SABADINI, 2013, p. 23).

Estes elementos, portanto, assinalam para as novas determinações expressas nos formatos financeirizados. Trata-se, desta feita, de uma nova forma de manifestação de problemas próprios e internos ao capital, catapultados pela mundialização (CHESNAIS, 1999). Além disso, o autor reconhece duas outras

⁴⁷ Lembremos que o espaço, da maneira como o entendemos, “[...] não é geométrico, não é ‘palco’, não é forma, mas sim relação dialética forma x conteúdo, continuidade x descontinuidade, construção x desconstrução, é a sociedade (re)produzindo e (re)definindo as funções das/nas formas concretas num determinado tempo histórico, é a historicidade da natureza do homem e da humanização da natureza territorializada (RIBAS; SANTOS; RIBEIRO; SOUZA, 1998, p. 115).

⁴⁸ Sinteticamente, “[...] o espaço geográfico deve ser compreendido como elemento/estrutura do processo de produção social e do controle da sociedade; como condição, consequência e síntese do próprio movimento da totalidade social e não um mero ‘palco’ de ações aleatórias, refletidas nas análises de sistemas, cuja unidade seriam um movimento mecânico e quantitativo. Sendo compreendido como um conjunto de objetos e processos (movimento contraditório) historicamente determinados, em que a essência é o movimento da totalidade social (síntese e soma/interação das ‘partes’ e sua pluridimensionalidade) calcada no trabalho social (físico e mental), imbricada à relação dialética ‘natureza/homem/história’ (RIBAS; SANTOS; RIBEIRO; SOUZA, 1998, p. 116).

⁴⁹ Para Sabadini (2013, p. 23): “[...] a teoria do valor continua no centro das interpretações” e o trabalho, enquanto fonte central da geração de valor é, dentro do contexto de financeirização “cada vez mais explorado e intensificado”.

consequências do processo de financeirização: 1) a intensificação da centralização⁵⁰ do capital, por intermédio de um: “[...] processo nacional e internacional que resulta de fusões e aquisições orquestradas pelos investidores financeiros” (CHESNAIS, 2004, p. 35-36 *apud* OLIVEIRA; MOREIRA; MARQUES, 2013, p. 7). Assim como a 2) “[...] maneira como a finança foi bem sucedida em colocar a ‘*exteriorité à la production*’ no centro dos grupos industriais” (Idem). Assim,

[...] essa é uma das características mais originais da contra revolução social contemporânea. Os grupos industriais devem ser administrados de acordo com os critérios puramente financeiros, satisfazendo os objetivos de rentabilidade de curto prazo dos gestores de fundos especulativos. Passa-se de uma lógica de longo prazo para a do curto prazo, baseada em uma reestruturação produtiva que, por sua vez, trazem como consequência, a uma redução do número de trabalhadores envolvidos diretamente na produção (OLIVEIRA; MOREIRA; MARQUES, 2013, p. 7).

Como sabemos, consubstanciada pela relação capital x trabalho e, portanto pela *luta de classes*, a (re)organização espacial geográfica (territorial), assim como a acumulação, expansão, centralização e concentração do capital (geográfica e territorialmente) são formas (internas ligadas à “lógica do capital”) essenciais e inerentes ao evoluir do modo deste produção, as quais adquirem, no contexto de mundialização, ainda mais preponderância (HARVEY, 2006). Nestes termos:

Os agentes à frente dessa busca frenética pela valorização do capital são os grandes grupos econômicos, que resultam de um longo processo de concentração e centralização de capital e apoio incondicional do Estado. A busca por novos espaços por esses grupos é indissociável das constrições locais de acumulação e do imperativo pela acumulação e, em alguns casos, resulta da

⁵⁰ Como notam OLIVEIRA; MOREIRA; MARQUES (2013, p. 7): “Esta centralização do capital permite aos grupos industriais aumentarem suas participações no mercado mundial, mesmo em conjunturas de baixo crescimento. Ao promoverem fusões e aquisições, os grupos oligopolistas agregam atividades antes realizadas em cada uma das unidades particulares. Com isso, também desativam parcelas significativas de capitais fixos ainda em uso e, em decorrência, eliminam uma parte do trabalho produtivo. Ao mesmo tempo, incorporam novas tecnologias ao processo de produção, tornando-o cada vez mais mecanizado e menos dependente das atividades diretamente desempenhadas pelos trabalhadores. Os investimentos realizados em tal contexto não engendram aumento da capacidade produtiva, mas operações de reestruturação produtiva que significam a especialização em atividades mais competitivas e a terceirização de atividades secundárias. Além disso, alguns oligopólios já atingiram um nível de sofisticação a ponto de possuírem suas próprias instituições de fomento. Os gerentes financeiros das empresas industriais tendem a conservar uma quantidade importante de dinheiro excedente em caixa, em investimentos líquidos, em vez de reinvesti-los na produção”.

articulação da lógica orgânica do capital (valorização) com a lógica territorial do Estado (construção ou redução de assimetrias no sistema interestatal) (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 19).

Tudo isso, segundo Paniago (2012), dá-se em meio à crise estrutural do capital, pois “Agora, premidos pelos sintomas iniciais da crise, os imperativos expansionistas do capital passam a exigir novas medidas e formas de realização do capital excedente” (PANIAGO, 2012, p. 66). Nesse ínterim, o *Estado capitalista* exerce papel de mediador (investidor e regulador), ou mais, precisamente de agenciador da crise, pois promove, guardando as devidas proporções, a abertura dos mercados, ao mesmo tempo em que libera o acesso de capital privado. O Estado tem por finalidade “[...] tomar as providências adequadas que favoreçam economicamente e deem garantias políticas à acumulação do capital em sua nova configuração financeira”, ao mesmo tempo em que “[...] preserva a base produtiva associada aos interesses da acumulação global” (PANIAGO, 2012, p. 67). Não por acaso,

As privatizações de empresas estatais, a flexibilização do papel do Estado na implementação de políticas sociais, a transferência de funções públicas não estatais, a reforma de previdência, tributária, administrativa, trabalhista/sindical e universitária, as ações com intuito de derrubar todas as barreiras legais, para a penetração do capital em áreas agora atrativas à busca de lucro, constituem o conjunto de medidas, bem como o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores através da perda de direitos, do desemprego, da precarização do trabalho e da redução do valor real dos salários (PANIAGO, 2012, p. 67).

No que tange à relação entre Estado e capital no período de mundialização financeira, é bastante significativo (e não teria como ser diferente) que o Estado continue sendo um dos agentes mediadores *par excellence* do capital. Isso porque, não obstante as transformações nas formas de atuação dos Estados, longe deste ter perdido seu poder (ou estar em vias de desaparecer, como querem alguns liberais mais radicais), o Estado moderno contemporâneo, com todas as suas peculiaridades próprias e múltiplas determinações, é um mediador político do qual o capital não pode se ver livre (MÉSZÁROS, 2002). O Estado, segundo Mészáros (2002), é um mecanismo político, cuja função principal é tentar controlar e corrigir os defeitos, contradições e antagonismos próprios do sistema do capital. A forma de ser do Estado, seus respectivos atributos e suas funções perante o capital, permeiam a

totalidade social contemporânea, ultrapassando os limites nacionais dentro do jogo da mundialização.

A atuação do Estado em nível mundial segue em paralelo à transnacionalização e financeirização, isto é, em meio ao processo incessante pela busca de novos espaços de valorização. Se estas relações mudam ao longo do tempo é porque elas seguem um processo de relativa correspondência (sempre envolta de inúmeras mediações) com a base material da sociedade e, portanto, permanece vinculada ao processo dinâmico de acumulação do capital.

O que nos interessa aqui é que, como resultado desta nova conformação, é imposto ao trabalho um conjunto de “[...] implicações diretas nas redefinições do conflito capital x trabalho, consubstanciadas no reordenamento territorial da sociedade capitalista” (CARVALHAL, 2006, p. 18). Destarte, a mundialização (e transnacionalização) da financeirização do capital ancorada no Estado neoliberal possibilita ao capital a ampliação dos circuitos espaciais ao mesmo tempo em que, segundo Birh (1998, p. 109), “[...] atravessam as diferentes economias nacionais, prejudicando sua coerência e autonomia, e ultrapassam-nas ao procurarem emancipar-se dos limites do *Estado-Nação*, sem, entretanto, consegui-lo totalmente”. Disso decorre o caráter contraditório da conformação espacial e territorial mundial atual, “[...] feito ao mesmo tempo de homogeneização, através dos fluxos de mercadorias, de capitais, de mão-de-obra, de tecnologias, de informações, etc., e de fragmentação, devido à persistência dos Estados-Nação” (ibidem), mas também de desigualdades, disparidades, subalternizações, hierarquizações, discrepâncias, tensões etc., imanentes à própria lógica *desigual-combinada* do processo de acumulação do capital que repercute, ou melhor, espacializa-se e territorializa-se sob diversas, múltiplas e assimétricas formas (contraditórias) (TROSTKY, 1967; MOREIRA, 1984; SMITH, 1988; BRANDÃO, 2007) moldadas aos interesses do poder hegemônico de uma espécie de “vanguarda capitalista”. Nesse sentido, como aponta Perpetua (2012b, p. 96):

[...] a produção do espaço é a produção de desigualdades, assimetrias e da combinação entre suas frações territoriais, o que permite ao capital potencializar, contraditoriamente, a sua própria tendência à mobilidade, explorando as vantagens decorrentes dessas características, dentre as quais se destaca a desigualdade dos custos para a sua reprodução ampliada, especialmente aquele representado pela força de trabalho.

A “desigualdade dos custos para a sua reprodução ampliada” mediante, por exemplo, uma força de trabalho terceirizada, a qual se caracteriza, fundamentalmente, por ser menos custosa e mais rentável para o capital, pode, portanto, nesse contexto de reorganização e reestruturação do capital, aquilo que Ruy Braga (1997) denomina de restauração do capital, contribuir para o processo de expansão ampliada da acumulação do capital.

Para Santos e Silveira (2006), alguns dos sinais desse processo de desigualdade estrutural na espacialização do capital podem ser notados na conformação territorial, já que o processo de expansão e acumulação de capital são duas formas entrelaçadas aos interesses privados, de modo que estes processos , assim como outros, acabam por “reger” a (re)organização dos territórios em função da valorização. Nesse caso, como escreve Carvalho (2007, s/p, Internet)⁵¹:

O território passa a ser estruturado a partir de uma nova organização, articulado globalmente. Depara-se, dessa maneira, com a formação de novas territorialidades, diante das novas dinâmicas da sociedade, de competições entre regiões e a tendência de desregulação do território como identidade. O território passa a ser concebido como territórios-rede marcados pela descontinuidade e pela fragmentação, possibilitando assim, a constante passagem de um território para outro.

Afinal, “É no território que encontramos maior ou menor presença de próteses, maior ou menor densidade de dinheiro, maior ou menor acesso ao crédito, maior ou menor presença do Estado” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.261). Nessa perspectiva, a mundiliazação da financeirização, atrelada ao processo de transnacionalização do capital, ao contrário de resultar “[...] na eliminação do território como consequência da fragmentação e fragilização do trabalho, condicionou a produção de um novo complexo geopolítico de território” (CARVALHO, 2007 s/p Internet). Na realidade, conforme Brandão (2012, p. 11), sob o esta nova faceta do modo de produção capitalista, fundamentado na “[...] mercantilização extremada, se constitui como um conjunto diversificado e crescente de mercados em expansão horizontal e vertical, com grandes empresas em coerção

⁵¹ Disponível em:< http://www.espacoacademico.com.br/076/76carvalho_josiane.htm>. Acesso em: 10/10/2012

recíproca”, que é fortalecido pelo processo perene de concorrência devido às rivalidades inevitáveis dos Estados territoriais-nacionais. Nesse sentido,

Presente como um sistema de objetos geográficos animados por sistemas de ações, esses fixos seletivamente instalados no território nacional e seus respectivos fluxos impõem uma dinâmica ao território, cujo ritmo segue àqueles interesses das grandes corporações do sistema financeiro (MOMBEIG, 1957, p.29 *in* SCHERMA; KAHIL, 2011, p. 106).

Desta forma, a organização espacial do mundo e os seus respectivos território passam a ser (re)estruturados ou (re)ordenados seguindo os critérios impostos pelo processo de reestruturação do capital, conformando-se sob os auspícios de uma economia mundial. Ao mesmo tempo, como assinalam Sposito; Santos (2012, p. 37), “[...] novas configurações geográficas que emergem desempenham o papel de propiciar novas oportunidades de acumulação do capital”.

Ao voltar nosso olhar para a questão específica do território e sua articulação ao processo de acumulação, recorreremos a Santos (1996). Esse autor chama a atenção para o que ele denominou de “guerra dos lugares”, ou seja, a imposição de práticas com tendências tipicamente capitalistas. Em outras palavras, o capital tende a açambarcar os territórios e lugares, de modo a colocá-los sobre os ditames da valorização. Aqui é exemplar a atuação em conjunto entre Estado e municípios, que podem trabalhar para atender, fundamentalmente, às necessidades da compra e da venda seguindo, muitas vezes, os critérios estabelecidos no mercado. Não por acaso, Haesbaert (2004) aponta que:

[...] os municípios para oferecer as condições mais vantajosas em termos de subsídios, infra-estrutura, mão-de-obra e imagem, mostram que o espaço – e o território – em vez de diminuir sua importância, muitas vezes amplia seu papel estratégico, justamente por concentrar ainda mais, em pontos restritos, as vantagens buscadas pelas grandes empresas e pela intensificação da diferenciação de vantagens oferecidas em cada sítio (HAESBAERT, 2004, p. 187).

Tratando destas questões, mas sob uma outra ótica, Harvey (2011, p. 34) aponta que “Nos últimos trinta anos viu-se uma reconfiguração dramática da geografia da produção e da localização do poder político-econômico”. O autor afirma ainda que a nova dinâmica do capital, exacerbada pelo sistema financeiro-

transnacional, acaba sendo “[...] uma boa forma de lidar com o problema permanente da absorção excedente de capital” (HARVEY, 2011, p. 173). Nesse sentido, sempre para o autor, a crise do fordismo e as tentativas de lidar com o processo de crise estrutural do capital mediante o amparo da financeirização/transnacionalização, podem ser interpretadas, até certo ponto, como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação⁵² (HARVEY, 2011, p. 173). Como expõe o autor:

No sistema capitalista, as muitas manifestações da crise – o desemprego e subemprego crônicos, o excedente de capital e a falta de oportunidades de investimentos, as taxas decrescentes de lucro, a falta de demanda efetiva no mercado e assim por diante – remontam à tendência básica da acumulação excedente, à tendência de superacumulação (HARVEY, 2006, p. 46).

Retomando, portanto, o problema da superacumulação identificado por Marx no *Capital*, Harvey diz que “[...] as crises de superacumulação tem sido superadas por meio dos ajustes espaciais” (HARVEY, 2006, p.48). Isto implica, segundo o autor, que a superacumulação coloca barreiras que o capital tenta contornar por meio da “[...] penetração em novas esferas e atividade e/ou criação de novos desejos e novas necessidades⁵³, além da ampliação da oferta de mão-de-obra e/ou por meio de ‘expansões geográficas’” (HARVEY, 2006, p. 48). Para isso, o capital, por conta de seus próprios mecanismos internos voltados à acumulação *ad infinitum*, é continuamente forçado a destruir e reconstruir territórios geralmente por meio da “[...] fixação de algum montante do capital excedente em novo espaço” (Idem, *ibidem*).

⁵² Lepikson (2010, p. 11) expo que: “A superacumulação é caracterizada pela existência de mais capital do que as possibilidades de investimento lucrativo. Se há mais capital do que há oportunidades de reinvestimento lucrativo na circulação, significa que em período anterior, impelidos pelas “leis coercitivas externas”, os capitalistas investiram mais do que suportavam as condições postas (e consumiram “improdutivamente” pouco). De outra forma, se tivessem investido menos e consumido mais, em lugar da reprodução expandida ter-se-ia a reprodução simples do capital, o que é logicamente incompatível com o modo capitalista de produção”. Novamente reforçamos que definições fixas de processos são sempre problemáticas e, portanto, não devem ser tomada ao pé da letra.

⁵³ A realização da mais-valia extraída “[...] exige a produção de consumo novo; exige que o círculo do consumo dentro da circulação se expanda, como fez anteriormente o círculo da produção. Inicialmente, a expansão quantitativa do consumo existente, em segundo lugar, a criação de novas necessidades, propagando as necessidades existentes num círculo maior; em terceiro lugar, a produção de novas necessidades, e a descoberta e a criação de novos valores de uso” (MARX, 1973 *apud* HARVEY, 2006, p.72).

. O capital, para sobreviver, precisa contornar suas contradições e problemas internos. Para Paulani (2006), a causa mais fundamental das crises, e que exige, portando, que o capital busque por alternativas para dar continuidade ao processo de acumulação, é justamente excesso de acumulação de capital, que, a partir de determinado momento, não encontra condições de se realizar. Para Paulani, ao permitir a queima de capital, as crises liberam o espaço para a continuidade do processo de acumulação. Esse “queimar capital” significa para Harvey (2005), como resumi Perpetua,

[...] lançar mão de formas de “intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas numa específica estrutura espacial. (HARVEY, 2005, p. 48) – a “colonização interna” - ao passo que a segunda, relaciona-se “a questão da organização espacial e da expansão geográfica como produto necessário para o processo de acumulação”, ou seja, “a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou ‘o mercado mundial’” (HARVEY, 2005, p. 48) – portanto, a “colonização externa” (PERPETUA, 2012b, p. 251).

Como consequência desse processo, o capital impõe sobre o conjunto social (e espacial) ajustes no intuito de dar continuidade ao processo de acumulação. Claro que esses ajustes estão limitados ao próprio avanço contraditório do capital ao longo de seu desenvolvimento, pois as tendências da expansão do capital ao redor do mundo encontram sempre novas barreiras. Nesse sentido, como bem lembrou Perpetua, paradoxal nesse processo é que o capital precisa ampliar continuamente os mercados e, por conseguinte, as distâncias “para a realização das etapas do processo produtivo” (PERPETUA, 2012b, p. 89).

Paralelamente a este processo, o capital tende também a ampliar “[...] o tempo de giro dos capitais (produção + circulação), ou seja, o tempo socialmente necessário para a realização efetiva da mais-valia, o que se torna um empecilho para a própria acumulação” (idem). Em decorrência disso, “[...] manifesta-se um forte estímulo à redução do tempo de circulação para um mínimo, visando à supressão do espaço pelo tempo” (idem), porque “[...] o imperativo da acumulação implica consequentemente o imperativo da superação das barreiras espaciais” (HARVEY, 2005, p. 50).

Por isso, quanto mais complicada se torna a acumulação numa dada escala nacional como, por exemplo, ocorreu nos países centrais nos anos de 1970, o

capital procura se espacializar utilizando-se, assim, dos já subalternizados países “periféricos”. Como assinala o mesmo Lepkison (2010, p. 10):

[...] quanto mais difícil é a intensificação da atividade social em determinado espaço capitalista já estabelecido, no que tem papel decisivo a correlação interna de forças interclasses, mais importante se torna o recurso à solução externa. Eis o porquê de o capitalismo ser, também, geograficamente expansível.

Evidentemente que para o capital se desenvolver, são necessárias condições específicas em cada região (o componente da luta de classes se destaca aqui). E é aí que o trato neoliberal, via Estado capitalista, pode “ajeitar o terreno”, caso seja necessário. Porque, nada impede que o Estado “[...] enquanto poder político territorializado detentor dos monopólios de jurisdição e do uso legítimo da violência, institua e garanta a legislação tal e qual demandada pelo capital” (LEPIKSON, 2010, p.12). Além disso,

[...] o Estado assume grande parte dos custos necessários para a preparação física do território, arca com grande parcela da construção da infra-estrutura necessária, inclusive, para reduzir o tempo de circulação do capital e, por conseguinte, aumentar a taxa de acumulação. Fazendo isso, logicamente, o Estado colabora para acelerar o movimento das contradições que, em algum momento, culminará em nova crise de superacumulação. A forma como se dá a preparação do novo território obedece a critérios definidos em um contexto de assimetria de poder no sistema interestatal, o que torna a soberania dos Estados mais ou menos permeável a ingerências externas. A depender do interesse e da capacidade do Estado hegemônico (ou do bloco de Estados centrais) de conduzir o sistema, os Estados em posição inferior na hierarquia de poder cujos territórios devem ser “ajustados” são impelidos a fazê-lo de forma a atender aos interesses específicos do capital dos países centrais. Invariavelmente os Estados periféricos são coagidos a preparar seus territórios fixando estruturas sociais e física específicas, o que significa apresentar vantagens de custo para receber atividades produtivas que perderam importância na escala de agregação de valor na cadeia de mercadorias em determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas (LEPIKSON, 2010, p, 11-12).

Dessa forma, como expõe Lepikson (2010, p, 13), sobre o papel do Estado, os “ajustes” são soluções temporárias para as contradições internas à lógica de acumulação do capital, isso porque retiram capital excedente da circulação imediata e ao mesmo tempo procuram inserir novos espaços com condições adequadas no circuito do capital internacional. Não por acaso que, quando do início do processo de

acumulação flexível e, mais tardar com o fim da URSS na década de 1990 e a completa “vitória” do *ideário neoliberal*, preconizou-se, segundo Harvey (2005), o processo de espoliação. Isto é, a simples transferência de propriedade de riquezas e a mecanização maciça de atividades. Isso porque, segundo Harvey (2005, p.114) “[...] o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos, incluindo a força de trabalho, a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero)”. Com isso, “O capital superacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (idem, *ibidem*). É aí que as mediadas ideo-políticas de cunho neoliberal contribuíram para as mudanças na atuação do Estado, que passou a agir como um gestor e financiador para o capital⁵⁴ (PANIAGO, 2012).

Nesse caso, como aponta Mészáros (2012, p. 108), torna-se necessária a intervenção corretiva do Estado de acordo com a dinâmica de expansão e acumulação do capital, facilitando assim “[...] a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes até a formação de corporações transnacionais gigantescas e monopólios industriais” (MÉSZÁROS, 2012, p. 108). Na realidade, como escreve Arroyo (2001), as empresas têm uma certa relação simbiótica com os Estados. Há entre estas duas esferas uma relação de reciprocidade dialética, mas também tensionada. Em outras palavras:

Todos os Estados necessitam da acumulação do capital no seu território que lhes proporcione a base material de seu poder. Todas as empresas transnacionais necessitam das condições para a acumulação que oferece o Estado. Se não existissem múltiplos Estados, as empresas econômicas não teriam as oportunidades que lhes tem oferecido o controle do Estado, que lhes tem permitido estender-se. Esse é o motivo pelo qual existe uma relação ambígua entre os Estados territoriais e o capital (TAYLOR, 1994, p. 177 apud ARROYO, 2009, p.108).

Não obstante o capital se apoiar no Estado, isso não significa que a “[...] corretiva global e de comando político do sistema do capital se confinem a esses limites” (MÉSZÁROS, 2002, p. 111). Ou seja:

⁵⁴ No Brasil o representante estatal que mais tem se destacado nesse intento é o BNDES. O BNDES é uma empresa pública de propriedade integral da União, cujo objetivo é financiar projetos de investimento de longo prazo da economia brasileira em diversos segmentos, tais como agricultura, indústria, infraestrutura, comércio e serviços. De acordo com seu estatuto atual, este banco tem com principal função a execução das políticas de investimento do Governo Federal (BNDES, 2010, p. 15). Entre 2004 e 2010, o volume de financiamentos do BNDES saltou de R\$ 40,0 bilhões para R\$ 168,4 bilhões, evidenciando o aumento dos empréstimos do banco nos últimos anos (COUTO, TRINTIM, 2012). Disponível em: <<http://www.akb.org.br/premio-akb.asp>>. Acesso em: 20/12/2013

Para que o Estado possa exercer, de modo adequado, a função de sempre buscar melhorar o potencial produtivo do capital, ele não pode nem deve agir como um contendor, em termos de limites territoriais, dos capitais nacionais, ainda que estes sejam “inextricavelmente” articulados aos Estados nacionais. Do ponto de vista da totalidade do capital, isto é, do ponto de vista do “capital global”, o mesmo é “desprovido de sua necessária formação de Estado, apesar do fato de o sistema do capital afirmar o seu poder – em forma altamente contraditória – como sistema global” (MÉSZAROS, 2002, p. 128).

Sendo assim, na *competição internacional*, quanto “[...] mais forte e menos sujeita às restrições for a empresa econômica que recebe o apoio político, maior a probabilidade de vencer os seus adversários reais ou potenciais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 113). Por conta disso, no período de financeirização e transnacionalização do capital, o Estado capitalista assume um caráter ainda mais problemático e contraditório, por que:

[...] subsumido às injunções da valorização do capital financeiro, mas com importantes tarefas de reconstituição de novos espaços de valorização. De certo modo, o Estado capitalista sob a era da mundialização do capital é frágil e é forte. É impotente e é poderoso. Serve à financeirização e organiza a produção capitalista mundial (ALVES, 1999, p.1).

Para Alves (1999, p. 2), essa “dupla dimensão” do Estado é notável pelo fato de que, mesmo “[...] os Estados capitalistas dominantes tendem a constatar a erosão de sua capacidade soberana de levar à prática programas nacionais e integrais”, isto é, a sua capacidade de intervir e controlar suas economias internas. Por outro lado, o autor esclarece que na relação paradoxal da mundialização do capital, “[...] impõe-se a todos os Estados capitalistas novas formas de articulação, seja no plano subnacional e principalmente supranacional” (idem, ibidem). Esta conformação paradoxal demonstra que o Estado, diferente do que querem alguns neoliberais mais radicais, está longe de deixar de exercer suas funções ou de desaparecer, mas, ao contrário, a contradição revela o caráter de permanência do Estado, o que significa que este está readaptado às novas exigências impostas pela mundialização da crise estrutural do capital.

Pensando nestas questões, Alves (1999, p. 2) elaborou um conjunto de características do papel do Estado sob a era da mundialização do capital:

- 1) *Primeiro*: o Estado capitalista, devido à mundialização do capital, tende a ser mais frágil diante do capital financeiro, isto é, está submetido às injunções da financeirização. É por meio deste ponto de vista que uma série de autores indicam, em maior ou menor grau, a possibilidade declínio do Estado-nação, do Estado capitalista capaz de controlar (e planejar) a vida nacional. Surge um Estado capitalista que, em maior ou menor proporção, fica mais suscetível à massa de capitais voláteis que não respeitam fronteiras nacionais;
- 2) *Segundo*: o Estado capitalista torna-se uma espécie de "intelectual orgânico" do *capital transnacional*, um organizador de uma "nova estatalidade" ou sistemas de Estados-nação, conduzida por um *Estado hegemônico* (no caso da União Europeia: Alemanha e França; no caso do Mercosul: Brasil e Argentina; e no caso do Nafta: os Estados Unidos), capazes de proporcionar, para o capital transnacional, novas escalas de acumulação para além da territorialidade nacional. Na verdade, a tarefa de *reconstruir novos espaços de valorização* é, antes de tudo, uma tarefa estatal, ou mais ainda, inter-estatal. Por isso, a relevância da política internacional, da direção de um Estado hegemônico capaz de re-articular uma série de Estados regionais e constituir este novo espaço de estatalidade supranacional, regional, adequado à escala de acumulação das corporações transnacionais;
- 3) *Terceiro*: o terreno nacional é recortado pela política estatal tão-somente como áreas de valorização, portanto, clivada por *desigualdades e exclusões sócio-regionais*, como é próprio da natureza do capital. É através da reorganização do terreno nacional, para além de si mesmo, tal como a União Europeia, o Nafta ou o MERCOSUL, que o capital transnacional instaura um novo patamar de modernização capitalista. Aprofunda-se aquilo que Marx, desde o "Manifesto Comunista" de 1848, salientou: "a burguesia cria um mundo à sua imagem". Para isso, o Estado capitalista, mais do que nunca, exerce um papel primordial;

- 4) *Quarto*: o Estado capitalista torna-se um importante vetor de reconstituição das classes e frações de classe. Contribui para a reconstituição dos *blocos no poder da burguesia*, incentivando a *concentração e centralização* do capital no interior do território nacional. A ampliação dos espaços de valorização, através do surgimento dos blocos regionais, exige um salto no tamanho das estruturas de capitais sediados em cada território nacional. Deve-se incentivar fusões e aquisições entre as empresas, ocorrendo uma verdadeira revolução no perfil da burguesia de cada país. Surge, cada vez mais, uma burguesia regional e, mais ainda, transnacional, global. O rearranjo da burguesia e suas frações é levado a cabo não apenas pelo jogo de mercado, mas pela trama de poder estatal, que pode beneficiar um ou outro grupo capitalista (ALVES, 1999, p. 2-3 *itálicos nossos*).

Destarte, vale salientar que as transformações processadas no Estado em meio à crise estrutural, embora tenham trazido à tona novas determinações, não alteram a natureza do Estado capitalista. Ao contrário, o próprio desenvolvimento capitalista amparado pela financeirização e transnacionalização demonstra que o Estado continua sendo um instrumento utilizado pelos capitalistas para a defesa de seus interesses, tal como Marx indicou.

O Estado tem mantido seu papel “funcional” ao capital. Isso pode ser percebido mais claramente observando a atuação do Estado a partir dos anos 1970/1980, nos países “centrais”, e nos anos de 1990 nos países “periféricos”. Nesse período, conforme Paniago (2012) coube ao Estado a função de promover a abertura dos mercados e a liberdade de acesso do capital privado àquelas atividades de natureza pública antes delegadas ao Estado. Nesse sentido:

[...] às classes subalternas, o Estado capitalista aparece não mais como o Estado de Bem-Estar Social, mas como um Estado de Controle Social, utilizando para isso os mais diversos recursos político-institucionais, tais como mecanismos compensatórios, no tocante a políticas públicas setoriais, não universalizadas, ou mecanismos manipulatórios, através de reconstituição da própria institucionalidade democrático representativa e de comunicação de massa, que busca agregar novos consentimentos sociais, cada mais precários; e mecanismos de repressão administrativo-policial, como resposta legal à desintegração da sociabilidade vigente (ALVES, 1999, p. 4).

Para manter o controle social, o Estado capitalista: 1) elabora a legislação de acordo com as necessidades do processo de produção e expansão do capital, sua intervenção na economia, portanto, é importante também porque garante que as reivindicações dos trabalhadores não ultrapassem os limites da ordem vigente; 2) o Estado utiliza-se cada vez mais do dinheiro de impostos públicos para implementar ações antitrabalhistas, pois, na ausência desta ajuda, as reivindicações no movimento organizado do trabalho “[...] levariam à falência até as maiores empresas transnacionais” (MÉSZÁROS, 2004, p. 455). Intervindo, desta maneira, conforme Mézszáros (2004), o Estado se beneficia de três formas:

Em primeiro lugar, ele pode angariar os recursos financeiros necessários para sustentar por mais tempo uma “disputa trabalhista” que não poderia ser mantida pelas corporações transnacionais privadas. Em segundo lugar, o Estado pode recorrer ao seu aparato jurídico e político-repressivo para garantir vantagens importantes para o capital, e contrárias ao interesses da classe trabalhadora. E, em terceiro lugar, o Estado consegue intervir nos conflitos de classe de forma muito mais abrangente e eficaz que “qualquer empresa privada particular” ou “forças capitalistas combinadas de todo um setor da indústria” (MELO, 2012, p. 38).

Segundo Netto (2010, p. 17), este redimensionamento experimentado pelo Estado, cujo traço mais marcante é o encolhimento de suas “[...] ‘funções legitimadoras’, contém a tendência à diminuição do ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho (e das condições gerais de reprodução capitalista)”. Ou seja: “A desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra de toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do ‘Estado mínimo’ pretende, fundamentalmente, ‘o Estado máximo para o capital’” (NETTO, 2010, p. 17). A este novo *modus operandi* do Estado, Mézszáros (2002) denomina de hibridismo do controle sociometabólico, e aponta que o Estado tem se transformando cada vez mais num “big business”.

Dentro desse contexto, cada vez mais submetidas à lógica e ao controle destas transnacionais com o apoio do Estado capitalista, as disparidades e as diferenças entre o centro e a periferia se avolumam, porque esta “[...] corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais” que decorre da posição de que cada Estado nacional ocupa no interior da ordem do capital global”

(ANDRADE, 2012, p. 23). Nesse caso, o Estado assume, perante as (mega)corporações mais relevantes no processo de expansão e acumulação do capital, o papel de facilitador da expansão monopolista do capital no exterior. Para Alves:

A "globalização" - ou a mundialização do capital - impõe a reconstrução do Estado capitalista rumo a uma "estatalidade" superior adequada a criar novos espaços de valorização do capital. Entretanto, vale salientar que as transformações estruturais do Estado capitalista ocorrem apenas enquanto organizador dos espaços de valorização do capital industrial (e comercial). Ele serve às novas movimentações da mundialização produtiva, do poder das corporações transnacionais, com seus investimentos externos diretos. Diante da fração do capital financeiro, do capital volátil, da financeirização, o Estado capitalista "desapareceu", tornou-se apenas submisso à mundialização financeira, que tende cada vez mais a prejudicar os próprios planos nacionais de desenvolvimento e de reconstituição dos novos espaços de valorização. Pode-se dizer que, em virtude da desregulamentação e, portanto, não-controle dos fluxos de capitais financeiros, o Estado capitalista tende a se "auto-mutilar" diante dos interesses do capital financeiro, prejudicando a própria reprodução social. Mais do que nunca, o capital surge como uma "contradição viva" no processo civilizatório humano-social (ALVES, 1999, p. 4).

Assim, o controle dos mercados por parte das (mega)corporações, guardadas as devidas proporções, está organicamente articulado ao Estado e, mais precisamente à articulação entre os vários Estados nacionais num contexto de mundialização consubstanciado pela financeirização e transnacionalização do capital e por medidas político-econômicas neoliberais.

Para Sposito; Santos (2012, p. 25) esse processo pode afetar a organização empresarial em dois "fronts" de atuação: "[...] no front interno, as empresas e grupos promovem um forte movimento de concentração e centralização" ao passo que "[...] no front externo, adotaram uma estratégia de concentração mediante novos investimentos em países desenvolvidos e subdesenvolvidos". Estas diferentes estratégias, segundo estes autores, "[...] estão relacionadas à emergência de estrangimentos à acumulação nos países capitalistas e ao imperativo de acumulação em escala ampliada" (Idem, ibidem). Desta forma,

As empresas de base nacional, após um longo processo de concentração e centralização em seus respectivos territórios, passam

a ser agentes centrais do processo de multinacionalização, multiterritorializando “a sua atividade produtiva, viabilizando operações em muitos países, através de filiais, subsidiárias ou associadas” [...] à busca de “diversos tipos de vantagens comparativas: matéria-prima abundante ou exclusiva, salários baixos, proximidade de mercado consumidor e incentivos fiscais” (DREIFUSS, 2002, p. 134 *in* SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 26)

Esta nova conformação faz surgir no cenário mundial uma estrutura de oferta concentrada em oligopólios mundiais (CHESNAIS, 1996), os quais, segundo Sposito; Santos (2012) “[...] estão voltados à alta tecnologia e às altas economias de escala”. As (mega) empresas expandem seus negócios para diversos ramos da economia, assim como expandem seu poder de atuação para diversas regiões, países e continentes. Nisso, tornam-se cada vez mais acentuados os processos de alargamento do contexto de uso diferencial e acentuado do território (SPOSITO; SANTOS, 2012). Nesse ínterim, países periféricos como o Brasil, México e Argentina, mesmo subalternizados no processo,

[...] aproveitaram-se da concorrência oligopólica e do alargamento do contexto das multinacionais estadunidenses e europeias para atrair investimentos em condições vantajosas para seus processos de industrialização tardia (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 26).

Além disso, com o processo de mundialização, amplia-se o crescimento dos movimentos de fusões e aquisições transfronteiriças, sendo cada vez maior a frequência em que “[...] desenvolvem-se formas múltiplas de associação entre empresas de diferentes países, incluindo acordos de subcontratação, investimentos cruzados, participação acionária minoritária, etc.” (ARROYO, 2005, p. 481). Ainda assim, o “[...] conjunto dos países desenvolvidos segue sendo o grande ganhador do processo de integração transnacional da produção protagonizada pela grande empresa capitalista” (POCHMAN, 2007, p. 10), justamente por causa das enormes vantagens que estes países têm em inúmeros aspectos.

Sposito; Santos (2012), no entanto, fazem uma ponderação, procurando demonstrar que diante das consequências da crise de superacumulação iniciada na década de 1970, a centralização do capital, antes restrita aos países que compõem a tríade que comandava o processo (Estado Unidos, Europa e Japão), conta

atualmente com a participação ativa de empresas não sediadas em países desenvolvidos. Nas palavras dos autores,

[...] novos arranjos espaciais estão sendo forjados, pois a centralização de capital, que em meados dos anos de 1980 e 1990 estava restrita aos países da tríade e, destes, para alguns países periféricos está ocorrendo, também da periferia para o centro e da periferia para a periferia (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 35).

Por conta disso, os autores sinalizam que a organização espacial do mundo atual estaria pautada no que eles denominam de *centralização desconcentrada e/ou descentrada do capital*. Nela, segundo Sposito; Santos (2012, p. 35):

[...] os países periféricos – com suas empresas – tem jogado papel importante, com a participação no movimento de centralização do capital em escala mundial e com investimentos em espaços relegados pelas empresas dos países desenvolvidos como, por exemplo, os IED⁵⁵ brasileiros, indianos e chineses na África.

Nesse processo, como ressaltam Sposito; Santos (2012), o envolvimento de alguns países antes meramente coadjuvantes no processo tem mudado, de modo que é preciso atentar para o fato de como se apresenta e como estabelece a dependência histórica dada essa nova configuração do capitalismo, diante do momento histórico peculiar, em que vigora a financeirização, a transnacionalização e o Estado neoliberal.

⁵⁵ Os investimentos estrangeiros diretos são aportes de capital vindos do exterior aplicados na produção de um país, na criação de empresas, em fusões e aquisições ou empréstimos entre matrizes e filiais. Esse dinheiro é geralmente investido em longo prazo no país, diferentemente dos recursos destinados aos mercados financeiros. Os chamados países em desenvolvimento responderam, em 2011, por 52% do fluxo total de IED mundial no ano passado, atraindo US\$ 703 bilhões (R\$ 1,5 trilhão), enquanto os países ricos somaram US\$ 561 bilhões (R\$ 1,2 trilhão). Segundo a Unctad (United Nations Committee of Trade and Development) o volume de investimentos diretos destinados aos países em desenvolvimento registrou uma pequena queda de 4% em relação a 2011. Apesar disso, o resultado foi o segundo melhor de toda a história. Na América do Sul, o volume de IED aumentou 12% no de 2012, totalizando US\$ 144 bilhões (R\$ 319 bilhões). Apesar da redução de 2% no volume de IED no Brasil, principal receptor de investimentos na região, houve forte crescimento do IED em países como o Chile (+32%), Argentina (+27%), ou ainda o Peru, onde o aumento foi de 49%, atingindo US\$ 12 bilhões (R\$ 27 bilhões). Embora o Brasil seja o quarto na lista entre os maiores receptores, não integra a lista dos 20 maiores investidores mundiais (BBCBRASIL, 26/06/2013).

Disponível em: <
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130626_relatorio_unctad_ied_df_lgb.shtml>.
 Acesso em: 02/06/2013

Mesmo assim, essa possível mudança na conformação da relação entre as nações proposta por Sposito e Santos (2012), a nosso ver, não significa uma transformação fundamental no quadro geral entre “os que mandam” e “os que obedecem” dentro do sistema do capital financeirizado e transnacionalizado. Se países como o Brasil, antes tidos como “em desenvolvimento” e, agora, como “mercados emergentes” (uma mudança nominal que mascara o conteúdo de subalternização e dependência que ainda persiste frente às nações tidas “centrais”), podem usufruir de uma relativa, mas bastante limitada atuação na economia internacional, a estrutura de comando, controle e poder, ainda se mantém firme, pois como ressalta Arroyo (2006), a inserção do Brasil nos fluxos internacionais do capital, sobretudo na década de 1990, se deu sob condições político-econômicas pautadas na liberalização financeira, abertura comercial e privatizações. Trata-se, nesse caso, de uma situação tendencial do aprofundamento da dependência com correspondente aumento de vulnerabilidade externa de suas economias (ARROYO, 2006).

É sob esta nova tessitura que erigi-se uma nova configuração do mundo do trabalho, o qual, submerso no processo de disputas entre empresas num mercado extremamente competitivo, adquire uma nova morfologia, mais complexificada, mas também mais precarizada, como indica Antunes (2012). Druck (2011) assevera que nessa nova conformação

[...] as empresas do setor industrial buscam garantir os rendimentos, exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos com o trabalho e pela “volatilidade” nas formas de inserção e de contratos. E a terceirização corresponde, como nenhuma outra modalidade de gestão, a essas exigências (DRUCK, 2011, p.13).

Tal processo, como expõe Harvey (2011), tende a se agravar mediante a adoção das empresas de grande porte aos processos de gestão e controle produtivo da força de trabalho, o que pode reforçar a intensificação da precarização do trabalho (ANTUNES, 2012). Este mesmo autor expõe que estas medidas atuais que o capital vem impondo ao trabalho têm afetado os contingentes de trabalhadores ao redor do mundo, pois tendem a reforçar ainda mais a já constitutiva precarização do trabalho.

Druck (2011) entende o processo nessa mesma perspectiva e aponta que em se tratando de intensificação e expansão das formas de precarização, as atividades terceirizadas, de um modo geral, aparecem como um dos exemplos mais significativos ao redor do mundo e no Brasil. Não por acaso Organista (2006, p. 17) assevera que “[...] a precarização nas atuais relações de trabalho não é uma tendência, mas uma realidade”. Não sem motivos, o processo de precarização é uma realidade que também se faz presente nas atividades terceirizadas.

A necessidade imperiosa de acumulação exige que tudo seja *transformado em mercadoria* (inclusive e principalmente os seres humanos) e se torne vendável e adaptável à lógica do capital. Mas esse processo esconde *mediações e determinações* que, em *essência*, não se mostram facilmente, pois a teia de processo entre o universal e o particular, isto é, o entrelaçamento de fatores e elementos dispostos de maneira dialética entre o geral e o singular, dentro da totalidade social, é sempre um emaranhado social, cuja velocidade das transformações dificulta (mas não impossibilita) a apreensão concreta. Velhas determinações caducam, outras aparecem. Há “fusão” ou “hibridização” de determinações; processos ocultos e reveladores com suas tramas e dramas, conflitos e consensos, avanços e retrocessos, ganhos e perdas, resistências, lutas etc. Se as formas de precarização e exploração estão presentes no processo de trabalho, porque constitutivas da relação capital x trabalho, é preciso, no entanto, identificá-las, desmistificá-las, analisá-las, expor os seus conteúdos e suas verdadeiras formas cruéis.

A apreciação teórico-metodológica precisa, portanto, passar pelo tortuoso processo de buscar no real o que é real, apreender os traços constitutivos do objeto, (in)visíveis no território, o que significa descortinar a teia de mediações/relações que envolvem os meandros da processualidade da relação capital x trabalho (terceirizado) territorialmente *imposta*. Trata-se, portanto, não de reproduzir mecanicamente, no plano do pensamento “tal com um espelho reflete a imagem que tem diante de si” (NETTO, 2011, p. 25), os aspectos socioterritoriais do trabalho terceirizado, mas de tentar atingir a essência deste, oculta sob o véu da empiria imediatista. Trata-se de “negar” o *empírico-fenomenico*, sem, no entanto, ignorar esta dimensão crucial, reconhecendo nesta um *signal aparente* da *estrutura e dinâmica* do que investigamos.

Esta tentativa de aproximação à metodologia dialética (marxiana/marxista, histórica/geográfica) pode nos ajudar a apreender/compreender, nos recortes territoriais, por onde se “espalham” e/ou se organizam as empresas terceirizadas do setor de transportes da Fibria tendo em vista a relação dialética entre o universal e o particular. E, simultaneamente, analisar as relações sociais da força de trabalho terceirizada (e precarizada) que atua nestes territórios subalternizados.

1.3. As transformações no mundo do trabalho (pós-70): intensificação e expansão da precarização do trabalho

Segundo Antunes (1999, 2003, 2005, 2012), Alves (2000, 2002, 2004) e Thomaz Jr (2002, 2004, 2010, 2011) o mundo do trabalho (pós-70) vivencia um conjunto de transformações que reverberam sobre a própria constituição da classe trabalhadora. Muitos são os elementos que demarcam essas mutações no mundo do trabalho, e alguns deles já assinalamos anteriormente. Um desses aspectos em particular, e que chama a atenção por suas consequências sociais, é a intensificação maciça e multiescalar das formas de precarização do trabalho.

Num esforço de definir o que seria a precarização do trabalho, Brito (2000), citando Thébaud-Mony (1994), aponta que:

[...] A precarização pode ser definida de maneira descritiva tanto em relação às novas formas de emprego, designadas como atípicas, quanto em relação às condições de trabalho em função do enfraquecimento ou perda de direitos sociais, sindicais, de prevenção e de reparação dos riscos. Inclui o trabalho a domicílio, a terceirização, o trabalho em tempo parcial, o trabalho informal, os contratos temporários, o trabalho sazonal, mas também designa aquele nos quais a organização é rígida e é intenso o sofrimento físico e mental (THÉBAUD-MONY, 1994 *apud* BRITO, 2000, p. 200).

Os exemplos do processo de precarização que acometem os mais diversos segmentos da força de trabalho, tanto nos países centrais como nos periféricos enquanto tendências indicam avanços e retrocessos, mesmo é significativo o que vem ocorrendo de modo relativamente permanente no mundo nos últimos anos. Observando alguns dados entre o período de 2004 a 2013, tem-se um quadro do processo de precarização.

Em 2006, por exemplo, revista Observatório Social demonstrava que, dentre os dez países com o maior número de desempregados, oito encontram-se fora da

tríade do poder global (EUA, Europa e Japão) São elas: China, Índia, Brasil, Rússia, Indonésia, África do Sul, Colômbia e Filipinas. No entanto, mesmo nesses países o mercado de trabalho se revela sob a forma precária e de baixa renda.

Em termos de renda, no mundo, na época, 520 milhões de pessoas vivendo nos países centrais recebiam menos que US\$ 1,00 por dia. Os dados indicam ainda que, em termos absolutos, o total de trabalhadores que recebe uma renda inferior à linha de pobreza vem caindo, em virtude da sua expansão econômica vigorosa e do modelo de inserção ativa no cenário internacional de dois países: China e Índia. Mas mesmo nesses países as formas de precarização são as mais desumanas (EPOCA NEGÓCIOS, 30/07/2013⁵⁶; ECONOMIA, 20/11/2013⁵⁷; WWSWS, 08/13/2010⁵⁸). No entanto, os países centrais não deixam a desejar no quesito precarização. Conforme a OCDE, em 2004, 15% dos empregos nos países centrais já eram por tempo parcial, o que indica a crescente precarização dos mercados de trabalho mesmo nas economias avançadas, em países como a Espanha, França, Itália e no Reino Unido por exemplo. (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2006).

Nos EUA⁵⁹, 27% dos trabalhadores possuem contratos atípicos de trabalho, os quais se caracterizam por jornadas de trabalho irregulares e acesso limitado a benefícios sociais. Além disso, segundo Kesselmann (2010, p. 25), o índice de desemprego neste país mais do que dobrou nos dois anos que se seguiram ao início da recessão em dezembro de 2007, passando de 4,9% para 10,2%, índice mais elevado desde 1982 (10,9%). Para completar, a taxa de sindicalização nos EUA não supera a casa dos 13%, sustentada neste nível apenas por conta do emprego público (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2006).

Quanto ao trabalho infantil, a revista observatório (2006) indica que, até aquele período (2006) era de 5,7 milhões de crianças trabalhadoras na América

⁵⁶ Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2013/07/fotos-de-fabrica-de-fornecedora-da-apple-mostram-pessimas-condicoes-de-trabalho.html>>. Acesso em: 27/01/2014.

⁵⁷ Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/empresas/2013-11-20/chineses-temem-piora-nas-condicoes-de-trabalho-com-uniao-de-nokia-e-microsoft.html>>. Acesso em: 14/10/2014

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.wsws.org/pt/2010/nov2010/por1-n08.shtml>>. Acesso em: 27/01/2014.

⁵⁹ Como ressalta Prieb (2012, p. 5-8): “No centro da crise capitalista, os EUA, a classe trabalhadora além do desemprego crescente, que em certas cidades chega à absurda taxa de 30%, enfrenta um problema social sem precedentes, só comparável à grande depressão de 1929, cerca de 3 milhões de casas tiveram os seus moradores despejados por inadimplência. O resultado é que aumenta a cada dia o contingente de norte-americanos que vivem nas ruas, em barracas, trailers, carros, etc. Junto com a expansão de desempregados, sem teto e miseráveis, o número de presidiários nos EUA atingiu uma proporção explosiva: 2,3 milhões de presidiários, o que equivale a um presidiário para cada 100 cidadãos norte-americanos. Proporção que sobe quando se leva em conta a etnia dos presos: um em cada 54 negros é presidiário, um em cada 36 latinos é presidiário”.

Latina, o que representava cerca de 3% do total mundial, de pouco menos de 200 milhões. Cabe ressaltar ainda que a maior queda do trabalho infantil entre 2000 e 2004 se deu justamente nesta região. Segundo dados da OIT (2010), as estatísticas informam que o trabalho infantil tem diminuído na últimas décadas. Entretanto, a OIT insiste que “[...] lo que debemos retener es que en todo el mundo alrededor de 215 millones de niños siguen atrapados en el trabajo infantil” (OIT, 2010, p. 9).

Ainda segundo o Observatório Social (2006), a América Latina em 2006, contava com uma população de 551 milhões, dos quais pelo menos 213 milhões eram pobres. Além disso, mais da metade da sua população economicamente ativa vive em situação de desemprego ou trabalha na informalidade. Com relação ao trabalho informal, segundo as estimativas do IBGE (2011), no Brasil, em 2011, o conjunto de trabalhadores informais era de 44,2 milhões.

Druck (2011), ao analisar os dados mais recentes da OIT, expõe que:

No documento *Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente* (OIT, CEPAL, PNUD, 2008), destaca-se que as características mais gerais do mercado de trabalho, na América Latina e no Brasil⁶⁰, nos anos 2000, mantêm a tendência e os principais problemas que caracterizam a precarização social do trabalho na região, mas apresentam queda na taxa de desemprego, que cai de 11,4% em 1999 para 8% em 2007. Entretanto, o documento reconhece que: houve criação insuficiente de postos de trabalho, com um crescimento da produtividade limitado a alguns setores produtivos; parte do crescimento das ocupações foi no trabalho informal; o trabalho nas atividades terciárias (comércio e serviços) ganhou peso; os empregos criados são ainda de baixa qualidade (informais, temporários e sem contratos); aumentou a população ocupada sem direito à seguridade social; os rendimentos do trabalho se deterioraram num significativo número de países (OIT, CEPAL, PNUD, 2008, p.11 *apud* Druck, 2011, p. 9).

Em que pese algumas mudanças conjunturais, como é o caso do crescimento da retomada econômica que atingiu de maneira diferenciada um número considerável de países ao redor do mundo no início da década de 2000, ainda

⁶⁰ Segundo dados do IBGE referentes à maio de 2012, “[...] a taxa de desemprego no Brasil atingiu 5,8%, mesmo índice de maio de 2012 e o menor para o mês, desde o início da série histórica de 2002. Na passagem de abril para maio no entanto, houve queda de 0,3% na renda do trabalhador. Já o número de trabalhadores com carteira assinada em empresas privadas caiu 1% com relação ao mesmo período do ano passado. Informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados mostraram também que a geração de vagas formais caiu 9,25% em abril do ano passado em relação ao mesmo período de 2012”. Disponível em: <http://dssbr.org/site/2014/01/relatorios-da-oit-de-2013-falaram-sobre-emprego-e-desigualdade-no-mundo-brasil-obteve-melhora-nos-indices/>. Acesso em: 24/03/2014.

assim, como ressalta Druck (2011), não tem ocorrido uma reviravolta no processo de precarização. Como revela ainda esta mesma autora, entre 2008 quando se iniciou uma nova crise cíclica do capita, e o final de 2009, “[...] em 51 países com dados disponíveis, foram perdidos 20 milhões de postos de trabalho e 5 milhões de trabalhadores se encontravam numa situação extremamente vulnerável”, Além disso, conforme os dados da OIT analisados por Druck (2011), estimava-se que em 2009 “[...] 45 milhões de trabalhadores poderiam ficar fora do mercado de trabalho, especialmente no caso dos pouco qualificados, imigrantes, mais velhos e os jovens”. Já os países nos chamados emergentes, segundo a OIT: “haveria uma recuperação dos níveis de emprego já em 2010, mas eles não atingiriam os mesmos níveis no período anterior a crise antes de 2011” (OIT, 2009 *apud* DRUCK, 2011, p. 9).

No relatório “*Avanços e Perspectivas 2013*”, de junho de 2013, a OIT demonstra que a estimativa para a taxa de desemprego global⁶¹ atinja em média 200 milhões de pessoas e a perspectiva é a de que se eleve para 208 milhões em 2015 (DSSBR, 24/03/2014)⁶². O Brasil é um caso típico nesse sentido, como indica Sakamoto (2013), apesar da inexatidão das estatísticas⁶³, estima-se que sejam entre 25 mil e 40 mil trabalhadores em condições análogas à de escravidão, de acordo com número apresentado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) (CARTA MAIOR, 06/12/2013)⁶⁴.

Ainda segundo o este mesmo documento: “[...] muitos jovens ficam marginalizados do mercado de trabalho ao não encontrar um emprego adequado ou ter acesso a um sistema educativo que lhes dê ferramentas para o futuro” (*apud* DSSBR, 24/03/2014). Além disso, segundo o mesmo documento, “[...] as mulheres

⁶¹ Em 2013, O chefe de Estado de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, admitiu que “[...] a dureza da recessão manifesta-se há 10 trimestres consecutivos”, a taxa de desemprego “atingiu 17,7%, sendo o desemprego jovem de 42%”, e existe “um preocupante aumento do risco de pobreza”. Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=658670&tm=7&layout=121&visual=49>. Acesso em: 24/03/2014

⁶² Disponível em: <http://dssbr.org/site/2014/01/relatorios-da-oit-de-2013-falaram-sobre-emprego-e-desigualdade-no-mundo-brasil-obteve-melhora-nos-indices/>. Acesso em: 24/03/2014.

⁶³ No website, O globo, que data de 17/10/2013, existe a informação de que no “Brasil tem 200 mil pessoas em situação de trabalho escravo. O número é do Índice de Escravidão Global, divulgado pela ONG Walk Free Foundation. Em sua primeira edição, a pesquisa coloca o Brasil em 94º lugar no ranking dos países com maior registro de trabalho escravo. No topo da lista, aparece Mauritânia, apontado como o país com a pior situação. Segundo reportagem da BBC, o estudo elogia iniciativas do governo brasileiro contra o trabalho forçado, apesar da situação no ranking entre os cem países com os piores índices. As ações do governo brasileiro são consideradas 'exemplares'”. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/pais/brasil-tem-200-mil-pessoas-em-situacao-de-trabalho-escravo-10402682>>. Acesso em: 27/01/2014.

⁶⁴ Disponível em: < <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Trabalho-escravo-no-Brasil-de-hoje/51045>>. Acesso em: 27/01/2014.

encontram mais dificuldades para conseguir emprego e, aquelas que trabalham, sofrem discriminação, recebendo salários mais baixos que os homens no desempenho de funções semelhantes” (idem).

A OIT (2013) informa ainda que, apesar da taxa de desemprego ter atingido o índice de 6,8% em 2011, o relatório *Tendências Mundiais de Emprego 2014*, aponta que a taxa de desemprego na América Latina e no Caribe, em 2013, alcançou 6,5%, pouco acima da taxa geral de 6%, uma melhora em relação à uma década atrás, quando a taxa era de 11,1%. Todavia, se as taxas de desemprego foram reduzidas, por outro lado existem pelo menos 130 milhões de trabalhadores em ocupações informais na região⁶⁵ (O GLOBO, 17/12/2013).

Em relação aos salários, depois de um crescimento importante no período de 2006 a 2011, a OIT aponta que há uma diminuição. Para os nove países com dados disponíveis até o terceiro trimestre de 2013, a média dos salários reais subiu 1%, menos do que os 2,1% do mesmo período de 2012 (O GLOBO, 17/12/2013). Em termos de renda, a OIT (2013), divulgou que as desigualdades cresceram em 14 dos 26 países com economias avançadas, o que inclui França, Dinamarca, Espanha e Estados Unidos (DSSBR, 24/03/2014).

Ao abordar a questão da precarização do trabalho social, Druck (2011), tem o cuidado de fazê-lo numa perspectiva histórico-dialética, pensando o processo em suas múltiplas dimensões, resgatando dessa maneira, aquilo que é diferente e o que é igual, passado e presente, novo e antigo, precariedade e resistência, etc., deste que é um elemento que tem caráter macro e microsocial. Essa linha de argumentação abre precedente para pensarmos o processo de precarização do trabalho em suas várias facetas. Dentro dessa perspectiva, a autora destaca seis expressões do processo de precarização: 1) vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais; 2) intensificação das diversas formas de exploração do trabalho e ampliação da terceirização; 3) aumento da insegurança e saúde no trabalho, com rebatimentos para além do ambiente de trabalho; 4) perda das identidades individual e coletiva; 5) fragilização da organização dos trabalhadores; 6) a condenação e o descarte do Direito do Trabalho (DRUCK, 2011).

⁶⁵ Segundo Druck (2011, p. 11), no Brasil entre 2001-2009, o crescimento do número de pessoas ocupadas com remuneração foi de 26% para uma população economicamente ativa que cresceu 22%. Entretanto, o trabalho sem carteira aumentou 43%, enquanto que o trabalho protegido (militares, funcionários públicos e com carteira assinada) cresceu na proporção de 44%, o que se refletiu num aumento dos que contribuem para a previdência social em 44%.

Outro autor que destaca os efeitos negativos envolvendo o processo de terceirização é Dinis (1996). Para, o autor a terceirização pode significar a:

1) criação de empregos precários e eventuais[...]; 2) pode ser causa de desemprego e subemprego; 3) é causa de redução salarial, pois que algumas empresas visam com a terceirização pagar menos do que pagariam aos especialistas se fossem seus empregados [se assim não fosse qual a razão de “terceirizar”?]; 4) ocorre uma piora sensível nas condições de saúde e segurança no trabalho dos empregados prestadores de serviços, com eliminação de benefícios sociais diretos e indiretos; 5) traz insegurança no emprego, já que ocorre uma ampliação da rotatividade de mão-de-obra; 6) permite degradação do ambiente de trabalho e das condições de segurança e higiene, já que as subcontratadas geralmente não têm a estrutura das empresas contratantes; 7) gera o paradoxo de existir dois patrões a comandar o processo, ou, em certos casos, de inexistir patrão definido; 8) desintegra a identidade de classe dos trabalhadores; 9) dificulta a filiação, organização e militância sindical; 10) com a terceirização é patente a tendência de individualização das relações profissionais; 11) ocorre em maior número a instalação ou deslocamento de empresas para regiões de fraca industrialização, de “incipiente organização sindical”; 12) a terceirização pode ser considerada um instrumento para combater o movimento sindical e as conquistas dos trabalhadores (DINIS, 1996, p. 205).

Seguindo os passos de Druck (2007), França (2013) aponta que, quanto mais o capital ataca o trabalho, mais provoca a “[...] ampliação e institucionalização da ‘instabilidade’ e da ‘insegurança’ e que as novas formas de organização do trabalho que têm a ‘terceirização’ e a ‘subcontratação’ como central” (FRANÇA, 2013, p. 6).

Para Borges (1997), na nova processualidade histórica do capital (em crise) está sendo edificada uma massa de “[...] trabalhadores, cuja relação com o trabalho é extremamente instável, frágil, dispersa – à medida que a precariedade, a rotatividade, a descontinuidade é que dão conteúdo ao trabalho” (BORGES, 1997, p. 44). Desse modo, uma aproximação entre precarização e terceirização é perfeitamente cabível em tempos de crise estrutural.

Desta feita, a precarização do trabalho constitui-se como um elemento de destaque sob o capitalismo mundial e em crise, tendo em vista as tendências ao aumento da taxa média de exploração em virtude do aumento médio da taxa de extração de mais-valor em múltiplas escalas do espectro social. Em meio a este processo de intensificação da precarização do trabalho, França (2013) pontua que,

Enquanto processo amplo, a situação de precariedade é observada pela redução dos empregos estáveis ou permanentes nas empresas, pela subcontratação de trabalhadores temporários em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho a domicílio ou independentes, aprendizes, estagiários, entre outros tipos que, segundo Mattoso (1995), “conformam o questionamento progressivo da relação padronizada de emprego, característica do padrão de desenvolvimento norte-americano” (FRANÇA, 2013, p.6).

É possível elencar alguns dos elementos que caracterizam essa nova processualidade no que se refere ao espectro do trabalho:

- 1) A redução do operariado manual/fabril, próprio do fordismo e da fase de expansão da regulação social-democrática;
- 2) Intensificação, ampliação, flexibilização, fragmentação e precarização das formas de subproletarização, por meio da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado;
- 3) Aumento expressivo da força de trabalho feminino⁶⁶ no interior da classe trabalhadora, expansão esta que se assenta, por vezes, num universo do trabalho ainda mais precarizado, subcontratado, terceirizado, etc.;
- 4) Intensificação gradual da exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (de 45 anos) do mercado de trabalho;
- 5) Intensificação e ampliação da superexploração do trabalho, incentivado, substancialmente, pelas formas de acumulação flexível;
- 6) Aumento significativo do desemprego estrutural;
- 7) Uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho “que de um lado impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação” (ANTUNES, 1995, p. 47 apud TUMOLO, p. 88);

⁶⁶ Nogueira (2004, p. 8) constata que a atual reestruturação produtiva tem provocado “[...] aumento significativo do trabalho feminino, expressão da articulação entre as relações de gênero e de classe, possibilitando que 40% ou mais da força de trabalho seja composta de mulheres em diversos países capitalistas ocidentais”. Segundo a autora, “Na Europa, por exemplo, as mulheres representavam 30% da PEA nos anos 60; em 1996, detinham 42,5%. O espetacular aumento da atividade feminina foi acompanhado da estagnação e declínio do emprego masculino” (idem, ibidem).

- 8) Acrescentemos aqui também a ampliação e intensificação das formas de trabalho improdutivo, assim como do “aparecimento” do precariado⁶⁷

Essa *nova morfologia* do trabalho nada mais é do que um conjunto de novas características que a classe trabalhadora, em seu desenvolvimento histórico, tem assimilado frente às imposições do capital e cujo “momento predominante” culmina na diferente forma de ser classe na atualidade. Noutros termos, o processo de acumulação flexível do capital fez surgir uma nova morfologia da classe trabalhadora, no sentido de que esta se expandiu, ampliou-se, complexificou-se, heterogeneizou-se e diversificou-se (ANTUNES, 2012).

Nesse sentido, um dos aspectos que caracteriza a problemática que envolve a reestruturação é a tendência à precarização do trabalho que vem ocorrendo em escala mundial e que vem pondo abaixo muitas conquistas seculares dos trabalhadores, inclusive aquelas que dizem respeito ao período fordista. Segundo Marcelino (2004, p. 117), como expressão da precarização, tem-se o aumento da jornada de trabalho, a desregulamentação das leis trabalhistas e dos contratos de trabalho e na contratação por terceirização, principalmente.

Num outro polo, muito embora a multiplicidade de trabalhadores, para além do tradicional operário da fábrica, tenha sido uma constante ao longo do desenvolvimento do capitalismo, sob o domínio do novo padrão de acumulação Antunes (2012) ressalta estar ocorrendo em escala mundial um processo contraditório no mundo do trabalho. A totalidade da força de trabalho estável da era

⁶⁷ De acordo com Alves (2012): “O termo ‘precariado’ possui significados bastante controversos. Por um lado, Ruy Braga em seu novo livro *A política do precariado* considera o precariado como sendo o ‘proletariado precarizado’. Por outro lado, Guy Standing no livro *The precariat* não considera o precariado como proletariado, mas sim uma nova classe – ‘*the new dangerous class*’”. Alves (2012) utiliza o conceito de ‘precariado’ com uma significação sociológica bem específica. Para este autor o precariado: “Primeiro, ele não constitui uma nova classe social, mas sim uma nova camada da classe social do proletariado. No século XXI, o proletariado como “classe” social amplia-se e diversifica-se, cada vez mais, no plano sociológico. Na medida em que se desenvolve o modo de produção capitalista e dissemina-se a lógica do trabalho abstrato pela vida social, universaliza-se a condição de proletariedade. Depois, o precariado não pode ser meramente identificado como proletariado precarizado, pois considerá-lo assim, significa perder a especificidade da categoria social de precariado. Na verdade, precariado diz respeito a uma nova camada da classe social do proletariado constituída *especificamente* por jovens-adultos altamente escolarizados imersos em relações de trabalho e emprego precário. Portanto, o conceito de precariado implica o cruzamento das determinações de ordem geracional, educacional e salarial”. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/12/17/a-educacao-do-precariado>>. Acesso em: 09/05/2013

“fordista” está cada vez mais sendo solapada, sendo reduzida e/ou precarizada, enquanto que, por outro lado, amplia-se, como nunca antes ocorrera, um multiplicidade de formas de trabalho: instável, ultraproductivo, polivalente, multifuncional, improdutivo, intelectual, etc.

No caso do Brasil, as formas tradicionais e enraizadas de brutal exploração e precarização (trabalho familiar, doméstico, infantil, escravo, dentre outros) permanecem como elementos dialeticamente entrelaçados e “funcionais” ao capitalismo brasileiro, sendo amplamente utilizados (mesclados, hibridizados, fundidos, subalternizados, etc.) ao novo padrão flexível. Estas formas de trabalho possibilitam ao capital renovar suas formas de acumulação, ao mesmo tempo em que arruína a vida dos trabalhadores.

Não obstante, essa nova configuração demanda a combinação dos já consagrados mecanismos e estratégias do capital em sua lógica de acumulação, assim como a assimilação de outros mecanismos que contribuam para a valorização. Dentre do rol de (novo) mecanismos utilizados pelo capital, a extração do mais-valor é, sem dúvidas (e talvez o mais essencial), o dispositivo que, na reestruturação produtiva, deve ser levado às ultimas consequências. Tanto no que diz respeito à extração em sua forma absoluta, quanto em sua forma relativa, em função das alterações nos aspectos organizacionais e tecnológicos da produção. O que não significa que as duas formas não possam se combinar, como já salientava Marx.

No caso da expansão do mais-valor relativo⁶⁸, a aplicação organizacional/tecnológica, além de em certos casos ampliar as formas de estranhamento e precarização, substitui o trabalho vivo pelo trabalho morto, ampliando assim o contingente de trabalhadores que, ao ampliarem a massa do exército industrial de reserva, obrigados a aceitarem quaisquer tipos de trabalho (ANTUNES, 2012). Portanto, neste caso, a “[...] análise marxiana continua válida no que se refere à essência do modo de produção capitalista, uma vez que os

⁶⁸ Grosso modo, para Harvey (2011, p. 174): a *mais-valia relativa*: “[...] denomina-se a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho”, já a *mais-valia absoluta*: “[...] apoia-se na extensão da jornada de trabalho com relação ao salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida”. No entanto, é preciso lembrar que Mas é preciso lembrar que a expansão do mais-valor absoluta pode ocorrer com a intensificação da jornada e intensificação da produtividade, eliminando as porosidades e reduzindo as interrupções, sem que a jornada seja necessariamente estendida, ou seja, mantêm-se o número de horas mas intensifica-se o trabalho.

fenômenos novos não modificaram na sua dinâmica interna” (TAVARES, 2004, p. 87). As alterações na “forma de ser” do capital mantêm o seu princípio básico-fundamental (conteudístico): *a exploração (e a precarização) da força de trabalho*.

Para Antunes (2004) e Bihr (1998), a crise estrutural do capital e a consequente tentativa de retomada do padrão de acumulação via reestruturação produtiva tendem a ampliar o elemento constitutivo do capital, ou seja, a precarização do trabalho. Contudo, essa precarização toma diferentes formas (improdutivas, informais, terceirizadas, *part-times*⁶⁹, etc.). Marcelino (2004), citando Bihr (1998), indica que o proletariado hoje se divide em três grupos: a) Os estáveis, com garantias de emprego, salários e direitos adquiridos sob a vigência do fordismo; b) Os excluídos do trabalho e até do mercado de trabalho em si, dependentes da seguridade social ou mesmo da solidariedade esporádica dos outros – vistos, por essa mesma sociedade, como os que não se adaptaram; c) Entre esses dois polos, uma massa flutuante de trabalhadores instáveis: os subcontratados, os que trabalham em tempo parcial, os temporários, os estrangeiros, os imigrantes. Esses três grupos tendem a se separar e a se isolar, pois não conseguem unificar suas reivindicações e aspirações. São poucas as experiências hoje conhecidas de sindicatos que fazem a intermediação entre esses diversos tipos de trabalhadores.

Para Antunes (2012), a acumulação flexível tem provocado cada vez mais a redução (o que não significa eliminação) do trabalho industrial fabril, isto é, a diminuição da classe operária industrial tradicional. Marcelino (2004, p. 119), seguindo Antunes, destaca que estes acontecimentos provocam, simultaneamente: 1) a expansão do assalariamento com a ampliação do setor de serviços, 2) a heteroginização da classe trabalhadora e a subproletarização, ou seja, a expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, quarteirizado, etc. Daí que, para Antunes (1999), a *classe trabalhadora* vivencia, na contemporaneidade da acumulação flexível, um processo de mutações, por vezes profunda e abrangente, cada vez mais *heterogeneizada, fragmentada e complexificada*, E, simultaneamente,

⁶⁹ Um recente noticiário garante que: “Para baixar o custo da mão de obra e agilizar o mercado de trabalho, o governo federal quer flexibilizar a contratação de trabalhadores temporários pelo setor privado. Inicialmente prevista somente para contratações visando a Copa do Mundo, a Medida Provisória (MP) em preparação vai permitir essas contratações flexíveis, sem registro em carteira, para todos os setores da economia, em qualquer momento do ano, em todo o País. Segundo minuta da medida, à qual o Estado teve acesso, as empresas poderão fechar um contrato de trabalho de 14 dias, renováveis (com intervalo de sete dias corridos) até o limite de 60 dias por ano” (ESTADAO, 30/01/2014). Disponível em<: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,trabalho-temporario-poder-flexibilizado,1124687,0.htm>>. Acesso em: 30/01/2014.

o processo interfere na relação entre indivíduo e classe, na consciência de classe, tornando, assim, o processo de fragmentação do conjunto da força de trabalho ainda mais intenso, de forma que os trabalhadores fiquem à mercê do patronato, ou seja, esse conjunto de mudanças impõe serias restrições à organização política da classe trabalhadora.

A complexificação das relações entre trabalho e capital significa o estabelecimento de uma rede de processos, por vezes articulado e complementares, envolvendo as formas de gerenciamento e organização da força de trabalho por parte do capital. Nesse processo são criadas, estabelecidas e/ou intensificadas “velhas” e/ou “novas” formas de controle⁷⁰ e exploração, o que torna as coisas ainda amais difíceis para o trabalhador contemporâneo. Contudo, é evidente que,

[...] os trabalhadores não são sujeitos “passivos” em seu ambiente de trabalho. No confronto com as dificuldades, conflitos e imposições do contexto de trabalho, encontram formas de lidar com isso por meio das denominadas estratégias de mediações. Conforme afirmam, “as estratégias visam [...] confrontar, superar e/ou transformar as adversidades (e contradições) do contexto de trabalho. O objetivo último é garantir a sobrevivência física, psicológica e social. Por mais que se tente impor formas de controle e reduzir as possibilidades dos trabalhadores, gerando aquilo que Ferreira (2003) denomina de “custo humano do trabalho” (exigências físicas, cognitivas e afetivas), os sujeitos encontram modos de enfrentamento da situação. Nesse sentido, os trabalhadores descobrem formas de lidar com o que lhes é prescrito, com as imposições das regras e da tarefa. Isso não significa que tais enfrentamentos não afetam a saúde e o bem-estar dos trabalhadores; contudo, permitem ver com mais otimismo a afirmação anterior de que há uma perda de si, de sua posição de sujeito e de sua humanidade (GUIMARÃES, 2006, p. 6).

No entanto, porque a precarização, como assinala Marcelino (2004), inscreve-se na necessidade de flexibilização⁷¹ e desregulamentação⁷² do padrão das relações

⁷⁰ “Estudiosos como Marglin (1996) e Gorz (1996) consideram que o controle foi fundamental para o surgimento da produção de tipo capitalista. Segundo eles, o parcelamento das tarefas, a hierarquia e a especialização, apesar de não serem frutos ou exclusividades desta forma de produção, foram adotados por ela, exterminando outras formas de produção, não por sua eficiência tecnológica, como afirmavam alguns, mas sim por sua possibilidade de domínio e controle sobre o trabalhador e todo o processo produtivo. Tal domínio e controle eram necessários à acumulação capitalista” (*apud* GUIMARÃES, 2006, p. 3).

⁷¹ Segundo Ramalho (2000, p. 2): “‘Flexibilização’ e ‘flexibilidade’ passaram a ser palavras-chave nos textos explicativos (e no discurso empresarial) sobre os processos de ‘reestruturação produtiva’, relações de trabalho e mudanças no Estado. Considera-se nesta linha de pensamento a adequação das formas mais flexíveis de organização da produção e dos processos de trabalho para lidar com as novas tecnologias, a necessidade de mais flexibilidade em relação aos salários, à mobilidade dos

de trabalho, acomete ainda mais o já bastante dificultoso caminho da classe trabalhadora nos últimos 30 anos em que prevaleceu o modelo neoliberal. O fato que os elementos que consubstanciam a reorganização precária da força de trabalho no período neoliberal, impactaram e impactam tanto *no sistema produtivo* quanto a *morfologia do trabalho* e, conseqüentemente, tem afetado (não se sabe até quando) a força de trabalho e seus órgão de representação.

Uma análise possível da correlação dos aspectos do processo de precarização, é a de Vasopollo (2006). A autora indica o que para ela são as características principais desse momento:

- 1) Liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; 2) Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite; 3) Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional; 4) Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc.); 5) Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas; 6) Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (VESAPOLLO, 2006, p. 45–46).

Além disso, como aponta Marcelino:

[...] As empresas precisam dispor de um número mínimo de funcionários que estejam dispostos a quaisquer modificações no seu regime de trabalho, conforme o exigir a demanda. Bem como é necessário que haja uma segunda – ou terceira, ou quarta... – categoria de trabalhadores que sejam servidores indiretos da empresa principal. Em nome da retomada da produtividade, as empresas reivindicam a redução de encargos sociais para os

trabalhadores, às regras de recrutamento, às regulações do mercado de trabalho, em conjunto com a flexibilidade na estrutura das empresas, nas relações entre firmas e na localização dos empreendimentos”.

⁷² Carelli (2007, p. 69) assevera que a desregulamentação foi fundamental para a prática da subcontratação/terceirização, pois seus usos “desenfreado e desregulado, trouxeram para o mundo laboral um crescimento extremado da precarização das condições de trabalho com a fragmentação do coletivo dos trabalhadores e a exclusão social”.

trabalhadores, da carga fiscal que recai sobre a produção e das regulamentações públicas que limitam a liberdade de gestão da força de trabalho. Tais pontos são fundamentais para o sucesso dos regimes flexíveis num período de crise do capital (MARCELINO, 2004, p. 122).

É, portanto, nesse sentido, que a denominada flexibilidade⁷³ no/do trabalho⁷⁴ pode engendrar mecanismos que vão desde o aumento significativo das novas formas de apropriação de mais-valor relativo e/ou absoluto no circuito da produção e reprodução capitalista, como é o caso bastante emblemático da expansão da terceirização e do trabalho informal (TAVARES, 2004). Passando pelo processo de “enxugamento” do operariado fabril (ANTUNES, 1999). Processo que implica na reorganização dos sujeitos que trabalham, de modo que a força de trabalho deve estar disponível em relação às flutuações e exigências das transformações na economia mundial, tornando-se, assim, uma força de trabalho polivalente/flexível e precarizada. Como indica Appay (2007), o “[...] elemento central da precarização da ‘condição de assalariado’ que se expande e se generaliza seria a subcontratação, a qual se dá, sobretudo, pela ‘subordinação’ e/ou ‘sujeição’ a exploração” (APPAY, 2001 *apud* DRUCK, 2007; p. 27).

A este propósito, conforme França (2013, p. 8), “[...] é possível perceber que os termos precarização e flexibilização possuem conteúdos semelhantes⁷⁵, que por vezes se confundem”. A autora, seguindo os passos de Bourdieu (1998), indica que

⁷³ A flexibilização ou flexibilidade das condições de trabalho envolvem um série de elementos relacionados ao processo de mutações no interior do sistema capitalista. Essas mutações exigem um trabalhador multifuncional, polivalente e disposto a aceitar qualquer trabalho sob condições que, por vezes são, as piores possíveis. Além disso, há também a questão da flexibilização (ou versatilidade) do maquinário, do tempo, enfim, das relações sociais. Sennet (1999), no seu: “A Corrosão do caráter”, indica que esse processo de transformações, como não poderia deixar de ser, transcendem os ambientes de trabalho e perpassam pelas relações familiares e pessoas dos indivíduos. Assim, se o capital é, agora, mais flexível, essa flexibilidade é usada em prol da sua manutenção.

⁷⁴ “O discurso a favor da flexibilização se estrutura em torno das vantagens do processo tanto para empresas como para trabalhadores. Aumento produtivo e da competitividade, redução de custos e otimização de recursos são vantagens enumeradas para o funcionamento das empresas. Ao tratar dos adventos para o trabalhador surgem fatores como possibilidade de maior autonomia, maior controle sobre a própria atividade e a possibilidade de conciliar o trabalho a outras esferas da vida. Apesar do discurso das vantagens, o que se percebe é uma associação cada vez mais presente entre formas de flexibilidade e a precarização do trabalho” (AQUINO, 2008; GARRIDO, 2006 *apud* AQUINO; MOITA, s/d s/p Internet). Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/191.%20impacto%20da%20flexibiliza%C7%C3o%20laboral%20e%20da%20precariza%C7%C3o%20na%20constru%C7%C3o%20de%20subjetividades.pdf>. Acesso em: 16/06/2013.

⁷⁵ Para Antunes (2008, p. 174): “A precarização, sob o nome de flexibilização, acaba por se constituir uma ‘resposta’ contemporânea do capital que articula novos modelos de temporalidades e vínculos laborais que vulneram os direitos básicos dos trabalhadores” (2008, p. 174).

esta semelhança talvez se dê no sentido de que a flexibilidade é uma “estratégia de precarização”⁷⁶, que feita se tornará flexibilização social, ou à base da compreensão da precarização. Essa aproximação semelhante entre um conceito e outro, no entanto, não significa que exista uma identidade entre eles. São elementos distintos, porém, podem se fundir no processo de trabalho.

Para Druck (2007), os termos precarização ou precariedade e flexibilização são complementares, mas não idênticos, estando intrinsecamente relacionados, por conta de determinados fenômenos, tais como:

Fragmentação, segmentação dos trabalhadores; heterogeneidade; individualização; fragilização dos coletivos; informalização do trabalho; fragilização e crise dos sindicatos; e, a mais importante delas, a ideia de perda – de direitos de todo tipo – e da degradação das condições de saúde e de trabalho (DRUCK, 2007 p. 19)⁷⁷.

Druck também assinala que:

A flexibilização é produto do processo de reestruturação e constitui um novo paradigma, que procura substituir e superar a crise do paradigma fordista, no âmbito da organização dos processos de trabalho (através da adoção do toyotismo/modelo japonês), no campo da desregulamentação do mercado de trabalho, da nova forma de intervenção e regulação do Estado (legislação do trabalho), na “crise” dos sindicatos e nas formas de atuação das direções sindicais (DRUCK, 2007, p. 14).

Tratando especificamente do conceito de precarização, Castel aponta que este está completamente inserido na dinâmica atual da mundialização. O autor ressalta que na atualidade as empresas atuais tornam-se dispersoras de força de trabalho como em nenhum outro momento da história, primeiro porque tendem a

⁷⁶ É importante não confundir precarização com precariedade. A precarização do trabalho é, por assim dizer, constitutiva do capital, processo que tende a se ampliar com a crise estrutural. Precariedade diz respeito às condições de trabalho específicas a cada realidade organizacional.

⁷⁷ O estudo desenvolvido na indústria petroquímica da Bahia por Franco, Druck e Borges (1994) demonstra que a crescente precarização do trabalho evidencia-se, entre outros fatores, pelo “[...] aumento das doenças ocupacionais e dos acidentes de trabalho, em um contexto onde as responsabilidades sobre os danos causados à saúde no trabalho são encobertos pela terceirização, uma vez que há uma transferência dos riscos, das incidências de doenças e acidentes para os trabalhadores subcontratados. De fato, tais trabalhadores, em geral, não são nem registrados, não existem como trabalhadores, muito menos como doentes ou acidentados nas empresas (contratantes) em que trabalham. Nas palavras dos pesquisadores, o que se tem é uma “[...] forma moderna de flexibilizar o trabalho, [que] na verdade, tem sido também a forma moderna de dar invisibilidade ao mundo real do trabalho” (FRANCO; DRUCK; BORGES, 1994, p. 87 *apud* FRANÇA, 2013, p. 8).

excluir do processo aqueles trabalhadores que não conseguem acompanhar as mudanças internas, mas que ainda são muito jovens para se aposentarem, segundo “[...] porque não absorvem os jovens que buscam suas primeiras experiências profissionais” (CASTEL, 1999 *apud* MARCELINO, 2004, p. 123). A este propósito, Castel indica que:

O processo de precarização percorre algumas das áreas de emprego estabilizadas há muito tempo. Novo crescimento dessa vulnerabilidade de massa que, como se viu, havia sido lentamente afastada. Não há nada de “marginal” nessa dinâmica. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno (CASTEL, 1999, p. 596).

Castel (1999 *apud* MARCELINO, 2004, p. 123) aponta ainda que, sob estes aspectos, existe um risco de elevação do nível de qualificação⁷⁸ dos desempregados. Para Marcelino, embora esta elevação “[...] seja desejável do ponto de vista do nível educacional geral da população, pois seria um ganho para a democracia e para o desenvolvimento humano (...) não é possível deduzir-se daí que os não-empregados possam encontrar um emprego simplesmente por ter elevado seu grau de escolaridade” (MARCELINO, 2004, p. 123).

Além disso, historicamente, os capitalistas resistiram ao máximo contra qualquer forma de aliviar o peso sobre os ombros dos trabalhadores, tendo em vista que isso significava diminuir a margem de lucro. Por isso, no que diz respeito a alguns ramos da produção, as “personificações do capital” impuseram um rígido controle sobre o processo produtivo de maneira a extenuar quase que completamente a força de trabalho. Isso porque, de acordo com Marx:

[...] o capital em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o

⁷⁸ Pochmann (2007) assinala que a difusão dos procedimentos de automação programável ocorre simultaneamente à redução das funções exclusivamente manuais e de baixa qualificação, implicando em elevação da participação relativa das funções mais intelectualizadas e em maior grau de qualificação. Percebe-se a ampliação da escolaridade do operário para atender novos requisitos de contratação, em meio às metas de produção e de maior comprometimento do trabalhador com objetivos das empresas.

tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Escamoteia tempo destinado às refeições para incorporá-lo onde possível ao próprio processo de produção, suprimindo o trabalhador, enquanto mero meio de produção, de alimentos, como a caldeira, de carvão, e a maquinaria de graxa ou óleo [...] Em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentiamamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um maximum de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feito fluir. A produção capitalista, essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida (MARX, 1983, p. 211-212).

“E assim, o capital não só obtém mais-valia em geral, como também comanda o processo de trabalho” (GRESPLAN, 2011, p. 118). Desta feita, o único interesse do capital no trabalho é assegurar o processo de valorização do valor, ou seja, garantir a continuidade da sua auto-reprodução através da extração máxima de sobretrabalho. Daí que, nesse processo, a precarização, a flexibilização e desregulamentação do trabalho, são levadas às ultimas consequências, pois propiciam a possibilidade do aumento da extração de mais-valor (seja pelo prolongamento da jornada de trabalho ou pela intensificação desta). Nesse sentido, “capturadas” pelas imposições da reestruturação produtiva, dialeticamente articulada ao circuito da realização da mercadoria, outras formas de trabalho surgem e podem se tornar mais evidentes e “funcionais” à reprodução da mais-valia sem que estejam necessária e diretamente ligadas ao assalariamento, como é o caso, por exemplo, do trabalho “autônomo”.

Por outro lado, simultaneamente articulado ao desemprego, o pêndulo da precarização do trabalho, ao reduzir o número de operários, satura as demais esferas de trabalho, como é o caso do setor informal, o qual se vincula de maneira subordinada às necessidades contemporâneas do processo de “enxugamento” no setor fabril no período de acumulação flexível. Na realidade, como o capital visa sempre aumentar a margem de lucro por meio da ampliação da produção, ele deve sempre tentar ampliar a produtividade do trabalho. Para tanto, a própria lógica que

conduz às novas tendências “[...] (que, em verdade, são respostas do capital à sua crise estrutural) acentuam-se os elementos destrutivos” (ANTUNES, 1999, p. 34) constitutivos do sistema do capital. Antunes, num outro momento, assevera:

Como resposta à crise estrutural do capital, iniciou-se um processo de reorganização do capital e do sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...]; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (2003, p. 31).

Mesmo em crise, o sistema pode “ganhar fôlego” a partir de sua reconfiguração flexível, a qual, aliás, tem se expandido mundialmente desde a década de 1970⁷⁹. As transformações derivadas do “novo modelo” de acumulação flexível, com todas as particularidades e especificidades sócio-territoriais envolvidas, visam fundamentalmente à recuperação dos níveis “normais de acumulação” anteriores (NETTO; BRAZ, 2011), ou seja, trata-se de um processo de reformulação relativamente complexo da base do sistema produtivo/organizativo/técnico do capital, cujo sentido é a tentativa de contornar as contradições que se aprofundam com a crise.

Na realidade, desde o terceiro quartel do século passado, com o fim da chamada “era de ouro”, “[...] instaurou-se o novo momento na história econômica e política mundial, que Hobsbawm denomina de ‘décadas de crise’” (JINKINGS, 2004, p. 171), cujo sinal mais expressivo é o processo de reestruturação (ou restauração) do capital, que tenta assim, recriar novas bases/condições para a sua auto-expansão irrefreável e potencialmente destrutiva.

Estas transformações, que resultam da conformação de um conjunto de relações entre os planos internacionais, nacionais e locais “[...] atingem as esferas da vida social e traduzem mudanças na configuração espacial” (idem, ibidem) e territorial dos processos de expansão e acumulação do capital, assim como na organização da produção, da distribuição, da circulação do capital, bem como no

⁷⁹ Evidente que, mesmo mundializado, esse padrão não é homogêneo, pois apresenta, em sua processualidade contraditória, características e especificidades nacionais, regionais e locais.

aparato hegemônico de dominação política, ideológica, cultural etc., que reforçam as estruturas deste sistema. Neste tocante,

A expansão sem precedentes dos mercados monetários internacionais e do domínio da esfera financeira no movimento geral do capitalismo, a introdução de agressivas modalidades produtivas para alcançar a máxima intensificação do trabalho, assim como as políticas de liberalização do comércio, de privatização do Estado e de ataque aos direitos de trabalho e à organização sindical são expressões da reestruturação e da mundialização contemporâneas do capital (JINKINGS, 2004, p. 172).

Na era da acumulação flexível/toyotizada, observa-se ainda a ampliação de novos padrões organizacionais e tecnológicos, devido ao avanço das forças produtivas. Esses avanços, no entanto, deflagram-se de maneira contraditória por conta da crise de superprodução que se manifesta como crise de realização da mais-valia produzida pelo processo padronizado e massificado do fordismo, daí a necessidade de se flexibilizar as relações produtivas. Se esta, no entanto, apresenta elementos novos no que diz respeito à extração de mais-valia, cujo exemplo da terceirização é significativo nesse sentido, continua mantendo as restrições objetivas do capital sobre o trabalho, mesmo com a roupagem flexível.

O impacto dessas mudanças tem implicações imediatas sobre os trabalhadores em três sentidos fundamentais: 1) no que diz respeito ao trabalhador coletivo, está sendo ampliado “[...] dado que tornam cada vez mais amplas e complexas as operações e atividades intelectuais requeridas para a produção material” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227); 2). O aumento da polivalência e da qualificação. Nos setores de “[...] ponta da produção o trabalhador qualificado já não é mais o operário acionador de máquinas complexas [...], mas o ‘controlador’, ‘aplicador’ e ‘manipulador’ de comandos cibernéticos” (DREIFUSS, 1996, p. 35).

No entanto, se as exigências de qualificação são a marca desse período, há também um movimento inverso: muitas atividades laborativas podem ser desqualificadas, de “[...] forma a empregar uma força de trabalho que pode ser substituída a qualquer momento” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 227); 3) a mudança na forma de gestão da força de trabalho, pois diferente da rigidez do fordismo, o modelo toyotista prima pela participação e o envolvimento dos trabalhadores, valorizando a comunicação e a redução de hierarquias mediante a utilização da parceria entre as

“equipes de trabalho”, inclusive com o forte estímulo ao “sindicalismo de empresa” (ou de “resultados”) fortalecendo assim neocorporativismo⁸⁰ (Idem, ibidem).

No que tange às exigências do grande capital e sua necessidade de tentar retomar o processo de acumulação frente à crise, o projeto restaurador pautou-se em novos ajustes estratégicos na relação capital x trabalho, de maneira a reverter a queda da taxa de lucro. Para tanto, o capital, ao introduzir uma série de alterações nos circuitos produtivos, de maneira a reestruturá-lo, recria condições renovadas para a exploração da força de trabalho.

Nesse sentido, a classe trabalhadora, enquanto produto do conjunto de relações sociais, adquiriu uma composição diferenciada na contemporaneidade. Dois elementos aqui devem ser levados em consideração: a) a classe trabalhadora continua sendo, em essência, a mesma dos tempos de Marx. É claro que quando se fala em essência estamos nos referindo à classe enquanto agente social determinado, “[...] principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica” (POULANTZAS, 1975, p. 13) e que, portanto, “paga um tributo” ao capital por meio da venda de sua força de trabalho. Sendo assim, múltiplas determinações envolvem o ser da classe trabalhadora, numa conformação que não se restringe aos aspectos puramente econômicos, pois “[...] o economicismo anula a política ao derivar o comportamento político da situação objetiva da classe” (GALVÃO, 2012, p. 234). Assim, a essência da classe refere-se à articulação de critérios econômicos, políticos e ideológicos; b) As transformações na conformação da classe, as quais envolvem certas metamorfoses no próprio interior do campo de disputas entre as classes ao longo do desenvolvimento histórico do capital, revelam-se no próprio movimento contraditório do capital (BENSAÏD, 1999). Daí a nova conformidade da classe trabalhadora na atualidade, a plural e ainda mais complexificada, expressando-se na nova morfologia do trabalho.

⁸⁰ No Brasil, segundo Alves (2005, p. 2), diante do novo complexo de reestruturação produtiva – e da ofensiva neoliberal -, o sindicalismo neocorporativo tenderia a privilegiar a “[...] influência propositiva” isto é, as “[...] estratégias de enfrentamento propositivo” que privilegiam a negociação e a participação dos trabalhadores assalariados no processo decisório da reestruturação produtiva *setorial* ou *por empresa*, buscando, no mundo da produção, uma convergência de interesses entre capital e trabalho assalariado, capaz de instaurar uma relação permeada por um neopragmatismo social-democrata, caracterizado por “um jogo de soma não-zero, de modo que cada um possa ganhar mais do que na ausência de arranjos corporatistas – embora alguns ganhem mais do que outros”.

Por isso, como escreve Antunes (2012), o trabalho, nesta fase de crise do capital, está cada vez mais complexificado. Isto é, as relações entre trabalho material e imaterial, produtivo e improdutivo, manual e intelectual etc., além, é claro, da própria conformação da classe trabalhadora, são exemplos dessa complexificação. Dentro das inúmeras transformações que impulsionam o trabalho a esta nova morfologia, o autor aponta para “o grande avanço tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica” (ANTUNES, 2000, p. 23), que ocorrem no bojo do processo de acumulação flexível.

As transformações tecnológicas estão atreladas à emergência dos processos de produção do tipo toyotista, modelo que tem como princípio a produção de acordo com a demanda, com lógica de reposição após a venda – estoque mínimo, *horizontalização* e *externalização*, *trabalhadores multifuncionais*, *polivalentes* (ORGANISTA, 2006, p. 132), tem consequências sobre a morfologia do trabalho. Como indica Organista, um dos problemas da generalização deste modelo, mesmo que esta seja difusa e contraditória, é a “[...] diminuição do trabalhador industrial tradicional e, por outro lado, a expressiva expansão do trabalho assalariado, com absorção pelo setor de serviços dos contingentes de trabalhadores que ‘sobram’ do setor secundário” (ORGANISTA, 2006, p. 133).

Acerca disso, Antunes (2002) alerta para o conjunto dos trabalhadores assalariados que podem não participar diretamente do processo de valorização do capital, mas que estão intimamente relacionados ao processo produtivo. O setor de serviços⁸¹, por exemplo, é dependente do setor produtivo de mercadorias. Ou, nas palavras de Organista (2006, p. 134): “Somente pela permanente capacidade do setor produtivo em realizar mais-valia é que se pode pensar na sobrevivência do setor de serviços”. Por isso concordamos com Antunes sobre a permanência da centralidade do trabalho frente à crise estrutural, visto que, apesar de suas transformações (hetoregeinização, complexificação e fragmentação), o capital

⁸¹ A este respeito, Antunes (2012, p. 52) destaca que no período de 1980/1986, o setor de serviços nos EUA teve uma expansão de 97,8%, sendo responsável por mais de 60% de todas as ocupações. Essa tendência, segundo o autor, atinge praticamente todos os países “centrais”.

⁸¹ Segundo Antunes (2009, p. 14): “No Brasil, na década de 1970, no auge da expansão industrial, o país chegou a possuir 20% do total dos empregos na indústria de transformação, 20 anos depois, a indústria de transformação absorvia 13% do total de ocupação nacional”. Além disso, segundo o autor: “Na China, 26 milhões de ex-trabalhadores rurais que estavam trabalhando nas indústrias das cidades perderam seus empregos nos últimos meses de 2008 e no início de 2009”. E “Nos EUA, Inglaterra e Japão os índices de desemprego no início de 2009 foram os maiores das últimas décadas” (ANTUNES, 2009, p. 14).

jamais prescinde de trabalho vivo. Longe disso, ele, ao fragmentar, exteriorizar, precarizar e terceirizar a força de trabalho, tem conseguido incrementar seu poder exploratório.

Se por um lado as tendências de redução do proletariado industrial /fabril⁸² indicam um proletariado fabril que sofre ainda mais as consequências da intensificação da exploração no chão da fábrica, haja vista o fato de que os proletários devem arcar com as dificuldades emanadas da liofilização organizacional⁸³, ou seja, a substituição do trabalho vivo pelo maquinário técnico-científico-informacional (trabalho morto). Por outro lado, o novo subproletariado, terceirizados/subcontratados, informalizados, improdutivos, etc., arcam com o processo de precarização das condições de trabalho, quase sempre desregulamentado, fragmentado e fragilizado. Neste contexto, o processo de acumulação flexível e sua correspondente reestruturação produtiva, tendem a reforçar os índices de precarização do trabalho.

Do ponto de vista do trabalho e, mais precisamente, da intensificação da precarização deste, Antunes (2008, p. 49) destaca outro elemento fundamental: a subproletarização. No entender deste autor, tem se tornado cada vez mais comum este processo, presente com maior intensidade nas formas de trabalho “[...] precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculados à economia formal” (ibidem). Em outras palavras:

[...] a reestruturação produtiva capitalista gera uma gama enorme de trabalhadores que são obrigados a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias, com baixos salários, péssimas condições de trabalho, perda de direitos trabalhistas, extensão da jornada de

⁸² Segundo Antunes (2009): No Brasil, no auge da expansão industrial na década de 1970, o país chegou a possuir 20% do total dos empregos na indústria de transformação, 20 anos depois, a indústria de transformação absorvia 13% do total de ocupação nacional. Além disso, segundo o autor, “Na China, 26 milhões de ex-trabalhadores rurais que estavam trabalhando nas indústrias das cidades perderam seus empregos nos últimos meses de 2008 e no início de 2009. Além disso, nos EUA, Inglaterra e Japão os índices de desemprego no início de 2009 foram os maiores das últimas décadas” (ANTUNES, 2009, p. 14).

⁸³ “A liofilização organizacional é o processo de ‘enxugamento’ das empresas”. “Desse modo, aqueles setores que eram os pilares da economia produtiva no século 20, cujo melhor exemplo é a indústria automobilística, sofreram fortes mutações. Nessa nova empresa, liofilizada, é necessário um novo tipo de trabalho e um novo tipo do que antes se chamava de trabalhador, o qual atualmente os capitais denominam, de modo mistificado, como ‘colaborador’” (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 128).

trabalho, etc. (GONÇALVES 2002; THOMAZ JR, 2002, s/p Internet)⁸⁴.

Sendo assim, a ampliação e a intensificação da precarização do trabalho são as marcas mais nefastas dessa derradeira fase de crise estrutural do capital, fase esta, no qual, conforme Ribas (2004, p. 21), “[...] o modelo de acumulação centrado na horizontalidade do processo produtivo, numa capacidade de mercado em criar uma demanda a partir do aumento da produtividade” está sendo, em diversos setores produtivos, substituído pelas atividades moldadas sob os critérios da acumulação flexível/reestruturação produtiva, a qual tem em suas bases a precarização, a flexibilização, fragmentação etc., das relações de produção e de trabalho.

Evidentemente, o avanço da acumulação flexível não implica necessariamente no desaparecimento de formas pretéritas de produção, as do tipo fordistas. O fordismo ainda pode (e é) utilizado em muitos setores ou ramos produtivos, dependendo das condições que o capital terá que enfrentar em cada território. Como esclarece Antunes (2012), mesmo formas híbridas⁸⁵ entre fordismo e toyotismo podem ser encontradas em diversas regiões, se estas favorecerem o processo de acumulação.

Mesmo assim, em se tratando da acumulação flexível, o capital precisou se rearticular “por dentro” de sua própria crise, ou seja, teve que (re)organizar seus mecanismos basilares com o intuito de potencializar a extração de mais-valor. Todavia, essa reorganização foi extremamente débil do ponto de vista de uma mudança radical-estrutural, pois apesar das mudanças no processo produtivo, o sistema do capital permanece o mesmo. Afinal, as mudanças “[...] implementadas pelo capital tem como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração do trabalho” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 228). E isso se deve à necessidade imperiosa de suplantar seus problemas internos para poder retomar o processo de acumulação, que faz com que o capital reforce os mecanismos que lhe permitem extrair mais-valor ao mesmo tempo em que “contorna” suas contradições internas. Em outras palavras, a nova morfologia do

⁸⁴Disponível em:<http://br.monografias.com/trabalhos902/precarizacao-dotrabalho/precarizacao_dotrabalho2.shtml>. Acesso em: 15/12/2012.

⁸⁵ Há, na realidade, múltiplas combinações entre os diferentes padrões de produção: fordismo, taylorismo, linhas enxutas/flexíveis, trabalho doméstico, etc. Para mais informações, verificar: Leite (2003).

trabalho e da classe trabalhadora é expressão de problemas do sistema em crise. A força de trabalho, como, aliás, sempre ocorreu neste sistema, tem que arcar com as mudanças em cada uma das fases de “recuperação” do capital. O problema é que na crise estrutural essa recuperação não tem sido mais possível (MÉSZÁROS, 2002).

Com relação ao trabalho, Bihr (1998, p. 189) aponta que na atual conjuntura as “[...] diversas categorias de trabalhadores tem em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes”. No marco das transformações no processo produtivo, prevalece, em vários setores, como esclarecem Netto; Braz (2011, p. 228) “[...] formas precárias de emprego (sem quaisquer garantias sociais) e do emprego em tempo parcial (também frequentemente sem garantias)”, o que fez (e faz) com que os trabalhadores sejam obrigados a buscar o seu sustento nas ocupações disponíveis ou, em certos casos, o trabalhador se vê forçado a utilizar de sua criatividade como meio de sustento.

Diante do processo de precarização, e mais precisamente no que se refere às formas subproletarização do trabalho, a expansão do contingente de trabalho feminino ao redor do mundo tem significativa importância. Antunes (2012), baseando-se em Hirata, escreve que, em 1980, 20% das mulheres no Japão trabalhavam em tempo parcial, em condições precárias. O mesmo Antunes (2012, p. 50) aponta que já na década de 1980 existiam “2,560 milhões de assalariados em tempo parcial”. “Três anos depois a Revista “Economista” de Tóquio estimava em 5 milhões o conjunto das assalariadas trabalhando em tempo parcial”, afirma o mesmo autor (ANTUNES, 2012).

Antunes (2012) cita ainda que do “[...] volume de empregos em tempo parcial na França entre 1982 e 1986, mais de 80% foram preenchidos pela força de trabalho feminina” (*apud* BIHR, 1991, p. 89). Apesar das diferenças nacionais, o contingente de trabalho feminino representava, até aquele período, segundo o autor, 40% da força de trabalho em muitos países “centrais”.

Ademais, é cada vez mais comum a prática das chamadas “ocupações acessórias”, formas que se mesclam ao emprego, no sentido de complementaridade da renda. Nesse ponto, a carga da exploração recai de maneira mais intensa sobre

os ombros das mulheres⁸⁶ que precisam “administrar” as jornadas de trabalho e os afazeres típicos relacionados à família centrada nos moldes do patriarcado. Essas ocupações, para além do emprego, apesar de lhes propiciar um *plus* na renda, também lhe imprime um desgaste físico e psicológico.

Outro elemento importante desse processo é, segundo Antunes (2012), a aplicação das novas tecnologias no processo produtivo. Segundo Marx, “Os novos processos produtivos baseados na exacerbação do trabalho morto possibilitam, cada vez mais, a uma aproximação do trabalhador enquanto supervisor e regulado do processo de produção” (MARX, 1972 *apud* ANTUNES, 2012, p. 53). No entanto, a plena efetivação dessa tendência não pode ser realizada porque enquanto o capital perdurar ele não pode eliminar completamente o trabalho vivo⁸⁷, criador de valor. Os trabalhadores qualificados (uma qualificação reificada) são, na maioria dos casos, trabalhadores polivalentes, flexíveis, multifuncionais, etc., os famosos “pau para toda obra”. De fato, em certos setores da produção, “[...] o trabalhador qualificado já não é mais um operário acionador de máquinas complexas, mas um ‘controlador’, aplicador, e manipulador de comandos cibernéticos” (DREIFUSS, 1996, p. 35).

Alves (2002) salienta que a utilização da informática, bem como o uso de técnicas modernas de gerenciamento e a utilização de novos equipamentos, estariam propiciando ainda mais a intensificação da subsunção real do trabalho ao capital. Dessa forma, os comandos da produção permitiram reduzir consideravelmente “[...] o tempo morto no interior da empresa, bem como tornou possível cada vez mais a continuidade das atividades laborais fora do próprio local tradicional do trabalho” (POCHMANN, 2008, p. 12). Ou seja, as novas tecnologias microeletrônicas na produção estariam introduzindo mecanismos capazes de

⁸⁶ Conforme Gonçalves (2011, p.1): “Os últimos anos foram marcados por um forte aumento da participação feminina na chamada população economicamente ativa. Segundo o relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 2008, o número de mulheres que trabalham sob a exploração direta do capital aumentou em quase 200 milhões ao longo do último decênio, atingindo 1,2 bilhão em 2007, contra 1,8 milhões de homens. Esta expansão, ao lado do maior espraiamento do capitalismo pelo planeta, é um dos principais aspectos da recomposição do proletariado. No caso do Brasil, observa-se o mesmo crescimento nas últimas décadas. Cerca da metade das mulheres constitui 52% da População Economicamente Ativa e apenas uma em cada três (36%) exercia atividade remunerada no mercado formal, revela pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2010”.

⁸⁷ Como esclarece Tavares (2004, p. 68): “A aplicação tecnológica da ciência permitiu ao capital ter maior liberdade para se reproduzir, uma vez que a produção deixou de ser subordinado à habilidade do operário, o que sem dúvida revolucionou o modo de produção, tornando-o especificamente capitalista. Mas isso não exclui o trabalho vivo, produtor de mais-valia”.

promover um novo salto na produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que mantêm/reforçam o controle e apropriação do resultado do trabalho⁸⁸. Por isso, dada à tendência da qualificação forçada do trabalho, acrescenta-se outra, a desqualificação,

[...] de inúmeros setores operários, atingidos por uma gama diversa de transformações que levaram, de um lado, à desespecialização do operário industrial oriundo do fordismo e, por outro, à massa de trabalhadores oscila entre temporários (que não tem nenhuma garantia de emprego), subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados), aos trabalhadores da “economia informal”, enfim este enorme contingente que chega até a faixa de 50% da população trabalhadora nos países avançados, quando nele se incluem também os desempregados, que alguns chamam de proletariado pós-industrial e que preferimos denominar de subproletario moderno (ANTUNES, 2012, p. 57).

Ainda de acordo com Antunes (2005), nos países de maior crescimento da economia capitalista as inovações tecnológicas e a gestão do processo produtivo industrial já se encontram mais avançadas e, em muitos casos, há um avanço do processo de acumulação flexível, o que implica na:

[...] “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; direito da empresa, para reduzir ou ampliar o horário de trabalho, de acordo com as oscilações do mercado; possibilidade de pagar salário real mais baixo [...] A flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos trabalhos reais mais baixos e em piores condições [...] o trabalho ilegal vem assumindo dimensões gigantescas (ANTUNES, 2005, p.11).

Além disso:

As transformações geradas pelas novas técnicas, pelas novas políticas de gestão e controle do processo produtivo, apontam e ao mesmo tempo fazem parte de uma grande transformação que

⁸⁸ Segundo Thomaz Junior (2009, p. 5): “O trabalho morto tem aumentado em detrimento do trabalho vivo e a ciência tem interagido com o trabalho, participando intrinsecamente do mecanismo de geração do valor, visto ser esta a necessidade do capital no seu processo de valorização. Cabe ressaltar que, mesmo com o aumento do trabalho morto, as máquinas inteligentes não substituirão totalmente os trabalhadores, visto, pois, tanto no processo de desenvolvimento como na utilização dessas máquinas o trabalho intelectual do operário é despendido”. Nessa perspectiva, Antunes (2001, p.123) assinala que o operário, “[...] ao interagir com a máquina informatizada acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais e cognitivos à nova máquina”.

envolve não só o mundo do trabalho, mas ao redimensionar os papéis dos seus atores, denuncia uma imensa quantidade de mudanças que perpassam, compõem e redimensionam todas as esferas da sociedade, sejam as políticas, sociais, ideológicas, culturais e os consequentes desdobramentos espaciais – territoriais (GONÇALVES; THOMAZ JR, 2012, s/p)⁸⁹.

Por isso, as modificações advindas das novas formas de organização do espaço produtivo e de trabalho, vão além do próprio espaço de produção, recaindo também sobre as esferas políticas e econômicas dos Estados, que “ao se redimensionarem, estarão contribuindo para um rearranjo territorial amplo na esfera da organização da sociedade para produção” (GONÇALVES, THOMAZ JR, 2012, s/p)⁹⁰, pois, “[...] a flexibilização do processo produtivo se contemplará também com a flexibilidade dos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores, seja pela sua anulação ou pelo seu relaxamento”, de maneira a permitir uma maior “[...] agilidade para os empregadores no momento do contrato ou da dispensa, além de um menor gasto com os encargos trabalhistas” (idem, ibidem). Por conta disso,

A mesma lógica que incentiva permanentemente a inovação no campo da tecnologia atinge os trabalhadores de forma impiedosa, transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos, descartáveis, homens que devem ser “superados” e substituídos por outros “novos”, isto é, flexíveis. É o tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato e, dentre elas, a terceirização/subcontratação ocupam o lugar de destaque (DRUCK, 2007, p. 26).

O meio *técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1994), resultado de decisões políticas e econômicas e, portanto, amoldado à luta de classes, tem tido papel fundamental na organização da gestão do processo de trabalho e da facilitação de transações financeiras, possibilitando ao capital atuar com ampla liberdade em todas as partes do mundo e, possivelmente, readequando as barreiras do espaço tempo por conta da ampliação técnica.

No entanto, a discrepância que existe no que tange à difusão desigual do progresso técnico pode acentuar assimetrias na divisão internacional do trabalho ao mesmo tempo em que pode exacerbar certas características predatórias do capital,

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-31.htm>>. Acesso em: 15/12/2012.

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-31.htm>>. Acesso em: 15/12/2012.

como é o caso da superexploração do trabalho (SAMPAIO JR, 2011, p. 201). Há que se levar em consideração que esse processo de competição entre os países pode ser alterado de acordo com as condições conjunturais. O “jogo” de relações desiguais entre países permanece em constante mutação, mas, apesar disso, a subalternidade dos países tidos como periféricos se mantêm, e, o que pior, essa subalternidade, mesmo que traga certas vantagens para estes mesmos países é, ela própria, “funcional” à lógica do processo de acumulação e centralização do capital em escala mundial.

Além disso, como ressalta Druck (1999, p. 17), conquanto a tecnologia tenha um papel importante e, por vezes, imprescindível, no contexto de crise estrutural do capital, “[...] não se pode tomá-la como um sujeito do processo, engrossando as teses do determinismo tecnológico”. Ou seja, é preciso ter cautela na análise sobre as inovações tecnológicas no âmbito das mutações no processo produtivo, mesmo porque a chamada “revolução tecnológica” não está descolada, nem é independente e/ou autônoma, da esfera política contemporânea. A introdução da microeletrônica, da automação⁹¹ e da informática está calcada numa base produtiva ditada por interesses e disputas que envolvem a competitividade das (mega)corporações, resultando, assim, na alteração dos processos de trabalho ao mesmo tempo em que afeta o conjunto de trabalhadores.

Portanto, o avanço do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo não significa o fim deste último, tendo em conta que o primeiro participa de forma significativa como mecanismo na geração de valor, pois a ciência e a tecnologia ampliam as possibilidades da valorização do valor, por um lado, reduzindo o capital variável e intensificando o trabalho, por meio do “sequestro” da subjetividade operária⁹², através da subsunção formal-intelectual, de maneira a se apropriar cada

⁹¹ Para Catani (1995, p. 38), “[...] o capitalismo possui uma regra básica de funcionamento: organização da produção com objetivo da obtenção de mais-valor e, conseqüentemente, de mais poder. Pela força da concorrência externa (a luta entre ‘irmãos inimigos’) e pela pressão dos trabalhadores no local de trabalho (a luta ‘capital x trabalho’), o capitalista está submetido ao imperativo da acumulação. Acumulação é, portanto, necessária e possível graças ao agenciamento do Processo de Produção, materializado no Processo de Trabalho, que, por sua vez, assume formas variadas e mutantes. Para ter domínio da situação, o capitalista age, basicamente, sobre a Organização do Trabalho (métodos de produção) e a maquinaria. Para reduzir a dependência do trabalho humano (imprevisível e perturbador), vale-se da automação e a da introdução de novas tecnologias”.

⁹² Segundo Faria e Meneghetti (2009, p. 13), “O sequestro da subjetividade do trabalhador passou a se intensificar com os novos modelos de controles psicológicos viabilizados por uma reorganização dos modelos de produção e gestão, representados, atualmente, pelo toyotismo. Técnicas como o team work, kaizen, just-in-time, CCQ’s, TQC, são capazes de propiciar o sequestro da subjetividade

vez mais dos resultados do trabalho e, por outro lado, ampliando ainda mais o número de trabalhadores desempregados (THOMAZ JR, 2000).

Mas se a degradação/precarização do trabalho tende, em princípio, a ser ampliada pelo avanço tecnológico, isso não significa que ela seja a única causa destes fatores. No caso do desemprego, os trabalhadores são deslocados não porque sejam expulsos pelas máquinas, mas sim porque num determinado momento do processo de acumulação o lucro se torna demasiado pequeno, sendo necessário criar novos mecanismos que possibilitem o retorno destes lucros. O que justifica, nesse caso, o desemprego, não é o avanço da tecnologia em si, mas, concretamente, a relação entre “[...] capital constante e capital variável, ou, mais especificamente, o aumento da composição orgânica do capital enquanto tendência imanente à produção capitalista” (TAVARES, 2004, p. 68). As consequências desse processo para os trabalhadores(as) são as mais devastadoras, e o “deslocamento” da força de trabalho, tem, no geral, implicações nefastas, direta ou indiretamente, pois é preciso, de alguma maneira, vender a força de trabalho ou procurar outros meios de sobreviver. Esses elementos, aliados a tantos outros, compõem nas atuais condições do capital, uma *nova conformação no mundo do trabalho*.

Antunes (2012), no Brasil, foi um dos primeiros a alertar sobre a complexificação do mundo do trabalho:

[...] não há uma tendência generalizante e uníssona, quando se pensa no mundo do trabalho. Há, isto sim, como procuramos indicar, uma processualidade contraditória e multiforme. Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc. Se é possível dizer que a primeira tendência - a intelectualização do trabalho manual - é, em tese, mais coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, a segunda - a desqualificação - mostra-se também

do trabalhador, intensificando o ritmo de trabalho e precarizando as condições físicas e psicológicas”. do ambiente de trabalho, submetendo o trabalhador à lógica da acumulação ampliada do capital. Ainda segundo estes autores, “[...] é possível identificar cinco formas que a organização [toyotista] utiliza para prover o sequestro da subjetividade: pela identificação, pela essencialidade valorizada, pela colaboração solidária, pela eficácia produtiva e pelo envolvimento total. Estas formas correspondem a valores intrínsecos do toyotismo, ou melhor, desta nova estratégia de produção e de gestão do capitalismo contemporâneo e não parecem estar relacionadas à ‘cultura japonesa’, já que os dekassegus são estrangeiros nestas organizações e, como tais, não portadores da mesma, o que não os impede de viver nelas com os mesmos conflitos que os nativos” (idem, ibidem).

plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista, em sua lógica destrutiva e com sua taxa de uso decrescente de bens e serviços (MÉSZÁROS, 1989, p. 17). Vimos também que houve uma significativa incorporação do trabalho feminino no mundo produtivo, além de expressiva expansão e ampliação da classe trabalhadora, através do assalariamento do setor de serviços. Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente, o que é fundamental, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2012, p. 58-59).

É nesse sentido que transformações societárias redesenharam/redesenham significativamente o perfil do “mundo do trabalho”, além, é claro, de provocar inúmeros rebatimentos espaciais e territoriais devido à dinâmica da reestruturação produtiva do capital e das medidas neoliberais, dois elementos de um mesmo processo (crítico) que reverberam sobre o mundo do trabalho, em todas as suas expressões (THOMAZ JR, 2011).

Mundializado, “[...] este capitalismo [em crise] apresenta traços novos e processos inéditos” (NETTO, 2010, p. 11), que reverberam (negativamente) sobre o metabolismo societário (relação homem-natureza, historicizada [geografizada] pelo trabalho), cujo traço mais marcante é a nova dimensão da precarização estrutural do trabalho. Há uma profusão de formas de trabalho, sejam elas atividades historicamente exemplares no sentido de degradação humana e social, sejam elas novas formas. A composição do mundo do tem sido ampliada em muitas formas e nuanças que vão do trabalho,

[...] abstrato, concreto, formal, informal, regulado, desregulamentado, precarizado, assalariado, subsslariado, suboproletarizado, ‘semi-escravo’, fabril, doméstico, masculino, feminino, adulto, infantil, , parcial, total, manual, intelectual, ‘qualificado’, ‘semiquualificado’, ‘desqualificado’, local, regional, produtivo, improdutivo” (RIBEIRO, 2004, p. 115),

[...] até o trabalho primarizado, terceirizado, dentre muitas outras formas. Estes são exemplos daquilo que Thomaz Jr (2009) identifica como sendo expressões constitutivas que a *plasticidade do trabalho* adquire na atualidade e que consubstancia a nova morfologia do trabalho. O mesmo Thomaz Jr (2009) esclarece que,

Quando nos ocupamos com a (des)realização e as novas identidades do trabalho territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente, estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da constante redefinição de profissões, habilitações, especializações, inserções autônomas etc., entremeada, em vários casos, com experiências de despossessão. Essa trajetória de fragmentações atinge em cheio o trabalho, e são essas as evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho, na perspectiva de classe (THOMAZ JR, 2009a, p.41).

Intrinsecamente relacionado a esta nova (e problemática) morfologia do trabalho está o aumento significativo do desemprego estrutural⁹³ que atinge o mundo inteiro, fundamentalmente o centros desenvolvidos, abarcando enormes quantidades de homens e mulheres, precarizados ou estáveis, imigrantes ou nativos, formais ou informais, etc.

Quase um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciam a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, dos quais centenas de milhões tem seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural (ANTUNES, 2007, p. 13).

Evidente que o problema do desemprego deve ser tratado com luvas de pelica, haja vista que este é um elemento que corresponde ao processo de acumulação do capital e, mais precisamente, ao sociometabolismo deste sistema. Cruz (2012, p. 12)⁹⁴, baseado em Marx, aponta que: “[...] o desemprego não

⁹³ De acordo com Prieb (2012, p. 5-8), “[...] a crise deste início do século XXI não poupa nem a China que se vê ameaçada com o desemprego atingindo a taxa de 4,2%, o que equivale a 8,86 milhões de trabalhadores. Situação ainda confortável se comparada a dos EUA, coração da crise, onde o desemprego atingiu sua maior marca desde 1983, 10% o que faz com que os estadunidenses tenham de conviver com 13,2 milhões de desempregados e 9 milhões de trabalhadores precarizados. Na França o desemprego está atingindo 2,2 milhões de trabalhadores, e no Japão chega a 3 milhões de desempregados. Segundo dados divulgados pela OIT, o número total de desempregados no mundo está em 212 milhões, sendo que como reflexo da crise, nos dois anos de crise o número aumentou em 34 milhões de trabalhadores. Somado ao desemprego crescente, as formas de trabalho precário atingem 1,5 bilhão de pessoas (50,6% da população trabalhadora mundial), tendo aumentado em 110 milhões em 2009 em comparação a 2008, e um dado mais terrível ainda, 1,4 bilhão de trabalhadores tentam sobreviver com menos de dois dólares de remuneração ao dia. Os países desenvolvidos do mundo somados com os países que compõe a União Europeia tinham em 2007 uma taxa de desemprego de 6%, enquanto em 2009 esta passou para 8,4%, ou seja, 13,7 milhões de desempregados a mais em apenas dois anos”.

⁹⁴ Disponível em: < <http://www.convibra.com.br/artigo.asp?ev=25&id=7157>>. Acesso em: 26/03/2014.

somente é inerente ao processo de acumulação capitalista, como também possui formas peculiares e tem funções próprias”⁹⁵. Portanto,

[...] o desemprego está incluso no processo de acumulação capitalista. É uma consequência natural deste processo. Portanto, o mesmo não pode ser analisado como apenas um fato isolado, durante os ciclos do capital, sejam ascendentes ou descendentes. O mesmo estará presente em ambos, em maior ou menor intensidade, conforme as necessidades deste capital para se reproduzir (CRUZ, 2012, p. 13)

Nesse sentido, o problema do desemprego, que não é simples, remete à própria lógica sistêmica. Como provocação, poderíamos dizer que o problema não é o desemprego em si, mas o sistema que a ancora. Para o capital o desemprego, até certo ponto, é um ótimo negócio, porque permite ao sistema dar continuidade à acumulação. No entanto, as consequências do desemprego para a classe trabalhadora são, no geral, desastrosas, sobretudo porque recai sobre os ombros dos mais jovens⁹⁶. Ademais, as consequências do desemprego estrutural reverberam de forma contraditória nos espaços nacionais dentro do plano global. É obvio que existem diferenciações que devem ser levadas em consideração nesse sentido, como é exemplar o caso do Brasil dos anos 2000 para cá, mas ainda sim, em termos mundiais, o problema do desemprego estrutural gera uma assustadora sensação de “horror econômico” (FORRESTER, 1999)⁹⁷. A não garantia básica do

⁹⁵ Segundo Cruz (2013, p. 13), elas são: “1) *Reserva de mão de obra*: O excesso de mão-de-obra gerado a partir das transformações orgânicas do capital, inexoravelmente, irá produzir uma reserva de mão-de-obra, para atender as necessidades do capital, em seus ciclos de desenvolvimento. Temos assim uma funcionalidade específica da superpopulação relativa (desempregados). Ao produzir a acumulação do capital, e à medida que o consegue, a classe assalariada produz pois, os instrumentos da sua anulação ou da sua transformação em excesso de população relativa; 2) *Regulador de salários*: O excesso de trabalho imposto à parte da classe assalariada que se acha em serviço ativo, aos ocupados, engrossa as filas dos desocupados, da reserva, e a competição desses últimos, que procuram naturalmente colocação, contra os primeiros, exerce sobre eles uma pressão que os obriga a suportar mais docilmente, os mandatos do capital”.

⁹⁶ No Brasil, por exemplo, segundo as informações do portal EM, de 23/10/2013: “Brasileiros entre 15 e 24 anos têm chance bem maior de ficar desempregados do que a média da população, revelou estudo divulgado ontem pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O documento, de 184 páginas, destaca que, em 2012, 25% da população economicamente ativa no Brasil tinha entre 15 e 24 anos. Entre os desempregados, 46% eram jovens”. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/10/23/internas_economia,462762/desemprego-no-brasil-afeta-mais-os-jovens.shtml>. Acesso em: 26/03/2014

⁹⁷ Como assevera Forrester (1997, p. 11): “Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas algum setor; agora ele está às voltas com uma implosão geral”. Além disso, Uma quantidade importante de seres humanos já não é mais necessária ao pequeno número que molda a economia e detém o poder. Segundo a lógica reinante,

autossustento (ou autorreprodução) ou a redução do nível de renda de inúmeras parcelas de trabalhadores(as), amplia ainda mais as chances de tragédias sociais.

O *novo padrão de acumulação flexível para o capital* significa, simultaneamente, um *novo padrão de exploração implacável da força de trabalho* (que ainda resta) num mundo de desempregados. Daí a nítida tendência do capital em impor uma nova (des) ordem ao trabalho, expressa nas múltiplas dimensões da *plasticidade da classe trabalhadora* extremamente volátil, mas continuamente dependente e subordinada à lógica conturbada cada vez mais intensiva e extensiva da acumulação capitalista.

Não é casual que nesse ínterim, a insegurança no trabalho passa a ser elemento quase natural vivenciado pelo inúmero contingente de trabalhadores, estejam eles ou não em alguma ocupação. Sennet (1999) é bastante claro nesse sentido, ao expor que, o capital, em sua fase atual, tende a afetar de modo ainda mais negativo o caráter dos trabalhadores, que agora, frente à insegurança do mundo contemporâneo passam a se perguntar: “Como se pode buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se pode manter relações duráveis?” (SENNETT, 1999, p. 27).

É evidente que os mecanismos de flexibilização, justamente por estarem intrinsecamente vinculados ao desenvolvimento contraditório do capital, são potencialidades que repousam numa base político-econômica (e ideológica) e por isso mesmo sua aplicação está relacionada a determinadas demandas específicas correspondentes à determinados contextos históricos e geográficos, podendo, portanto, ser postas de lado quando assim for necessário. Com isso queremos alertar que, mesmo as indicações de um processo de flexibilização no modo de produção capitalista, que tem no exemplo desemprego estrutural em escala mundial, um dado essencial, não podem ignorar completamente os processos conjunturais, as particularidades, especificidades e as dimensões escalares desse processo ao redor do mundo. Desse modo, estes mecanismos podem ou não ser utilizados, mas essa utilização por parte do capital, caminha *pari passu* ao sabor do momento histórico e geográfico. Ademais, é preciso levar em conta que a apropriação e utilização de certos mecanismos flexíveis podem muito bem corresponder às demandas produtivas de cada setor específico numa determinada região também

específica, em que as práticas flexíveis e que afetam direta ou indiretamente a força de trabalho, podem ser aplicadas conforme as táticas e estratégias empresariais.

Pois bem. Os estudos relacionados às condições trabalho e de vida da classe trabalhadora constataam que, em diversas partes do mundo, o aumento da insegurança e do medo por parte dos trabalhadores(as) (ANTUNES, 1995, 2012; ALVES 2000; HARVEY, 2011, THOMAZ JR, 2002, 2011). Wacquant (1996 *apud* JINKINGS, 2004), ao analisar a questão da insegurança nos EUA, constata que metade da população do país (sobre)vive sob o constante medo da perda do emprego. Por sua vez, Mattoso (1995, p. 77) indica que as tendências à insegurança generalizada das condições de trabalhado têm se verificado em diferentes níveis: “[...] insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança da representação do trabalho”. A insegurança e o medo passam, então, a ser constitutivos do tardo-capitalismo. Sobrevive-se no limite!

No limiar entre estar empregado ou ocupado e “desocupado” ou desempregado, o trabalhador presencia o temor nas múltiplas esferas do seu cotidiano, seja dentro ou fora do trabalho. Soma-se a insegurança ao medo e com isso a força de trabalho é forçada a aceitar as condições de precarização impostas pelo sistema do capital em crise.

Como expressão fenomênica dos problemas graves gerados pela crise estrutural do capital, os novos processos de trabalho, tão em voga na atualidade, cuja expressão de maior significância é a acumulação flexível,

[...] nada mais são do que a forma histórica encontrada pelo capital para implementar o processo de intensificação da exploração, o que exige uma constante reposição/recriação/readequação da luta contra a classe trabalhadora, vale dizer, da estratégia burguesa com vistas à hegemonia do capital. Por isso, embora se justifiquem por motivos técnicos-econômicos, sua implementação obedece muito mais uma lógica político-econômica. Nesse sentido, as empresas capitalistas têm procurado implantar os variados processos de trabalho – inovações tecnológicas articuladas com as novas formas de organização de gestão do trabalho-, inclusive misturando características dos diversos “modelos”, com vistas a intensificar a exploração sobre o trabalho e, ao mesmo tempo, lograr uma vitória política sobre os trabalhadores, na medida em que conseguem conquistar suas mentes e corações, concomitantemente à neutralização e possível destruição de qualquer forma de organização destes, principalmente aquelas de cunho mais

combativo. Isso explica porque não tem sido possível encontrar um padrão produtivo único ou mesmo uniforme nos vários países capitalistas, nem entre as próprias empresas nem mesmo no interior delas. Na verdade, as empresas capitalistas vêm buscando a combinação mais adequada de “modelos produtivos” de acordo com as características de conjuntura – situação do país ou região onde estão instaladas, perfil da força de trabalho, histórico das lutas e formas de organização dos trabalhadores – com o propósito de atingir os objetivos expostos (TUMOLO, 2002, p. 96).

De fato, porque o capital não pode existir sem o trabalho, um dos pilares que o ancora, e como a relação entre esse par dialético se move numa forma contraditória (relação capital-trabalho), “[...] o mundo produtivo precisou se reestruturar, visando a recuperação do seu ciclo de expansão e, ao mesmo tempo, recompor o projeto de dominação societal” (ANTUNES, 2010, p. 21).

Diante desta nova conformação no mundo trabalho, o *homem-que-trabalha*⁹⁸ pode, segundo Bezerra (2013, p. 14), “[...] vivenciar uma multiplicidade de experiências laborais que os permitam ora ser um camponês, ora operariado, ora camelô, ora funcionário público (efetivo ou terceirizado)”. Haja vista que o desenvolvimento “[...] geográfico desigual do capital produziu [produz] um complexo de divisões do trabalho, marcado por intensas disparidades quanto à organização dos trabalhadores e as suas experiências laborais” (idem, ibidem), relaciona-se com intensificação da precarização do trabalho, pois esta se expressa nas múltiplas formas territoriais ligadas ao movimento contraditório da relação capital x trabalho em meio à acumulação flexível e sua expressão maior, a reestruturação produtiva do capital.

É, portanto, sob a ótica desses processos que emanam da própria crise estrutural do capital que procuramos, no capítulo seguinte, elencar alguns dos aspectos relacionados à intensificação da expansão da terceirização do trabalho no mundo e no Brasil, assim como a importância do trabalho terceirizado como um elemento de destaque dentro da dinâmica que envolve a (re)organização

⁹⁸ Para Alves (2012) a precarização do homem-que-trabalha trata-se de uma nova dimensão da precarização do trabalho que não se reduz a precarização salarial. Ou seja, não é uma mera afirmação do trabalho estranhado, mas sim a sua radicalidade qualitativamente nova capaz de desefetivar o ser genérico do homem em largas camadas sociais do proletariado hoje, com impactos na saúde dos homens e das mulheres que trabalham. A amplitude e intensidade do fenômeno do estranhamento, hoje, alterou o significado político da precarização do “homem-que-trabalha”, segundo o autor.

socioespacial e territorial diante das empresas ligadas ao setor de eucalipto-celulose-papel, como é caso da Fibria em Três Lagoas-Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO 2 – ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E ESPACIALIZAÇÃO DO CAPITAL

2.1. O processo de reestruturação produtiva do capital e as novas conformações flexíveis das indústrias contemporâneas

Como salientamos, a partir das décadas de 1970 e 1980, as medidas voltadas para a *flexibilização* (SENNETT, 1999) ou *acumulação flexível* (HARVEY, 2011) do capital, ancorado em inúmeras (e profundas) transformações na conformação da totalidade do sistema do capital em crise, contribuíram para que o sistema pudesse avançar *pari passu* em seu processo contraditório e potencialmente destrutivo. Bihr (1998), Alves (2000, 2007) e Thomaz Jr (2002), por exemplo, ao tratarem das transformações na base material do processo produtivo (do fordismo ao toyotismo) acreditam que esta “metamorfose” só foi possível por conta dos novos rearranjos no interior do modo de produção capitalista, isto é, um processo de reestruturação das bases produtivas e organizacionais (e territoriais) do capital, também chamado de reestruturação produtiva.

Acreditamos que é preciso pensar esses processos numa dinâmica dialético-contraditória, em que todos os fatores envolvidos influenciam uns aos outros, em escalas múltiplas e diversas, de modo que, por exemplo, as mutações do complexo produtivo do capital e, por conseguinte o rearranjo da força de trabalho expressam inúmeros desdobramentos espaciais (e territoriais) dentro da totalidade movente do capital. Da mesma forma, e em reciprocidade dialética, a *nova morfologia* do trabalho é afetada pelo processo dinâmico de reestruturação e reorganização do arranjo socioespacial e territorial. Esse é o “vai e vem dialético” da dinâmica social de que nos fala Moreira (2000), e que nos permite pensar as reciprocidades, interconexões, aproximações, distanciamentos, paradoxos e antagonismos dentro de uma totalidade referida.

Especificamente, o processo de reestruturação produtiva envolveu uma série de mutações tecnológicas (robótica e microeletrônica); flexibilização da produção; especialização flexível; novas modalidades desconcentração industrial⁹⁹; novos

⁹⁹ É bom deixar claro que: “O que ocorre, no atual processo de transferência de indústrias é um processo de desconcentração, pois o que se transfere são apenas as unidades produtivas da metrópole para outras áreas, o comando e a gestão das empresas continuam concentrados em um mesmo local; já a descentralização pressupõe não apenas a transferência de unidades produtivas, como também o processo decisório e o comando das empresas, o que não ocorre no atual processo (FIRKOWSKI, 1999, p. 72)”.

padrões de gestão da força de trabalho; a introdução do toyotismo etc., por vezes provocando profundas alterações nas relações de trabalho. O novo padrão de acumulação se impôs afetando o caráter do trabalho ao redor do mundo.

Estas mudanças têm sido severas para os trabalhadores, pois a intensificação da extração de mais-valor (por meios mais “flexíveis”) resulta numa severa exploração da força de trabalho. Por conseguinte, as novas e (mais) agressivas formas de exploração dividem espaço com os já tradicionais métodos (alguns reforçados) de usurpação do trabalho, desenhando assim um mundo do trabalho cada vez mais fragmentado, estranhado, alienado, precarizado, conformando, assim, uma classe trabalhadora heterogênea, igualmente fragmentada e diversificada (ANTUNES; ALVES, 2004).

Ferrari (2012) dá o tom das mudanças causadas pela reestruturação produtiva da seguinte maneira:

- 1) reconfiguração da base técnica dos processos de trabalho no chão de fábrica, ocasionando elevados índices de desemprego industrial;
- 2) aumento no caráter cooperativo do trabalho, como o consumo produtivo pelo capital de maior número de atividades expulsas ou não do interior das unidades produtivas fabris, acarretando uma intensificação do uso do solo urbano;
- 3) indicação de que o setor de serviços é a solução para o desemprego industrial;
- 4) generalização do uso da informática e da teleinformática;
- 5) reacomodamento do Estado às exigências da reprodução do capital;
- 6) implantação de uma ordem institucional diversa;
- 7) arcabouço ideológico pautado no cooperativismo, no voluntariado, na cidadania, no desenvolvimento econômico local;
- 8) ampliação da produtividade do trabalho (FERRARI, 2012, p. 53).

Ribas (2004, p.21) e Marcelino (2004, p. 78-104) também assinalam aquilo que identificam como elementos fundamentais da reestruturação produtiva:

- 1) produção vinculada à demanda, tendo um caráter heterogêneo, ao contrário do caráter homogeneizador da produção em série (fordista);

- 2) o trabalho operário realiza-se em equipe (team work), rompendo com a estrutura parcelar e fragmentada do modelo fordista/taylorista;
- 3) o princípio basilar da produção pauta-se no just in time¹⁰⁰;
- 4) A estrutura das empresas no modelo toyotista materializa-se de maneira horizontalizada (terceirização do processo produtivo), ao contrário da estrutura verticalizada fordista;
- 5) a auto-ativação da produção: a ideia é de dotar as máquinas de uma certa autonomia para que elas possam parar automaticamente quando há algum problema na produção;
- 6) a introdução do sistema kanban¹⁰¹;
- 7) a introdução dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs)¹⁰².

Essencial nesses elementos que consubstanciam o processo de reestruturação do capital é que eles expressam o quadro crítico da crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002), pois o capital em crise se dedica a desenvolver uma “nova ordem” produtiva assentada sobre novas formas de exploração e dominação do trabalho, bem como em modos flexíveis de organização da produção. E, evidentemente, como um processo que implica em transformações na base material do sistema de produção, essas mudanças transbordam para o espaço geográfico, o qual, em sua relação dialética com o sistema produtivo expressa, também, determinadas características que condizem com as mudanças no plano material/produtivo (BIHR, 1998).

Nesse sentido, o cerne do sistema produtivo (a fábrica) também se altera, pois a organização da produção baseada na acumulação flexível configura uma nova ordem produtiva descrita em três níveis articulados de padrões fabris: a *fábrica difusa*, a *fábrica flexível* e a *fábrica fluida*.

¹⁰⁰ Que significa a produção na medida e no tempo certos, de acordo com a demanda.

¹⁰¹ Palavra que em japonês significa “cartaz” e que serve para designar uma plaqueta ligada ao produto que indica ao operário a necessidade da peça ser recolocada na área de montagem. Esse sistema permitiu descentralizar uma parte das tarefas do processo de fabricação, bem como a integrar o seu controle de qualidade (ANTUNES, 2011).

¹⁰² Segundo Lima (1996), os CCQs, em princípio, tinham que compatibilizar a atividade fabril com as necessidades psicossociais do trabalhador, tais como a criatividade e a autonomia e possibilitar o uso de suas habilidades específicas. No entanto, os CCQs acabaram se tornando um poderoso instrumento tanto de controle dos trabalhadores quanto de exploração do saber operário: através dos CCQs, impõe-se aos trabalhadores o envolvimento nos objetivos da produção anual da empresa e o aperfeiçoamento do processo de trabalho que conduzam a melhorias na qualidade do produto e ao crescimento da produção (LIMA, 1996 *apud* MARCELINO, 2004, p. 86).

- 1) A fábrica difusa refere-se a produção realizada por meio de uma rede formada por centenas ou até milhares de unidades que fabricam parcelas dos produtos ou fornecem serviços. A grande indústria não perde, porém, sua centralidade. Ela mantém uma unidade central que coordena, planifica e organiza a produção, substituindo a organização piramidal por uma gestão fluida e flexível. O controle do processo é possível graças às tecnologias de informação que permitem combinar a gestão descentralizada das unidades produtivas com o planejamento dos resultados de toda rede (BALCÃO, 2007, p. 2). Nesta forma de produção, ao invés de “[...] concentrar em um mesmo lugar o máximo de funções produtivas e administrativas, o capital tende hoje ao contrário, a espalhar a produção”¹⁰³ (BIHR, 1998 *in* MARCELINO, 2004, p. 74).
- 2) A fábrica fluida resolve o problema do tempo morto e das interrupções típicas do fordismo, pois elimina em grande medida: 1) o tempo perdido com tarefas segmentadas; 2) o tempo de percurso entre as estações de trabalho; 3) o tempo perdido com o conserto de peças defeituosas e; 4) os custos de estoques. Obtém ganhos superiores de intensidade e produtividade do trabalho. A fluidez é facilitada pela gestão informatizada dos fluxos produtivos no nível de cada seção (BALCÃO, 2007, p. 2).
- 3) A fábrica flexível responde pela saturação dos mercados para os bens de consumo duráveis. Tem equipamentos produzidos pela eletrônica programável que memorizam e executam um conjunto de operações diferentes ou são, rapidamente, adaptados às variações, o que permite uma adaptação do processo de produção ao da circulação de mercadorias diversas. Desse modo, a rotação do capital é acelerada (BALCÃO, 2007, p. 2).

Para Harvey (2011), o esgotamento da modalidade de acumulação denominada rígida, própria do taylorismo-fordismo e sua substituição pelo modelo de acumulação flexível é o que torna possível e necessária a implantação da

¹⁰³ De acordo com Bihr (1998, p. 88): “A concentração piramidal do poder é substituída pelo poder resultante da gestão fluída e flexível de uma rede.” Ou, como escreve Antunes (1999), “trata-se da ‘horizontalização do processo produtivo’”.

reestruturação produtiva/territorial. O autor acredita que a reestruturação produtiva/territorial do capital extrapola os limites físicos das unidades produtivas e, por isso mesmo, se caracteriza por ser acumulação flexível. A abrangência da reestruturação tende – com todas as contradições e especificidades sócio-territoriais – a transbordar para as demais esferas da sociedade ao ponto que há assimilação do modo de vida toyotista/flexível em diversos âmbitos. Isso porque o capitalismo tem se organizado intensamente por meio da dispersão geográfica e “[...] das respostas flexíveis nos mercados de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional” (HARVEY, 2011, p. 150-151).

Nesse sentido, as mudanças advindas da organização e controle do capital sobre o trabalho nos marcos da acumulação flexível exercem um papel fundamental na redefinição de processos sociais que se desenrolam no espaço geográfico, redesenhando assim o papel dos(s) território(s). Isso porque, é por meio da relação dialético/contraditória do trabalho subordinado ao capital e, mais precisamente, na relação metabólica entre sociedade e natureza, mediada por inúmeras outras instâncias (sociais, políticas, econômicas, etc.), que o espaço geográfico se (re)estrutura, conformando assim novos arranjos sócio-espaciais e territoriais.

De acordo com Lefebvre (1973), a *produção do espaço está diretamente vinculada à reprodução das relações de produção*, ou seja, o espaço é social e historicamente determinado. O espaço tem valor de uso e de troca; elementos que, entrelaçados à propriedade privada (e o controle) dos meios de produção, a exploração da mais-valia pela subjugação do trabalho, a luta de classes, consubstanciam as relações sociais que sustentam a arquitetura do sistema do capital num determinado *espaço-tempo*. Por isso, esclarece Saquet (2011, p. 25), “[...] o espaço não é simplesmente palco, receptor de ações, substrato”, mas sim elemento dialeticamente articulado as relações sociais pautadas numa lógica cujas bases de sustentação são as relações de produção sob a ordem do capital e tudo que ela comporta em termos de mediações (políticas, econômicas, culturais, etc.).

O território, portanto, é elemento constitutivo do espaço geográfico, isto é, uma dimensão dialeticamente interconectada ao espaço geográfico, ao mesmo tempo em travejada por *mediações sociais de primeira e de segunda ordem* (MÉSZÁROS, 2006), sendo estas últimas, manifestações estranhadas surgidas historicamente dentro de um quadro ontológico amplo. Em outras palavras, a relação

de reciprocidade dialética entre espaço e território, é transpassada, em última instância, pelo modo capitalista de produção, o qual, ao se colocar como mediador do espaço e do território imprime sobre estes as características da forma mercadoria.

Calabi e Indovia (1973) indicam, por exemplo, que o território não é capitalista em si, mas sim *usado pelo capital*. Para os autores, o capital é um sistema metabólico que tende a exercer seu poder sobre a totalidade social - a totalidade da forma mercadoria - daí que para Calabi e Indovina (1973), o uso do território não se dá do mesmo modo em todos os lugares; é um uso com especificidades, porque são as relações capitalistas de produção e o desenvolvimento das forças produtivas em contradição, que (re)configuram o(s) território(s).

De acordo com estes autores, o uso do território pelo capital pode se dar de três formas 1) no processo de produção; 2) no processo de circulação e valorização do capital; e 3) na reprodução da força de trabalho.

No primeiro tipo, o processo capitalista inicia-se com a organização da produção, com a finalidade de extrair mais-valia da força empregada. Considera-se como o primeiro “uso” do território o produtivo. “O território entra diretamente no processo de produção como capital constante, como: matéria-prima (é o caso da produção agrícola) ou como espaço da produção industrial” (CALABI; INDOVINA, 1973, p. 4). Segundo os autores, a localização produtiva é o que mais influencia a organização do território, fundamentalmente porque a localização produtiva não é somente localização de trabalho morto, mas também – e principalmente – porque pressupõe o uso da mercadoria trabalho (CALABI; INDOVINA, 1973, p. 4). Nesse sentido, o uso do território está pautado em escolhas possíveis (ou facilitadas) de extrair mais-trabalho. Ou seja:

As condições que estes aspectos assumem em nível de localização são as que determinam o menor custo de produção e a máxima garantia de lucro. Neste sentido, as escolhas de localização não são as mais “racionais”, mas as mais “eficientes” do ponto de vista do capital. Deve ser salientado que na fase de desenvolvimento capitalista de tipo monopolista não existe mais nenhuma racionalidade “interna” do capital, dado que os preços não são dados, mas dependem das opções de quantidade de produção em relação aos custos; a procura é “estimulada” pela própria empresa e o objetivo da empresa continua sendo o lucro, mas mediado por outras exigências (volume de vendas, posição no mercado, interesse dos dirigentes, etc.) Deste ponto de vista, não existem lugares

“técnicos” mais eficientes, mas tipos de organização do território que tendem a baixar o custo da produção (mas necessariamente a aumentar a produção: monopólio) e a aumentar a garantia de lucro (CALABI; INDOVINA, 1973, p. 4).

Entrelaçado ao primeiro aspecto, o uso do território para circulação e reprodução do capital, a organização do território assume determinada configuração conforme os meios concretos de que o capital se utiliza para realizar o mais-valor extraída. Este é o segundo aspecto.

O mais-valor extraído continuamente tem necessidade de ser realizado, isto é, é necessário concluir o ciclo D-M-D' (dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido). Esta fase é composta pelo processo no qual a mercadoria produzida entra tanto no consumo produtivo quanto no consumo individual. Com efeito, nesse processo é necessário um conjunto mecanismos constitutivos de uma sociedade dividida em classes, ou mais precisamente, um aparato que permita às mercadorias serem realizadas.

Nesta dinâmica, a fragmentação em cadeias produtivas, o aparato logístico e tecnológico, consubstanciados pela divisão do trabalho (técnica e territorial) constitutiva do processo de trabalho sob os auspícios do processo de reestruturação produtiva passam a exercer forte influência nas configurações espaciais e territoriais, pois o “[...] processo de descentralização do toyotismo no mundo do trabalho, via multiplicação de postos de trabalho e empregos por fora do chão da fábrica” (RIBEIRO, 2010, p. 74 grifo nosso), configuração esta que pode contribuir para significativos desdobramentos espaciais e territoriais (THOMAZ JR, 2011). Como propugnam Calabi; Indovina:

A organização do território assume características próprias, ou seja, não depende apenas do processo de produção, mas também dos modos concretos de que o capital se utiliza para realizar a mais-valia extraída [...] Além disso, no processo de realização, o capital usa outro capital (financeiro, comercial) que tem também suas regras e que por isso dá consistência a alguns processos territoriais (CALABI; INDOVINA, 1973, p. 5).

Um terceiro elemento da análise de Calabi e Indovia se dá com o uso do território pela via da reprodução da força de trabalho. Nesse caso, os atores demonstram que as necessidades dos trabalhadores (tanto em forma de consumo

quanto em serviços), os sistemas de transportes, de habitação etc., são elementos que interferem na organização territorial.

A respeito das colocações de Calabi e Indovina (1974) sobre o território, Saquet sintetiza que:

Na expansão do capitalismo, as forças produtivas e as relações de produção dão forma e significados ao território. Essa organização é mediada por relações políticas inerentes aos conflitos derivados das relações capital x trabalho. O território é construído socialmente e, ao mesmo tempo, é condição para a valorização do capital, mediante a extração de mais-valia, numa compreensão eminentemente relacional do território (SAQUET, 2011, p. 47).

Esses elementos contribuem para a compreensão do(s) território(s) enquanto espaços “[...] onde se exercem poderes (organização-controle), inscrevem-se projetos sociais” (FICHER, 2008, p. 61). Não obstante: “Uma análise do território, assim, tendo seus próprios instrumentos, deve-se configurar como leitura do processo complexo e específico do capital” (CALABI; INDOVINA, 1974, p. 220). Ainda mais no período de reestruturação produtiva/territorial, momento em que se exprimem estratégias cada vez mais vorazes na busca pela valorização do capital, reforçando os interesses contraditórios das diferentes classes sociais.

De qualquer forma, esta relação não se encerra em si mesma, pois o trabalho, assim como o capital e o território são “determinantes determinados” dentro da totalidade da reprodução social; reprodução esta que, por conta da mundialização/reestruturação produtiva/territorial, não é indiferente à divisão internacional do trabalho, à divisão territorial do trabalho e ao trabalho coletivo (CORREA, 1998)¹⁰⁴. Nesse sentido, Harvey (2011) assinala que no processo atual de acumulação do capital na mundialização, em que se assenta a reestruturação produtiva/, a importância da dimensão espacial e territorial é significativa no que diz

¹⁰⁴ Isto não significa que a análise sobre a mobilidade e a territorialização do capital sobre o território está limitada única e exclusivamente a aspectos da contradição capital x trabalho, porque como expõe Correa: “Diferenças de custos da força de trabalho, distribuição dos recursos naturais, da infraestrutura e dos mercados consumidores são fatores que afetam as novas localizações geradoras, por sua vez, de novos padrões de interações espaciais. Mas as grandes corporações têm poderosas economias internas de escala e podem prescindir dos fatores locacionais tradicionais, implantando um estabelecimento industrial em uma ampla gama de pequenas cidades que, em um passado não muito distante, jamais atrairiam atividades industriais” (CORRÊA, 1991, p 145).

respeito aos *ajustes espaço-temporais*¹⁰⁵ movidos pela *expansão geográfica* e *reorganização espacial*. Harvey aponta que:

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2011, p. 140).

O fato é que, como apontou Ribas (2004), estas transformações/inovações no plano produtivo do capital, sua “transfiguração” de padrão “rígido” a um “novo” modelo, tido como “flexível”, têm se expandido de forma não homogênea em várias partes do mundo, “[...] ora hegemonizando-se em alguns países, ora mesclando-se com o modelo de acumulação taylorista/fordista”, seguindo assim uma espécie de “diferencialidade territorial” (RIBAS, 2004, p. 22). Daí que as reformulações de territórios obedecem a particularidades históricas e geográficas que devem ser respeitadas e levadas em consideração.

Haesbaert (2010) situa o processo de reestruturação produtiva/territorial em meio ao que ele denomina de (des)territorialização, reterritorialização e multiterritorialização da produção, onde as unidades produtivas (completas ou desmembradas) são deslocadas para determinados territórios (especialmente áreas “periféricas”), “[...] onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa

¹⁰⁵ Como esclarece Harvey (2005, p. 2): “A tese do ajuste espacial somente tem sentido se relacionada com a tendência expansiva do capitalismo, entendida teoricamente mediante a teoria marxista da queda da taxa de lucros que produz crises de superacumulação. Tais crises manifestam-se em excedentes simultâneos de capital e de força de trabalho sem que aparentemente exista nenhuma forma de coordená-los para realizar alguma tarefa socialmente produtiva. Portanto, se a desvalorização (e mesmo a destruição) de capital e de força de trabalho não se seguirem, então devem ser encontradas formas para absorver o excedente. Expansão geográfica e reorganização espacial são a saída possível. Mas isto tampouco pode se dissociar dos ajustes temporais, uma vez que expansão geográfica frequentemente acarreta investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longo prazo (redes de transporte e de comunicações, educação e pesquisa, por exemplo) que demorariam muitos anos para realizar seu valor através da atividade produtiva que apoiavam”.

(seja pelo baixo preço, seja pela ausência de legislação protetora do trabalho e das tradições de luta sindical)” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 226).

Tal processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização pode ampliar ainda mais o caráter contraditório da expansão do capital sobre o espaço geográfico, de maneira que a (re)organização da sociedade para a produção implica numa relação dialética entre o redimensionamento da força de trabalho e a (re)ordenamento territorial das sociedades capitalistas (THOMAZ JR, 2000). Noutras palavras, se o processo de reestruturação produtiva/territorial do capital provoca um extenso conjunto de modificações nas formas de organização e gestão do trabalho para melhor servir ao capital, remete também “[...] a profundas alterações no espaço e no território (enquanto categorias de uso interligado)” (THOMAZ JR, 2002, p. 6). Assim:

O reconhecimento dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização no mesmo ou em diferentes lugares. Mostram-se e explicam-se as mudanças sociais e espaciais ocorridas com a globalização e com os processos de reterritorialização vinculados à valorização do capital, seus efeitos, impactos e implicações no campo e na cidade (SAQUET, 2011, p. 54).

A permanente reorganização produtiva e territorial em escala mundial pressupõe certas alterações na forma do sistema, mas, com salientamos antes, apesar das novas determinações no âmbito das relações entre trabalho e capital, não há modificação substantiva no que tange ao mecanismo essencial do capital, isto é, a exploração da força de trabalho (ANTUNES, 1999). Há sim, alterações nas formas de organização e gestão do trabalho para melhor servir ao capital. Estas alterações são amparadas, dentre outras coisas, pela cooperação¹⁰⁶ articulada que existe na divisão do trabalho. Além disso, a inserção acentuada do maquinário e da tecnologia entrelaçada ao trabalho coletivo, principalmente o trabalho precarizado, propicia ao capital o aumento da produtividade a patamares elevados ao mesmo tempo em que expande o processo de intensificação da exploração do trabalho. Isso porque, conforme Rosso (2008, p. 70), devido principalmente ao aparato tecnológico, reduz-se a “[...] ‘porosidade’ do trabalho, os momentos de não-trabalho

¹⁰⁶ De acordo com Marx, “[...] a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (1985, p. 259).

dentro do tempo de trabalho”¹⁰⁷. Essa intensificação do trabalho, como esclarece Rosso (2008) não se limita aos setores industriais, estendendo-se aos setores de serviço, que sejam públicos ou privados.

Sendo assim, uma das determinações essenciais à dinâmica da reestruturação produtiva é, de acordo com Ferrari (2012, p. 24) e Moreira (2000), o uso das técnicas de processamento de informações. Moreira (2000, p. 6), por exemplo, chega a dizer que o período atual da terceira revolução industrial comporta em suas bases “[...] a microeletrônica, desdobrada na informática, na robótica e na biotecnologia, atividades que fogem às características de ramos industriais habituais”. Alves (2011, p. 415) corrobora esta perspectiva quando escreve:

A reestruturação produtiva do capital, além de conceber a produção como totalidade social, integra hoje, com mais intensidade e amplitude e, portanto, numa dimensão qualitativamente nova, inovações tecnológicas, inovações organizacionais e inovações sociometabólicas como momentos constitutivos do “todo orgânico” da produção do capital (a terceirização é um elemento compositivo das inovações organizacionais). Por isso, a necessidade candente da investigação crítica articular, como momentos compositivos inelimináveis da reestruturação produtiva do capital, as dimensões da inovação tecnológica, inovação organizacional e inovação sociometabólica, numa perspectiva de conceber a produção do capital cada vez mais como produção social ou ainda, produção de subjetividade às avessas por meio de novas mediações tecnológico-organizacionais.

Acreditamos que dentro do contexto de espacialização do capital, estes três elementos articulados/integrados (inovações tecnológicas, inovações organizacionais e inovações sociometabólicas), contribuem para “[...] uma reconfiguração espacial e territorial que envolve toda a sociedade, que sob a hegemonia do capital reorganiza-se correspondendo às novas demandas do sistema” (ALVES, 1999; ANTUNES, 1998; BRAGA, 1997 *apud* GONÇALVES; THOMAZ JR, 2002 s/p)¹⁰⁸. No interior desse processo de reordenamento socioeconômico e territorial do capital, a maior parcela da sociedade, isto é, aquela que se encontra muito mais suscetível a sofrer os danos, pois está mais suscetível

¹⁰⁷ Um dos exemplos mais evidentes nesse sentido é o dos *Call centers*. Ali: “as tecnologias de informação e comunicação permitem não apenas rapidez no desempenho das tarefas como redistribuem as ligações imediatamente a cada operador, criando-se assim um fluxo de chamadas e não permitindo que o trabalhador sofra qualquer solução de continuidade” (ROSSO, 2008, p. 71).

¹⁰⁸ Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-31.htm>>. Acesso em: 12/08/2013

dentro da lógica do capital, justamente porque a sobrevivência está vinculada contraditoriamente ao capital e suas transformações (ALVES, 1999; ANTUNES, 1998; BRAGA, 1997)¹⁰⁹.

Além disso, se a inovação tecnológica e as novas tecnologias contribuem profundamente para as transformações no “comportamento” que move as empresas no espaço geográfico e, por conseguinte, no território, como escreve Fischer (2008, p. 23), - além de modificarem o conteúdo da atividade industrial -, o *aparato tecnológico não segue uma lei estritamente tecnológica, mas sim social* (CALABI; INDOVINA, 1973). Isso porque, apesar da reestruturação produtiva impor um aparato tecnológico como imperativo para a concorrência empresarial, o que afeta direta e indiretamente os trabalhadores e a sociedade, o capital não pode eliminar completamente o *trabalho vivo* do processo de produção de mercadorias, como expôs Marx. Ele pode, no entanto, incrementar/potencializar ao máximo o *trabalho morto* corporificado no maquinário técnico-científico, e, dessa maneira, ampliar a “[...] produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido, uma vez que tempo e espaço se transformam nessa fase dos capitais globais e destrutivos” (ANTUNES, 2005, p. 18).

Não obstante, o aparato tecnológico, aliado às inovações no processo de controle e gestão do trabalho, está intimamente ligado à nova divisão social-técnica-territorial do trabalho. Esta nova divisão do trabalho prescinde de novas determinações de poder entre capital x trabalho num *espaço-tempo* dinamizado pelas estratégias envolvendo a aceleração da circulação do capital; processo que é constitutivo do sistema. Em outras palavras, quanto mais o capital consegue acelerar as fases do movimento de acumulação através das táticas e estratégias empresariais, maiores são as chances de essas empresas auferirem lucro quando do “jogo” imposto pela concorrência intercapitalista na era da mundialização.

Atento para as consequências dos fatores técnico e tecnológicos, Ferrari (2012, p. 24), assinala que, por conta da possibilidade de um processamento de informações dinamizado mundialmente como nunca antes, “[...] o capital impõe a todos um ritmo médio de viver local, regional e mundial. Um tempo tido como real¹¹⁰,

¹⁰⁹ Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos902/precarizacao-dotrabalho/precarizacao_dotrabalho2.shtml>. Acesso em: 15-12-2012

¹¹⁰ Para Druck (2011, p. 6), esse “novo tempo do capital” está diretamente vinculado ao processo de financeirização, de modo que a “hegemonia” deste setor “[...] ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todos os âmbitos da vida social, dando conteúdo a um *novo modo*

instantâneo, mas somente uma projeção ideal dos planejamentos gerenciais” (FERRARI, 2012, p. 24). Esse apontamento revela como o aspecto técnico-científico-informacional no período de mundialização do capital financeiro (CHESNAIS, 1996) é um elemento dentro da totalidade imposta pelas transformações do capital. E mais, mostra que o meio técnico-científico-informacional articula-se com o conjunto das atividades industriais/fabris, de tal maneira que extrapola o âmbito produtivo em si, impondo alterações substanciais na organização espacial tanto no que diz respeito aos espaços no interior das indústrias, quanto fora delas.

Não olvidemos, entretanto, que estas transformações na organização e estruturação dos espaços geográficos contemporâneos estão devidamente entrelaçadas dentro da totalidade do sistema sociometabólico do capital. (MÉSZÁROS, 2002). Em múltiplas (e diferentes) escalas, mas com nexos causais que os une. Cada complexo dessa totalidade esta articulada (e mediada) dentro de um todo ainda mais complexo, que é o próprio sistema do capital, o qual na mundialização, como previsto por Marx e Engels no Manifesto Comunista¹¹¹, avançou sobre todo o planeta.

A articulação entre nações frente ao desenvolvimento desigual-combinado do capital (em crise) promove uma (re)arrumação dos diversos espaços entres países mediante a reestruturação produtiva/territorial, mas mesmo assim a lógica irrefreável e expansionista do capital prevalece, porque se o meio técnico-científico-informacional tem sua importância, esta deve ser relativizada frente a própria e, já mencionada, impossibilidade do capital em auferir lucro do trabalho morto.

Por conta disso, a reestruturação produtiva e territorial, embasada nas novas normas de gestão e controle do trabalho e associadas à ampliação de novos padrões tecnológicos, deve ser tratada com cautela, porque o que está em jogo nesse processo são os mecanismos impostos pelo capital cujo intuito visa ampliar a produtividade e a massa de lucro (BALANCO; PINTO, 2005, p. 4).

de trabalho e de vida. Trata-se de uma rapidez inédita do *tempo social*, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho”.

¹¹¹ Como ressaltaram Marx; Engels (2007, p. 41): “A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria”.

Nesse sentido, as inovações tecnológicas estão relacionadas aos processos de gestão do capital sobre o trabalho e sobre os territórios, gestão esta tornada crível por meio da (re)organização do trabalho e do aparato técnico de gestão da força de trabalho difundida de forma contraditória pelo capital. Tal procedimento consiste também em (re)dividir os territórios, contribuindo, ao final do processo, para a alta produtividade e, conseqüentemente, alta lucratividade. Em decorrência dessa situação, a classe trabalhadora é igualmente (re)parcelada e amplamente fragmentada. Ficher (2008) aponta que dois elementos devem ser levados em consideração dentro dessas colocações:

- 1) a emergência das novas tecnologias nos anos de 1970, com a generalização da crise e o triunfo da terceira revolução industrial, com destaque para as pequenas e médias empresas e a inovação tecnológica, com a diminuição de novos empregos nas grandes empresas e a redução do ritmo de criação desse tipo de empresas, com a emergência das discussões sobre o desenvolvimento endógeno, sobre a multiplicação de empresas menores e mais especializadas, a subcontratação e a externalização de certas funções como principais respostas à crise;
- 2) como decorrências das inovações tecnológicas: a repartição espacial das atividades geográficas cada vez mais afetada pelas mudanças de comportamento, que altera o peso de alguns fatores de localização industrial e cria outros, com maior mobilidade espacial das atividades industriais. Por isso, as necessidades e exigências da inovação e das indústrias de alta tecnologia fazem surgir uma nova geração de espaços industriais com parques de atividades, parques científicos, tecnopolos¹¹² etc.

¹¹² Tecnopolos são centros tecnológicos que reúnem, num mesmo lugar, diversas atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), em áreas de alta tecnologia, como institutos e centros de pesquisa, empresas e universidades, que facilitam os contatos pessoais e institucionais entre esses meios, produzindo uma economia de aglomeração ou de concentração espacial do desenvolvimento tecnológico. Os primeiros tecnopolos foram criados nos Estados Unidos, quando a Intel, juntamente com a Universidade de Stanford, na Califórnia e a UCLA, criaram um pólo de desenvolvimento tecnológico na área de computação e informática que ficou conhecido como Vale do Silício, ou Silicon Valley (GEOMUNDO, 10/07/2013). Disponível em: < <http://www.geomundo.com.br/geografia-30213.htm>>. Acesso em: 14/08/2013.

Combinado a estes fatores, novas formas de organização industrial, pautadas na desconcentração espacial da produção tanto nacional como internacionalmente se torna mais evidente. Ao mesmo tempo, ganha força a estrutura horizontalizada das (mega)corporações, de modo que estas passam a integrar diversas unidades menores subcontratadas organizadas em redes, através da extensão e alargamento do processo produtivo das empresas, principalmente pelo recurso da terceirização. Nesse contexto:

[...] as empresas, por um lado, dispõem, cada vez mais, de menor contingente de força de trabalho e, por outro, de maiores índices de produtividade (CHESNAIS, 1996; ANTUNES, 1999). Na verdade, estas mudanças de gestão da produção permitiram aumentar a extração de mais-valia, tanto relativa quanto absoluta (BALANCO; PINTO, 2005, p. 5).

No entanto, em meio ao rol de táticas e estratégias entre empresa concorrentes, e porque esses procedimentos envolvem, em última instância, disputas entre diferentes atores dentro do campo social, novas determinações provenientes da luta de classes tendem a aflorar, e a reorganização das bases espaciais e territoriais segue em relativa consonância, redefinindo-se e reorganizando-se (por vezes de maneira significativa), em função das exigências do antagonismo entre capital x trabalho. Como assinala Thomaz Jr (2001, p. 106):

Essas tendências e tensões gerais devem ser situadas, no entanto, no âmbito dos interesses divergentes e da luta de classes, porque é quase invariável que as mudanças no tempo ou na organização espacial redistribuam o poder social ao modificarem as condições do ganho monetário [...] O domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes.

Assim, os elementos advindos do processo de efusão da crise e que colocam em perspectiva a rearrumação espacial e territorial, reverbera (e é tensionada) de modo desigual entre as classes e entre os *lócus* de disputas. Porque o trabalho e, mais precisamente a classe trabalhadora, está subsumida ao capital, este último leva enorme vantagem, ainda mais quando se utiliza do espaço geográfico e do território a seu favor. A *luta de classes* e as disputas territoriais são desiguais por conta da própria natureza exploratória do capital.

2.2. Espacialização das “empresas-rede” (terceirizadas)

Observando as características atuais do processo de mundialização, consubstanciado pela acumulação flexível/reestruturação produtiva, pode-se considerar, como mostram Pereira e Kahil (2006, p. 221), que os grandes grupos empresariais se encontram diante de um conjunto de novos elementos que “[...] impõem transformações nítidas no processo de produção, traduzidas, como denominam alguns autores, nas formas organizacionais ‘flexíveis’” (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 221).

Sob tais condições, o meio espacial tem sido (re)organizado de um lado, “[...] a partir de elementos fixos, constituídos como resultado do trabalho social. E, de outro lado, através de fluxos que garantem as interações entre os fixos. Fixos e fluxos originam as redes” (RIBEIRO, 2001, p. 35). Essa reorganização ou reconfiguração espacial e territorial, por sua vez, está dialeticamente articulada a constituição de novas formas de configuração em rede por parte das (mega)empresas.

Desta maneira, a forma de organização (e disposição) industrial, principalmente da grande indústria, está pautada numa organização (e uso) em rede, dos territórios, porque “[...] redes contemporâneas não são outra coisa do que pontos escolhidos e ativados no território, que se interligam e interagem segundo comandos diferenciados” (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 220). Desse modo,

A configuração do meio geográfico atual e o processo de globalização, da forma como o assistimos, permitem e mesmo impõem determinadas práticas produtivas às grandes empresas e uma verdadeira reorganização das suas ações no território. Estas ações agora se dão em conjunto, divididas entre uma série de agentes em diferentes lugares no espaço, e são baseadas num sistema de objetos técnicos que possibilita um intenso número de trocas materiais e de informações, subsidiando a emergência de novas estratégias organizacionais pelos agentes hegemônicos que desenvolvem meios mais eficazes de competitividade no mercado¹¹³. A estratégia de uso do território a partir de diferentes tipos de redes exemplifica e é uma das faces deste processo (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 221).

¹¹³ A competitividade pode implicar também no ajustamento pela desconcentração industrial, pelo fato de que, atualmente, as indústrias se apoiam “[...] em uma distinção rigorosa entre as atividades peri-produtivas e as atividades produtivas da firma, o que conduz a segregações qualitativas cada vez mais afirmadas no espaço geográfico” (FICHER, 2008, p. 27). Além disso, “[...] a competitividade, agrava as diferenças de forças e as disparidades, enquanto o território, pela sua organização, constitui-se num instrumento de exercício dessas diferenças de poder” (SANTOS, 1999, p. 84).

Em face da atuação intensificada das (mega)empresas, se produz, concomitantemente, uma divisão territorial do trabalho mais complexificada, ou aquilo que Pochmann (2007) denomina de nova divisão do trabalho. Em outras palavras, a organização espacial e territorial amparada pelas novas formas de rede caminha em direção ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho, em seus diversos níveis de ocorrência dentro do espectro socioespacial, pois “A divisão territorial do trabalho em escala crescentemente mundializada só é possível a partir de numerosas redes técnicas engendradas no bojo da expansão capitalista” (CORRÊA, 2001, p.108). Dessa maneira,

[...] além de uma divisão territorial do trabalho mais complexa, as redes, ao possibilitarem uma formidável capacidade de articulação das ações, também permitem que os subespaços, ou seja, as regiões e lugares se especializem em um tipo de produção específica, o que requer mais movimento material e mais fluxo de informações (PEREIRA, KAHIL, 2006, p. 221).

Essa nova conformação em rede¹¹⁴ comanda pelas (mega)corporações, é uma tendência fundamental para o desenvolvimento de novas estratégias relacionadas tanto ao uso da força de trabalho quanto ao uso do território. A nova conformação das redes, vinculadas ao aparato técnico-científico-informacional e consubstanciada pela nova divisão social do trabalho, são estruturas socioespaciais e territoriais fundamentais para:

[...] o desenvolvimento de novas estratégias de realização e distribuição do processo produtivo, e, dialeticamente, de transformação dos territórios onde se inserem, principalmente em se tratando das ações das grandes empresas, visto que estas possuem melhores oportunidades de construção e organização destes novos conteúdos ao mesmo tempo materiais, mas também virtuais, sociais e políticos nos territórios (PEREIRA; KAHIL, 2006, p. 221).

¹¹⁴ Para Pereira; Kahil (2006, p. 2), a mundialização do capital demanda dois tipos de redes - técnicas/materiais e de serviços. Estas duas formas seriam, por assim dizer, “[...] redes organizacionais e instrumentais, porque organizam atividades e instrumentalizam ações, visando sempre objetivos específicos dos agentes que delas fazem uso. Podemos mesmo afirmar que estes dois tipos se condicionam reciprocamente e dialeticamente, visto que as redes de serviços são constituídas a partir das redes materiais e de pontos ativados no território, e as redes materiais ou de infra-estrutura não teriam razão de existência se não fossem animadas pelas atividades que são organizadas entre diferentes localizações no território a partir de suas estruturas”.

Quem está na linha de frente desse processo são as (mega)empresas que, por suas “*vantagens comparativas*”, conseguem assegurar o controle, o comando e subordinação dos territórios e da força de trabalho, por meio de um conjunto de ações estratégicas, justamente porque estas empresas possuem as melhores condições de se organizarem, mediante o domínio dos bens materiais e imateriais. A organização empresarial em rede deve levar em consideração uma série de elementos relacionados às “*vantagens locacionais*”, que possibilitem a continuidade do processo de acumulação, ou seja, regiões que “permitam a redução dos custos de produção e, conseqüentemente, o aumento da competitividade das corporações na arena do mercado global” (PERPETUA, 2012b, p. 151), e que ofereçam serviços de infraestrutura, energia, transporte, terra, água, matéria-prima, etc., *territórios-alvo* e/ou *regiões-alvo*, que permitam ao capital, através dos grupos industriais, obterem lucros.

Mas esta conformação empresarial em rede possui outro lado, para além da distribuição do processo produtivo ao longo do território mediante a atuação de empresas específicas atuando cada uma em uma das partes da produção, existem certas empresas, como é o caso daquelas do setor de eucalipto-celulose-papel, que adotam práticas produtivas diferenciadas, sem, no entanto, deixarem de atuar em rede. Nesse caso, no geral, estas empresas têm dentro de seus portões o controle total do que é produzido, ao mesmo tempo em que dependem de outras empresas, principalmente nos momentos em que as mercadorias precisam circular. É nesse momento que entram em cena as terceirizadas, que cumprem esse papel. Por isso, como assinala Chesnais (1996):

Os grupos industriais tendem a se organizar como “empresas-rede”¹¹⁵. As novas formas de gerenciamento e controle, valendo-se de complexas modalidades de terceirização, visam a ajudar os grandes grupos a reconciliar a centralização do capital e a descentralização das operações, explorando as possibilidades proporcionadas pela teleinformática e pela automatização (CHESNAIS, 1996, p.33).

¹¹⁵ De acordo com Pereira; Kahil (2006, p.221): “O termo ‘empresas-rede’ foi cunhado por Chesnais (1996) e Veltz (1995), sendo que o primeiro autor caracteriza esse fenômeno como sendo o resultado de uma multiplicação das participações minoritárias de companhias coligadas e, sobretudo, dos numerosos acordos de terceirização e cooperação interempresas, enquanto o segundo caracteriza o fenômeno de “empresa-rede” como decorrência do processo de “externalização” da produção, que seria uma tendência dominante na prática dos grandes grupos industriais”.

Porque é da própria natureza do capital impulsionar a si próprio para adiante, isto é, acumular para se manter vivo. E já que o espaço geográfico é um poderoso mecanismo que propicia a expansão da acumulação, que pode ser exemplificada no processo de *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização* empresarial, cuja função é, também, a de garantir elevados índices de lucro frente às exigências da concorrência intercapitalista, a conformação em rede baseada na terceirização do grande capital pode contribuir para que, mediante o uso e controle territorial numa relação sinérgica entre “empresa-mãe” e terceirizadas, o capital evite os custos elevados, ao mesmo tempo em que otimizam a fluidez territorial, propiciando, assim, a ampliação das margens de lucro.

Na produção em rede, os serviços subcontratados/terceirizados desempenham um papel crucial no avanço da inovação e da produtividade, daí a utilização maciça da terceirização em determinados setores empresariais. Porque a relação espaço-tempo neste contexto, em que as empresas precisam ser ágeis e rápidas para vencer as concorrentes, é cada vez mais crucial que o movimento circulatório do capital seja dinamizado. Logo “[...] para a ampliação da circulação do capital há necessidade de diminuição dos custos de produção e de serviços e, por consequência, de ampliação de suas demandas” (SILVEIRA, 2010, s/p Internet)¹¹⁶ Nesse processo a conformação empresarial em rede, calcada na terceirização no setor de transportes, passa a ser crucial.

Como expõe Lima (2010, p. 2): “A terceirização permite flexibilizar o processo produtivo. Trata-se da reorganização da produção com a focalização das atividades fins das empresas e a externalização das demais”. Dessa maneira, “[...] as empresas eliminam setores produtivos, administrativos ou de serviços, considerados complementares às suas atividades fins e transferem sua realização para outras empresas, concentrando-se no *produto principal*” (idem). No entanto, como alerta Marcelino (2006), certas empresas tentam superar,

[...] a crise transferindo o ônus para os parceiros; o que, em última instância, recai sobre os ombros da classe trabalhadora. Nos países periféricos, a adoção da terceirização vem acentuar o caráter excludente do padrão de acumulação, tornando mais visíveis a precarização do trabalho e o desemprego, diminuindo o núcleo de trabalhadores com vínculo empregatício e com todos os direitos trabalhistas garantidos (MARCELINO, 2004, p. 147).

¹¹⁶ Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-23.htm> >. Acesso em: 04/02/2014.

É a partir destes elementos envolvendo a reorganização das grandes empresas em rede e que atuam de modo a focalizar sua principal atividade, ao mesmo tempo em que, territorialmente, externalizam suas demais atividades num formato cada vez mais flexível, descentralizador e horizontal, que pode assumir várias formas (DRUCK, 1999, p. 126), procuramos entender os porquês da ampla utilização da força de trabalho terceirizado no setor de transportes da Fibria em Três Lagoas-MS, focando nosso olhar nas relações de trabalho (terceirizado) num setor fundamental para a aceleração do movimento circulatório do capital nesta gigante do setor.

2.3. Trabalho cooperado e fragmentado: O subproletário (terceirizado) como uma alternativa (precarizada) ao capital em crise

Moreira (2000) indica que o período atual é marcado pelo “mundo toyotizado/subproletarizado”, no sentido de que o espaço geral da sociedade “[...] incorpora a regulação toyotista e se modela às suas regras” (MOREIRA, 2000, p. 8). Ou seja, as relações se invertem, “[...] o espaço interno da fábrica se modela nas regras que vem de fora, do espaço geral” (idem, *ibidem*). Ao indicar que esses elementos merecem atenção, a intenção do autor é pensar em como as transformações do capital, consubstanciadas pela *Terceira Revolução Industrial*, têm incidido nas formas de organização sócio-espaciais e territoriais.

Em consequência dessas novas configurações, o “[...] caráter mais sistêmico da reestruturação produtiva repercute diretamente sobre o trabalho” (THOMAZ JR, 2011a, p. 7), sendo que uma das expressões mais importantes nesse sentido corresponde à forma de atividade terceirizada. Ao mesmo tempo, dialeticamente, o trabalho terceirizado exerce influência no(s) território(s), porque a força de trabalho terceirizada e todo o aparato que se erige em função dos grandes agentes sociais produtivos, fundamentalmente àquelas empresas que se utilizam do trabalho terceirizado, imprimem determinadas (re)organização territorial. E mais, estes agentes empresariais, produzem e (re)produzem a própria conformação territoriais de acordo com suas demandas.

Devido às imposições do processo de mundialização do capital, principalmente no que tange à nova conformação produtiva destas empresas em meio às exacerbada competição entre elas, o processo produtivo está de tal forma pulverizado e espraiado ao redor do mundo que o “*momento predominante*” da circulação ganha destaque por propiciar ainda mais mobilidade (num tempo cada vez mais reduzido) para a acumulação de capital

Por sua vez, Souza; Silveira (2011, p. 277), assinalam que, dentro desse contexto de mudanças impostas pela mundialização às empresas, as empresas podem “[...] fragmentar suas cadeias produtivas além das barreiras nacionais, em busca de vantagens comparativas, como menores custos de produção e, consecutivamente, a conquista de novos mercados consumidores”. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o capital controla o “[...] tempo e o espaço de trabalho, este também ultrapassa fronteiras, espaços e tempos” (FERRARI, 2012, p. 47) submetendo e/ou adequando os territórios ao processo de valorização do valor.

Nesse processo as (mega)corporações detêm a primazia e controle sobre o uso dos circuitos de produção e circulação (circuitos espaciais), assim como as especializações produtivas nos territórios, regiões e lugares (JOLY, 2007, p. 20). Esse processo, no entanto, envolve alta competitividade entre as empresas, fundamentalmente entre as grandes. O aprofundamento dessa concorrência intercapitalista, como destaca Pochmann (2001, p. 27), impulsiona a concentração do capital nos setores produtivos, bancários e financeiros, contribuindo assim para o papel das transnacionais. Na realidade, segundo Pochmann, conformam-se oligopólios mundiais.

Para Silveira (2011), a conformação de oligopólios é um ponto importante na reconfiguração territorial gestada no bojo da reestruturação produtiva/territorial. Isso porque, para o autor, a possibilidade de ampliação dos circuitos espaciais de produção, devido à evolução das técnicas, dos meios de comunicação e das normatizações, torna-se mais factível por conta do poder das empresas transnacionais que, ao se utilizarem das estratégias “flexíveis” derivadas do novo modelo de acumulação, podem reduzir (onde é possível) o tempo de giro do capital.

Santos e Silveira acreditam que nas atuais circunstâncias a circulação passou a ser elemento de destaque no processo de valorização do capital. Para estes autores, “[...] com as especializações dos territórios, devido à ampliação do domínio das corporações, os territórios se modificam rapidamente” (SANTOS; SILVEIRA,

2001 *apud* SILVEIRA, 2011, p. 46). Além disso, de acordo com os autores, a ampliação do domínio das corporações impõe cada vez mais que os espaços sejam tecnificados e repletos de fixos (empresas, moradias, infra-estruturas etc.) que, por sua vez, exigem a mobilidade e a circulação de pessoas, mercadorias (materiais e imateriais) e de capitais e, por conseguinte, demandam mais sistemas especializados (SANTOS; SILVEIRA 2001 *apud* SILVEIRA, 2011, p. 46). Nesse ínterim ocorre a

[...] desverticalização (tendências reengenharia reversa) das cadeias produtivas das indústrias, ou seja, as empresas passam a focar suas atividades no setor que apresenta maiores vantagens competitivas (core business) a fim de reduzirem o máximo os custos de produção, aumentando, consequentemente, sua competitividade (SOUZA; SILVEIRA, 2011, p. 283)

Simultaneamente, valoriza-se e intensifica-se o processo de terceirizações como o aporte a um maior encurtamento e, por conseguinte, à ampliação do movimento circulatório do capital. Com isso, tem-se um processo de horizontalização empresarial, em que

Estabelece-se uma nova lógica de circulação, pois se torna ascendente o fluxo de matéria-prima assim como materiais semi acabados, acabados e de informação. Deste modo, o *Supply Chain Management* (gerenciamento de cadeias produtivas) se torna essencial tanto na etapa de Administração de Materiais (circulação de matéria-prima até a entrada da fábrica – “logística de suprimentos”, assim como na etapa de produção interna na firma – “logística de produção”) e na etapa de Distribuição Física (circulação local de produção até o local de comercialização do produto – “logística de distribuição”), possibilitando a redução dos estoques das empresas, otimizando o transporte, eliminando as perdas e os custos desnecessários e auferindo maiores lucros (SOUZA; SILVEIRA, 2011, p. 283).

Portanto, o uso do espaço “[...] pelo capital se torna pulverizado devido à redução do tempo de circulação e à ideia de *distance decay*, ou seja, quanto maior for a distância, menor será o fluxo relativizado entre os espaços” (SOUZA; SILVEIRA, 2011, p. 277). No caso da terceirização, como assinalam estes mesmos autores, “[...] a figura do prestador de serviço logístico, isto é, da empresa terceirizada, com capacidade de planejamento, de operação e de gerenciamento”

(p.284), figuram como aspectos imprescindíveis à ampliação da margem de lucro. Acerca desse processo, Ferrari indica:

A concorrência entre fornecedores (terceirizados, quarteirizados etc.) de variados meios de produção, barateados pela própria concorrência no mercado, aumentou a taxa de lucro dos grandes conglomerados. Mantidos sob dependência real no plano da economia e inseridos nos fluxos de produção e de mais-valia, estes fornecedores garantem sua autonomia apenas no campo jurídico. O trabalhador produtor de valor se torna, contraditoriamente, mais cooperativo e mais fragmentado ao diversificar e diferenciar atividades de trabalhadores – aparentemente isolados –, ou setores produtivos cujos *produtos ou serviços são terceirizados, quarteirizados etc. pelos conglomerados que se concentram no foco principal gerador do mais-valor* (FERRARI, 2012. p. 29 *itálicos nossos*).

Desse modo, o processo de terceirização ganha expressividade no contexto de reestruturação produtiva, pois diz respeito à “[...] ofensiva do capital na produção que reorganiza o espaço-tempo da exploração da força de trabalho assalariado nas condições da crise estrutural do capital” (ALVES, 2011, p. 409).

Ademais, como expõe Ferrari (2012), por conta da reestruturação produtiva, o redimensionamento do *modus operandi* do sistema industrial/fábrica impõe também a rearticulação dos territórios, pois em resposta à crise das décadas de 1970/1980, ao capital é imprescindível a aceleração de seus mecanismos internos (produção, distribuição, circulação e consumo). Ferrari (2012, p. 26), aponta ainda que os “[...] tempos e espaços são comprimidos na medida mais exata possível para acelerar a produção e circulação de mercadorias”¹¹⁷. Essa proposição da autora, que se vincula a ideia da sugerida por Harvey (2011)¹¹⁸ de uma compressão ou anulação do espaço pelo tempo, não é consensual dentro da ciência geográfica. Milton Santos, por exemplo, acredita que “O espaço se torna mais encorpado, mais denso, mais complexo” (SANTOS, 1996, p. 161), mediante, principalmente pela técnica. Ciccolella (1996, p. 297), seguindo os passos de Santos, aponta que as transformações do capital nos últimos anos, “[...] não aboliram nem anularam o

¹¹⁷ A ideia de compressão ou anulação do espaço pelo tempo, retomada por Ferrari (2012), foi sugerida por Harvey (2011).

¹¹⁸ Como resume Pereira (2009, p. 29) “Para Harvey, há na dinâmica capitalista a permanente busca de anulação do espaço pelo tempo, como forma de enfrentar as contradições postas pela produção de excedentes (Harvey, 1985). Os mecanismos centrais de reprodução das condições da acumulação relacionam-se, necessariamente, aos ajustes espaciais para o enfrentamento dos conflitos causados pelos excedentes produzidos”.

espaço, mas pelo contrário, lhe deram novo significado, nova dimensão e nova estrutura”. Carlos (2007, p. 21), expõe que:

O que se busca é a diminuição do tempo do percurso e não do espaço do percurso que continua sendo um dado inquestionável, os fluxos sejam eles materiais ou imateriais deslocam-se num espaço concreto a ser percorrido.

O fato é que, para além dessa querela teórica, existem claramente processos mundiais que indicam, cada vez mais, a importância crucial da etapa (ou fase) circulatório dentro da totalidade dinâmica do capital (produção, distribuição e consumo) permitindo a ampliação da velocidade de rotação deste. Nesse processo,

[...] a produtividade depende menos de habilidades individuais e mais de capacidades de sincronia com os fluxos de produção, convertendo os operadores em apêndices desses fluxos. Nesse padrão não são recomendáveis otimizações isoladas dos meios (máquinas e homens) utilizados nos processo de trabalho. O resultado é a subordinação a um ritmo cada vez mais fora do controle dos indivíduos, estabelecido pela sincronia de movimentos singulares, *envolvendo trabalhadores dentro e fora das fábricas*. Esse é um aspecto fundamental do caráter do trabalho hoje (FERRARI, 2012, p. 28).

Ferrari (2012) indica ainda que as estratégias contemporâneas de produção e investimento “[...] estipulam que a fração hegemônica do capital se concentre na produção do bem de maior valor - especializando-se nele -, levando em conta sua ‘vocalização’ maior” (FERRARI, 2012, p. 29). Dessa forma, “[...] planejamentos, assim definidos, impõe aos fornecedores um padrão de produção, de entrega de serviços e insumos, configurando um *perpetuum mobile*” (Idem, ibidem) que intensifica e amplia a espacialização do capital, de modo a extrapolar os lugares singulares da produção, caracterizando assim, um aumento vigoroso no caráter *cooperativo do trabalho*¹¹⁹ tanto dentro do espaço fabril, assim como, fundamentalmente, nos espaços fora do chão da fábrica.

¹¹⁹ Segundo Alves (2011, p. 416) “A terceirização nas condições da revolução das redes informacionais instaura, com maior concreção, o trabalhador coletivo do capital, que articula em si, com mais intensidade e amplitude, por meio das redes informacionais, trabalho material e trabalho imaterial. Do ponto de vista da formação do valor, o coletivo do trabalho flexibilizado pela terceirização está mais integrado do que nunca, constituindo um novo trabalhador coletivo do capital”.

Nesse sentido, não basta “[...] uma sincronia de tempos entre os trabalhadores diretos no interior das unidades produtivas, mas há de se configurar uma sincronia de tempos entre as unidades produtivas finais” (FERRARI, 2012, p. 29) e, acrescentemos, entre diferentes setores envolvendo o processo produtivo, como é o caso do trabalho terceirizado.

Não por acaso, a necessidade do trabalho terceirizado, dos prestadores de serviços (financeiro, segurança logística, seguros, consultorias técnicas, publicitários, projetistas, programadores, vendedores, pessoal de manutenção e outros) que, uma vez “expulsos” dos locais de produção imediatos e pulverizados pelo(s) território(s) devido à reestruturação produtiva, aparece como um dos possíveis trunfos no momento em que o movimento circulatório do capital se destaca.

Não obstante, dentro da totalidade do processo de acumulação do capital, a terceirização aparece, em suas múltiplas formas, como uma atividade decisiva num momento em que a reprodução das relações capitalistas exigem, como indicado por Santos e Silveira (2011), a aceleração do processo de valorização mediante o *movimento circulatório do capital*. Dentro desse processo, ligado a divisão do trabalho ou mais precisamente à totalidade do trabalho (*cooperado*¹²⁰, *combinado e coletivo*) a terceirização “cai como uma luva”, porque “[...] amplia drasticamente o setor terciário, intensificando o movimento circulatório do capital e, por conseguinte, interferindo na mobilidade geográfica do capital” (SOUZA; SANTOS, 2011, p. 277).

Em se tratando do importante elemento que é a ampliação da cooperação entre trabalhos, esta decorre do surgimento da grande empresa transnacional de capital concentrado, a qual é capaz de articular, “[...] numa escala global, pela nova base técnica constituída pela revolução das redes informacionais, formas inéditas de cooperação ou processo social de trabalho combinado” (ALVES, 2011, p. 417). Todavia, Alves (2011) faz uma ponderação importante ao esclarecer que, para Marx (1996, p.490), “[...] os trabalhadores não podem cooperar diretamente sem estar juntos, sendo sua aglomeração em determinado local condição de sua cooperação” (ibidem). No entanto, as redes informacionais em tempos de reestruturação produtiva tornaram possíveis, mesmo à distância, a cooperação de múltiplos

¹²⁰ De acordo com Marx, “[...] a forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (1985, p. 259).

trabalhos. Isso tem sido extremamente necessário ao capital por conta da competitividade entre as transnacionais. Não obstante:

A escala da cooperação é uma variável da grandeza do capital. “A concentração de grandes quantidades de meios de produção – observou Marx – em mãos de capitalistas individuais é, portanto, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração” (MARX, 1996, p. 90) O desenvolvimento de uma cooperação complexa decorre do surgimento da grande empresa transnacional de capital concentrado, capaz de articular, numa escala global, pela nova base técnica constituída pela revolução das redes informacionais, formas inéditas de cooperação ou processo social de trabalho combinado (redes de subcontratação constituídas a partir de processos de terceirizações) (ALVES, 2011, p. 417).

Este movimento transnacional das (mega)empresas materializa-se, portanto, através de formas até então inéditas de cooperação ou processo social de trabalho combinado, em que se destacam as redes de subcontratação e terceirização, as quais, mediante o uso da ciência e tecnologia e da implementação de formas de *externalização* da produção ou de partes desta, permitem “[...] às firmas o aumento de sua produtividade e a redução dos seus custos de produção” (TEIXEIRA, 1996, p. 68-69 *apud* MOTA; AMARAL, 1998, p. 9). Neste processo, segundo Sousa (1994, p. 39 *apud* MOTA; AMARAL, 1998, p. 9), “[...] o trabalhador coletivo se reordena em torno de um vasto número de estatutos trabalhistas e reprodutivos (precarizados e desprotegidos)”.

Como indicamos, os mecanismos de externalização/terceirização, adotados pelas grandes empresas, permitem que elas transfiram para outras empresas (médias e pequenas), uma série de outras atividades, concentrando-se na produção da *mercadoria principal* que produzem. Para isso, é preciso a força de trabalho atuando cooperadamente entre si e ao longo dos territórios. Dessa forma, amplia-se a cooperação complexa nos moldes da reestruturação produtiva *pari passu* a fragmentação do trabalho, num processo que com reflexos na prática organizativa das classes trabalhadoras, tende fragilizar as condições do mercado de trabalho e a enfraquecer as suas organizações de representatividade.

Dessa forma, enlaçadas ao processo de reestruturação produtiva, a cooperação e fragmentação do trabalho consubstanciam o processo de terceirização. Por sua vez, a terceirização aparece como umas das inovações

organizacionais mais importantes do capital nas últimas décadas, pois, de um lado, funciona como uma medida estratégica de reestruturação produtiva, ao mesmo tempo em que ela permite uma recomposição das taxas de lucro pelas empresas e, por outro, permite aos capitalistas um maior controle sobre a força de trabalho (MARCELINO, 2004).

Não obstante, essas características do processo de terceirização estão estritamente relacionadas, permitindo com isso a “[...] fragmentação de coletivos de trabalho visando a racionalização organizacional tendo em vista as novas condições da concorrência capitalista num cenário de instabilidade da economia de mercado” (ALVES, 2011, p. 411). É nesse sentido que a terceirização acaba por ter um caráter “[...] lógico-funcional às novas condições da acumulação de valor e padrão da concorrência capitalista” (Idem, ibidem), isso porque, o processo de terceirização empresarial tende a assegurar a “própria sobrevivência num contexto demarcado pela ampliação da competição intercapitalista [...] e vinculada à inserção subordinada e passiva da economia nacional à globalização” (POCHMANN, 2008, p. 52).

Do ponto de vista do capital produtivo, acaba sendo a busca pela competitividade que justifica e dá sentido à terceirização. A inserção numa economia mundial globalizada exige, sob esta lógica, que as empresas fixem seus esforços apenas na atividade principal da sua produção, daí o nome de focalização, que aparece como sinônimo de terceirização, processos que, de acordo com Lima (2000, p. 1), refletem as tendências gerais de certas empresas à especialização das funções técnicas empresariais, o que significa racionalizar o processo produtivo. Por meio destes princípios de organização racionalizada, as grandes empresas buscam “[...] aumentar a eficiência pela concentração em cada empresa de atividades que caracterizam o seu ‘*core business*’” (idem). Nesse sentido,

A empresa moderna deveria, assim, “focalizar” esforços nas atividades/operações (*core business*) que realmente possam se traduzir em vantagens competitivas para si (empresa), especializando-se em unidades de negócios, com um número cada vez mais limitado de atividades, reduzindo o número de processos, enxugando suas estruturas administrativas e delegando a uma rede de outras empresas (fornecedores, subcontratadas etc.) as funções que pudessem ser consideradas complementares ou acessórias (AMATO NETO, 1995, p. 36).

No entanto, essa prática tem uma função clara de favorecimento à valorização o valor, pois a terceirização (e *focalização*) permite ao capital explorar o trabalho mediante a utilização de uma força de trabalho que, no geral, por suas próprias características, é uma forma de atividade em que a remuneração é desproporcional em relação ao trabalho próprio/direto. O que se tem, na verdade, é que tanto a terceirização, quanto a focalização, visam, segundo Alves (2012, p. 410), “[...] racionalizar, sob as novas condições da concorrência e acumulação capitalista, a exploração da força de trabalho assalariado”. Na prática, para o mundo do trabalho, isso se reflete na “[...] redução do valor da força de trabalho, com a precarização das relações contratuais e o enfraquecimento das resistências dos trabalhadores, é que constitui a principal fonte de produção do mais-valor” (LIMA, 2000, p. 2). Dessa maneira, esses processos de terceirização/focalização estão devidamente articulados à relação capital x trabalho.

Do ponto de vista do capital,

[...] trata-se de uma necessidade para a superação das crises nacionais e para a sua própria sobrevivência. Tais objetivos só serão atingidos caso haja a “modernização organizacional” e sejam adotados os padrões de gestão e organização do trabalho e da produção cujos pilares estão assentados na qualidade total e na *terceirização* (MARCELINO, s/d. s/p Internet)¹²¹

Do ponto de vista do trabalho,

[...] é a forma através da qual o capital subordina a racionalidade técnica à racionalidade do valor, aumentando a potência deste pelo enfraquecimento social daquele. A eficiência técnica não apenas é mantida, mas também submetida à lógica da valorização, que encontra poucas resistências sociais ao aumento da taxa de extração de mais-valia (LIMA, 2000, p. 3-4).

Portanto, como elemento imanente da lógica do capital, o processo de terceirização e sua irmã gêmea focalização, sob as bases da acumulação

¹²¹ Disponível em:

<<http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundosimposio/paulareginapereiramarcelino.pdf>>. Acesso em: 01/09/2013

flexível/reestruturação produtiva implica na ofensiva do capital sobre o trabalho, ou seja, para além da estratégia de redução de custos ou técnica de organização da produção, a terceirização é “[...] uma arma política de luta de classes que visa reestruturar coletivos do trabalho, criando as bases para processos de ‘captura’ da subjetividade do homem que trabalha” (ALVES, 2000 *apud* ALVES, 2011, p.411).

Sendo assim, o processo de terceirização, entrelaçado as redes empresariais, à tecnologia e ao trabalho cooperado, enlaçados ao processo de reestruturação produtiva, permite ao capital integrar (e fragmentar) com maior intensidade e amplitude o seu “todo organizado” mecanismo de extração de valor, constituindo assim a possibilidade de um salto “[...] espetacular (e inédito) na produtividade do trabalho social, exploração da força de trabalho e extração de mais-valia (é o que tem demonstrado a produção industrial nas últimas décadas)” (ALVES, 2011, p. 418).

O “jogo” empresarial envolve, além de outros elementos, a cooperação e fragmentação do trabalho (coletivo), fragmentação do processo produtivo e de serviços, além de um crescente movimento à terceirização, processo que se torna ainda mais visível no plano geográfico, por conta da dinâmica da espacialização (e territorialização) envolvendo as empresas. Nesse caso, os espaços ocupados pelo “enxame” de empresas terceirizadas contêm, eles próprios, especificidades e particularidades. Não sem motivos, surgem, dentro desse contexto, a) várias empresas especializadas em manutenção industrial e outros tipos de serviços; b) aumento de empresas familiares, trabalho temporário, vínculos de emprego precários; c) atuação crescente das empresas de consultoria de terceirização; d) aumento das empresas de agenciamento de terceirização (MARCELINO, 2004).

Pensando nestes termos, o trabalho terceirizado no setor de transportes, em meio às transformações ocorridas na conformação geral das empresas frente à mundialização e, particularmente, as funções (e formas) que as atividades terceirizadas adquirem dentro desse quadro empresarial de disputas intercapitais (além das já conhecidas consequências negativas/precárias para o segmento terceirizado e as evidentes vantagens estratégicas para as empresas), aparece, a nosso ver, como um provável *elemento-chave*, “funcional” e *dinzamizador* do sistema produtivo (e circulatório) de algumas empresa no espaço geográfico. Isso porque as atividades terceirizadas de algumas empresas-filhas podem permitir à empresa-mãe a concentração na sua atividade principal, deixando às demais

terceirizadas o papel e a responsabilidade de fazer “fluir” a produção de mercadorias em tempo hábil.

No entanto, esses processos de reorganização das forças produtivas e das relações de produção em meio ao momento de mundialização/acumulação flexível/reestruturação produtiva, que tem no trabalho terceirizado (no setor de transportes) um de seus atributos em tempos de crise, se por um lado podem contribuir para o processo de valorização do capital, por outro, tendem a reverberar negativamente sobre a *o trabalho terceirizado*, precarizando esta em prol do processo de acumulação de capital.

Tendo isto em vista, passemos ao próximo item, cujo intuito é observar (e analisar) mais de perto como tem se dado algumas das práticas voltadas à terceirização ao redor do mundo e, particularmente no Brasil, destacando nesse processo os terceirizados numa daquelas áreas mais imprescindíveis ao processo de acumulação do capital contemporâneo, ou seja, o setor de transportes. Atentando-nos ainda, para as consequências deste processo frente àqueles que vivenciam (e resistem) às práticas de terceirização: os *trabalhadores(as) terceirizados*.

CAPÍTULO 3 – A TERCEIRIZAÇÃO ENQUANTO FORMA DE SUBPROLETARIZAÇÃO

3.1. Subproletários terceirizados do mundo...

Conforme Borges; Druck (1993, p.1), “[...] as discussões a respeito do processo de terceirização¹²² e de suas consequências sobre o mercado de trabalho, devem ser referenciadas a um debate mais amplo”, isto é, acerca da crise da sociedade do mundo do trabalho iniciada nas décadas de 1970 nos países “centrais”. Alves (2011, p.1), por sua vez, destaca que o processo de ampliação e intensificação da terceirização demarca, no mundo do trabalho, “[...] um traço compositivo da nova configuração do capitalismo flexível no contexto da mundialização do capital”.

O trato da questão da expansão da terceirização, portanto, remete a mudanças que se operam na relação capital x trabalho em escala mundial com rebatimentos nacionais diversos, num determinado contexto histórico-geográfico, ou seja, o período de mundialização da crise estrutural do capital. A este respeito, Alves assinala:

É importante salientar que a terceirização, no sentido categórico expresso acima, surgiu numa temporalidade histórica específica: o tempo histórico do capitalismo global, caracterizado pela vigência do regime de acumulação flexível e pela crise estrutural do capital. A terceirização adotada pelas organizações capitalistas ocorre no bojo do complexo de reestruturação produtiva do capital sob o espírito do toyotismo (ALVES, 2000, 2011). Deste modo, a categoria de “terceirização”, em comparação, por exemplo, com o *putting-out* da indústria capitalista do século XVIII, possui outra significação histórico-ontológica bastante precisa: ela diz respeito a um processo de ofensiva do capital na produção que reorganiza o espaço-tempo da exploração da força de trabalho assalariado nas condições da crise estrutural do capital (ALVES, 2011, p. 409).

¹²² Segundo Borges; Druck (1993, p. 1): “A palavra terceirização tem sido usada para referir o processo no qual as empresas externalizam parte das atividades necessárias ao processo produtivo, transferindo-as para outras empresas ou, em menor medida, para trabalhadores autônomos (consultores, etc.) através, principalmente, da subcontratação de serviços. Integra processos mais amplos como o da terceirização - atividades de serviços se despregam das atividades de produção, deixando de ser realizadas pelas empresas industriais - e a redefinição da divisão do trabalho intra setor industrial - neste caso, as indústrias repassam, para outras, partes do seu processo produtivo”.

Analisando certos aspectos dessa nova conformação calcada no processo de acumulação flexível do capital (HARVEY, 2011), Antunes (2012) também aponta para o fato do processo de terceirização estar relacionado ao contexto de profundas transformações na processualidade do mundo do trabalho atual. Dentre as inúmeras determinações que envolvem o (novo) mundo do trabalho flexibilizado, o autor destaca o elemento da *subproletarização* intensificada. Segundo Antunes (2012), a subproletarização intensificada nada mais é do que a exacerbação de formas de trabalho *parciais, improdutivas, temporárias, precárias, subcontratadas, terceirizadas*¹²³. Portanto, as atividades terceirizadas correspondem ao avanço vertiginoso do trabalho subproletariado.

Por sua vez, Harvey (2011, p. 144), assinala que a tendência imposta ao mundo do trabalho pela acumulação flexível tem sido a de reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar, cada vez mais, uma força de trabalho que é contratada ou demitida facilmente sem que isso agride de forma mais intensa o processo de valorização do capital. O aspecto da *desproletarização* também é destacado por Antunes (2012, p. 47), que diz: “[...] houve uma diminuição da classe operária industrial”, uma “[...] desproletarização do trabalho industrial, fabril”, ao mesmo tempo em que “[...] efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento de serviços” (idem, *ibidem*). O processo contraditório entre desproletarização e subproletarização implica, no geral, como destaca Antunes (2012), em precarização do trabalho. O que nos interessa aqui é que a subproletarização¹²⁴ aparece cada vez mais em sua forma terceirizada.

O acentuado crescimento do trabalho terceirizado em inúmeros países do mundo foi destacado, sob a ótica transnacionalização do capital, por Pochmann

¹²³ No Brasil, a composição subproletarizada no Brasil é bastante ampla e diversa, são trabalhadores de telemarketing (call centers), feirantes, camelôs, taxistas, motoboys, carreteiros, trabalhadores rurais, autônomos, trabalhadores da construção civil, terceirizados, caixas de supermercado, secretariado, serviços de manutenção e/ou reparos em geral, parte do funcionalismo público, pequenos comerciantes, trabalhadores em domicílio etc. (MARCELINO, 15/11/2012). Disponível em: < <http://antesdatempestade.wordpress.com/2012/11/15/do-lulismo-a-revolucao-brasileira-organizando-o-subproletariado-no-brasil/>>. Acesso em: 10/04/2014.

¹²⁴ Segundo Marcelino (2012), Os trabalhadores do subproletariado respondem atualmente pela metade do total das ocupações no Brasil, 75% são assalariados, dos quais dois de cada três possuem carteira assinada (MARCELINO, 15/11/2012). Disponível em: < <http://antesdatempestade.wordpress.com/2012/11/15/do-lulismo-a-revolucao-brasileira-organizando-o-subproletariado-no-brasil/>>. Acesso em: 10/04/2014.

(2007)¹²⁵. Em seu estudo, o autor expõe que, apesar do processo de subcontratação e terceirização não ser novo, sua expansão ao redor do mundo tem sido significativa a partir da crise econômica da década de 1970. Nesse sentido, também para Macedo (2004, p. 500): “[...] a chamada terceirização, tomou corpo nos países desenvolvidos ao longo da crise que abalou o capitalismo iniciada nos anos de 1970”. Essas transformações e a exigência da externalização de atividades mediante a intensificação do uso do trabalho terceirizado são, segundo Macedo, produtos das “[...] dificuldades de expansão da esfera produtiva nas economias centrais do bloco capitalista na década de 60 do século XX” (idem, ibidem), que “[...] passaram a exigir de seus países transformações em sua própria contextura, de modo a interromper e a reverter a tendência decrescente das margens de lucro dos vários setores” (idem).

Ademais, a “redução de custos via aumento de produtividade, foi oportunamente favorecida pela introdução de novas tecnologias de produção de base microeletrônica, seguida de um processo de reorganização do trabalho e da produção” (idem). Nesse processo, as empresas transnacionais se utilizaram (e se utilizam) da externalização de atividades - *subcontratação e terceirização* - que cumprem um papel fundamental. Daí Pochmann (2007, p. 3) destacar a importância da “[...] emergência do fenômeno da transnacionalização da terceirização na contratação do trabalho”, tendo em vista o papel que essas transnacionais assumem num contexto de acentuadas “[...] rivalidades inevitáveis dos Estados territoriais-nacionais em embate constante” (BRANDÃO, 2012, p. 11).

Os desdobramentos do processo de expansão da terceirização, portanto, remetem a questões mais profundas, atreladas às novas dinâmicas envolvendo a “[...] transnacionalização das cadeias de mercadorias e extroversão dos circuitos espaciais de produção e cooperação para além do circuito espacial da escala nacional” (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 11). O que, por sua vez, remete ao processo permanente de valorização do capital, que busca incessantemente por novos espaços (e territórios) de valorização, por meio das estratégias competitivas das grandes empresas, estruturadas em oligopólios.

¹²⁵ Em 2006, Marcio Pochmann, numa pesquisa intitulada: “A transnacionalização da terceirização na contratação do trabalho”, avaliou 33 países, identificando a existência de 76,5 mil empresas especializadas na terceirização de força de trabalho. Além disso, o autor assinala: “Nas corporações transnacionais, há mais de 98 milhões de profissionais contratados. Desse total, 39,3 milhões de alguma forma estão envolvidos com a terceirização, ou seja, 40% da ocupação. Ainda desse montante, 13,3 milhões são direcionados à terceirização transacional, isso equivale a 33,9%”.

Pochmann, ao analisar as consequências dessa nova dinâmica no que tange a força de trabalho terceirizada em escala mundial, delimita algumas diferenciações importantes. Diz o autor:

Na Itália, por exemplo, o contrato nacional de trabalho estabeleceu que os postos terceirizados por empresas que subcontratam mão-de-obra não podiam registrar condições de trabalho e remuneração inferiores às anteriormente estabelecidas na empresa que contratava diretamente. Na periferia do capitalismo, no entanto, o avanço da terceirização significou o rebaixamento das condições de trabalho. Isso porque o setor público e as empresas privadas terminaram utilizando-se do expediente da terceirização para impor forte redução no custo da mão-de-obra (POCHMANN, 21/10/2011)¹²⁶.

E o autor assevera:

[...] os efeitos da subcontratação internacional sobre o padrão de uso e remuneração da mão-de-obra são expressivos, como a pressão sobre os custos de contratação e proteção dos riscos do exercício do trabalho. De maneira geral, a terceirização transnacional caracteriza-se por generalizar o padrão asiático de trabalho, cada vez mais associado à elevada rotatividade, à contida remuneração e à longa jornada de trabalho. Esse tipo de terceirização da mão-de-obra não se apresenta como imperativo de modernização das condições gerais de produção no início do século 21. Pelo contrário, pode assemelhar-se, guardada a devida proporção, ao retrocesso das conquistas alcançadas até o momento (POCHMANN, 2007, p. 25).

Referindo-se à repercussão do processo de terceirização no Brasil, Pochmann acredita ser possível eliminar o “lado negativo” do processo, na medida em que

[...] a regulação pública do trabalho precisa extirpar a “banda podre da terceirização”, que a identifica com a precarização e com o aniquilamento dos direitos sociais e trabalhistas para uma parte dos ocupados. ‘No Brasil, essa banda podre faz com que, por meio da rotatividade, um trabalhador terceirizado necessite de três anos para poder contribuir doze meses para a Previdência Social’ (*apud* SINPROSASCO, 03/11/2011)¹²⁷.

E Pochmann finaliza:

¹²⁶ Disponível em: < <http://revistaforum.com.br/blog/2011/10/o-papel-da-terceirizacao-da-mao-de-obra/>>. Acesso em: 17/12/2013

¹²⁷ Disponível em: <<http://sinprosasco.org.br/artigos/marcio-pochmann-compara-terceirizacao-a-uma-quase-reforma-trabalhista-193>>. Acesso em: 17/12/2013.

“Tornar a terceirização regulada, civilizadamente, ajuda a fortalecer a subcontratação sadia, simultânea ao método de extirpar as ervas daninhas”. “Essa é a expectativa de todos que acreditam que o Brasil inova e se moderniza toda vez que a justiça se faz presente. Não se espera algo diferente da Justiça do Trabalho do Brasil” (*apud* SINPROSASCO, 17/12/2013)¹²⁸.

Também em defesa da terceirização, Emerson Kapaz, ex-presidente do Pensamento Nacional das Bases Empresariais defende, o “lado” positivo da terceirização da seguinte maneira:

A terceirização, com maturidade e valorização deste conceito de interdependência, poderá caminhar favorecendo a transformação de mega empresas em centenas de médias e pequenas empresas, ajudando-nos a entender melhor a importância da cadeia produtiva, ligando o fornecimento de matérias primas ao consumidor final. Isso não significará desemprego, como se poderia pensar. Existe, isto sim, a possibilidade de geração de novos empregos e de trabalhadores que se sintam incentivados a abrir suas próprias empresas (*apud* DRUCK, 1999, p. 131).

Ora, a terceirização, como a entendemos, é uma forma de manifestação subproletarizada e, portanto, precária, que emana do capital em crise, forma esta que “*escraviza, humilha e divide*”¹²⁹. E, mesmo que não atinja de maneira igual todos os contingentes de trabalhadores terceirizados, ainda sim, permanece como uma forma de trabalho assalariado/explorado e, por conseguinte, estranhado. Tanto Pochmann quanto Kapaz “miram as tetas da vaca, mas acertam os chifres do boi”. Um quer “extirpar a banda podre da terceirização” com alguma forma de regulação que “minimize” a precarização nas atividades terceirizadas. O outro imagina que o processo de terceirização fará com que as (mega)empresas, algum dia, deixem de existir, tendo seus postos assumidos pelas médias e pequenas empresas, o que ampliaria assim, as possibilidades para a solução para o desemprego estrutural. Mas Kapaz talvez se esqueceu, ou ignora completamente, as indicações de Engels

¹²⁸ Disponível em: <<http://sinprosasco.org.br/artigos/marcio-pochmann-compara-terceirizacao-a-uma-quase-reforma-trabalhista-193>>. Acesso em: 17/12/2013.

¹²⁹ Referência às palavras escritas no cartaz elaborado pelo grupo de mulheres Pão e Rosas (militantes da LER-QI e independentes). Disponível em: <<http://nucleopaoerosas.blogspot.com.br/2009/06/terceirizacao-escraviza-humilha-divide.html>> . Acesso em: 12/09/2013.

de que e que a lógica do capital, no que tange as relações entre monopólio e competição por parte das empresa. Nas palavras de Engels: implica

O oposto da competição é o monopólio. O monopólio foi o grito de guerra dos mercantilistas; a competição, o grito de batalha dos economistas liberais. É fácil perceber que esta antítese é bastante vazia (...). A competição se baseia no interesse próprio e, por sua vez, o interesse próprio cria o monopólio. Resumindo, a competição se transforma em monopólio. Por outro lado, o monopólio não consegue deter a maré da competição – na verdade, ele mesmo cria a competição (...). A contradição da competição é que cada um de seus elementos só pode desejar o monopólio, ao passo que o conjunto tende a perder com o monopólio e, portanto, deve eliminá-lo. Além do mais, a competição já pressupõe o monopólio – em outras palavras, o monopólio da propriedade (e aqui a hipocrisia dos liberais volta à luz). Portanto, é lamentável a meia-medida de atacar o pequeno monopólio e deixar intocado o monopólio básico (...). A lei da competição diz que demanda e oferta sempre lutam para se complementar e, portanto, jamais conseguem. Os dois lados dilaceram-se mais uma vez e se transformam em pura oposição. A oferta sempre segue a demanda de perto, sem jamais corresponder a ela: ou é grande demais ou pequena demais e jamais corresponde à demanda, porque nesta condição inconsciente da humanidade ninguém sabe o tamanho da oferta e da demanda (...). O que se deve pensar de uma lei que só pode se afirmar por meio de crises periódicas? É apenas uma lei natural baseada na inconsciência dos participantes (ENGELS, 1959 *apud* MÉSZÁROS, 2002, p.239-240).

Talvez a “lei natural baseada na inconsequência dos participantes” não permite a Kapaz enxergar a contradição em processo que tem levado o capital ao “[...] impulso em direção ao estabelecimento e à consolidação das corporações monopolistas tem se pronunciado cada vez mais no século XX” (MÉSZÁROS, 2002, p. 239). Nesse sentido, as linhas de pensamento de Kapaz e de Pochmann, ao invés de deferirem completamente, acabam por confluírem numa mesma direção, porque presas aos “limites da lei natural” do sistema do capital.

Em contraposição, estamos tentando apontar que trabalho terceirizado subproletarizado, consubstanciado pela intensificação e expansão da precarização correspondentes ao período atual de mundialização do capital em crise, é um elemento-chave para que o capital possa asseverar o processo de exploração do trabalho via flexibilização produtiva e do trabalho. E isso só tem sido possível através do conjunto de práticas político-econômicas neoliberais cujas medidas estão voltadas à abertura comercial, privatizações, desregulamentações, centralização de capital e a formação de oligopólios mundiais organizados estrategicamente (nacional

e internacionalmente), mediante, dentre outros fatores, a “cooperação subordinada” das empresas terceirizadas e, por conseguinte, da intensa precarização dos trabalhadores destas empresas.

Observando, por exemplo, a tentativa de uma suposta regularização do trabalho terceirizado vinculada ao Projeto de Lei¹³⁰ 4330/2004, de autoria do deputado federal e empresário Sandro Mabel (PMDB-GO), e que já se encontra em fase de tramitação na Câmara dos Deputados em Brasília (Distrito Federal) há mais de 8 anos, é perceptível a tensão gerada entre empresários e trabalhadores. Este projeto, se aprovado, pretende legalizar a contratação de prestadoras de serviços para que estas possam executar até mesmo as atividades-fim. Trata-se, portanto, de uma forma de tentar regulamentar o trabalho terceirizado sob os moldes do capital.

O efeito e as tensões que o projeto aduz sobre a força de trabalho e o empresariado tem sido, grosso modo, bastante contraditórios no projeto. É possível encontrar até mesmo alguns empresários que se colocaram contra (DIAP, 2013)¹³¹. Mas, no geral, como podemos observar pelo debate, reinou a polarização, com os empresários de um lado, aderindo às vantagens da aprovação do projeto e, de outro, os trabalhadores e alguns órgãos de representação destes, se colocando contra a aprovação do projeto (JORNAL DE BELTRÃO, 09/08/2013¹³²; O GLOBO, 18/09/2013¹³³; O GLOBO, 25/08/2013¹³⁴; CSP-CONLUTAS, 08/10/2013¹³⁵).

Não deixa de ser interessante notar que historicamente, no Brasil, sempre houve muita resistência por parte do capital quando se tratou de criar alguma legislação ou implementar os direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, Souto Maior aponta que:

¹³⁰ Segundo as informações da CUT (Central Única de Trabalhadores) “Esse PL vem para eliminar tudo que empresários estão perdendo na Justiça, porque há mais de cinco mil processos no Supremo Tribunal Federal e temos ganho causas muito grandes, não só na nossa categoria. Muitos juízes já estão convencidos de que há uma fraude na terceirização na forma como fazem. O PL 4330 vem para legalizar a fraude”. Disponível em: < <http://www.cut.org.br/destaques/23438/contraprojeto-de-lei-da-terceirizacao-trabalhadores-ocupam-avenida-paulista>>. Acesso em: 15/01/2014.

¹³¹ Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11745-empresarios-abrem-baterias-contraregulamentacao-da-terceirizacao>. Acesso em 25/01/2014.

¹³² Disponível em: <<http://www.jornaldebetrão.com.br/geral/empresarios-e-trabalhadores-divergem-sobre-projeto-de-lei-de-terceirizacao-127355/>>. Acesso em: 25/01/2014.

¹³³ Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/debate-sobre-terceirizacao-provoca-tumulto-na-camara.html>>. Acesso em: 25/01/2014.

¹³⁴ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/ministro-defende-aprovacao-de-lei-para-ampliar-terceirizacao-9698270>>. Acesso em: 25/01/2014.

¹³⁵ Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2013/10/um-retrato-da-terceirizacao-e-os-perigos-do-pl-433004-para-os-trabalhadores/>>. Acesso em: 25/01/2014.

[...] desde a Constituição de 1988, quando os direitos trabalhistas foram alçados a direitos fundamentais, houve um grande movimento de reforço da construção destes direitos, do ponto de vista teórico e, sobretudo, na última década, a legislação trabalhista tem ganhado um reforço do ponto de vista da sua aplicabilidade pelo judiciário trabalhista e demais instituições. Portanto, eu vejo que a luta empresarial para aplicação do PL 4.330 atua neste contexto, de uma reação a um movimento pela eficácia de direito do trabalho no Brasil, tentando, por intermédio da terceirização, fragilizar a classe trabalhadora e dificultar a luta pelos seus direitos. A terceirização traz consigo uma lógica de precarização, de pulverização da classe trabalhadora, além de produzir uma dificuldade processual para que os trabalhadores, quando lesados em seus direitos, consigam alcançá-los na Justiça do Trabalho. Além disso, os terceirizados são sempre alvo de pressão no ambiente de trabalho, eles são deslocados sempre que começam a cobrar seus direitos, quando começam a interagir mais com as pessoas. O terceirizado é um trabalhador fragilizado. Nesta perspectiva, a terceirização se encaixa bem no propósito de evitar, como sempre se quis, a eficácia dos direitos trabalhistas (ÚLTIMA INSTÂNCIA, 24/09/2013)¹³⁶.

Para o ministro do Tribunal Superior de Justiça, Maurício Godinho Delgado, a aprovação do Projeto de Lei, que supostamente regulamentaria a terceirização no Brasil, terá “efeito avassalador” nas conquistas dos trabalhadores e reduzirá a renda em até 30%¹³⁷. Além disso, o ministro expõe que a pretensão de generalizar a terceirização mediante sua regulamentação, fará com que as categorias profissionais tendam a desaparecer do país, “porque todas as empresas, naturalmente, vão terceirizar suas atividades. E o desaparecimento das categorias profissionais terá um efeito avassalador sobre as conquistas históricas” (VIOMUNDO, 19/10/2013)¹³⁸.

Para Antunes (2013), a justificativa principal para a elaboração do projeto que a empresa moderna tem de concentrar-se em seu negócio principal e na melhoria da qualidade do produto ou da prestação de serviço é, o que, na realidade expressa um

¹³⁶

Disponível

em:

<<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/66462/a+logica+do+pl+da+terceirizacao+e+a+des+truicao+da+classe+trabalhadora+diz+souto+maior.shtml>>. Acesso em: 25/01/2014.

¹³⁷ De acordo com estudos feitos por entidades sindicais, “[...] os trabalhadores de empresas terceirizadas recebem 27% menos. Mais de 70% têm menos direitos trabalhistas e a maioria trabalha três horas a mais por semana do que os contratados diretamente” (FASDERBRA, 30/08/2013). Disponível em: < <http://fasderbra.org.br/projeto-de-terceirizacao-a-maior-ameaca-aos-direitos-dos-trabalhadores-publicos-e-privados-do-pais/> >. Acesso em: 16/01/2014.

¹³⁸ Disponível em: < <http://www.viomundo.com.br/denuncias/ministro-do-tse-lei-da-terceirizacao-derrubara-em-ate-30-a-renda-do-trabalhador.html> >. Acesso em: 16/01/2014.

discurso eivado de falácias. O autor desmitifica aquelas que para ele são as principais:

- 1) *Primeira falácia:* a terceirização cria empregos. Como hoje temos aproximadamente 12 milhões de terceirizados no Brasil, ela cumpriria papel de relevo na ampliação do mercado de trabalho. Mas esse argumento omite que os terceirizados têm jornada de trabalho em média bem maior do que o conjunto dos assalariados contratados sem tempo determinado. Assim, o que ocorre é que onde três trabalham com direitos e por tempo não determinado, aproximadamente dois terceirizados acabam por realizar o mesmo trabalho, padecendo de maior intensificação e jornadas mais longevas. Desse modo, em vez de efetivamente empregar, a terceirização desemprega;
- 2) *Segunda falácia:* os terceirizados percebem salários, assim devem agradecer pelo emprego que obtêm. Mas esse argumento "esquece" que os salários dos terceirizados são bem menores do que os dos demais trabalhadores, especialmente os que estão na base da indústria e dos serviços. O que as pesquisas mostram, quando realizadas com rigor científico, é que os terceirizados trabalham mais e recebem menos;
- 3) *Terceira falácia:* os terceirizados têm direitos. Esse argumento omite que é exatamente neste âmbito das relações de trabalho que a burla e a fraude se expandem como praga. E quanto mais na base da pirâmide estão os assalariados terceirizados, maiores são as subtrações. Bastaria dizer que, na Justiça do Trabalho, há incontáveis casos de terceirizados que não conseguem nem sequer localizar a empresa contratante, que não poucas vezes desaparece sem deixar rastro. Muitos terceirizados estão há anos sem usufruir as férias, pois a contingência e a incerteza avassalam o seu cotidiano. E, vale lembrar, só uma minoria consegue ir à Justiça do Trabalho, pois o terceirizado não tem nem tempo nem recurso e quase sempre carece do apoio de sindicatos para fazê-lo. E sabemos que, nos serviços, setor no qual se expande celeremente a terceirização, viceja também a ampla informalidade e a alta rotatividade;

4) *Quarta falácia*: a de que terceirizar é bom, pois "especializa" e "qualifica" a empresa. Mas seria bom explicar por que essas atividades terceirizadas são as que frequentam com mais constância as listas de acidentes de trabalho. E mais: no serviço público, elas não raro aumentam os custos, sendo fonte inimaginável de corrupção. Bastaria lembrar as empresas terceirizadas que fazem a coleta do lixo urbano. E a brutalidade sem limites que é ver um trabalhador correr como louco atrás dos caminhões para manter as "metas" e a "produtividade" na coleta privada dos lixos nas cidades (FOLHA DE SÃO PAULO, 09/11/2013)¹³⁹.

Para Antunes, o essencial desse projeto é esconder a verdadeira face da terceirização e a quem ela realmente favorece. Isso porque, diante da terceirização e suas consequências, a classe trabalhadora (terceirizada) paga o preço pela adaptação forçada as medidas que, segundo o discurso hegemônico, visam beneficiar a todos, patrões e empregados. Antunes, no entanto, esclarece que ao processo de terceirização visa: "Primeiro, reduzir salários, diminuindo direitos. Segundo, e não menos importante: fragmentar e desorganizar ainda mais a classe trabalhadora, agora convertida em classe "colaboradora" (FOLHA DE SÃO PAULO, 09/11/2013)¹⁴⁰.

Portanto, o projeto de lei, ao invés de tentar "civilizadamente" organizar a força de trabalho frente ao poderio do capital em sua crise, incentiva as empresas a ampliarem as terceirizações que já são amplamente aplicadas em vários segmentos da economia brasileira¹⁴¹. Dessa maneira, a regulamentação remete à questão de "liberar" o trabalho terceirizado, para que as empresa possam explorá-lo sob os

¹³⁹ ANTUNES, Ricardo. Espectros, falácias e falésias. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/11/1368894-ricardo-antunes-espectros-falacias-e-falesias.shtml>>. Acesso em: 21/01/2014.

¹⁴⁰ ANTUNES, Ricardo. Espectros, falácias e falésias. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/11/1368894-ricardo-antunes-espectros-falacias-e-falesias.shtml>>. Acesso em: 21/01/2014.

¹⁴¹ A CUT expõe esta proporção com alguns dados: "Na Ford de Taubaté, dos 3 mil trabalhadores, 900 são terceirizados. A situação não é diferente na Ford de São Paulo, conforme relata o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques. De acordo com o diretor do Sindicato dos Químicos de São Paulo, Carlos Branco, "nas empresas químicas, farmacêuticas e plásticas as terceirizações se concentram nas áreas da limpeza e da vigilância. Apenas da categoria química, hoje existem cerca de 20 mil pessoas terceirizadas". Segundo a presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Juvandia Leite, os bancários terceirizados são três vezes maiores que os contratados diretos" (CUT, 04/07/2013). Disponível em: <<http://www.cut.org.br/destaques/23438/contrato-projeto-de-lei-da-terceirizacao-trabalhadores-ocupam-avenida-paulista>>. Acesso em: 15/01/2014.

rigores da lei. Nesse caso, como escreve Marcelino (2006) a Justiça poderá oferecer uma contribuição importante para o processo de precarização do trabalho terceirizado.

Entendemos, isto exposto, que a terceirização é parte constitutiva do capital em sua atual fase histórica de crise sistêmica e, portanto, uma das formas (mais precárias) de manifestação subproletarizada da nova morfologia do trabalho. Regular e/ou “civilizar” o trabalho terceirizado, como querem Pochmann e Kapaz, assim como grande parte dos empresários é, a nosso ver, uma maneira de um tanto quanto precária de lidar com a situação do processo de terceirização. Isso porque permanece presa ao que supostamente pretende criticar, ou, na melhor das hipóteses, busca regulamentar capitalisticamente as atividades terceirizadas. Esta medida, por mais que tenha boas intenções, resvala nos próprios limites do capital

3.2. Aspectos da terceirização que “escraviza, humilha e divide” no Brasil (pós-70)

De acordo com o DIEESE (2007), no Brasil o processo de terceirização¹⁴² da produção e da prestação de serviços, desenvolveu-se como parte do rearranjo produtivo em meio ao processo iniciado na década de 70 do século XX nos países centrais, cujos rebatimentos se intensificaram a partir da década de 1980/1990¹⁴³ no Brasil, prolongando-se até os dias de hoje.

Daí que este processo impôs mudanças importantes na organização da produção e do trabalho e, no caso específico da terceirização, na relação entre empresas, fundamentalmente porque estas relações (moldadas à base da cooperação, parceria e flexibilidade) se dá, na atualidade, pela articulação entre grandes empresas que contratam médios e pequenos fornecedores inúmeros

¹⁴² Segundo o DIEESE (2007, p. 9): “O termo terceirização usado no Brasil não é uma tradução, mas o equivalente ao inglês *outsourcing*, cujo significado literal é *fornecimento vindo de fora*. Em português, é possível que terceirizar tenha como origem a ideia de um trabalho realizado por terceiros, no sentido amplo em que se usa a expressão como referência a algo feito por outros”.

¹⁴³ Como assinala Ponte (2003, p. 13): “Podemos identificar práticas de terceirização no Brasil que datam do século XIX, como era o caso do trabalho negro pós-alforria (nas lavouras, ao limpar terrenos), ou mesmo no caso de trabalhos domésticos. No entanto, importa para a nossa análise, acerca da intensificação da terceirização no Brasil, o contexto a partir dos anos noventa, uma vez que se tornou prática recorrente nas empresas a partir desse período. A terceirização, que antes atingia somente áreas periféricas nas empresas, agora avança também nas áreas centrais. Empiricamente é fácil detectar departamentos inteiros sendo terceirizados nas mais diferentes empresas, principalmente na área contábil, de informática e nas áreas jurídicas”.

serviços de suma importância para a sobrevivência das (mega) empresa. No caso específico da terceirização no Brasil,

No final dos anos 80¹⁴⁴ e início da década de 90, o Brasil passou por uma série de mudanças institucionais e estruturais. De um lado, a Constituição de 1988 estabeleceu um novo marco institucional; de outro, o esgotamento do processo de substituição de importações e a intensificação do fenômeno da globalização impulsionou a abertura da economia ao exterior, realizada de forma abrupta e dissociada de políticas industrial e agrícola (DIEESE, 2007, p. 8).

Para Macedo (2004), no pós-guerra, o Brasil teve o crescimento econômico lastreado num projeto de substituição de importações, esse projeto foi aprofundado e levado a seus limites no correr da década de 70 e, como consequências, o Brasil enfrentou na década de 1980 (“década perdida”)¹⁴⁵, “[...] a recessão que se lhe abateu ao findar o regime militar” (MACEDO, 2004, p. 501).

O crescimento econômico extremamente limitado do ponto de vista de sua abrangência social experimentado desde os anos 50, em particular sob a ditadura, no entanto, como era de se esperar, foi incapaz de reduzir as taxas de desemprego. Ao contrário, em meio ao desemprego, foi implantada uma política salarial austera e adversa para os trabalhadores, que não lhes repassava os ganhos de produtividade como sucedera, de forma bastante relativa, com seus irmãos europeus e norte-americanos, protegidos então por políticas sociais — *Welfare State* (MACEDO, 2004, p. 501).

Este modelo excludente e concentrador foi uma alternativa viável na ótica das elites dominantes, e deixou como herança, além de uma massa de desempregados, “[...] uma enorme dívida externa, a qual, e *pour cause*, viria a se transformar no

¹⁴⁴ Apesar de ser combatida pelo movimento sindicalista, a terceirização foi implementada no Brasil sem que houvesse regulamentação (A única regra vigente é a súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho-TST que, entre outras definições, estabelece que a atividade-fim de uma empresa não pode ser terceirizada, apenas as atividades-meio) (TVT, 26/07/2011). Disponível em:<<http://www.tvt.org.br/blog/a-luta-contra-a-terceirizacao>>. Acesso em: 09/06/2013.

¹⁴⁵ Para Alves (2013) “A década de 1980, mesmo com a ascensão do sindicalismo e dos movimentos sociais e políticos de oposição à ditadura civil-militar, foi considerada a ‘década perdida’ tendo em vista a estagnação da economia brasileira e os impasses políticos para a construção de um projeto de desenvolvimento burguês capaz de nos integrar à mundialização do capital em curso nos centros dinâmicos do sistema capitalista. Foi a derrota eleitoral (e política) das esquerdas nas primeiras eleições para Presidente da República no Brasil desde 1960 que abriu um campo de possibilidades para a constituição do novo projeto burguês capaz de integrar o país ao bloco histórico hegemônico do capitalismo global” Disponível em:<<http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precariozacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>>. Acesso em: 05/05/2013.

fundamento e na razão de todas as mudanças a que o Brasil assistiria a partir do início dos anos 90” (Idem, *ibidem*). A solução para os problemas que se avolumavam, principalmente o do endividamento crescente, o mesmo que lhe havia permitido a construção de uma estrutura produtiva preferencialmente voltada para o mercado interno, viria sob a forma

[...] de “condicionalidades”, as quais se constituíam, basicamente, na aceitação, por nossos governantes, das propostas de saídas engendradas pelos países desenvolvidos como remédio para sua própria crise. O capitalismo atual não só é regido por um número limitado de nações como é controlado por um punhado de corporações que operam além dos limites de seus países de origem. Essa transnacionalidade característica dessas empresas é viabilizada, oficialmente, por meio dos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, principalmente, cujo fim é representar internacionalmente seus interesses, transformando-os em políticas e programas oficiais elaborados consensualmente. Vulnerável e premido em sua qualidade de país devedor, o Brasil veio a ceder aos interesses dominantes, aceitando o receituário do chamado Consenso de Washington, assim rotulado (MACEDO, 2004, p. 501).

Enquanto país devedor e, portanto, subordinado em sua condição de país periférico, o Brasil teve que ceder aos interesses dominantes, acatando o receituário do chamado Consenso de Washington,

[...] para dar conta do conjunto de políticas e reformas propostas pelos organismos multilaterais na negociação das dívidas externas dos países em desenvolvimento e que passam a ser chamados a partir dos anos 90 — dentro do espírito do novo consenso — de “mercados emergentes” (FIORI, 1999, p. 36 *apud* MACEDO, 2004, p. 502).

A emergência dessa nova configuração, no que se refere ao tema em vista, demandou uma reordenação das economias dependentes, a do Brasil em particular, à custa da reestruturação do seu parque produtivo, de modo a criar as condições necessárias na tentativa de superação da crise originada nos países desenvolvidos. Para Mattoso (1999), este processo foi intensificado ao longo do governo de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), momento em que “[...] o saldo entre a destruição e a criação de empresas, setores, produtos e empregos tem sido claramente favorável à primeira, resultando em uma desestruturação produtiva”

(MATTOSO, 1999, p. 7). Esse processo se prolongou na década de 1990 com a administração de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 a 2002), quando foram criados:

[...] variados planos econômicos que buscavam solucionar os problemas advindos da delicada situação econômica na qual se encontrava o país. Dentre esses planos se destaca o Plano Collor I, responsável pela política de congelamento de preços e, principalmente, pelo processo de liberalização do comércio exterior (Gremaud et al., 1996). Esse último levou as empresas brasileiras a se reestruturarem para poder competir em pé de igualdade com as estrangeiras. Dentre as estratégias de reestruturação adotadas, menciona-se: a especialização, a reorganização interna dessas empresas, de modo a reduzir custos com ganhos de produtividade e qualidade, e a expansão dos processos de fusão e aquisição de empresas (Giambiagi e Moreira, org. 1999). Além do Plano Collor I (e posteriormente, do Plano Collor II), é implantado no país o Plano Real, que conseguiu eliminar a inflação, que naquela época atingia níveis alarmantes, sem a necessidade de congelar preços e salários, beneficiando principalmente os trabalhadores de baixa renda nos setores de serviços pessoais e sociais (Neri, 2006). Contudo, de maneira concomitante, o Brasil vivenciava uma piora das contas públicas, que ocasionou o agravamento da dívida interna do setor público, a deterioração da balança comercial e da conta de serviços (Giambiagi e Moreira, org. 1999, p. 26-28) (BONIFÁCIO; QUEIROZ, 2010, p. 2).

Foi nos anos 90 que se iniciou o processo ofensivo de liberalização e desregulamentação da economia brasileira, seguindo a “cartilha” do Consenso de Washington¹⁴⁶. Uma verdadeira reforma do Estado¹⁴⁷ passou a ser a “[...] grande

¹⁴⁶ As medidas neoliberais visadas pelo Consenso de Washington podem ser resumidas da seguinte maneira: 1) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3) Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) Taxa de câmbio competitiva; 6) Liberalização do comércio exterior, com redução das alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; 7) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento externo estrangeiro; 8. Privatização, com a venda de empresas estatais; 9) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10) propriedade intelectual” (NEGRÃO, 1998). Disponível em: <www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf . > Acesso em: 20/12/2012.

¹⁴⁷ Conforme Bresser Pereira, a “Reforma do Estado” se caracterizou por: “(a) um problema econômico-político – a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial – a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo – a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político – o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 7).

tarefa política dos anos 90” (BRESSER PEREIRA, 1997, p.7). Dentro do aparato das reformas estava, segundo este autor, a restrição do tamanho do Estado, o que indicava a necessidade de “enxugar” os excessos da chamada “máquina pública”. As reformas deveriam envolver um conjunto de privatizações e terceirizações de serviços.

Foi sob a administração de FHC que as medidas de cunho político-econômico (neoliberais, já em vigor desde o Governo Collor), articuladas às medidas de flexibilização/terceirização e precarização do trabalho, assim como as reformas no Estado: (privatizações, desregulamentação e desnacionalização), apareceram de modo intensificado no Brasil. Esse rol de mudanças foi a tentativa de salvar a economia brasileira debilitada e assolada pela inflação, pela dívida externa e pelo desemprego.

Na década de noventa a economia brasileira vivenciou um período turbulento, como ressaltam Bonifácio; Queiroz:

[...] inflação elevada, crises econômicas, déficit público e dívida externa, enfim, por diversos aspectos que não eram favoráveis ao desenvolvimento do país. Nesse momento que se dissemina a prática da terceirização como uma alternativa das empresas de se manterem no mercado, já que elas não podiam ficar à mercê da situação do país e precisavam se reestruturar para conseguir competir com as empresas estrangeiras no mercado mundial. A terceirização, por conseguinte, foi a alternativa implantada pelas empresas para reduzir seus custos e investir nas suas atividades principais, garantindo-lhes maior competitividade no mercado (Silva, 1997, p. 55). Todavia, embora a terceirização propiciasse a sobrevivência das empresas através da reestruturação, ela acabou agravando o problema do desemprego no país, já que através dela houve redução do volume de empregos (Coutinho et al., apud Posthuma, org., 1998; Cacciamali, 1999). É importante lembrar, contudo, que o próprio mercado de trabalho na época não era muito favorável aos trabalhadores. E ainda, o setor de serviços, no qual se encontra boa parte das empresas terceirizadas (Kon, 1997; Amadeo, Scandiuzzi e Pero, 1994; Silva, 1997) foi a opção de muitos trabalhadores ao desemprego (BONIFÁCIO; QUEIROZ, 2010, p. 3).

Nesta medida, a forma de reagir das empresas, dada a menor competitividade diante dos concorrentes externos, foi acelerar o processo de terceirização de atividades, abandonando determinadas linhas de produtos, fechando unidades, racionalizando a produção, importando máquinas e

equipamentos, buscando parcerias, fusões ou transferências de controle acionário e reduzindo custos, sobretudo de mão-de-obra (MATTOSSO, 1999, p. 30).

Em virtude desse processo, as denominadas políticas de ajuste, cujo mote tem sido a crescente reorganização dos sistemas industriais e produtivos, em que a utilização da terceirização do trabalho é parte constitutiva, por ser um instrumento de tático correspondente às alterações no sistema produtivo do capital. Ainda mais porque este instrumento favorece a extração de valor “nas bordas” deste “novo” formato produtivo.

De acordo com o DIEESE (2007, p. 9), neste período adotaram-se medidas que “[...] visavam estimular a competitividade dos produtos brasileiros para enfrentar as novas condições impostas pelos mercados nacional e internacional”. Nesse sentido, foi posto em prática: o incentivo à reestruturação produtiva; a privatização de várias empresas públicas; a desregulamentação das relações de trabalho; a legislação antitruste e as novas leis de proteção ao consumidor; a liberalização comercial e as novas regras para investimentos diretos.

No cenário de crise e de desafios impostos pela abertura da economia brasileira e pela globalização, as empresas pretendiam, antes de tudo, garantir seu lugar nos mercados nacional e internacional. Por esse motivo, as empresas brasileiras definiram estratégias que lhes permitiram ganhos de produtividade e diferenciais de competitividade. Algumas delas optaram pela redução de custos por meio do enxugamento dos quadros funcionais das empresas e da precarização das relações de trabalho. Outras escolheram focalizar os esforços em seu produto final, terceirizando as chamadas atividades meio¹⁴⁸. Outras, ainda, combinaram essas duas estratégias (DIEESE, 2007, p. 12).

Paralelo a isso, o processo de privatizações, fusões e aquisições (re) configuraram o setor empresarial brasileiro. O resultado foi o estabelecimento de novos padrões de concorrência e de exigências inéditas para as empresas do país. Não obstante, esse processo exige a imposição de agilidade e flexibilidade no processo produtivo de bens e serviços que implica na adoção de inovações tecnológicas, organizacionais e novas territorialidades.

¹⁴⁸ Atividade-meio é aquela que faz parte do processo de apoio à produção do bem ou do serviço que é a razão de ser da empresa. Por exemplo, a limpeza da fábrica em uma montadora de veículos. As atividades-meio podem ser executadas pela própria empresa ou podem estar terceirizadas (DIEESE, 2007, p. 6-7).

Para o Dieese (2007, p. 13), “O grande volume de investimentos necessários” à disputa pela “[...] liderança tecnológica de produtos e processos” permite tão-somente que apenas um conjunto restrito de gigantescas empresas mundiais assumam o papel de líderes das principais cadeias de produção nos diferentes países. Em virtude desse modelo de funcionamento da economia global:

[...] as pequenas e médias empresas conseguem manter seus espaços e importância quase sempre por meio de processos de terceirização, franquias e subcontratações, estando subordinadas a decisões estratégicas de empresas transnacionais e integradas as suas cadeias produtivas. Entretanto, o fornecedor, ou a empresa contratada de uma grande empresa, tanto pode ser uma pequena ou média empresa, como uma grande corporação, dependendo dos preços relativos e da qualidade do produto oferecido (DIEESE, 2007, p. 13).

Nesses termos, para o empresariado, a terceirização se justifica racionalmente, pois:

- 1) é procedimento necessário para o sucesso das inovações organizacionais e gerenciais pretendidas;
- 2) o processo permite concentrar esforços no que é definido como vantagem competitiva, transferindo o conjunto de atividades que não correspondem ao seu core business, sejam elas de apoio, ou mesmo de produção, para outras empresas;
- 3) redução de custos ou transformação de custos fixos em custos variáveis;
- 4) simplificação dos processos produtivos e administrativos;
- 5) a empresa terceira sempre encontra soluções mais criativas e menos onerosas para a produção, o que elimina parte do desperdício e do comodismo que, segundo os próprios empresários, é característico das grandes empresas-mãe (DIEESE, 2007, p. 10-11).

É preciso ressaltar ainda que, enquanto fenômeno mundial, o processo de terceirização tem um caráter genérico, ou seja, as formas que a terceirização assume no mundo se assemelham em diferentes países, na medida em que terceirizar faz do rol de mudanças que está amparado no processo de mundialização, que significa a imposição mais ou menos padronizada de um modelo

de desenvolvimento econômico pautados pelos ditames de um pequeno grupo de empresas transnacionais, o tom dos processos de produção contemporâneos (DIEESE, 2007, p. 13).

No entanto, apesar disso, a terceirização apresenta, em cada país/região, feições próprias que dependem de fatores (estruturais e conjunturais) históricos, culturais, econômicos, políticos, nacionais, internacionais e outros, considerados individual ou conjuntamente (DRUCK, 1999). A este propósito:

[...] o tratamento que cada país dá aos problemas que a terceirização impõe aos trabalhadores varia tanto em função do tempo quanto do local. É muito diferente, por exemplo, a maneira como a Finlândia e os Estados Unidos tratam direitos e conquistas trabalhistas ao longo de processos de terceirização. Algumas vezes, os aspectos considerados são até os mesmos. Mas, se tratados com concepções, intenções ou ênfases distintas, os resultados para os trabalhadores poderão variar muito (DIEESE, 2007, p. 13).

Ainda conforme o DIEESE (2007), no caso específico do Brasil, a terceirização tem como uma das características constitutivas as possibilidades otimizar/maximizar os lucros empresariais e, por conseguinte, dar fôlego às empresas no que tange à competitividade. No entanto, para o DIEESE, em nosso país o “carro-chefe” da terceirização continua sendo a redução dos custos “[...] de produção por meio de sua transformação em custos variáveis é tão expressiva que, em grande parte dos processos, acaba se transformando - ou transparece ser - o principal objetivo da terceirização” (DIEESE, 2007). Tendo em vista esse ponto de referência, o DIEESE aponta alguns fatores que levam os empresários à corrida pela terceirização:

- 1) maior eficiência, com a adequação da relação volume produzido X retorno obtido em cada fase do processo produtivo, de forma a atingir o volume de produção ideal em cada etapa, e terceirizando as etapas que não atingem a escala mínima;
- 2) atingir outros clientes potenciais do mercado e não se restringir a atender os processos internos à empresa, através de “unidades focalizadas”, que se dedicam ao desempenho de uma atividade exclusiva;
- 3) facilitar a gestão empresarial, reduzindo quantidade e diversidade das atividades para organização da produção;
- 4) fôlego para sobreviver às crises, dadas a facilidade e a rapidez para o cancelamento dos serviços terceirizados, em contraposição à dificuldade e morosidade em se desfazer de ativos;
- 5) diminuir gastos por meio de parcerias de

desenvolvimento tecnológico entre empresas contratantes e fornecedoras; 6) enfraquecer a organização dos trabalhadores, através da pulverização das atividades em diversas empresas de menor tamanho, o que dificulta a capacidade de mobilização e facilita o controle dos movimentos; 7) burlar conquistas sindicais através da terceirização de atividades, de forma a fragmentar a organização e representação dos trabalhadores e diversificar a negociação e abrangência de direitos (DIEESE, 2007, p. 14).

Em termos de resultados da terceirização para as empresas, temos: 1) diminuição do desperdício; 2) melhor qualidade; 3) maior controle de qualidade; 4) aumento de produtividade; 5) melhor administração do tempo da empresa; 6) agilização de decisões; 7) otimização de serviços; 8) liberação da criatividade; 9) redução do quadro direto de empregados; 10) um novo relacionamento sindical; 11) desmobilização dos trabalhadores para reivindicações; 12) desmobilização para greves; 13) eliminação das ações sindicais; 14) eliminação das ações trabalhistas (DIEESE, 2007, p.14).

Com relação às atividades ou setores nos quais as empresas conseguem cortar ou diminuir gastos com a terceirização, o DIEESE (2007, p.15) expõe o seguinte quadro: 1) investimentos em instalações; 2) manutenção das instalações; 3) água, energia e telefone; 4) investimentos em equipamentos e softwares; 5) manutenção e calibragem de equipamentos; 6) substituição e upgrade de equipamentos; 7) aquisição, armazenamento e controle de insumos; 8) problemas com fornecedores diversos; 9) seguros; 10) administração burocrática da atividade; 11) seleção, contratação e demissão de pessoal; 12) encargos trabalhistas; 13) treinamento de pessoal; 14) férias, faltas, doenças e licenças de pessoal, 13º salário; 15) gratificações e horas extras; 16) problemas sindicais, negociações, greves; 17) problemas judiciais com pessoal.

Esses são os “pormenores” que envolvem o “[...] processo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados e as transfere para outra empresa” (DIEESE, 2007, p. 5). Não obstante, nesse processo, fundem-se a “empresa-mãe ou contratante” e a empresa que executa/fornece a atividade, isto é, a “empresa terceira ou contratada”, a terceirizada/subcontratada.

Cabe lembrar que o processo de terceirização ocorre sempre dentro de uma estrutura hierárquica, fundamentalmente, entre duas empresas, isto é, a “situação de

terceirização” entre uma “empresa-mãe” e em uma “empresa terceira” é determinada por uma relação específica entre elas. Por esse motivo, “[...] uma ‘empresa-mãe’, em um processo de terceirização, pode ser ‘empresa terceira’ em outro processo e vice-versa” (DIEESE, 2007, p. 5).

Essa articulação se dá, conforme o DIEESE, por meio de duas características não excludentes. Na primeira, a empresa deixa de produzir bens ou serviços utilizados em sua produção e passa a comprá-los de outra - ou outras empresas - o que provoca a desativação – parcial ou total – de setores que anteriormente funcionavam no interior da empresa. A outra forma é a contratação de uma ou mais empresas para executar, dentro da “empresa-mãe”¹⁴⁹, tarefas anteriormente realizadas por trabalhadores contratados diretamente. Essa segunda forma de terceirização pode referir-se tanto à atividades-fim¹⁵⁰ como à atividades-meio.

Não obstante, em verdade, como aponta Lima (2000, p. 5-6):

[...] o par atividade-fim/atividade-meio nada mais é do que uma ficção jurídica, útil para vencer resistências sociais fortemente enraizadas na ideia de que uma empresa se organiza com o fim de produzir algum bem ou serviço definido, um valor de uso, (ficção já caracterizada na razão social de qualquer empresa). O critério da terceirização socialmente aceitável passaria, desta forma, a ser técnico e não mais econômico e social, ficção que se mantém apesar de ser desmentida reiteradamente pela prática social.

Ora, do ponto de vista econômico, as empresas procuram ampliar seus lucros, em menor grau pelo crescimento da “[...] produtividade, pelo desenvolvimento de produtos com maior valor agregado, com maior tecnologia ou ainda devido à especialização dos serviços ou produção” (DIEESE, 2011, p. 4). No entanto, a estratégia central, que consiste em maximizar lucros e reduzir preços, só é possível através de processos que ocorrem com frequência no trabalho terceirizado, isto é, redução e/ou pagamento de baixos salários se em comparação aos trabalhadores diretos, altas jornadas de trabalho e pouco ou nenhum investimento em melhoria das condições de trabalho.

¹⁴⁹ Empresa-mãe ou empresa contratante é aquela que contrata de outra empresa a produção de um bem ou a prestação de um serviço. Empresa terceira ou empresa contratada é aquela que fabrica o componente ou presta o serviço para a empresa-mãe.

¹⁵⁰ Atividade-fim é aquela que faz parte do processo específico de produção do bem ou do serviço que é a razão de ser da empresa. Por exemplo, a produção dos motores destinados a veículos produzidos em uma montadora de veículos. As atividades-fim podem ser executadas pela própria empresa ou podem ser terceirizadas (DIEESE, 2007, p. 6).

Do ponto de vista social, para a grande maioria dos trabalhadores, a terceirização significa a perda dos direitos, além do desrespeito a que são submetidos, cuja comprovação se torna evidente considerando os relatos aos sindicatos. Nesse caso, como demonstra o DIEESE, as estatísticas disponíveis descrevem de forma contundente que o processo de terceirização rebate diretamente sobre os direitos dos trabalhadores de forma negativa, criando assim a figura de um “cidadão de segunda classe”, por que:

[...] a grande maioria dos direitos dos trabalhadores é desrespeitada, criando a figura de um “cidadão de segunda classe” com destaque para as questões relacionadas à vida dos trabalhadores(as), aos golpes das empresas que fecham do dia para a noite e não pagam as verbas rescisórias aos seus trabalhadores empregados e às altas e extenuantes jornadas de trabalho (DIEESE, 2011, p. 4).

Dessa forma, nos aspectos expostos pelo DIEESE com relação às especificidades do processo de terceirização no Brasil, permanece o fato de que as empresas tendem a cortar custos e gastos por meio do “enxugamento” de suas atividades. Para tanto, a eliminação de postos de trabalho, fundamentalmente dos chamados trabalhos próprios ou diretos, junto com a superexploração¹⁵¹, precisam ser “compensados” mediante o alargamento (dentro de certos limites) da esfera terceirizada.

Em se tratando da superexploração do trabalho (facilitada pela subcontratação, trabalho *part-time*, pecarizado) em países latino-americanos (Brasil,

¹⁵¹ De acordo com Rui Mauro Marini (1973), o conceito da superexploração do trabalho é categoria chave para entender o padrão de acumulação e de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema mundial. Conforme Santana; Balanco (2012, p. 5), Marini “[...] esboça uma teorização do conceito de superexploração do trabalho na qual destaca, basicamente, três modalidades de apropriação do tempo de trabalho excedente por parte dos capitalistas, que podem ocorrer pela via da redução do preço da força de trabalho abaixo de seu valor: 1) o prolongamento da jornada de trabalho; 2) o aumento da intensidade do trabalho e 3) a conversão do fundo de consumo necessário do operário em fundo de acumulação do capital. A conjugação de uma ou mais dessas modalidades tornaria o salário (preço da força de trabalho) insuficiente para compensar um processo de trabalho que exija um desgaste físico e mental além do normal, o que implica a violação da lei do valor da força de trabalho e a reprodução atrofiada da mesma. Neste caso, o capital, ao encurtar o tempo de vida útil e de vida total do trabalhador, apropria-se, no presente, dos anos futuros de trabalho. Além disso, com a chegada industrialização tardia, a introdução de tecnologia é acompanhada de um acelerado desgaste da força de trabalho empregada (formas de superexploração), o que permite ao capital extrair uma maior produção dos trabalhadores já em função. Por conseguinte, o capital mostra uma capacidade ainda menor de empregar mais mão de obra, o que faz com que o exército ativo cresça num ritmo mais lento relativamente à rápida expansão do exército de reserva sob a forma de desemprego aberto ou oculto” (SANTANA; BALANCO, 2012, p. 12). Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_/i1-55823cf6f0ae6e03037d329353cc4a6f.pdf>. Acesso em: 20/08/2013

Argentina, México, etc.), como é o caso do Brasil, tem sido desde muito tempo uma das chaves para a obtenção de lucros exorbitantes, mas também como um elemento-chave na compreensão da subalternidade e das condições desvantajosas para estes países e suas devidas forças de trabalho (MARINI, 2000).

No caso da terceirização, certas empresas mantêm uma pequena quantidade de trabalhadores fixos com contrato de trabalho direto nas atividades-fim da produção. Além disso, certas ocupações passam por uma diversificação intensiva nos contratos de trabalho, o que, por conseguinte, contribui para a ampliação das relações precárias de trabalho, demonstrando assim a problemática da terceirização.

Não obstante, o resultado da terceirização tem reforçado mecanismos de precarização constitutivos da relação capital x trabalho. O que não deixa de ser problemático, haja vista o fato que, segundo a pesquisa da SINDEPRESTEM (Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros) e ASSERTTEM (Associação Brasileira das Empresas de Serviços Terceirizáveis e de Trabalho Temporário) de 2010/2011,

[...] o número de empregados terceirizados no Brasil chega a 10,5 milhões – o equivalente a 2,6% das ocupações terceirizadas do mundo. Conforme os dados levantados, o total apresentado corresponde ainda a 23,9% dos empregados com carteira assinada do País – número atualmente estimado em 44 milhões de trabalhadores. Já na avaliação setorial, o segmento de trabalho temporário foi o que mais se destacou, sendo responsável por 72,5% da prestação de serviços especializados do País (LABOR, 2012, s/d)¹⁵².

A economia brasileira, mesmo tendo iniciado um lento processo de recuperação a partir dos anos 2000, com taxas de crescimento positivas, segundo o DIEESE (2007, p. 16) é caracterizada pela “[...] difusão generalizada da terceirização da mão-de-obra”.

Alguns dados organizados pela CUT/DIEESE em 2011 demonstram as proporções do processo de terceirização no Brasil.

¹⁵² Disponível em: < <http://www.labor.com.br/noticias/trabalho-numero-de-terceirizados-chega-a-105-milhoes-diz-sindeprestem/>>. Acesso em: 10/07/2012.

Na tabela 1, por exemplo, é possível observar que os trabalhadores terceirizados, até aquele período, perfaziam cerca de 25,5% do mercado formal de trabalho. Com destaque para a parte considerável dos trabalhadores terceiros alocados na informalidade e que, portanto, podem representar números subestimados.

Tabela 1 Distribuição dos trabalhadores em setores tipicamente terceirizados e tipicamente contratantes no Brasil em 2010.

Setores	Número de trabalhadores	%
Setores tipicamente terceirizados	10.865.297 25,50	25,50
Setores tipicamente contratantes	31.740.392 74,50	74,50
Total	42.605 42.605.689	100,00

Fonte: Relatório de Pesquisa, IOS, 2011.

Org: CUT/DIEESE, 2011.

Como é possível observar na tabela 2, o número dos chamados “Assalariados contratados em serviços terceirizados” apresentou um substancial aumento em uma década, enquanto o grupo denominado “Autônomos que trabalham para uma empresa”, apresentou queda de cerca de 10 pontos percentuais.

Tabela 2 Distribuição dos subcontratados, segundo forma de inserção ocupacional - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 1999 e 2009

Forma de Inserção Ocupacional	Total (1)	
	1999	2009
Emprego subcontratado	100,0	100,0
Assalariados Contratados em Serviços Terceirizados	37,3	47,9
Autônomos que Trabalham para uma Empresa	62,7	52,1

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE. (1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e o Distrito Federal.

Como podemos observar na tabela 3, se os três indicadores relacionados às condições de trabalho, a estratégia de maximização dos lucros via terceirização provoca a intensificação da precarização do trabalho.

Tabela 3 Condições de trabalho e terceirização no Brasil em 2011

Condições de trabalho	Setores tipicamente Contratantes	Setores tipicamente Terceirizados	Diferença Terceirizados/ Contratante
Remuneração de dezembro (R\$)	1.824,2	1.329,4	-27,1
Tempo de emprego (anos)	5,8	2,6	-55,5
Jornada semanal contratada (horas)	40h	43h	7,1

Fonte: Rais – Relação Anual de Informações Sociais, 2010. Elaboração DIEESE/CUT Nacional, 2011.

Org: CUT/DIEESE, 2011.

Com relação à remuneração, em dezembro de 2010 foi de menos 27,1% para os trabalhadores terceirizados. Cruzando os dados com a tabela 4 da pesquisa realizada pela CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), que demonstra uma concentração nas faixas de 1 a 2 salários mínimos e de 3 a 4 salários mínimos, é perceptível como a precarização é reforçada. Não obstante, os trabalhadores diretos estão bem mais distribuídos nas diversas faixas salariais.

Com relação ao tempo de emprego nota-se uma discrepância ainda maior entre os terceirizados e os diretos. Enquanto para os trabalhadores diretos o período é de 5,8 anos, em média, para os terceirizados a média é de 2,6 anos. Portanto, é notável a rotatividade dos terceirizados, 44,9% contra 22% dos diretamente contratados. Sob este aspecto, de acordo com o DIEESE (2011, p. 7), o trabalhador terceirizado sofre uma série de consequências, pois este precisa alternar “[...] períodos de trabalho e períodos de desemprego resultando na falta de condições para organizar e planejar sua vida, inclusive para projetos pessoais como formação profissional” (idem, ibidem). Ao mesmo tempo, esse fator tem rebatimento sobre o FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador) porque a alta rotatividade pressiona para cima os custos com o seguro desemprego.

Em se tratando da jornada de trabalho contratada, podemos notar que esse grupo de trabalhadores realiza uma jornada de 3 horas a mais semanalmente, isso sem levar em conta as horas extras ou banco de horas realizadas, que, segundo o DIEESE (2011), não são objeto do levantamento realizado pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

Dessa forma, se a jornada dos trabalhadores terceirizados fosse idêntica à jornada de trabalho daqueles contratados diretamente, seriam criadas, segundo o DIEESE, cerca de 801.383 vagas de trabalho a mais (novamente, sem considerar a hora extra, banco de horas e o ritmo de trabalho, os quais são prática comum e muito mais intensa entre as empresas terceirizadas).

Tabela 4 Distribuição percentual dos trabalhadores diretos e terceirizados por faixa salarial no Brasil em 2010.

Faixa Salarial	Terceiros	Diretos
De 1 a 2 salários mínimos (de R\$546,00 a 1.090,00)	48%	29%
De 2 a 3 salários mínimos (de R\$1.091,00 a R\$1.635,00)	36%	23%
De 3 a 4 salários mínimos (de R\$ 1.636,00 a R\$2.180,00)	12%	13%
De 4 a 6 salários mínimos (de R\$2.181,00 a R\$3.270,00)	4	17%
Acima de 6 a 8 salários mínimos (de R\$3.271,00 a R\$4.360,00)	0	10%
Acima de 8 salários mínimos (acima de R\$4.361,00)	0	8%
Total	100%	100%

Fonte: Rais, 2010. Elaboração DIEESE/CUT Nacional, 2011.
Org: CUT/DIEESE, 2011.

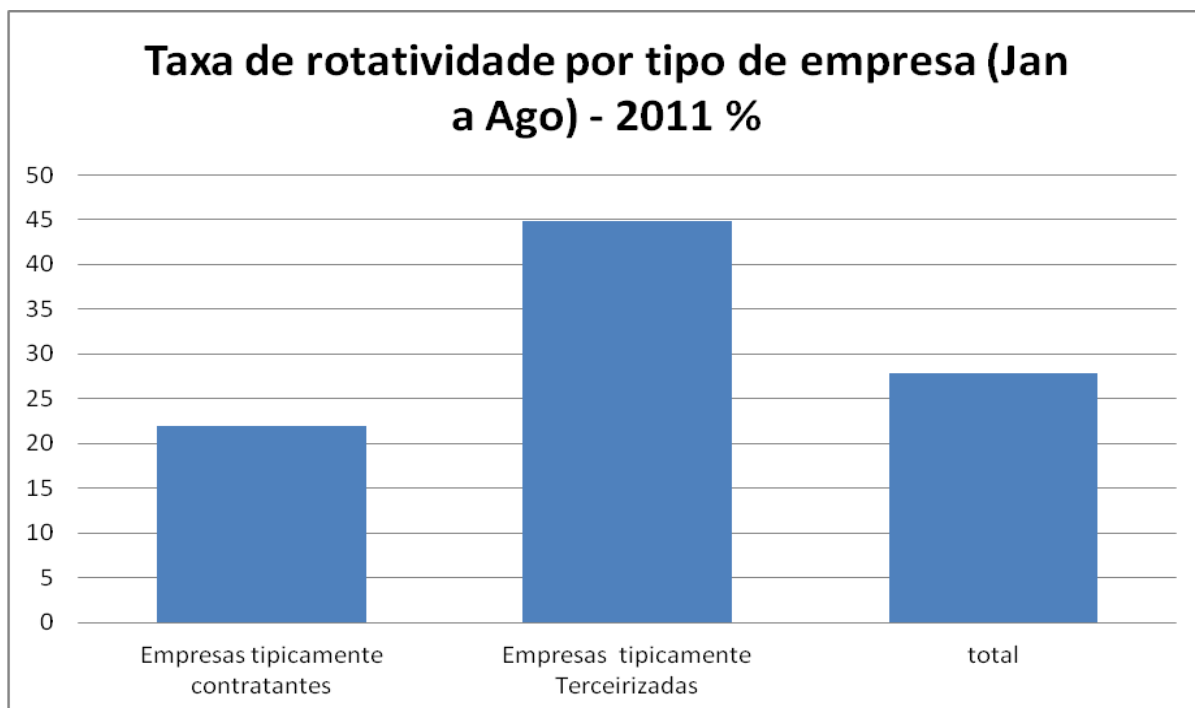


Figura 1 - Taxa de rotatividade por tipo de empresa - 2011

Fonte: Rais, 2010.

Org: DIEESE/CUT Nacional, 2011.

Com relação aos ataques aos direitos dos trabalhadores pelo processo de terceirização, a que destacamos ainda os chamados direitos previstos nos Acordos e Convenções Coletivas. Na tabela 5, podemos observar essa diferença entre os direitos dos trabalhadores diretos e os terceirizados na Petrobras.

Tabela 5 Comparativo de direitos na Petrobrás entre trabalhadores diretos e terceiros no Brasil em 2011.

Direitos	Diretos	Terceira
Formação acadêmica	Superior completo	Superior completo
Exigências da função	Prestou concurso para nível médio	Nível médio
Salário médio	R\$ 2.800,00	R\$ 1.300,00
Auxílio refeição	R\$ 600,00	R\$ 291,00
PLR¹⁵³	R\$ 17.000,00	Não tem
Horas extras	100- 150%	Segue a lei (50% - 100%) (recebe atrasado)
Transporte de Funcionário	paga 6% (recebe antecipado)	Funcionário paga 6%
Auxílio educação	Dependentes e após 28 anos se for solteiro	Não tem

Fonte: Relatório de Pesquisa, IOS, 2011.

Org: CUT/DIEESE, 2011.

Os dados gerais e preliminares indicam que o processo de terceirização tem ocorrido de maneira relativamente contínua e abrangente nos mais diversos setores (públicos e privados) da economia brasileira. De acordo com Druck (2011, p. 13), nos anos 2000, “apesar da conjuntura econômica internacional favorável e de retomada do crescimento para todos os setores, não se altera o movimento da terceirização, que continua a crescer em todas as atividades”. Além disso, para a autora essa “epidemia” da terceirização está frequentemente ligada à precarização do trabalho, ou seja, a terceirização é também, em suas múltiplas expressões, um aspecto do processo de precarização social do trabalho. É sobre alguns aspectos deste processo de precarização, com foco no trabalho terceirizado, que tratamos no próximo item.

3.3. Toyotismo, terceirização e resistência

¹⁵³ Participação nos Lucros e Resultado (PLR), também conhecido por Programa de Participação nos Resultados (PPR), está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. Ela funciona como um bônus, que é ofertado pelo empregador e negociado com uma comissão de trabalhadores da empresa.

Para Druck (1999), o processo de intensificação da expansão da terceirização é parte do processo de reestruturação produtiva e, mais precisamente, um “subproduto” do toyotismo, mecanismo de organização produtiva cuja gênese se deu nas empresas do Japão na década de 1960.

Por sua vez, Pochmann (2007), indica que, no processo de terceirização, via toyotismo, as atividades e ocupações da mão-de-obra tornaram-se um novo imperativo do novo padrão de produção. Para o autor, a influência e aplicação do modelo japonês em certas empresas brasileiras têm permitido que obtenham altos lucros, com ampliação significativa de produtividade.

O autor cita o exemplo da Toyota, em 1980, quando, ao adotar as formas de gestão toyotistas, conseguiu obter uma produção de 69 carros por trabalhador, enquanto a General Motors, que ainda permanecia presa ao modelo anterior (fordista), somente alcançava 9 carros por trabalhador. Essa comparação entre a discrepância da produção entre as duas empresas (um diferencial de quase 8 vezes) estava, segundo Pochmann (2007), diretamente vinculado ao processo de terceirização (sistema de subcontratação de atividades especializadas). Ou seja, ao aliar as formas de gestão ao trabalhador terceirizado, a Toyota conseguiu produzir “mais automóveis com menos empregados diretamente contratados, embora dispusesse de uma rede com mais de 150 empreendimentos associados a trabalhadores indiretamente contratados” (POCHMANN, 2007, p. 9).

Na medida em que o processo de reestruturação produtiva calcado nas técnicas toyotistas parece se “mesclar” ao trabalho terceirizado, ou melhor, os dois processos, quando é vantajoso ao capital, caminham em paralelo, por serem ambos expressões de um mesmo processo que atende às exigências do capital em crise. Desta maneira, se por um lado, estes processos, quando aliados, favorecem as relações interempresas, na medida em que as empresas menores, no caso as subcontratadas, “[...] fornecem todo tipo de produtos as empresas contratantes, tais como insumos, intermediários, embalagens, força de trabalho” (MARCELINO, 2004, p. 136), por outro, reforçam as medidas de superexploração da força de trabalho, como tem ocorrido com o trabalho terceirizado.

Não obstante, para atender as necessidades de uma economia mundializada é necessário que as grandes empresas façam o que for necessário para acelerar o tempo de giro das mercadorias, impulsionando, assim, o processo de valorização do valor em detrimento da força de trabalho. Como assinala Marcelino (2004, p. 136),

“[...] para atender as demandas das grandes empresas, as subcontratadas são obrigadas a fazer entregas em pouco tempo, aumentando a carga de trabalho dos seus funcionários”. Além disso, aliada a políticas de redução de custo esta inserção cada vez maior de maquinários e equipamentos de última geração (automação e robótica) contribuem na redução dos custos em capital variável, ao mesmo tempo em que potencializa o desemprego e aumento significativo do “exército industrial de reserva”. Devido a isso, é cada vez mais comum a prática das chamadas medidas de *downsizing* ou cortes de “gordura de pessoal”, como demonstrou Chesnais (1996).

Ponte (2005, p. 8) aponta que seria muito difícil a prevalência da terceirização nos moldes fordistas (rígidos) de produção, pois isto implicaria numa forma diferenciada de relação entre capitalistas e classe trabalhadora. Seria, portanto, mais complicado “[...] implementar tais políticas num cenário de certo ‘comprometimento’ e ‘parceria’ existentes entre trabalhadores (sindicatos), grandes empresas e governo como no modelo keynesiano” (PONTE, 2005, p. 8) do tipo fordista, pois, de certa maneira, tal modelo propagava um “Estado do Bem Estar Social” em que o pleno emprego e salários dignos eram pilares de tal política (idem, *ibidem*).

Aqui, o elemento-chave na quebra da rigidez do modelo fordista é a tentativa do enfraquecimento (via flexibilização/toyotista) da luta de classes, pois a hierarquia rígida imposta pelo modelo fordista, além de obstruir o processo de valorização do capital, ancorava-se em uma forte relação entre sindicato e Estado, mas que foi desarticulada por meio de duros golpes neoliberais à classe trabalhadora (ANTUNES, 2002). Nesse tocante, como afirma Ponte (2005, p. 8), coube aos defensores do “[...] projeto neoliberal propagarem a flexibilização das leis trabalhistas, que em outros termos significa retirar direitos e conquistas históricas dos trabalhadores” em função da “competitividade”, visando assim ampliar as taxas de lucros.

Não sem motivos, o discurso hegemônico dos capitalistas (pós-70) no que se refere à terceirização passa a defender a “competitividade/rentabilidade” como uma necessidade imprescindível da inserção das empresas em uma nova ordem imposta pela mundialização do capital, e mais, que essa inserção significaria uma suposta contribuição para a superação das crises econômicas, trazendo para os trabalhadores inúmeros benefícios. Como se as crises e, mais precisamente a crise

estrutural, pudesse ter uma resolução simplesmente reorganizando o sistema produtivo ao invés de suplantá-lo.

Na realidade esse modelo de gestão capitalista pautado nos ditames da acumulação flexível/reestruturação produtiva, via neoliberalismo, tem ocasionado cada vez mais uma remodelagem no mercado de trabalho, de maneira que

O setor de serviços cresceu rapidamente em relação aos setores primário e secundário, os prestadores de serviços (a maioria terceirizados) se multiplicaram. E mais, houve (e há) uma tendência da diminuição do emprego regular em favor de uma crescente onda de trabalho parcial, subcontratações, temporários, estagiários e terceirizados. Com a acumulação flexível fica visível a constituição de dois grupos distintos de trabalhadores dentro das empresas: um grupo central, composto por trabalhadores, em geral, “qualificados”, cujos salários relativamente mais altos e cujas tarefas são as consideradas “fim”, ou seja, estratégicas para as empresas. Do outro lado se compõe um segundo segmento composto pelos trabalhadores “periféricos”, onde residem os trabalhadores sem vínculo empregatício com a empresa e cujos salários¹⁵⁴ são, em geral, baixos e sem garantias de emprego (PONTE, 2005, p. 9).

Pensando a terceirização dentro deste quadro, Alves (2011), indica que, quando aliada ao toyotismo, esta visa racionalizar, sob as novas condições da concorrência e acumulação capitalistas, a exploração da força de trabalho assalariado. Nesse caso, as atividades de terceirização aproximam-se (e vinculam-se) à própria lógica relacionada ao processo de acumulação flexível atual do capital, o qual, por sua vez, impõe e move as terceirizações.

Alves (2000) e Druck (1999) esclarecem que a terceirização é fundamental para garantir os níveis de produtividade e lucratividade alcançados pela produção nos moldes do toyotismo, pois através da união entre atividades terceirizadas e o toyotismo tem sido possível otimizar as escalas produtivas, reduzir significativamente os custos administrativos com a força de trabalho, abrir maiores possibilidades gerenciais sobre os custos e preços (em virtude da diminuição do número de processos e atividades), além da concentração em atividades consideradas pelas empresas como estratégicas¹⁵⁵, ampliando assim consideravelmente as formas de

¹⁵⁴ Dados do Dieese (2007) informam que, no Brasil, para uma mesma atividade profissional, enquanto o efetivado ganha em média R\$ 1.444, o terceirizado recebe, em média, R\$ 799. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 09/05/2013.

¹⁵⁵ Marcelino, apoiada em Alves (2000, p. 207 *apud* MARCELINO, 2004, p. 139) indica que esse “[...] critério de avaliação é bastante elástico porque, por exemplo, a área de logística é estratégica para

controle da gestão da produção, inclusive e, “[...] principalmente, sobre a força de trabalho, de forma a reduzir os potenciais de luta do trabalho assalariado em razão da menor concentração dos trabalhadores” (MARCELINO, 2004, p. 139).

Sob uma perspectiva crítica, Druck (1999) define cinco características essenciais da terceirização:

- 1) é a pratica que mais tem se difundido na atividade industrial e também em outras áreas (serviços, comércio, setor público e outros nesses últimos anos;
- 2) além da rapidez no seu crescimento, detecta-se uma mudança qualitativa fundamental, qual seja: intensifica-se a terceirização não somente nos serviços de apoio, considerados como atividades periféricas (alimentação, transporte, vigilância etc.), mas também atingindo as atividades nucleares/centrais da empresa, como produção e manutenção;
- 3) é o processo que torna mais visíveis as transformações do espaço fabril e da cultura fabril, através de um movimento de desintegração dos coletivos de trabalho;
- 4) as implicações para o mercado de trabalho já começam a ser observadas, agravando as suas características estruturais, como, por exemplo, a segmentação, fragmentação, desorganização, informalização;
- 5) as consequências políticas, nos planos da ação coletiva, principalmente dos sindicatos, têm sido de fragilizar cada vez mais as representações e as práticas sindicais, reforçando as identidades corporativas em prejuízo das identidades de classe, enfraquecendo os laços de solidariedade entre os trabalhadores, estimulando a sua desunião, a sua dispersão e a concorrência entre eles (DRUCK, 1999, p. 128-129).

Dentro dessa perspectiva, como assinala Marcelino (2004, p. 140), “[...] para o capital produtivo, o que justifica a terceirização é a busca por competitividade, a necessidade de inserção na ordem econômica mundial globalizada”. Para que isso ocorra, no entanto, é imprescindível “[...] que as empresas fixem todos seus esforços apenas na atividade principal da sua produção” (idem, ibidem). Seguindo esta lógica, isto é, de que tudo que não é “vocação” da empresa deva ser entregue aos

uma empresa e está entre as atividades para as quais ela poderia dedicar mais atenção se outras forem terceirizadas”.

especialistas, “[...] chega-se a afirmar que a terceirização pode abrir novas portas da economia e de empregos, fazendo com que cresçam as pequenas e médias empresas” (idem, *ibidem*). Exatamente como imagina o senhor Kapaz.

Na verdade, esse discurso presume um controle impossível de se estabelecer no capitalismo: um sistema de parcerias no qual um não busque tirar vantagens sobre o outro. Como toda e qualquer expressão fenomênica do capital, inclusive as do novo padrão produtivo (flexível), a terceirização também é um instrumento que prioriza a mercadoria e não o homem (MARCELINO, 2004).

Outro elemento cuja intenção é dar sustentação ao processo de terceirização nos moldes do toyotismo é o discurso da cooperação e livre iniciativa de organização dos trabalhadores. No entanto, como esclarece Marcelino (2004), na prática esse discurso cai por terra, pois a “[...] ameaça constante de desemprego funciona quase como uma camisa de força para os trabalhadores subcontratados, no sentido de eles terem muitas dificuldades de reivindicar o que consideram direitos” (idem, p. 141). Dessa forma, como nos recorda Martins (1994, p. 19), a terceirização contempla também duas consequências fundamentais: causa a diminuição do número de empregos sem, entretanto, afetar a produtividade e faz com que uma parte dos trabalhadores tenha seus salários achatados, pois estes são sempre mais reduzidos do que aqueles pagos nas empresas que terceirizam. Nesta medida:

Ao contrário do que diz o discurso empresarial, a terceirização não afeta simplesmente a transferência de posto, mas aumenta o desemprego, pois o trabalho é organizado de forma a não necessitar do mesmo número de trabalhadores (Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Rumo à Unificação, 1993, p. 10 *apud* MARCELINO, 2004, p. 142).

As experiências da terceirização estão sendo ampliadas e as próprias condições a que são submetidos os trabalhadores subcontratados mostram que o objetivo central, como indica Marcelino (2004), é a redução de custos, mas este, é, evidentemente um processo que retém em seu bojo outras determinações, ainda mais quando fundida às atuais condições de reestruturação produtiva. Nesse processo, no entanto, o destaque para o elemento “redução de custos” é crucial. Esta determinação torna a contratação do trabalho terceirizado atraente enquanto

estratégia fundamental do padrão produtivo toyotista. Ainda mais porque, em tempos de crise, a “fusão” as novas determinações que envolvem o processo de realização do valor se desenrola com mediante o apoio das práticas terceirizadas.

Como consequência dessas estratégias ancoradas no trabalho terceirizado tem-se: *o aumento no ritmo de trabalho, a concentração de tarefas e responsabilidades, a precarização das condições de trabalho e emprego* etc. Druck (1999) sistematiza as principais implicações do processo de terceirização:

- a) para o patronato, é a forma de combate às organizações sindicais, ampliando o controle do capital sobre o trabalho e a produção;
- b) a grande ameaça é a redução do emprego, pois não ocorre a transferência de postos de trabalho entre as empresas; há uma racionalização na organização do trabalho que reduz o número de trabalhadores necessários para realizar o mesmo trabalho;
- c) verifica-se a degradação das condições de trabalho nas empresas subcontratas. Isso é possível de detectar porque existem muitos casos de funcionários que são demitidos e depois contratados pelas terceirizadas;
- d) no ambiente das terceirizadas, constata-se salários menores, diminuição ou inexistência de benefícios, falta de políticas de treinamento, ritmo de trabalho mais intenso e dificuldades de organização dos sindicatos;
- e) no caso das empreiteiras ou subcontratadas em que os funcionários realizam o trabalho dentro das empresas contratantes, ocorrem situações em que eles acabam assumindo funções para as quais não foram contratados, sem qualquer correspondência em termos salariais ou de direitos. Há casos em que o quadro de funcionários efetivos da empresa é minoritário em relação ao de subcontratados. Observa-se também a existência de discriminação¹⁵⁶ dos trabalhadores efetivos em relação aos das terceirizadas;

¹⁵⁶ Como observa o DIEESE (2011, p. 19), geralmente, o trabalhador subcontratado é visto como trabalhador/cidadão de segunda classe. “Essa face da terceirização não aparece em nenhuma estatística, mas é bastante dolorida para quem a vivencia em seu cotidiano. Criam-se nos locais de trabalho uma distinção entre trabalhadores diretos e terceiros seja porque o tipo de trabalho

- f) cria-se uma situação em que há vários padrões e ao mesmo tempo nenhum. As entidades entre os trabalhadores têm boas possibilidades de se desintegrar. Os coletivos são menores e, dado o contexto brasileiro, maiores são as dificuldades de organização e militância sindical;
- g) A degradação do meio ambiente é, em geral, preocupação ainda menor nas empresas subcontratadas do que nas contratantes (DRUCK, 1999, p. 137-138).

Além dessas consequências, Marcelino (2004) destaca que no caso do Brasil, deve-se atentar para o fato que precarização dos setores terceirizados tende a ser mais aguda entre determinados grupos sociais, como é o caso dos negros, mulheres, migrantes e os imigrantes nordestinos e nortistas. Nesse caso, de acordo com o DIEESE (2007), estes grupos sociais que poderíamos denominar de “terceirizados-marginalizados”, se encontram, no geral, em condições de subempregabilidade, estando, portanto, a mercê dos tipos de trabalho cujas condições são mais precárias. Para as empresas contratantes esse é um grande negócio, haja vista a ampliação do potencial de extração de mais-valor.

Às empresas terceirizadas, dentro da estrutura do complexo jogo empresarial, cabe o papel de abrigar as populações mais vulneráveis do mercado de trabalho. Esse abrigo, no entanto, “[...] não tem caráter social, mas é justamente porque esses trabalhadores se encontram em situação mais desfavorável, e por falta de opção, submetem-se” (DIEESE, 2011, p. 5).

As inúmeras subformas de precarização (subcontratação, trabalho temporário, infantil, feminino, escravo, etc.) do trabalho terceirizado “[...] são fenômenos que ocorrem em todas as formações capitalistas, estabelecendo-se

desenvolvido pelo terceirizado é considerado menos importante, ou porque as desigualdades de salário, qualificação, jornada e condições de trabalho, reforçam essa percepção. Os trabalhadores terceiros relatam como é sentido o fato de no ambiente de trabalho ter que utilizar refeitórios, vestiários, uniformes, tudo de pior qualidade, em condições precárias. Esta segregação interfere também na solidariedade entre os trabalhadores, dificultando a organização sindical e a negociação coletiva, o que acaba por reforçar a redução dos direitos dos terceiros. Esta situação é de difícil enquadramento jurídico. Não existem estatísticas que amparem estudos e argumentos; as doenças psicológicas relacionadas a este tipo de precarização não são reconhecidas; e a pulverização da representação sindical dificulta a organização dos trabalhadores para uma solução política para a questão. Enfim, esta talvez seja uma face invisível da precarização do trabalho provocada pela terceirização, invisível como os trabalhadores terceirizados em seus ambientes de trabalho”.

como uma tendência da economia mundial” (MARCELINO, 2004, p. 146), mas são potencializados no processo de terceirização atual.

Todos estes elementos corroboram o que estamos tentando expor em nossa abordagem a respeito do processo de terceirização, isto é, uma forma de manifestação (precarizada) do trabalho que tem avançado, em diversos segmentos do mundo do trabalho ao redor do mundo. E, apesar dos diferentes formas que a terceirização é aplicada nos mais diversos segmentos, ainda sim, persiste um conjunto de elementos negativos que afetam grandes parcelas dos trabalhadores. Isso porque, trata-se de uma forma de manifestação subproletarizada imposta pelo capital ao trabalho, cujo intuito é do “[...] recompor as taxas de lucro e dominação dos trabalhadores” (MARCELINO, 2004, p. 147).

Não obstante, mesmo com todos estes problemas relacionados ao processo de intensificação e expansão das formas de trabalho terceirizado em diversos segmentos do mundo do trabalho ao redor do mundo, o processo de terceirização, como apontam Alves (2000) e Druck (199), na medida em que serve como estratégia ao capital em crise, não está imune às contradições e atribulações que emanam da exploração do trabalho. A consciência de classe tem a capacidade de ir se metamorfoseando de acordo a dinâmica objetiva e subjetiva do processo histórico e social, podendo avançar ou retroceder conforme o movimento contraditório que é o da totalidade na qual ela está envolta, a *totalidade do capital*.

Por isso, em se tratando do trabalho terceirizado, apesar da comprovada fragilização/precarização a que os contingentes de trabalhadores terceirizados e seus devidos órgãos de representação estão submetidos, ainda sim, como esclarece Alves,

[...] a nova (e radical) terceirização tende a desenvolver não apenas nova subordinação antagônica do trabalho às imposições das corporações transnacionais, mas tendem, elas mesmas, a depender, mais ainda, das parcelas de operários mais qualificados para por em movimento o novo complexo de produção de mercadorias. É isso que impulsiona, por exemplo, o capital a construir de modo geral, a captura da subjetividade operária pelos novos sistemas de pagamento. Mais do que o movimento de consolidação capitalista, o que presenciamos é uma prova da vulnerabilidade do capital, o calcanhar de Aquiles da nova, acumulação flexível, que pode abrir espaços de intervenção operária capazes de construir a resistência (e luta) contra a lógica do capital (ALVES, 2000, p. 209).

As condições de precarização no processo de terceirização do trabalho não geram somente passividade e/ou fraqueza, mas também, em alguns casos, ocorre justamente o contrário, isto é, podem impulsionar os trabalhadores ao embate. Mas este é só um primeiro passo da luta. As condições de precariedade dos terceirizados os motiva à mobilidade e à luta na defesa de seus interesses, mas é preciso um conjunto de mediações (políticas, científicas, organizacionais, etc.), que, articuladas à consciência, possibilitem a organização para o enfrentamento. Paralisações e greves são as formas de manifestação da consciência de classe insatisfeita, mas que, mesmo fragmentada, precarizada e terceirizada, ainda mostra sua força.

Não sem motivos, como aponta Dias (2012, p.17), “No Brasil multiplicam-se os casos de greves de terceirizados e desterceirizações¹⁵⁷”. Mas adverte que “[...] a associação desses dois fatores, bem como a explicação para o seu desenrolar dependem de estudos de casos específicos” (idem). Mesmo assim, estes dois elementos indicam caminhos possíveis dentro dos labirintos da terceirização. Forma de atividade que, como veremos no próximo capítulo, tem sido amplamente utilizada pela empresa Fibria.

¹⁵⁷ A desterceirização, como o nome sugere, consiste, segundo Dias (2012, p. 4), “[...] no processo inverso à terceirização, ou seja, na retomada de atividades, funções ou áreas anteriormente subcontratadas à empresas prestadores de serviços”. Em outras palavras, ao invés de contratar o serviço, a empresa passa a realizá-lo com funcionários próprios. No entanto, esse processo ainda é nebuloso, justamente porque não se sabe ao certo até que ponto ele também funciona como estratégia empresarial. Ainda sim é um indicativo importante.

CAPÍTULO 4 - TERRITORIALIZAÇÃO DO COMPLEXO EUCALIPTO-CELULOSE-PAPEL E TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR DE TRANSPORTES DA EMPRESA FIBRIA EM TRÊS LAGOAS-MS.

4.1. Aspectos da territorialização do complexo *eucalipto-celulose-papel* em Três Lagoas/MS

Após a discussão realizada nos capítulos anteriores e antes de passarmos à análise da questão da terceirização no setor de transportes da empresa Fibria¹⁵⁸ em Três Lagoas-MS¹⁵⁹, é preciso elencarmos alguns pontos importantes sobre o processo da consolidação da territorialização do chamado complexo eucalipto-celulose-papel¹⁶⁰ nesta microrregião. Complexo no qual a Fibria é uma das maiores representantes até o momento.

O processo de territorialização do monocultivo do eucalipto, seus impactos socioambientais e socioterritoriais no município Três Lagoas-MS e regiões adjacentes, vêm sendo investigado desde seu início, principalmente em âmbito universitário¹⁶¹. Por isso, versaremos neste item somente sobre alguns pontos do processo, indicando aquilo que nos parece importante no que diz respeito, fundamentalmente, aos nexos causais entre o processo de territorialização do complexo eucalipto-celulósico-papeleiro (via monocultivo do eucalipto) e a imperiosa necessidade que a Fibria possui de manter em seu quadro de trabalhadores um número expressivo de mão-de-obra terceirizada.

¹⁵⁸ Formada a partir da fusão de Aracruz e Votorantim Celulose e Papel, consolidada e oficializada em 1º de Setembro de 2009, após um longo período de negociações que se estendeu desde 2008, a companhia é a maior produtora mundial de celulose de fibra curta, operando em três Unidades Industriais: Três Lagoas, Aracruz e Vale do Paraíba (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE – FIBRIA, 2012). A Fibria está localizada na zona rural, a 35 quilômetros da cidade de Três Lagoas. Em 2010 a FIBRIA anunciou o projeto de expansão que prevê a construção de uma nova linha de produção de celulose, ao lado da unidade existente (Três Lagoas I), com capacidade nominal para 1,5 milhão de toneladas anuais, podendo atingir 1,75 milhão de toneladas no médio prazo através do fim dos gargalos e aprimoramento da eficiência operacional. O projeto demandará investimentos totais da ordem de R\$ 5,8 bilhões e o processo de licenciamento sócio-ambiental já foi iniciado (BRASIL ECONÔMICO, 16/ 08/2010).

¹⁵⁹ “Cerne de uma região outrora arrumada pela pecuária há algum tempo as propriedades vêm sendo destinadas à silvicultura dinamizada pelo complexo celulósico-papeleiro, sobretudo após a instalação das gigantes globais Fibria e Eldorado Brasil – a primeira com a construção iniciada em 2006 e, a segunda, em 2010” (RIBEIRO, 2012, p. 1).

¹⁶⁰ A definição “complexo territorial eucalipto-celulose-papel” é utilizada para indicar a aliança em rede do setor florestal envolvendo o capital industrial, financeiro e os proprietários de terra, situação extremada do pacto de classes. Este novo cenário (re)cria conflitos expressos na resistência e na adaptação a esta reconfiguração/complexidade territorial a envolver lógicas de reprodução antagônicas materializadas em sujeitos distintos: camponeses, proprietários de terra, trabalhadores, empresários, bancos, poder público, etc.(ALMEIDA, 2012, p. 17).

¹⁶¹ Cf. Almeida (2010), Kudlavicz (2011), Borges (2012), Perpetua (2012b).

Uma aproximação a estes elementos nos parece também significativa, porque remetem à dinâmica complexa que envolve a organização (controle e uso) do território por esta empresa numa conformação que possivelmente se estrutura em forma de rede. Estratégia que, a nosso ver, prescinde das empresas terceirizadas (médias e pequenas) para que a Fibria possa, em conjunto com elas, desenvolver uma série de ações em diferentes lugares (territórios) conforme as exigências do seu sistema produtivo.

Em relação ao trabalho terceirizado no setor de transportes, ao que tudo indica este, ao menos até onde conseguimos verificar, consiste num elemento-chave imprescindível à sobrevivência da Fibria, ainda mais no contexto de acumulação flexível/reestruturação produtiva do capital, o qual exige respostas rápidas e eficazes na conformação do aparato produtivo (e circulatório) que envolve a Fibria e suas “empresas-satélites” terceirizadas.

As questões relacionadas ao monocultivo do eucalipto e, mais precisamente, as relações de trabalho (terceirizado) dentro deste setor, devem ser problematizadas, segundo Alves; Thomaz Jr (2012 *apud* Fernandes, s/d) sob uma ótica estrutural do capital repleta de contradições e de desigualdades. Por isso, estamos de acordo com Perpetua quando esse indica que,

[...] o caso do Brasil, deve ser entendido dentro desse contexto internacional marcado pela *transformação estrutural da indústria de papel*, que manifesta claramente o expansionismo irrefreável que conforma a dinâmica da mobilidade do capital neste setor à escala mundial (PERPETUA, 2012b, p. 121)¹⁶².

É por meio dessa relação dialética entre o universal e o particular que procuramos observar (e analisar) o processo de territorialização do monocultivo de eucalipto em Três Lagoas-MS ao mesmo tempo em que trazemos para o primeiro plano as questões relacionadas ao trabalho terceirizado num setor tão importante como o de transportes, ainda mais no contexto de mundialização em que o aspecto da circulação tem se destacado.

¹⁶² O mesmo autor alerta que: “A gama de condicionantes envolvidos direta ou indiretamente na ocorrência do movimento de transferência espacial da produção de celulose no bojo da transformação estrutural da indústria de papel é extremamente ampla, e deve ser pensada considerando-se as duas pontas do processo, assim como o contexto das transformações do capitalismo contemporâneo ditadas pela ativação dos limites absolutos do sistema de metabolismo social do capital” (PERPETUA, 2012b, p. 121).

Como apontam Alves; Thomaz Jr (2012), no Brasil, os impactos da crise estrutural são ainda mais problemáticos. Isso devido à dinâmica socioespacial de capitalismo tardio, das peculiaridades, particularidades e especificidades histórico-geográficas impostas pelo desenvolvimento desigual-combinado do capital, da intensa ofensiva do capital sobre os trabalhadores, no campo e na cidade, assim como também dos “[...] mecanismos destrutivos empregados pelo grande capital na lapidação da natureza como condições para o processo de reprodução e de acumulação capitalista” (ALVES; THOMAZ Jr, 2012, p. 1).

Como esboçado anteriormente, os traços mais significativos dessa crise emergem na década 1970¹⁶³ com o chamado processo de acumulação flexível/reestruturação produtiva, “momento predominante” que, segundo Alves (2013), inaugurou um novo momento histórico do desenvolvimento social e “[...] civilizatório, caracterizada por um conjunto de fenômenos sociais qualitativamente novos que compõem a fenomenologia do capitalismo global com seus ‘trinta anos perversos’” (ALVES, 2013, s/p internet)¹⁶⁴. Um período de transição no desenvolvimento do capital que demarca aquilo que Harvey (2011) denomina acumulação flexível.

Nessa guinada histórica, o capital, em seu movimento incessante e ampliado de acumulação encontra (via o aparato que compõe o processo de acumulação flexível e a reestruturação produtiva/territorial) no setor de eucalipto-celulose e papel outra forma possível (se bem que parcial e limitada) de desafogar suas contradições internas frente ao processo estrutural. O complexo eucalipto-celulose-papel, portanto, é, a nosso ver, muito mais determinado pelas contradições e antagonismos sistêmicos do que um determinante. Porque vinculado ao denominado agronegócio¹⁶⁵, este modelo, em termos de desenvolvimento humano/social¹⁶⁶ e

¹⁶³ Como expõe Perpetua (2012, p. 20): “São partes dele as sucessivas crises financeiras, o aumento da pobreza em termos absolutos, a intensificação do processo de precarização do trabalho e o desemprego estrutural cada vez mais crônico, atingindo amplas parcelas da classe trabalhadora mundial, e, o mais assustador dos cenários, o risco de um colapso ecológico iminente – inédito na história da humanidade - pela via da autodestruição da espécie humana”.

¹⁶⁴ Disponível em: < <http://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>>. Acesso em: 02/08/2013

¹⁶⁵ Para João Pedro Stédile: “O agronegócio é uma falácia. É um modelo de produção que interessa aos grandes fazendeiros e às empresas transnacionais que controlam o comércio mundial. Nos último dez anos tivemos uma enorme concentração da propriedade da terra e da produção agrícola. Cerca de 80% das terras são utilizadas apenas para soja, milho, cana, pasto e eucalipto. Tudo para exportação. É um modelo que dá lucro para alguns, mas condena à pobreza milhões. Veja o caso do Mato Grosso, tido como modelo: mais de 80% dos alimentos consumidos pelo povo dali têm que vir de outros Estados. Nós temos 40 milhões de brasileiros que dependem do Bolsa Família para comer

natural¹⁶⁷, é um dos mais problemáticos, ou para sermos mais exatos, mais destrutivos.

e 18 milhões de trabalhadores adultos que não sabem ler. Foram fechadas 20 mil escolas no meio rural e os índices de pobreza não diminuíram. Essa é a consequência do agronegócio”. Disponível em: <<http://mariafro.com/2014/01/20/30-anos-do-mst-stedile-o-brasil-nao-sera-democratico-se-nao-democratizar-a-terra/>> Acesso em: 16/04/2014. Este mesmo autor já alertava em 2004 que o agronegócio no “Brasil tem aproximadamente 350 milhões de hectares agricultáveis, que poderiam ser dedicados à lavoura. Mas, graças à concentração da propriedade da terra, cultivamos 50 milhões de hectares, apenas 14 por cento do que deveríamos cultivar. E essa área cultivada permanece estável desde 1985. As fazendas modernas do agronegócio ocupam 75 por cento dessa área cultivada, as melhores terras, para produzir apenas soja, algodão, cacau, laranja, café, cana-de-açúcar e eucalipto. E que interessam ao mercado externo. Imaginem se o povo brasileiro tivesse de colocar na mesa apenas esses produtos! E existe outra parcela de estabelecimentos agrícolas, que fazem parte desse modelo, piores ainda, pois se dedicam apenas à pecuária extensiva ou a especular com a renda da terra. Segundo dados do INCRA, baseados em declarações dos proprietários, existem no Brasil 54.761 imóveis rurais classificados como ‘grandes propriedades improdutivas’, portanto desapropriáveis, que somam nada menos que 120 milhões de hectares (uma Europa inteira parada...). Ademais, “Em relação ao emprego, a pequena propriedade dá trabalho para 14 milhões de pessoas, a média para 1,8 milhão e a grande propriedade do agronegócio para apenas 500.000. A famosa modernidade capitalista é uma falácia, 63 por cento de toda a frota de tratores brasileiros é usado por propriedades com menos de 200 hectares. E as propriedades acima de 1.000 hectares possuem apenas 36 por cento dos tratores. Ou seja, a tal grande propriedade “moderna” não consegue nem ativar a indústria nacional de tratores. Por essa razão é que faz vinte anos que a demanda de tratores não aumenta. A indústria está vendendo em torno de 50.000 tratores por ano, enquanto no início da década de 80 chegou a vender 65.000”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/1639>>. Acesso em: 16/04/2014.

¹⁶⁶ De acordo com uruguaio Ricardo Carrere, técnico florestal e coordenador internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM, na sigla em inglês), o monocultivo de eucalipto é uma violação dos direitos humanos, isso porque, “É que para poderem instalar as plantações, em particular, e as fábricas depois, necessariamente essa indústria tem que violar direitos das pessoas que vivem nessas zonas, e o fazem. Essa violação pode ir desde a expulsão das famílias camponesas e indígenas — expulsam comprando a terra, nos melhores casos —, até o assassinato. É um processo violento, no qual o Estado participa apoiando as indústrias. Estamos vendo esta situação agora, por exemplo, no sul de Brasil em que quatro ocupações de três empresas, Aracruz, Votoratim e Suzano, a Tropa de Choque foi chamada para fazer o despejo. E isso é um outro subsídio. Essa polícia é paga pelo povo para que faça a defesa dele. Mas as essas empresas, que não pagam por esse serviço, lhes é fornecido suporte quando o pedem. Aliás, muitas vezes nem o pedem, mas lhes é fornecido pelos nossos governos. No caso de Uruguai, no conflito com Argentina, aconteceu a mesma coisa. O governo enviou o Exército para proteger a fábrica e os finlandeses, donos dela. Isso é um absurdo, porque elas [fábricas] diariamente violam os direitos humanos, o direito à alimentação e à saúde, pois contaminam tudo com agrotóxicos ou com as fábricas de celulose. Violam ainda o direito cultural, o direito ao território, à vida, à liberdade. Há pessoas presas no Chile, sob uma lei terrorista de Pinochet, neste governo socialista. Foram acusadas, sem provas, de ter incendiado plantações das empresas florestais. É um terrorismo de Estado. Há pessoas mortas, presas, expulsas de suas terras... Tudo isso para quê? Para produzir papel para limpar a bunda? Para isso? Produzir papel para toalhas de papel descartáveis? Para isso? Parece absurdo, mas não é. É lógico. É a lógica estritamente econômica. Então, este é um modelo apropriador, expropriador e violador dos direitos humanos e da natureza”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/revista/41/destaque>>. Acesso em: 14/16/2014.

¹⁶⁷ Segundo Ricardo Carrere: “O impacto sobre a água está comprovado em todo o mundo. Para se ter uma idéia eu pessoalmente me debruço sobre estes temas há muitos anos e me lembro que em 1997/98 fui à Aracruz Celulose, no Espírito Santo. Lá me acompanharam sete gerentes durante todo o dia. Eles me mostraram que era tudo perfeito. Com um programa de computador, me mostraram o impacto dos eucaliptos sobre a água e destacaram que tinham demonstrado cientificamente — através do monitoramento numa micro-bacia — que consumiam menos água do que a floresta nativa! Depois foi visitar os povos Tupiniquim e pedi que me mostrassem onde a água secou e me levaram a um, dois, três, cinco locais. Era evidente que estava secando toda a água. E isso eu também vi em outros países. No Uruguai temos um produtor que três anos depois de feita a plantação de eucaliptos

Pensando nesses termos, concordamos em certa medida com Perpetua, quando este escreve:

Em seu movimento necessariamente constante e ampliado de acumulação, o grande capital monopolista do setor de celulose e papel, ao se deparar com certas barreiras (ambientais, sociais, culturais) para sua expansão, de um lado, e diante das novas condições técnicas e políticas oferecidas no contexto do capitalismo atual, de outro, utiliza-se do expediente da mobilidade como forma de superação (temporária) das contradições prementes que emanam do seio do próprio sistema de metabolismo social do capital. Subjacente ao movimento está posto o cenário da crise estrutural e da ativação dos limites absolutos desse sociometabolismo, manifestado no aumento vertiginoso do consumo de papel no mundo nas últimas décadas (PERPÉTUA, 2012b, p. 229).

As transformações impostas pela crise estrutural do capital, porque vinculadas ao modo de produção e reprodução de um sistema explorador incontrolável, o qual, para sobreviver, precisa necessariamente se espacializar e se territorializar, tendem a potencializar ainda mais as sérias e graves consequências da dinâmica de expansão e acumulação do capital. Esse movimento da reprodução ampliada do capital se desdobra de inúmeras maneiras, uma delas parece ocorrer com em Três lagoas-MS quando observamos o setor de eucalipto-celulose-papel questão. Indicações concretas desse processo estão presentes em Perpetua. Este autor expõe que:

[...] tanto no âmbito mundial, no processo de transferência espacial das etapas iniciais da cadeia produtiva do papel em sentido Norte-Sul, que é parte da transformação estrutural por que passa a indústria do papel, quanto no âmbito nacional, na interiorização da produção de celulose dentro das fronteiras do território brasileiro. A

na região dele secaram todos os poços, todos. É lógico, cada eucalipto consome, em média, um número que quase todo o mundo está de acordo: 20 litros de água por dia. Um hectare de eucaliptos tem normalmente em média 1.100 árvores, ou seja, cada hectare consome por dia 22 mil litros de água, o que equivale a um caminhão cisterna grande. O tema dos solos está um pouco menos estudado, mas há pesquisas que provam que há determinados tipos de solos que sofrem degradações irreversíveis, que se tornam tóxicos ou vão mudando de textura, havendo a possibilidade até de se transformarem em desertos. Também em matéria de flora e fauna, os impactos são brutais. São desertos biológicos, de flora e, portanto, um deserto alimentício para a fauna. Então todos estes impactos são sociais e culturais. Todos afetam as pessoas, suas culturas, suas comunidades. É um verdadeiro cataclismo em nível local". Disponível em: <<http://www.mst.org.br/revista/41/destaque>>. Acesso em: 14/16/2014.

seletividade espacial é a lógica que preside as dinâmicas de mobilidade do capital, tanto num caso, quanto noutro (PERPETUA, 2012b, p. 229).

Dentro desse quadro, a rearrumação ou reorganização do espaço geográfico (e territorial) adquire novos contornos, pois, segundo Harvey (2011), “[...] o aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem mais atenção às vantagens locacionais relativas” (HARVEY, 2011, p. 265). Isso porque “[...] a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar pequenas diferenciações espaciais” (idem, ibidem). Cada pequena diferencialidade espacial, cada particularidade que os espaços oferecem, em termos de trabalho, infraestrutura, recursos e outros aspectos, podem favorecer a manutenção das condições de acumulação e reprodução do capital. Não por acaso, Moreira (2005), evidencia que nos anos 1980 e 1990, o território brasileiro se redesenha sob a lógica dos grandes investimentos, da agroindústria, do capital agroindustrial e financeiro.

Destarte, como assinala Harvey (2006), a mobilidade geográfica do capital e do trabalho (PERPETUA, 2012), articulados à desconcentração empresarial, são também elementos imprescindíveis no período de acumulação flexível, pois são mecanismos estratégicos do capital visando a incorporação de territórios até então “esquecidos” no interesse de fazer avançar seu processo de acumulação. Isso é evidente no Brasil, fundamentalmente, a partir da década de 1990, quando a territorialização do capital em locais com irrisória tradição industrial, baixa organização e/ou experiência sindical, tem feito parte do conjunto de estratégias usadas, principalmente, por (mega)corporações provenientes de grandes centros industriais tradicionais e que buscam nesses locais, a menor resistência por parte dos trabalhadores e benefícios fiscais e logísticos que acabam por se traduzir em garantia da reprodução ampliada do capital aplicado (PERPETUA, 2012b).

Correlacionar dialeticamente o universal e o particular, o mundial e o global, desse processo, assim como os “resultados” espaciais e territoriais que emanam dessa dinâmica, pode propiciar uma visão mais ampla do processo que se desdobra (e se expressa) localmente em Três Lagoas-MS. Essa visão holística permite, por exemplo, a Thomaz Jr (2009) afirma que “[...] a mobilidade, a migração do capital e do trabalho está reconfigurando as espacialidades da economia global, os perfis, os conteúdos e subjetividades dos homens e mulheres que trabalham” (THOMAZ JR, 2009, p. 197). Tal perspectiva, como expõe Ribeiro (2004, p. 105) pode permitir “[...]”

uma compreensão totalizante que inter-relacione a singularidade local com a ordem do capital hegemônica nos quatro cantos do mundo”.

Nesse sentido, o processo de territorialização do monocultivo no Brasil, bem como o seu rol de determinações “derivadas” do complexo eucalipto-celulósico-papeleiro, não escapa, a nosso ver, ao processo daquilo que Perpetua (2012) denomina de mobilidade (flexível?) do capital e do trabalho no espaço geográfico. Mobilidade está que é inerente ao sociometabolismo do capital, pois afinal, não existe capital sem movimento contínuo, por mais que esse movimento tenha interrupções. Se o capital, como esclarece Marx, é uma relação social, presume-se que esta relação não seja somente inerte, mas fundamentalmente móvel.

Assim como inúmeras outras regiões ao redor do mundo, o Brasil, enquanto região (estratégica?) dentro da totalidade mundial capitalista, não pode escapar ao turbilhão da crise, pois seu papel é importante no que tange à manutenção da acumulação do capital em escala mundial, já que o processo de acumulação (desigual-combinado) prescinde de uma série de renovações (ou reacomodações) contínuas (espaciais e territoriais). É claro que mesmo esse processo de rearrumação tem presumivelmente limites, e é aí que o capital pode muito bem “deslocar o eixo” de exploração, intensificando-a nos espaços já conquistados.

Não obstante, como ressaltam Sposito; Silveira (2012), no intrincado jogo dialético que envolve a relação entre países “centrais e periféricos” dentro do contexto de mundialização recente, países como o Brasil são “chamados” a exercerem determinadas funções que contribuem para o processo contraditório e antagônico da ampliação, expansão e o estabelecimento, *em toda parte*, da dominação e controle sociometabólico do capital. Isso porque, o capital, para acumular, necessita se expandir, se autorreproduzir. E para isso precisa expandir e intensificar sua própria lógica destrutiva, subalternizando, sempre que possível, espaços geográficos, o que pode significar inclusive a destruição e reconstrução de certos espaços.

Nesse ínterim, as personificações do capital, isto é, as transnacionais, exercem seu poderio de mando em meio ao processo de mundialização da crise sistêmico-estrutural, acentuando certas transformações nas relações entre países, fundamentalmente no que tange às trocas de mercadoria. Com relação à questão da subordinação histórica do Brasil, como assinalam Sposito; Santos (2012), desde meados do final da década de 1960, tem sido intensificada a participação do país no

movimento de acumulação do capital, “[...] sob distintas formas de inserção externa, que envolvem a aquisição de ativos, a realização de *joint ventures*¹⁶⁸ e a efetivação de investimentos novos (*greenfield projects*)” (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 17). Neste sentido, tem sido marcante a “[...] prática e as estratégias territoriais, promovidas por empresas e grupos brasileiros, visando ampliar a sua atuação no cenário internacional” (Idem). O que, por sua vez, não significa, de modo algum, que países como o Brasil tenham suplantado o legado histórico do processo de subordinação a qual foi (e tem sido) submetido. As que indicações desses dois autores supracitados podem revelar são as possíveis mudanças no cenário estrutural, mas isso não implica em que a subordinação do Brasil tenha sido suplantada, ao contrário, ao que tudo indica ela continua prevalecendo.

Tentar compreender essa nova conformação, na qual um país como o Brasil tem papel importante, permite ampliar o foco com relação ao entendimento dos porquês da insurgência de um complexo calcado no monocultivo, do qual faz parte a Fibria. Mas é preciso levar em conta o que estas relações estão amoldadas à totalidade referente ao desenvolvimento desigual-combinado do capital num contexto histórico geográfico determinado, isto é, num contexto de transnacionalização do capital financeiro que avança, controla e tenta a todo custo dominar também no setor agrícola¹⁶⁹.

¹⁶⁸ A expressão joint-venture quer dizer “união com risco”. Alude a um tipo de associação em que duas ou mais empresas se juntam para tirar proveito de alguma atividade, por um tempo limitado, sem que cada uma delas perca a identidade própria, visando, dentre outras motivações, o lucro.

¹⁶⁹ Segundo Stédile (2010), alguns dos aspectos econômicos da transnacionalização e financeirização do setor agrícola podem ser resumidos em: “a) [...] Houve uma concentração do controle da produção e do comércio mundial de produtos agrícolas, por algumas poucas empresas, que dominam esses produtos em todo mundo, em especial os produtos agrícolas padronizáveis, como grãos, laticínios. E dominam toda cadeia produtiva dos insumos e máquinas utilizadas pela agricultura; b) Houve um processo acelerado de centralização do capital. Ou seja, uma mesma empresa passou a controlar a produção e comércio de um conjunto de produtos e setores da economia. Como a fabricação de insumos agrícolas (fertilizantes químicos, venenos, agrotóxicos,) maquinaria agrícola, fármacos, sementes transgênicas, e uma infinidade de produtos oriundos da agroindústria, seja alimentícia, seja de cosméticos e produtos supérfluos; c) Há uma simbiose cada vez maior dentro de uma mesma empresa, entre o capital industrial, comercial e o capital financeiro; d) Há um controle quase absoluto sobre os preços dos produtos agrícolas e dos insumos agrícolas, a nível mundial. Os preços se baseiam no valor, mas alcançam sobre-preços determinados pela concorrência, pelo oligopólio e pela especulação do capital financeiro; e) Há uma hegemonia das empresas sobre o conhecimento científico e sobre as tecnologias aplicadas a agricultura, que impõem, em todo mundo, um modelo tecnológico da chamada “agricultura industrial”, dependente de insumos produzidos fora da agricultura. Esse modelo é apresentado como a única, a melhor e mais barata forma de produzir na agricultura, ignorando as técnicas milenares do saber popular e da agroecologia; f) Houve uma imposição da propriedade privada das empresas sobre os bens da natureza, das sementes modificadas geneticamente, da água e da biodiversidade; g) Está em curso uma perigosa padronização dos alimentos humanos e animais em todo mundo. A humanidade está sendo induzida a alimentar-se cada vez mais com verdadeiras “rações” padronizadas pelas

Como aponta Perpetua (2012), no Brasil atual “adotou-se” o modelo de desenvolvimento bifronte “[...] que combina a exportação de produtos primários com o fortalecimento do mercado interno, pela inclusão de uma grande parcela da população no consumo”¹⁷⁰ (PERPETUA, 2012b, p. 22). É dentro deste quadro de desenvolvimento bifronte que o país, nas últimas décadas,

[...] despontou como um dos principais produtores mundiais de celulose, e em seu território, o monocultivo de árvores figura como o quarto cultivo em área ocupada. Os índices brasileiros de produtividade e os custos médios de produção da matéria-prima (espécies do gênero *Eucalyptus*) e da pasta de celulose de mercado de fibra curta branqueada são incomparavelmente mais competitivos que os de qualquer outro país, o que tem fortalecido os argumentos daqueles que defendem o modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio, partindo da ideia de uma pretensa “vocação natural” do Brasil para o monocultivo de árvores e para a produção de celulose (PERPETUA, 2012a, p.1).

Não por acaso, tem ocorrido nas últimas décadas uma verdadeira corrida em busca do chamado “ouro verde”. Nesse contexto, começaram a pulular ao redor do

empresas. A comida se transformou numa mera mercadoria, que precisa ser consumida de forma massiva e rapidamente. Isso traz consequências incalculáveis com a destruição dos hábitos alimentares locais, da cultura, e riscos para a saúde humana e dos animais; h) Há um processo generalizado em todo mundo, da perda da soberania dos povos e dos países sobre os alimentos e o processo produtivo, pela desnacionalização da propriedade das terras, das empresas, das agroindústrias e do comércio, da tecnologia, colocando em risco a soberania nacional como um todo. Já existem mais de 70 países, que não conseguem mais produzir o que seus povos precisam para se alimentar; i) Implantaram-se grandes extensões de cultivos de árvores homog  neas em plantações industriais de euc  lito, p  nus e palma-africana, etc., destinados a produção de celulose, madeira ou agro-energia, que estão afetando gravemente o meio ambiente pela destruição total da biodiversidade e do len   ol freático de água; j) Construiu-se uma aliança maquiavélica nos países do sul, entre os interesses dos grandes proprietários de terra, latifundiários e fazendeiros capitalistas crioulos, com as empresas transnacionais. Essa aliança está impondo o modo de agricultura industrial em todo hemisfério sul, de forma muito rápida e concentrando a propriedade da terra de forma assombrosa. Está destruindo e inviabilizando a agricultura camponesa e despovoando o interior de nossos países. Nesse modo de agricultura se usa mecanização intensiva, e agrotóxicos, que expulsam mão-de-obra, provocando a migração de grandes contingentes da população rural; k) Está em curso uma nova re-divisão internacional da produção e do trabalho, que condena a maior parte dos países do hemisfério sul, a serem meros exportadores de matérias primas agrícolas e minerais; l) A maior parte dos governos, embora eleitos em processos eleitorais tidos como democráticos, são na verdade conduzidos pela fôrça do dinheiro e por todo tipo de manipulação mediática, que resultam em governos servis a esses interesses. Suas políticas agrícolas tem sido totalmente subalternas aos interesses das empresas transnacionais. Abandonaram o controle do estado sobre a agricultura e os alimentos. Abandonaram políticas públicas de apoio aos camponeses. Abandonaram políticas públicas de soberania alimentar e de preservação do meio ambiente local”. Disponível em: < <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8246.html> >. Acesso em: 16/04/2014.

¹⁷⁰ é bom lembrar que a adoção desse modelo, tem significado uma (re)inclusão perversa e rasteira da economia brasileira nem âmbito mundial. Uma (re)inclusão que tem reformulado a nomenclatura da classe média, as bolsas, diminuição de IPI, oferta de crédito (5 mil reais para a família da “minha casa, minha vida”), etc. O problema é que esse processo não    autossustentado, pois depende de aumento de impostos e IED, assim como de uma série de privatizações (campos de petróleo, etc.).

Brasil, nas regiões com “vocações naturais”, uma gama de novos projetos bilionários¹⁷¹ que estão se territorializando e expandindo seus tentáculos por diversas regiões, sobretudo naqueles estados e municípios que até alguns anos eram tidas como “regiões esquecidas” dentro do contexto de desenvolvimento nacional, como tem ocorrido em regiões como o Centro-Oeste, o Nordeste e o Norte do País¹⁷².

Apesar das experiências (fracassadas¹⁷³ em sua grande maioria) no sentido de reformar o sistema, a territorialização do monocultivo de eucalipto aparece como uma determinação (no sentido de que a crise a determina) dentre inúmeras outras, como é o caso do trabalho terceirizado, que o capital mundial encontrou para poder dar continuidade à sua autorreprodução.

Travestido por ideias do tipo: “[...] necessidade de conservação e até de recomposição das florestas e matas naturais” cuja “[...] ideia de florestas plantadas assume um aspecto potencialmente redentor” (PERPÉTUA, 2012b, p. 22), o monocultivo, diga-se, uma prática constitutiva desde os primórdios da formação do Brasil e que, portanto tem um caráter histórico (e geográfico) ganha o status falacioso de “grande empreendimento”.

Neste sentido, o monocultivo eucalipto, assim como outros modelos no mesmo formato, isto é, aqueles que favorecem desavergonhadamente o grande capital (em detrimento de outros modelos alternativos¹⁷⁴, não só mais sensatos do

¹⁷¹ Nos últimos 15 dias, pelo menos 30 empresas anunciaram investimentos no Brasil, segundo um levantamento do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco. Os projetos somam, pelo menos, 4,4 bilhões de reais, com prazos de desembolso que variam de 2012 a 2016. As dez maiores iniciativas listadas pelo Bradesco respondem por 4,2 bilhões do total (GSMD, 12/09/2012). Disponível em: < <http://www.gsmd.com.br/pt/noticias/mercado-consumo/10-projetos-milionarios-anunciados-no-brasil-ha-poucos-dias>>. Acesso em: 07/06/2013.

¹⁷² Segundo a Revista, “O papel”, de março de 2010: o “Maranhão já é o Estado do açaí e da festa do boibumbá, mas, se depender da Suzano, a partir de 2013 será também o Estado da celulose, onde a empresa instalará sua próxima fábrica, possivelmente com a maior escala de produção do mundo. “A planta, que terá capacidade de produzir anualmente 1,3 milhão de toneladas de celulose 100% para exportação, marca o Nordeste como uma nova fronteira da celulose”, conta Luiz Cornacchioni, gerente executivo de Relações Institucionais da Suzano”.

Além disso, “A outra fábrica da empresa está prometida para a região de Teresina, capital do Piauí. A fábrica do Piauí deverá chegar a esse estágio daqui a dois anos, em 2012. ‘Estamos dentro do cronograma e tudo tem caminhado bem. Como a parte florestal é a primeira que deve ser vista, estamos com este foco agora’, explica o executivo da Suzano”. Disponível em: <www.revistaopapel.org.br>. Acesso em: 10/12/2013.

¹⁷³ Cf. Mészáros, 2002.

¹⁷⁴ O exemplo nesse sentido fica a cargo do MST: “Temos que construir um projeto de reforma agrária que seja coadunado com um projeto popular de desenvolvimento nacional. Nessa construção é que nos demos conta de que a reforma agrária, mesmo feita nos limites do capitalismo, é inevitável se não mudarmos o modelo econômico para um modelo que distribua a renda, que priorize o

ponto de vista social, como imprescindíveis à manutenção à vida) por mais que tenha sido elevado à condição (incontestável?) de modelo a ser seguido, não passa, na verdade, de uma tentativa de travestir um processo que de longa data no Brasil, só que, agora, num outro formato, supostamente mais palatável aos olhos dos menos desavisados, mas nem por isso menos destrutivo.

Em Três Lagoas-MS, esses elementos do avanço do capital, via monocultivo do eucalipto, se transmutaram na necessidade imperiosa de um “*projeto horizonte*”¹⁷⁵ vinculado à territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel que, agora, avança desenfreadamente como se fosse um processo natural e irreversível, em que as consequências negativas são tratadas, por uma determinada parcela social na região, como se fossem as “dores naturais do parto”.

Todavia, esse processo tem uma história e, portanto, é uma construção social e, mais precisamente, uma construção social num dado período determinado. Por isso, não é nada natural que Três Lagoas, tenha sido “escolhida” nas atuais circunstâncias, na realidade,

[...] a escolha do Município de Três Lagoas para receber os (mega)empreendimentos da celulose e do papel¹⁷⁶ tem a ver com alguns condicionantes específicos existentes neste espaço, de ordem natural, social e política, que constituem um verdadeiro

mercado interno, ou seja, que enfrente o imperialismo. A reforma agrária no Brasil não é viável se não for parte de um projeto antineoliberal ou antimperialista” (STÉDILE, 2005, p. 2).

¹⁷⁵ Referência ao denominado “Projeto Horizonte”, encabeçado pelo Grupo Votorantim em parceria com a International Paper, as quais, a partir de troca de ativos no ano de 2006, lançaram o chamado Complexo VCP-IP. O projeto levou três anos para ficar pronto e custou cerca de R\$ 3,88 bilhões, montante quase que inteiramente financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Nos últimos dez anos, o agronegócio obteve mais de 9 bilhões de reais em financiamento – R\$ 2,3 bilhões somente em 2006. O BNDES, por sua vez, possui participação acionária de 12,5% na Aracruz Celulose – que possui 50% da Veracel –, além de ter 11,4% do capital da Suzano Bahia Sul. Como se vê o Banco não apenas financia como é coresponsável pelas opções de investimento do setor”. Disponível em: < <http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/plataforma.pdf>>. Acesso em: 31/01/2014. Os investimentos continuam: em 2013, “[...] a diretoria da instituição financeira aprovou financiamento para a Fibria Celulose no valor de R\$ 167,7 milhões com o objetivo de recuperar (sic) 21 mil hectares de mata atlântica na Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais (EXAME, 12/06/2013). Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/bndes-aprova-aporte-de-r-167-7-mi-a-fibria-celulose>>. Acesso em: 31/01/2014. Em 2013 o BNDES também contribui com parte dos R\$ 318.087,00, verba utilizada para a instalação do Jairo Cezário Magalhães, localizado no Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas (CMTLS, 29/11/2013). Disponível em: < <http://www.cmtls.com.br/ver.php?id=5492>>. Acesso em: 31/01/2014.

¹⁷⁶ Como ressalta Ribeiro (2012, p. 2): “Somando-se os aportes financeiros – que abarcam, além de fábricas de celulose-papel, siderurgia, fertilizantes e biocombustíveis –, são mais de 12 os bilhões de reais investidos no município, oriundos de fundos públicos e privados”. Não obstante, segundo este autor, “para além da ideologia socialdemocrata da conciliação interclassista rumo ao pseudoprogresso pós-classista, as Parcerias Público Privadas (PPP) são financiadas, especialmente, com recursos públicos (do povo, isto é, dos trabalhadores)” (Idem).

repertório de “vantagens” locacionais extremamente atraentes para as grandes corporações do setor (PERPETUA, 2012b, p. 229).

Portanto, se há alguma novidade da territorialização do monocultivo de eucalipto no Brasil e, em particular, na microrregião de Três Lagoas-MS, ela vincula-se muito mais à uma “confluência” de elementos determinados pelo (e para) o capital que, em Três Lagoas, assume a forma, dentre muitas outros, de “[...] modelo celulose-papel que atua por meio da rede do agronegócio que controla a produção, processamento, comercialização e distribuição, via internacionalização do capital” (ALMEIDA, 2012, p.3). Um modelo que, segundo Almeida (2012), é

[...] um dos mais monopolizados dentre aqueles que representam o agronegócio, situação evidenciada no quadro das empresas hegemônicas do setor de celulose e papel atuando no Brasil, com destaque para o fato de possuírem parceiras acionárias que indicam uma ação territorial cruzada que minimiza o cenário de disputas intracapitais: FIBRIA; KLABIN; SUZANO; RIPASA; STORA ENSO; VERACEL, INTERNATIONAL PAPER (ALMEIDA, 2012, p. 3).

Esta mesma autora, baseada em Oliveira (2007), chama a atenção para o fato de que o agronegócio se dá por meio de um processo de dominação em que todos os “[...] segmentos econômicos aparecem de alguma forma ligados à produção agropecuária, situação determinada por uma transnacionalização da agricultura” (ALMEIDA, 2013, p. 4) e cujo “[...] controle se dá por meio de novas configurações territoriais, ou seja, pela territorialização e monopolização do território”. Para esta autora, tem se tornado cada vez mais drástico e intensificado o modo como “[...] as grandes empresas transnacionais têm comprado terras em distintas regiões do globo a fim de garantir a homogeneização da produção via territorialização do capital” (idem). Para a autora:

Esta lógica de atuação do *Império* do eucalipto na microrregião de Três Lagoas, que aqui definimos como “*complexo territorial eucalipto-celulose-papel*”, se assenta numa aliança entre representantes do capital industrial, financeiro (fundos de pensão) e os proprietários de terras, situação extremada do pacto de classes. Este novo cenário (re)cria conflitualidades expressas (ou não) na resistência e na adaptação a esta complexidade territorial, sobretudo, por abarcar lógicas de reprodução diversas, e até antagônicas, materializadas pela presença de camponeses, proprietários de terras, trabalhadores,

empresários, bancos, poder público, etc. Portanto, a expressão “*complexo eucalipto-celulose-papel*” é pensada como indicador de uma situação de interface entre o local e o global, o *nó* onde se manifesta o encontro de lógicas e práticas distintas de uso do território (ALMEIDA, 2013, p. 4)

São estes alguns os elementos que envolvem a dinâmica socioterritorial do complexo eucalipto-celulósico-papeleiro. Um modelo que, no limite, (re)cria e/ou (re)produz, noutros formatos (espaciais e territoriais) a dinâmica (contraditória e antagônica) *metamórfica do capital camaleônico* (RIBEIRO, 2004). Não obstante, o “nó” que amarra o nosso entendimento desse processo deve fixar-se nas nuances complexas que consubstanciam a processualidade do capital ao longo de sua espacialização e territorialização. Nesse sentido, acreditamos que, ao menos no caso do avanço do modelo baseado no monocultivo de eucalipto no Brasil e, particularmente, na região de Três Lagoas, este possa estar vinculado,

[...] de um lado, um processo de transformação estrutural da indústria de papel em escala mundial, que tem implicado a *transferência espacial* das etapas iniciais de sua cadeia produtiva (do plantio de árvores ao processamento da celulose) dos tradicionais países produtores do Hemisfério Norte, para os países periféricos do Hemisfério Sul (SANTOS, 2009; PAKKASVIRTA, 2010; MORELLI, 2011); e de outro, o processo de *interiorização* da indústria de celulose no Brasil, causado, principalmente, pelo aumento do preço da terra nas áreas consolidadas do Centro-Sul (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/10/2011), mas também por fatores como as condições edafoclimáticas, a existência de infraestrutura de transportes adequada e os (generosos) subsídios e incentivos concedidos pelos governos nos níveis estadual e municipal (PERPETUA, 2012a, p. 2):

Não obstante, apesar da territorialização do capital pautada no monocultivo/agronegócio não ser recente no Brasil, ela comporta sim novas determinações, talvez uma “convergência de momentos” entre um período histórico bastante delicado em termos econômicos para os países centrais do capital, que desde a década de 1970 sofrem com o aprofundamento da crise estrutural, e de um período relativamente favorável em termos econômicos para o Brasil que, alias, a partir de 2002, com o primeiro ciclo histórico de governos tidos de esquerda (eleição de Luis Inácio Lula da Silva em 2002), não foi capaz de romper inteiramente com o

legado e as marcas históricas dos governos anteriores, adotando uma política econômica voltada fundamentalmente aos interesses do grande capital¹⁷⁷.

No entanto, a “convergência de momentos”, mesmo obedecendo as determinações advindas do desenvolvimento desigual-combinado do capital¹⁷⁸ no mundo (e aos desígnios do modelo neoliberal), se foi capaz de apresentar, a partir da década de 2000 novos elementos (avanços em certas áreas e retrocessos em muitas outras), de maneira nenhuma rompeu com os ditames do capital, mas, ao que tudo indica, optou pela via do reformismo. Em outras palavras,

No primeiro governo Lula (2003-2006) se mantiveram os pilares da macroeconomia neoliberal visando acalmar os mercados financeiros e sinalizando de modo claro que o novo governo pós-neoliberal não tinha veleidades anticapitalistas. Pelo contrário, o compromisso sagrado do novo governo era honrar os pagamentos com os credores da dívida pública, ninho do capital financeiro que suga cerca de 50% do orçamento público da União. O objetivo do lulismo demonstrou ser reorganizar o capitalismo no Brasil e não aboli-lo. Enfim, promover um novo choque do capitalismo nos moldes pós-neoliberais. O novo projeto burguês do lulismo – o neodesenvolvimentismo – era a afirmação periférica do reformismo social-democrata que atribuía não apenas ao mercado o papel de indutor da economia (ALVES, 2013, s/p Internet)¹⁷⁹.

Não é de se estranhar, portanto, que, pelas vias do que Alves denomina de “pós-neoliberalismo”, o capitalismo brasileiro tenha, em alguns setores, apresentando uma relativa melhoria econômica¹⁸⁰. Mas mesmo estas melhorias

¹⁷⁷ Segundo Stédile (2004): “[...] diante de uma correlação de forças adversas para a classe trabalhadora em todo mundo e a hegemonia do capital financeiro, escolheram o caminho de chegar ao governo em aliança com setores da burguesia. E disso se gerou um pacto: “você podem governar, fazer políticas de distribuição de renda, mas não podem mexer nas estruturas iníquas do capital e do Estado”. Isto é, formaram um governo de aliança de classes. Todos ganham um pouco, mas o capital financeiro é o que mais ganha”. Disponível em: <<http://tribunadaimprensa.com.br/?p=80755>> Acesso em: 16/04/2014.

¹⁷⁸ Para Alves (2013, s/p Internet), no plano das relações internacionais foi a crise da globalização neoliberal que constituiu, na década de 2000, o novo arco de alianças pós-neoliberais que articulam, na periferia do sistema mundial, projetos de desenvolvimento do capital alternativos à programática neoliberal. Por exemplo, a formação dos BRICS apontam na geopolítica internacional das primeiras décadas do século XXI, um novo bloco de poder capaz de reorganizar a dinâmica de acumulação do capital nas condições da crise estrutural (BRICS é um acrônimo que se refere aos “Cinco Grandes” mercados emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, verdadeiras fronteiras de expansão do capital nas condições de sua crise estrutural).

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>> Acesso em: 07/08/2013.

¹⁸⁰ Isso só foi possível porque, de acordo com Alves (2013, s/p Internet): O Estado passou a “ser o regulador capaz de financiar e constituir grandes corporações de capital privado nacional com a capacidade competitiva no mercado mundial (nesse caso, os fundos públicos – BNDES e fundos de

podem sofrer retrocesso. No setor industrial, por exemplo, segundo o IBGE, este setor encolheu em média 0,3% ao ano desde 2011. Ao analisar os dados do IBGE no período entre 1992 e 2013, Grespo (2014)¹⁸¹, expõe que: “Comparando a evolução da indústria dentro do período de cada um dos recentes presidentes da República, a média anual do governo Dilma Rousseff é a pior desde Fernando Collor de Mello”¹⁸².

O que, apesar de toda a euforia por parte de alguns, não parece ser o caso do setor de monocultivo. Nesse sentido, escreve Pinassi,

O capital, em processo de crise generalizada, tem pouco a lamentar e muito a comemorar por aqui: veja-se a estratosférica lucratividade bancária e o enorme crescimento da indústria da construção civil. Mais impressionante ainda é o desempenho da mineração, do agronegócio, do setor energético e dos números que apontam para o grande aumento de áreas agricultáveis de florestas, de rios e outras tantas de proteção ambiental, invadidas e destruídas por pasto, monocultivo de cana, de soja, de celulose, de laranja, por extração mineral, por barragens (PINASSI, 11/01/2013 Internet)¹⁸³.

No caso do setor de eucalipto-celulose-papel, dados recentes comprovam a expansão e intensificação deste setor no Brasil. Na tabela 6, por exemplo, temos os dados gerais do setor referentes ao ano de 2013.

pensões de estatais – cumpriram um papel fundamental na reorganização do capitalismo brasileiro); e o Estado investidor que coloca em marcha a construção de grandes obras de infraestrutura destinadas a atenderem as demandas exigidas pelo grande capital. A vertente do Estado investidor se manifesta, por exemplo, no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que é a expressão de que o Estado joga um papel fundamental na indução do crescimento da economia do país (o que distingue efetivamente o projeto burguês desenvolvimentista do projeto burguês neoliberal). A disciplina fiscal e monetária deveria se colocar a serviço do crescimento rápido e sustentado da economia do país”. Disponível em: < <http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>>. Acesso em: 09/07/2013

¹⁸¹ Disponível em: < <http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2014/02/04/industria-no-governo-dilma-tem-pior-desempenho-desde-collor/>>. Acesso em: 25/03/2014.

¹⁸² Disponível em: < <http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2014/02/04/industria-no-governo-dilma-tem-pior-desempenho-desde-collor/>>. Acesso em: 25/03/2014.

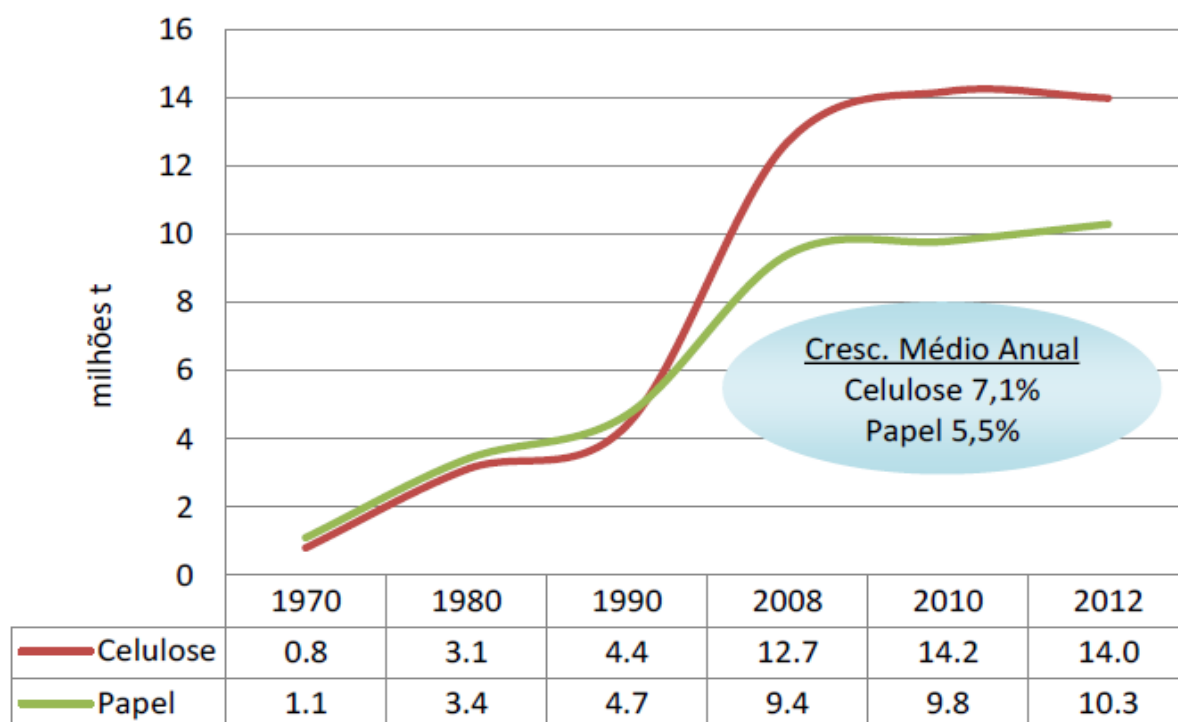
¹⁸³ Disponível em: < <http://www.odiario.info/?p=2735>>. Acesso em: 09/07/2013.

Tabela 6 Dados gerais sobre setor de Celulose e papel no Brasil em 2013.

- 220 empresas com atividade em 540 municípios, localizados em 18 Estados;
- 2,2 milhões de hectares de florestas plantadas para fins industriais;
- 2,9 milhões de hectares de florestas preservadas;
- 2,7 milhões de hectares de área florestal total certificada;
- Exportações: US\$ 6,7 bilhões;
- Saldo Comercial: US\$ 4,7 bilhões;
- Impostos pagos: R\$ 3,5 bilhões;
- Emprego: 128 mil empregos diretos (indústria 79 mil, florestas 51 mil) e 640 mil empregos indiretos.

Fonte: Bracelpa, 2014

Org: autor.

**Figura 2** - Produção brasileira de Celulose e papel no Brasil (1970 a 2012).

Fonte: Bracelpa.

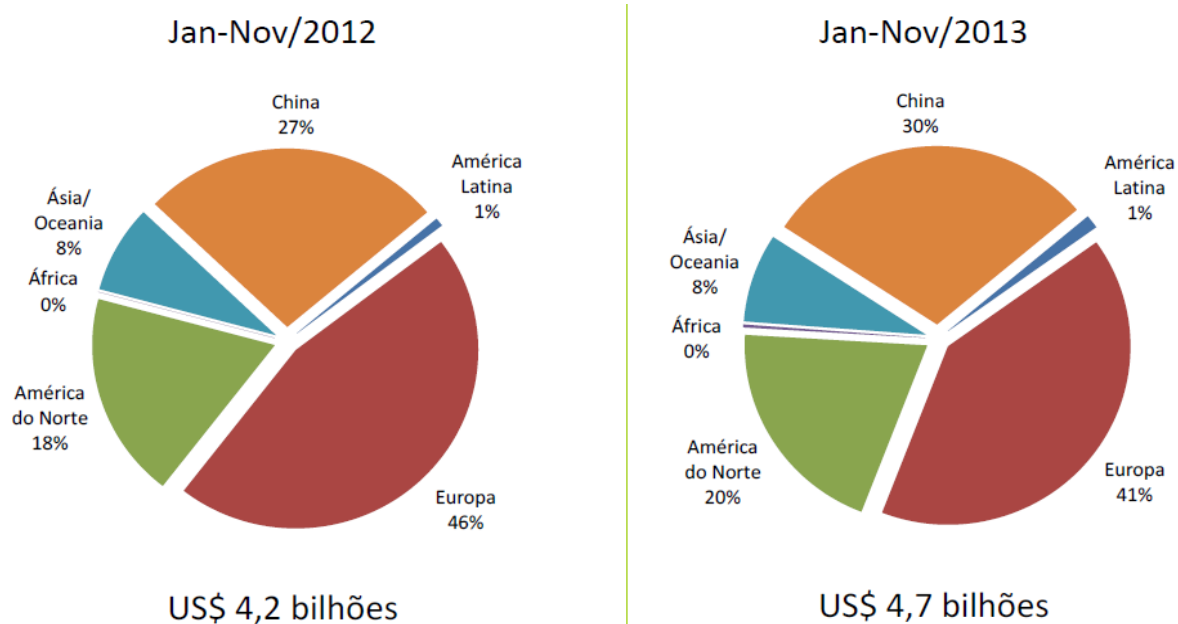
Org: Adaptado pelo autor.

Tabela 7 Balança comercial do setor celulose/papel (2011 a 2013)

	2011	2012	%	Jan-Nov		
				2012	2013	%
Exportação	7.190	6.657	-7,4	6.012	6.505	8,2
Celulose	5.002	4.706	-5,9	4.209	4.701	11,7
Papel	2.188	1.951	-10,8	1.803	1.804	0,1
Importação	2.128	1.945	-8,6	1.813	1.723	-5,0
Celulose	374	339	-9,4	314	313	-0,3
Papel	1.754	1.606	-8,4	1.499	1.410	-5,0
Saldo	5.062	4.712	-6,9	4.199	4.388	13,9
Celulose	4.628	4.367	-5,9	3.895	3.895	12,7
Papel	434	345	-20,5	304	394	29,6

Fonte: SECEX

Org: Adaptado pelo autor

**Figura 3 - Destino das exportações brasileiras de celulose**

Fonte: SECEX

Org: Adaptado pelo autor

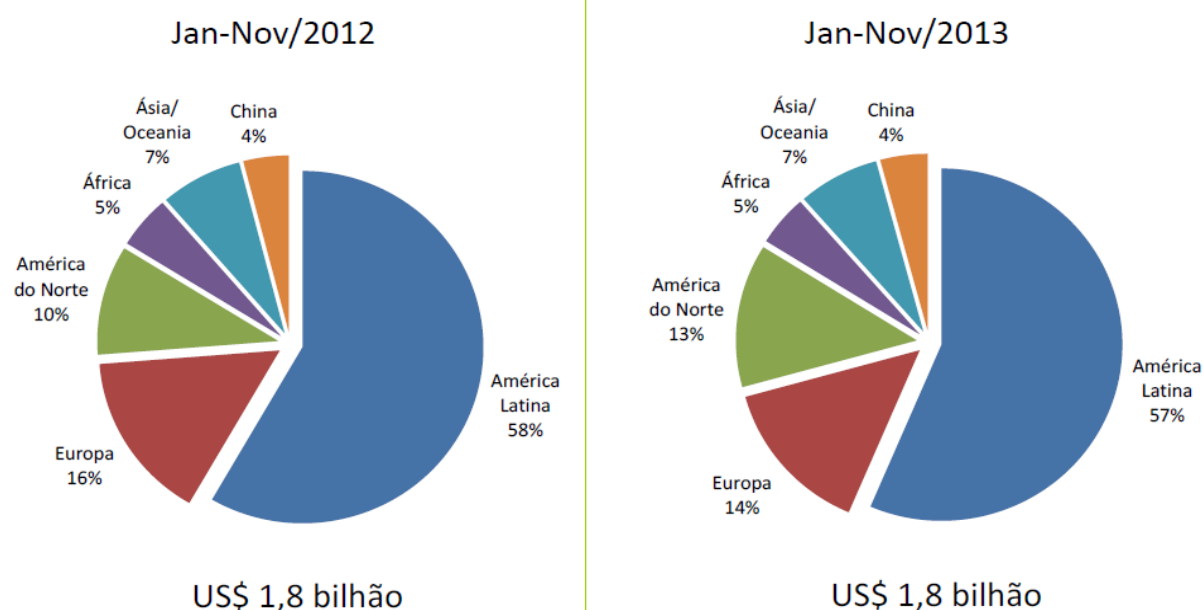


Figura 4 - Destino das exportações brasileiras de papel

Fonte: SECEX

Org: Adaptado pelo autor

Tabela 8 Maiores Produtores Mundiais de Celulose e Papel - 2012

CELULOSE		PAPEL	
País	Mil toneladas	País	Mil toneladas
1. EUA	50.351	1. China	102.500
2. China	18.198	2. EUA	74.375
3. Canadá	17.073	3. Japão	26.083
4. Brasil*	13.997	4. Alemanha	22.630
5. Suécia	11.672	5. Suécia	11.417
6. Finlândia	10.237	6. Coreia do Sul	11.333
7. Japão	8.642	7. Canadá	10.751
8. Rússia	7.519	8. Finlândia	10.694
9. Indonésia	6.710	9. Brasil	10.260
10. Chile	5.155	10. Indonésia	10.247
11. Índia	4.095	11. Índia	10.242
12. Alemanha	2.636	12. Itália	8.664
Demais	10.376	Demais	90.376
TOTAL MUNDO	166.641	TOTAL MUNDO	399.985

Fonte: RISI

* Fonte Bracelpa.

Org: Bracelpa.

Só no Mato Grosso do Sul, conforme Perpertua (2012, p. 38), constata-se que a partir do início da instalação do complexo Fibria-IP, em 2006, a área plantada total com eucalipto e pinus no estado de Mato Grosso do Sul foi ampliada em 264,8%, crescimento alavancado somente pelo primeiro gênero, que apresentou crescimento relativo de 315%¹⁸⁴, ao passo que o segundo decaiu 100%. Além disso, de acordo com os dados da Associação Brasileira dos Produtores de Floresta Plantada (ABRAF, 2012), a área total ocupada com o cultivo de árvores em Mato Grosso do Sul atingiu, no ano de 2011, os 487.399 (ha); destes, 378 mil estão localizados na Microrregião de Três Lagoas (REPORTER BRASIL, 2011), e de acordo com a estimativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de Mato Grosso do Sul (SEPROTUR), esta área alcançará os 700 mil ha nos próximos anos (PAINEL FLORESTAL, 20/03/2012). O que confirma a expansão do eucalipto na região.

Ainda de acordo com a ABRAF, no período 2000-2011 a produção nacional de celulose no Brasil aumentou 87,7% (5,9% a.a.), e as exportações cresceram 190,4% (10,2% a.a.) (ABRAF, 2011). Em 2011, a produção brasileira de celulose totalizou 14 milhões de toneladas e o consumo interno foi de 5,9 milhões de toneladas. Nesse mesmo período, as exportações de celulose somaram aproximadamente 5 bilhões de dólares, apresentando um crescimento de 5% em relação a 2010. Para o ano de 2012, as exportações de celulose somaram aproximadamente 4,7 bilhões de dólares, apresentando um decréscimo de 5,9% em relação a 2011, resultado da retração da demanda europeia e norte-americana e da queda do preço internacional de celulose. Os principais destinos da celulose brasileira são os mercados asiático e europeu. Somente a China e a Europa importaram, juntas, 2,6 bilhões de dólares (ABRAF, 2011, 2012).

Em 2012, conforme a ABRAF, a produção brasileira de celulose subiu 8 %, totalizando 1,233 milhão de toneladas. No mesmo ano até maio, o setor acumulou a produção de 6,055 milhões de toneladas --alta de 3,9 % ante igual período do ano passado. Já as exportações de celulose brasileira em volume subiram 30,1 % em maio, para 856 mil toneladas, na comparação com maio de 2012. De janeiro a maio, as vendas externas avançaram 9,4 %, para 3,822 milhões de toneladas. A produção

¹⁸⁴ Neste caso, Kudlavicz (2011), demonstra que a expansão do eucalipto está intimamente ligada à concentração fundiária, ao mesmo tempo em que os minifúndios, imprescindíveis no que tange à soberania alimentar do país e do Estado, são deixados de lado.

brasileira de papel, enquanto isso, totalizou 868 mil toneladas em maio, alta de 2,2 % sobre um ano antes. Nos cinco primeiros meses do ano, a produção de papel chegou a 4,277 milhões de toneladas, crescimento de 1,4 %. A receita de exportações do setor totalizou 2,87 bilhões de dólares em 2013 até maio, alta de 4,4 %. Foram 2,04 bilhões de dólares para celulose e 831 milhões de dólares para papel (ABRAF, 2012).

No Brasil, a ABRAF assinala que os 36,1% de toda a madeira produzida são utilizados para a produção de celulose, ao passo que a produção de serrados, a siderurgia a carvão vegetal, os painéis de madeira industrializada e os compensados consomem, respectivamente, 15,2%, 10%, 7,4% e 3,7% do total de madeira. O restante (26,3%) é destinado à produção de lenha e outros produtos florestais.

Brasil: 2,2 milhões de hectares

Mil hectares

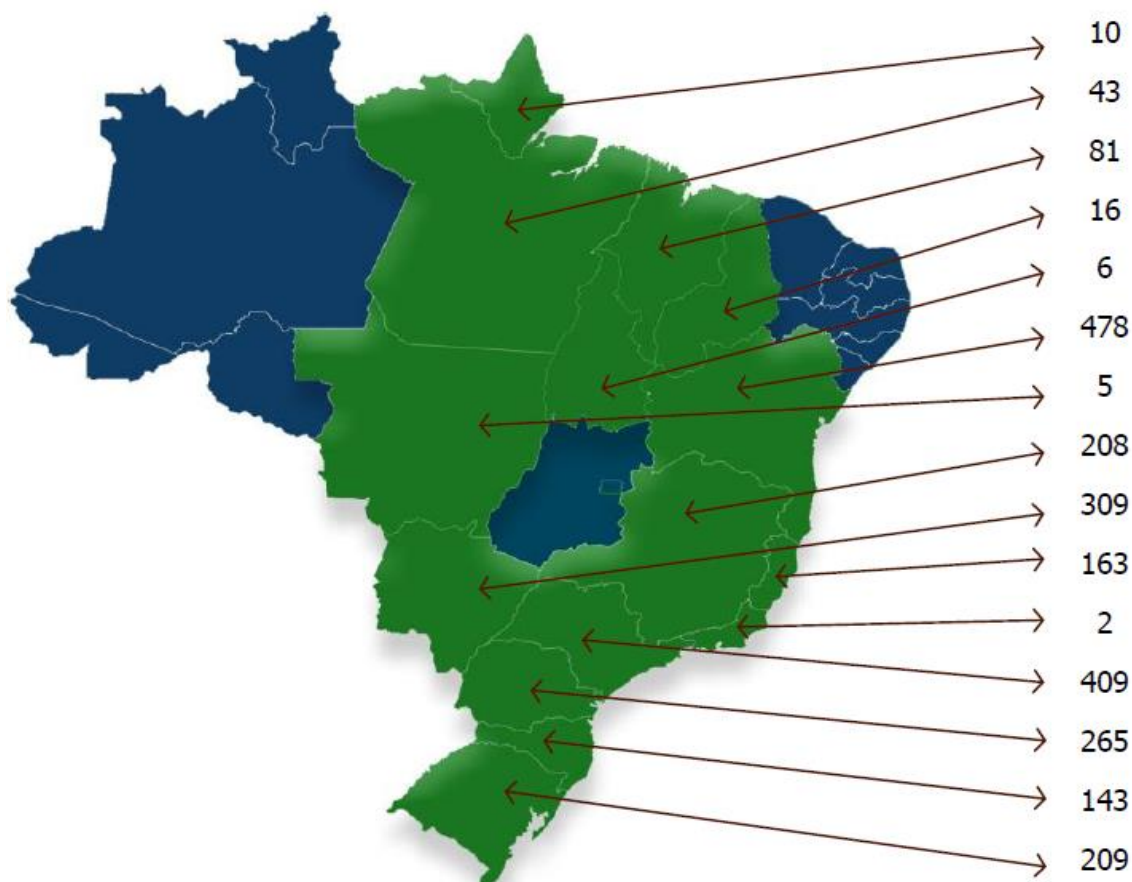


Figura 5 - Distribuição Geográfica das Florestas Plantadas Brasileiras – 2011

Fonte: Bracelpa

Org: Adaptado pelo Autor

Como esclarece Almeida (2013, p. 1), “[...] por ser o território sul-mato-grossense uma área de rápida expansão da monocultura do eucalipto aliada a instalação, na atualidade, de megaprojetos de linha contínua para produção de celulose-papel”, tem tido papel fundamental no processo de territorialização do capital. Isso foi possível porque, o *Estado-gestor-financiador* se uniu “[...] às empresas FIBRIA (fusão das empresas Votorantim Celulose e Papel e Aracruz Celulose, em 2009) e Eldorado Brasil [fusão Eldorado e Florestal Brasil, em 2011]” (ALMEIDA, 2013, p. 1).

A título de exemplo, Almeida expõe como esse processo tem se dado fundamentalmente dos bens naturais, mediante o uso e controle dos territórios no Estado do Mato Grosso do Sul. Para a autora, o complexo eucalipto-celulose-papel,

[...] visa o controle do território (envolvendo os bens inalienáveis da natureza como água¹⁸⁵ e terra) e a disseminação de normas e padrões (que tem no consumo exponencial de papel, uma de suas expressões), como forma de assegurar a apropriação das riquezas (ALMEIDA, 2013, p. 1).

Dentro do Estado do Mato Grosso do Sul¹⁸⁶, a região de atuação do agronegócio mediante à territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel de maior representatividade talvez seja Três Lagoas-MS (ALMEIDA, 2012, 2013). Região que, segundo alguns, se transformou na “Rainha da celulose” do Brasil (ESTADAO, 10/10/2013).

¹⁸⁵ Com relação a este fator, basta lembrarmos que a região é banhada e munida pelas águas subterrâneas (aquífero Guarani), quanto pelas águas superficiais (Bacia Platina).

¹⁸⁶ Segundo dados da Agrosat (Sistema de Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro), do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) o Mato Grosso do Sul, em 2013 alcançou o patamar de maior exportador de celulose do Brasil, em receita e em volume. De acordo com a Agrosat, o Estado exportou no ano de 2013, 2.092 milhões de toneladas do produto, o que representa 21,24% do total vendido pelo Brasil para o mercado internacional, que foi de 9.848 milhões de toneladas. Em receita, o faturamento de Mato Grosso do Sul com estas operações foi de US\$ 1,040 bilhão, o equivalente a 20,08% dos US\$ 5,179 bilhões exportados pelo país no ano passado (JORNAL HOJE +, 21/01/2014).

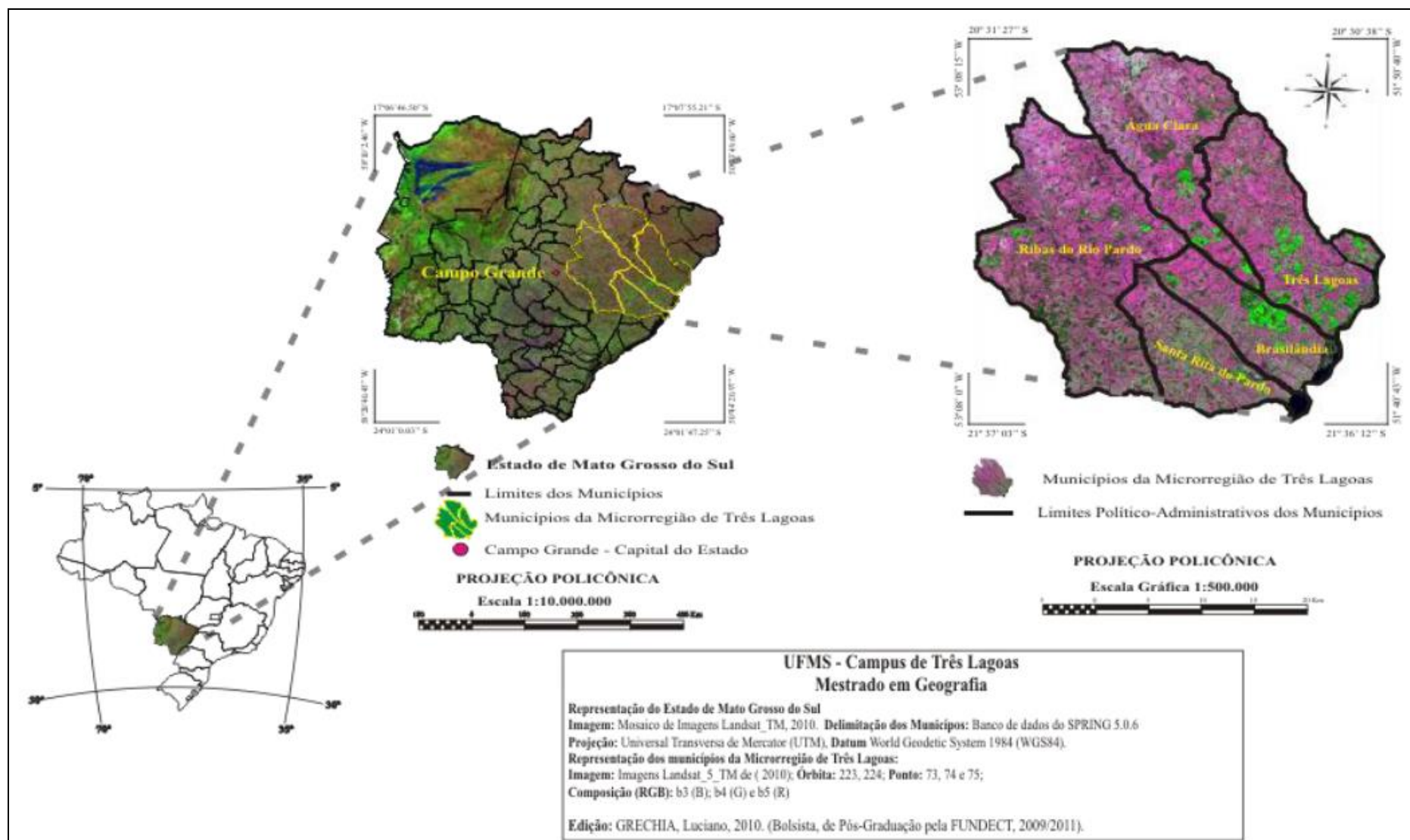


Figura 6 – Mapa da Microrregião de Três Lagoas

Fonte: Kudlavicz, 2011

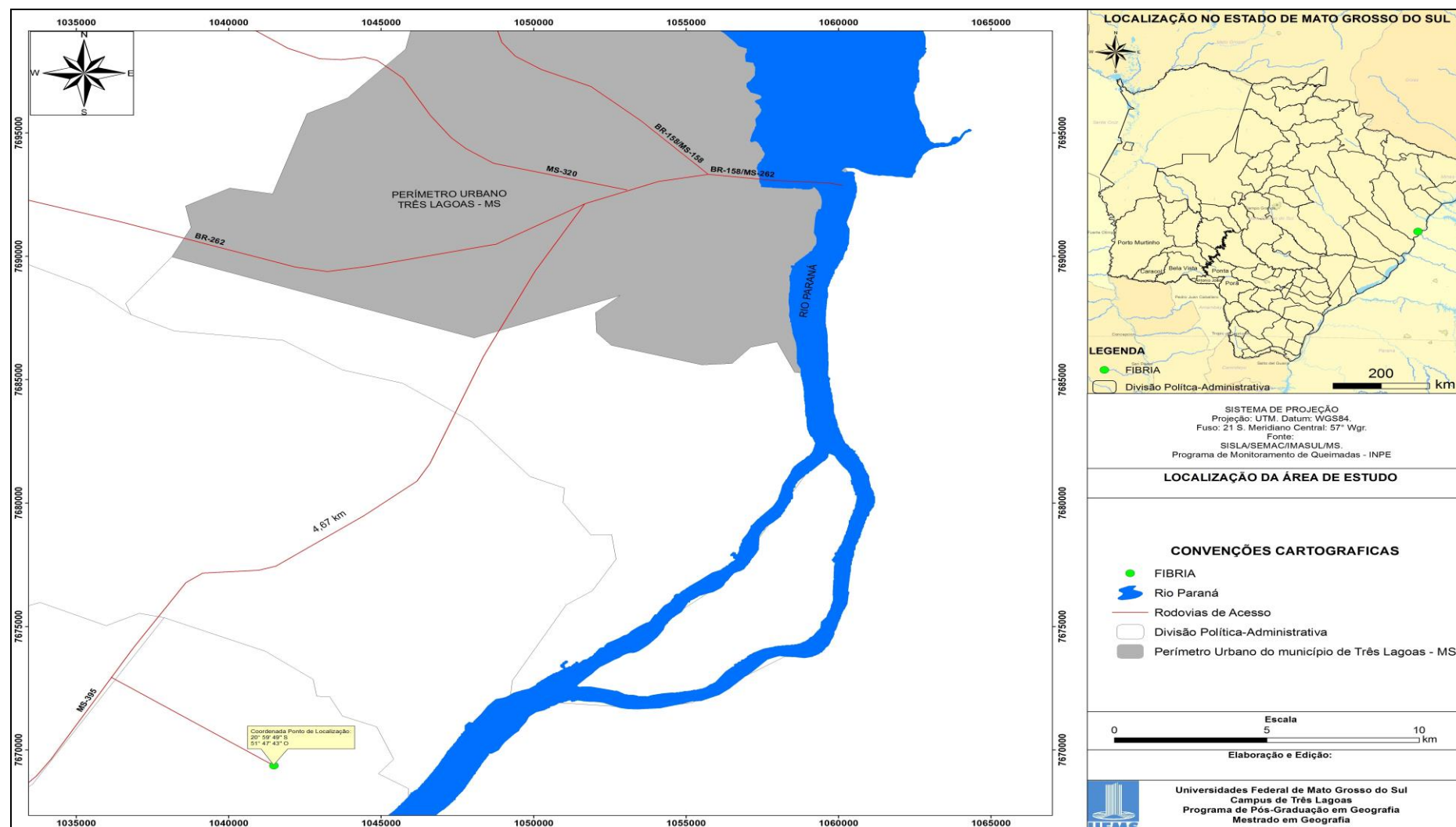


Figura 7 – Localização da fábrica da Fibría no município de Três Lagoas-MS.
 Org: Edwaldo Bonanza

Localizada na região leste do Estado (figura 6), a microrregião de Três Lagoas passou a ser o alvo estratégico das (mega)empresas do setor de eucalipto-celulose-papel na atualidade, alçando ao “[...] terraço global da *commodity* de fibra curta¹⁸⁷ branqueada, auferindo em curto tempo a alcunha de ‘capital mundial da celulose’” (RIBEIRO, 2012, p. 2)¹⁸⁸ ao se transforme no “vale da celulose”. Esta alcunha, no entanto, esconde as contradições do modelo capitalista (agronegócio) exploratório que se materializa (e se reproduz) por meio do avanço predatório do plantio de eucalipto no Brasil e, em especial, no Mato Grosso do Sul.

Em se tratando da atuação do agronegócio do eucalipto em Três lagoas, uma das maiores empresas no setor é a Fibria. Segundo informação disponibilizada no próprio portal (website) da empresa, esta seria uma das líderes mundiais na produção de celulose de eucalipto, cuja capacidade de produção anual atingiria os 5,3 milhões de toneladas. Em Três Lagoas, a primeira unidade da empresa tem a capacidade de produzir 1,3 milhões de toneladas ano. No entanto, uma nova linha de celulose, que já está sendo organizada, ampliará a capacidade para mais 1,75 milhão de tonelada por ano. Desse modo, a unidade vai alcançar a produção total de 3,05 milhões de toneladas anuais, tornando-se a maior fábrica de celulose do mundo (JLNEWS, 15/01/2014)¹⁸⁹.

Almeida (2012) também destaca o papel da Fibria como exemplo do processo de territorialização do agronegócio, indicando a voracidade da empresa por território, que se iniciou nos primeiros anos de sua instalação em Três Lagoas. Segundo a autora, já em 2008, o total de área controlada pela Fibria em Mato Grosso do Sul era de 235 mil ha, passando para 317 mil ha em 2012. Além disso, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Sustentável da FIBRIA (2011), a distribuição da venda

¹⁸⁷ Trata-se da celulose produzida a partir de fibras vegetais com comprimento entre 1 e 2 milímetros. O menor comprimento das fibras proporciona a produção de papéis mais flexíveis, finos e sensíveis ao toque, como papéis para fins sanitários, papéis para impressão e escrita. A atual matéria-prima utilizada para a produção de tal celulose é proveniente de árvores folhosas, especialmente o eucalipto.

¹⁸⁸ “No momento, são mais de 3 mil as empresas instaladas no município, sendo que 54 são de médio e grande portes (TRÊS LAGOAS JÁ, 13/12/2012). No que concerne às indústrias, são , por enquanto, 60 as unidades já implantadas e sob expansão; dentre elas estão a maior fábrica brasileira de refrigerados, a que produz cabos de fibras óticas, as de couro, calçados, têxtil e confecção, bebidas, alimentos, uma unidade de fertilizantes nitrogenados (a UFN III, da Petrobrás, que será a maior da América Latina), outra de biocombustíveis (Cargill) e uma siderurgia (SITITREL)” (RIBEIRO, 2012, p. 2).

¹⁸⁹ Disponível em:< <http://www.jlnews.com.br/interior/tres-lagoas-sera-a-maior-produtora-de-celulose-do-planeta>>. Acesso em: 01/02/2014.

de sua produção se dá seguinte maneira: Europa 36%; para América do Norte 30%, para a Ásia 25% e para América Latina 9%. No mesmo relatório, a Fibria expõe os dados sobre o que ela denomina de vendas por uso final: papéis sanitários 54%; imprimir e escrever 29% e papéis especiais 17%. Esse montante de exportações, no entanto, foi ampliando em 2012, pois dos 5,2 milhões de toneladas de celulose produzidas pela Fibria em 2012, 4,7 milhões (ou 90% do total) foram destinados à exportação, para países da Europa (43%), América do Norte (23%), Ásia (23%) e América Latina (11%) (FIBRIA, 2012).

Tabela 9 Área total ocupada e área plantada com eucalipto da Fibria (por ha no MS por região – 2011).

Municípios	Área total ocupada (ha)	Área plantada com eucalipto (ha)
Água Clara	32.062	15.632
Brasilândia	79.551	52.113
Ribas do Rio Pardo	47.377	32.837
Selvíria	26.452	18.583
Três Lagoas	131.584	88.493
Total	317.026	207.658

Fonte: FIBRIA, 2011.

Org: Almeida (2012).

Já para o ano de 2013, a Fibria expandiu seu processo de ocupação/territorialização em quase todas as regiões, além de avançar também sobre a região de Santa Rita do Pardo. A única região em que houve um recuo do processo foi em Ribas do Rio Pardo. Vejamos os dados.

Tabela 10 Área total ocupada e área plantada com eucalipto da Fibria por ha no MS por região – 2013.

Municípios	Área total ocupada (ha)	Área plantada com eucalipto (ha)
Água Clara	34.202,41	17.026,38
Brasilândia	85.598,55	56.567,38
Ribas do Rio Pardo	44.846,04	31.198,03
Selvíria	28.567,44	19.993,85
Santa Rita do Pardo	919,27	598,73
Três Lagoas	153.340,76	102.876,45
Total	317.026	207.658

Fonte: FIBRIA, 2013.

Org: autor 2013.

Como indicam os dados, por detrás da expansão do “vale da celulose”, se oculta o “vale de interesses” do capital, pois na realidade o alvo do setor tem sido desde o princípio a exportação de celulose, chegando a 84% em 2013, segundo a prefeitura de Três Lagoas (ABTCPBLOG, 2013)¹⁹⁰. Observando as exportações de celulose no Estado, nos dois primeiros semestres de 2012 e 2013, da qual a Fibria tem uma participação significativa, o montante em dólares mais que dobrou.

Tabela 11 Exportações de celulose nos primeiros semestres de 2012 e 2013

Exp. de Celulose (MS)	Jan - Jun 2012	Jan - Jun 2013
US\$ milhões	221,4	487,3

Fonte: SECEX/MIDC

Org: Autor

A Fibria, portanto, territorializa-se mediante “[...] o monocultivo do eucalipto em escala realmente avassaladora em Mato Grosso do Sul, concentrando-se, sobretudo, no território dos municípios da Microrregião de Três Lagoas” (PERPETUA, 2012b, p. 37), demarcando assim a dimensão espacial da atuação, domínio e controle do território pelo empresariado. Por conta desses elementos, em Três Lagoas tem sido

¹⁹⁰ Disponível em: < <http://www.abtcpblog.org.br/>>. Acesso em: 01/02/2014.

[...] expressiva participação no crescimento econômico¹⁹¹ e nas exportações municipais, ou ainda por seus impactos reais e potenciais, as indústrias do setor de celulose e papel constituem o verdadeiro “carro-chefe” do processo¹⁹² (PERPETUA, 2012b, p. 44).

Não por acaso,

A “ex-capital do gado”¹⁹³ metamorfoseava-se aos poucos em “rainha” ou “capital mundial de celulose”. E a consequência imediata disso é que as fazendas passam a ser arrendadas a plantadores de “florestas antropizadas”. O já ralo e gasto verde dos pastos vai então ser substituído por florestas estéreis, de um verde uniforme e literalmente sem vida, para produzir a commodity hoje demandada

¹⁹¹ Nos últimos anos, Três Lagoas cresceu vertiginosamente ultrapassando a densidade populacional estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), que previu pelo Censo realizado em 2010, uma média de crescimento de 1,3% ao ano. Com a explosão industrial, o município, que até 2009 tinha 89.493 moradores, hoje ultrapassa a casa dos 101.722, habitantes, um crescimento de 12.229, ou seja; acima dos 10 por cento. Para atender a demanda de crescimento, a cidade teve que se adequar à nova realidade. Centenas de novos imóveis de baixo, médio e alto padrão foram edificadas em vários bairros da cidade (PAINEL FLORESTAL, 31/03/2013). No entanto, junto com esse crescimento segue uma série de problemas de toda ordem na cidade e no campo: o “boom” dos preços dos imóveis, o caos no trânsito devido aumento da frota de automóveis, o aumento exponencial da população resultando “[...] em problemas os mais diversos, dos quais se destacam aqueles relacionados à saturação da infraestrutura e dos serviços básicos, e à elevação dos preços dos produtos e serviços, efeitos que somados conduzem à elevação do custo e a degradação da qualidade de vida” (PERPÉTUA, 2012b, p. 55). Além disso, ampliam-se as chances de precarização do trabalho e do aumento dos riscos de problemas ambientais. Sem contar os problemas envolvendo questões graves como o desafio imposto à soberania alimentar da região e do país, por conta da adoção do modelo.

¹⁹² “Em apenas cinco anos, o PIB do município quase dobrou, com crescimento considerável em todos os setores de atividades e grande destaque para o setor secundário, que cresceu 156,62%. O PIB *per capita*, ainda que seja um indicador bastante questionável por não considerar a desigualdade real da distribuição da riqueza, indica que o crescimento do PIB total acompanhou de perto o crescimento populacional do município no período, variando positivamente 67,62%. Menor expressividade teve a arrecadação de impostos sobre produto, com crescimento de 62,15%” (PERPETUA, 2012b, p. 47). Cabe ressaltar que PIB enquanto indicador de riqueza tem sido bastante contestável. As principais críticas a este indicador são: 1) Tudo o que se pode vender e que tem um valor monetário agregado aumentará o PIB e o crescimento, o que não significa necessariamente desenvolvimento sustentável e aumento do bem-estar individual e coletivo; 2) Em parte alguma se contabilizam as perdas de bem-estar provocadas pelo crescimento econômico, o que, embora não tenha valor comercial, pode ter um valor enorme para o nosso bem-estar e o das futuras gerações; 3) Numerosas atividades e recursos que contribuem para o bem-estar não são contabilizados simplesmente porque não são comerciais ou porque não têm custo monetário direto de produção; 4) O PIB mede apenas as quantidades produzidas (outputs) e é indiferente aos resultados em termos de satisfação e de bem-estar pelo consumo desses bens (outcomes), que são mais importantes para avaliar o progresso. Essa medida não reflete o bem-estar de uma sociedade; 5) A mensuração do PIB é também indiferente à partilha das riquezas contabilizadas, às desigualdades, à pobreza, à segurança econômica etc., que são, todavia, quase unicamente consideradas dimensões do bem-estar de uma sociedade (COMPÊNDIO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE NAÇÕES). Disponível em: <<http://www.compendsustentabilidade.com.br/compendiodeindicadores/introducao/default.asp?paginaID=25&conteudoID=305>>. Acesso em: 31/01/2014.

¹⁹³ Na década de 1990, o município de Três Lagoas possuía 1 milhão de cabeças de gado (ARAGÃO, 2012 *apud* RIBEIRO, 2012, p.3).

preferencialmente pela China. A re-hierarquização da região, com a refuncionalização das atividades econômicas, assiste à maquilagem desta “cara geográfica” (RIBEIRO, 2012, p.3).

De cariz extensivo, a pecuária contribuiu, até quando foi necessária, para um contingente populacional esparso e disperso, cuja base era moldada sobre uma estrutura fundiária extremante concentrada na microrregião de Três Lagoas (ALMEIDA, 2010). A “troca” de um modelo por outro, apesar de conter elementos substancialmente diferentes, ainda sim resguarda o princípio da lógica acumulativa do capital. O “momento predominante”, no entanto, é o da forma de manifestação pautada (e escudada ideologicamente) no modelo do agronegócio do eucalipto-celulose-papel. Como aponta Perpetua, “[...] quer pela vultuosidade dos investimentos, quer por sua expressiva participação no crescimento econômico e nas exportações municipais, ou ainda por seus impactos reais e potenciais” (PERPETUA, 2012b, p. 44), o complexo eucalipto-celulósico-papeleiro é, na atualidade, a atividade em ascensão na microrregião de Três Lagoas-MS¹⁹⁴.

Não obstante a isso, a empresa norte-americana International Paper (IP) foi integrada à Fibria¹⁹⁵, de modo que sob esta nova conformação a atuação da Fibria no ramo foi expandida para diversas partes do mundo: África, América do Norte, América Latina, Europa e Ásia.

¹⁹⁴ Entre 2005 e 2009, período em que houve forte aceleração do processo de industrialização, o Complexo Fibria-IP já respondiam por 87,9% do total de investimentos do setor secundário no Município de Três Lagoas, excluindo-se deste cômputo os investimentos derivados do projeto Eldorado, iniciados em 2010 (PERPETUA, 2012, p. 45).

¹⁹⁵ “A Fibria e a empresa norte-americana IP (International Paper) iniciaram operações industriais no município sul-mato-grossense no começo de 2009. A primeira tem capacidade de 1,3 milhão de toneladas de celulose por ano e a segunda produz 200 mil toneladas de papel de imprimir e escrever do tipo A4. As duas fábricas - cercadas de florestas de eucalipto - podem ser vistas a mais de cinco quilômetros de distância. A parceria consiste no fornecimento de celulose da Fibria à IP por uma tubulação. A Fibria também disponibiliza água, vapor, ar comprimido e energia elétrica para a IP, que entrega os efluentes para que sejam tratados e devolvidos ao rio Paraná”. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2010/06/23/especial-fibria-prepara-expansao-em-tres-lagoas-mas-ip-espera.jhtm>>. Acesso em: 10/06/2013. “Na parceria com a Fibria, a International Paper realizou uma troca de ativos. Entregou à parceira ativos florestais e o projeto licenciado e absorveu uma fábrica de papel em Luís Antônio, no interior de São Paulo. ‘Nessa troca, nós nos reservamos o direito de consumir 160 mil toneladas de celulose por ano [o equivalente a 15% da produção da Fibria] com a possibilidade de aumentar a demanda’. Através de um duto que une as duas empresas, a Fibria fornece a celulose ainda líquida para a International Paper fabricar 200 mil toneladas de papel para imprimir e escrever por ano. O restante da produção, a companhia transforma em fardos de 250kg de celulose seca para exportar para Europa, Ásia e Américas”. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT177501-16355,00.html>>. Acesso em: 09/09/2013.

A referência à IP, em específico, deve-se ao fato de que esta unidade industrial está articulada em rede à Fibria dentro do complexo eucalipto-celulose-papel (assim como outras empresas), de modo que a dinâmica do funcionamento do processo do complexo depende da atuação coordenada destas empresas, em especial da IP. Além disso, é exemplar no que se refere ao modelo de atuação do agronegócio, que se perfaz através de fusões e/ou “[...] aquisições de empresas agroindustriais por vários grupos ligados ou não a essa atividade produtiva, somando-se a conjuntura política e econômica favorável a sua expansão”¹⁹⁶ (OLIVEIRA, 2009, p. 34). Soma-se a isso o fato das tais “vantagens locacionais” da região:

As fábricas de celulose que aí se instalaram, aproveitando-se do leque de “vantagens locacionais” oferecido (condições edafoclimáticas apropriadas para o cultivo de eucalipto, abundância de água, existência de infraestrutura de transportes multimodal, baixo preço e disponibilidade de terras, estrutura fundiária concentrada, benefícios e incentivos fiscais), são extremamente modernas e a despeito de serem as maiores do mundo, funcionam com poucos trabalhadores, empregados mais no controle do processo produtivo que na produção propriamente dita (PERPETUA, 2012a, p. 7).

Sendo assim, a Fibria encontrou na microrregião de Três Lagoas-MS as “vantagens locacionais” para explorar a natureza e a força de trabalho em conformidade com as exigências do capital em seu período de acumulação flexível.

Não sem motivos, os discursos apologéticos em prol do desenvolvimento e do crescimento com o amparo do modelo são constantemente divulgados¹⁹⁷, expressando assim, no plano das ideias, a materialização do processo de territorialização do monocultivo do eucalipto que se consolidou em Três Lagoas-MS por conta do aparato de disposições político-econômicas (neoliberais), em que prevalecem a isenção fiscal, a expansão territorial, o domínio e a exploração do trabalho e as grandes possibilidades de auferir altos lucros pela extração de mais-valor.

¹⁹⁶ A própria Fibria é resultado da fusão da VCP e Aracruz em 2009

¹⁹⁷ Como expôs Ribeiro (2012, p. 3): “O remanejamento material foi comboiado pelo ideológico, podendo-se notar uma indisfarçada ridicularização da cidade pretérita, propalada como um local povoado por carroças nas adjacências da área central. Tudo para corroborar o ideário de que pairava uma inércia econômica rompida exatamente pela modernidade do caçula e pujante vetor silvicultor (SPOTORNO, 2010). Obviamente que a nota não corresponde à realidade, entretecendo-se como ardil que toma a exceção por regra para generalizar o particular que convém propalar”.

Por isso, a administração de Três Lagoas, agente essencial no processo de consolidação do complexo celulósico-papeleiro, reproduz o discurso do desenvolvimento e crescimento e “[...] reitera as miragens midiáticas e delas se apropria em nome da aprovação popular, para justificar o apoio irrestrito que se tem dado ao grande capital industrial” (PERPETUA, 2012b, p. 40)¹⁹⁸.

Em suma, o complexo eucalipto-celulósico-papeleiro pode ser entendido como “[...] uma expressão da tentativa de modernização capitalista fundada em um dos mecanismos de expansão da acumulação do capital” (HARVEY, 2004), a qual “[...] altera o processo produtivo e de trabalho, provocando manifestações espaciais diferenciadas nos territórios” (OLIVEIRA, 2009, p. 34), territorializando assim, a contradição capital x trabalho (MENDONÇA; MESQUITA, 2008). Não obstante, a territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel enquanto empreendimento societal do capital estar organicamente ligada ao trabalho, uma relação responsável pela dinâmica constante das reconfigurações territoriais (THOMAZ JR, 2011). É nestes termos que procuramos entender os aspectos do trabalho terceirizado no setor de transportes da Fibria, pois, como veremos, a necessidade imperiosa de uma força de trabalho tremendamente terceirizada é o que impulsiona esta empresa à elevados patamares de produção e lucratividade.

O processo de territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel no município de Três Lagoas-MS tem se utilizado largamente de formas de subcontratação e terceirização¹⁹⁹ do trabalho, desde o início de sua formação²⁰⁰.

¹⁹⁸ Em um evento patrocinado pelo setor de eucalipto-celulose-papel em 2012, a atual prefeita de Três Lagoas, Márcia Moura, diz com todas as letras que: “A plantação de eucaliptos, *florestas plantadas*, representa um novo *ciclo de crescimento sustentável* para Três Lagoas e para o nosso estado de Mato Grosso do Sul [...] E onde a indústria chega [ela] mexe com a vida das pessoas, mexe com a economia, a cidade gira, o mercado melhora, a rede hoteleira agradece, o comércio agradece, crescem as oportunidades para todos, beneficiando os micro, pequenos, médios, grandes homens e mulheres de negócio. Aumentam as demandas da infraestrutura de serviços e também da urbanização, ou seja, aumenta muito mais a responsabilidade da nossa administração. Posso afirmar que a administração municipal está atenta e pronta pra enfrentar o que significa pra nós o *bom desafio*” (INFORMAÇÃO VERBAL, 10/04/2012 *apud* PERPETUA, 2012b, p. 40).

¹⁹⁹ No momento em que escrevemos este trabalho duas matérias cujos títulos são: “A terceirização no setor florestal como vetor de socialização do capital” e a “Terceirização deve trazer segurança para empresas e trabalhadores”, foram escritas no website do painel florestal. A primeira matéria destaca que: “No momento que se fala tanto em socialização, preocupação social, etc., a terceirização de algumas atividades florestais aparece como vetor de socialização do capital, na contramão da visão de setores do Ministério Público” e a outra, expõe a preocupação do presidente da Comissão de Relações do Trabalho da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Adauto Duarte. Para ele “O Brasil não pode ficar fora do mundo. Terceirização nada mais é que uma forma de organizar a atividade como acontece em qualquer outro país” (PAINEL FLORESTAL, 07/08/2013). Disponível em: < <http://www.painelflorestal.com.br/noticias/brasil/terceirizacao-deve-trazer-seguranca-para-empresas-e-trabalhadores>>. Acesso em: 08/08/2013

Isso porque, além da terceirização do trabalho ser uma das principais estratégias da reestruturação produtiva/territorial entre as empresas, pois, ao mesmo tempo em que ela permite uma recomposição das taxas de lucro, oferece também aos capitalistas um maior controle sobre a força de trabalho, esse processo “[...], em si e para si, possui vínculos orgânicos com a nova forma de ser do capitalismo flexível” (ALVES, 2011, p. 411), pois é uma estratégia “[...] corporativa que buscava enfrentar as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural do capital caracterizada pela crise de sobreacumulação, mundialização financeira e novo imperialismo” (ALVES, 2011, p. 411). A atitude de terceirizar

[...] está conectada a uma lógica de ação maior e bem mais complexa – as acumulações flexíveis, sendo esta a resposta capitalista à crise [...] como alternativa de sobrevivência do capital, em que mais uma vez na história do capitalismo a classe trabalhadora é a mais prejudicada (PONTE, 2003, p. 3).

O complexo eucalipto-celulósico-papeleiro, do qual a Fibria é parte fundamental, é estruturado estrategicamente, de modo que há não só um conjunto integrado de unidades produtivas, mas também dependência mútua entre as unidades produtivas principais e as secundárias que se articulam organicamente dando um caráter de dinamicidade ao processo produtivo ao mesmo tempo em que fragmenta o território e a força de trabalho, setorizando estes conforme as necessidades do sistema produtivo. Neste processo, a terceirização no setor florestal se impõe não como “vetor de socialização do capital”, mas como “peça da engrenagem” que corresponde à lógica de domínio do território mediante a lógica de controle do trabalho.

Na conformação estrutural (em rede) do complexo, as empresas menores, no caso as subcontratadas/terceirizadas, estão “atadas” à Fibria, fornecendo a esta inúmeros tipos de mercadorias (incluindo a força de trabalho) e serviços, tais como: insumos, intermediários, embalagens, transportes, etc. Não obstante, essa rede estratégica está ancorada nas necessidades impostas pela crise estrutural e de dominação do capital, por isso “[...] precarização, terceirização e subcontratação galopam soltas; em 2010, de um total de dois mil funcionários, não beirava o terço o montante de funcionários formais” (RIBEIRO, 2012, p. 6). Além disso:

²⁰⁰ Os trabalhadores terceirizados representavam no ano de 2012 mais de 75% da força de trabalho da Fibria (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 05/08/2012).

[...] a imensa quantidade de terceirizações, com uma intrincada fiação de empresas incumbida pela contratação, o que acaba endossando diferenciações salariais significativas entre o mesmo tipo de funcionário, chegando a uma cadeia de subcontratadas que ultrapassa a dezena, plantando enormes buracos na pista já estreita das leis trabalhistas (RIBEIRO, 2012, p. 7).

Acreditamos que este processo de subcontratação/terceirização tem sido imprescindível para assegurar produtividade e lucratividade mediante a prática de algumas modalidades toyotistas pela Fibria, o que possibilitaria maximar/potencializar as escalas produtivas; diminuir significativamente os custos com a força de trabalho e também os custos administrativos; abrir maiores possibilidades de determinação de custos e preços (pelo fato da diminuição do número de processos e atividades); possibilita uma maior concentração e coordenação (via logística) das atividades consideradas pelas empresas como estratégicas; possibilidade que inúmeras formas de controle da gestão da produção surjam e sejam aplicadas, inclusive e, principalmente, sobre a força de trabalho, de forma a reduzir/obstruir os potenciais de luta da classe trabalhadora em razão da menor concentração dos trabalhadores (MARCELINO, 2004, p. 5).

Como procuramos ressaltar nos capítulos anteriores, diante das transformações impostas pela crise estrutural do capital, consubstanciado pelos processos de acumulação flexível e a reestruturação produtiva, o processo de terceirização tem se tornado cada vez mais vantajoso como um mecanismo de redução de custos com mão-de-obra, devido à diminuição dos encargos sociais e a elevada especificidade das atividades frente às imposições da reestruturação produtiva. Na verdade, como assevera Borges e Druck (1993, p. 43), enquanto recurso útil ao capital, a terceirização é expressão de um momento de crise profunda do capital, que tem sido enfrentada por estratégias empresariais, cujo objetivo é a insistência de saírem ilesas, utilizando-se de todas as maneiras possíveis para transferir as perdas para os trabalhadores.

Ao voltar à questão do complexo eucalipto-celulose-papel, Ribeiro (2012) expõe que o processo de transformações que imperam na microrregião de Três Lagoas são dinamizados “[...] por padrões globais de produção e acumulação, encorpada pelas multinacionais da celulose de plantão” (p.10). Nesse contexto, “[...] A fragmentação do processo de trabalho, a transmutação jurídica e ideológica do

trabalhismo e as metamorfoses na seara da organização e representação dos trabalhadores”, além do “[...] estilhaçamento operacional brandido pelas ‘empresas-mãe’” (p. 10) podem ampliar-se mediante ao processo de terceirização²⁰¹.

Lembremos que os meandros do processo de terceirização em uma empresa do porte da Fibria são inúmeros, formando um emaranhado complexo de determinações que, por conta da velocidade dos “[...] acontecimentos e a escala dos desdobramentos territoriais multiplicam exponencialmente a diversidade de possibilidades analíticas, mesmo no escopo da Geografia” (PERPETUA, 2012b, p. 26). Contudo, salientamos aqui a necessidade de tentar desnudar certos aspectos relacionados ao papel da terceirização no setor de transportes da Fibria, pois a terceirização enquanto elemento estratégico poderoso do empresariado frente ao trabalho interfere decisivamente na luta de classes, bem com nos seus órgãos de representação (MARCELINO, 2004). As formas como essa “interferência” do capital sobre o trabalho pode afetar direta ou indiretamente a vida dos trabalhadores terceirizados dentro e fora do trabalho são diversas, mas, no geral, todas elas têm algo em comum: a marca da precarização.

No entanto, é preciso sempre ter em mente que este não é um processo unilateral, em que os trabalhadores terceirizados do setor de transportes da Fibria aceitem as coisas como são. Felizmente as coisas não são assim! Alterando um pouco do sentido das palavras de Marx, que escreveu que a alienação implica em reconhecimento do “estar alienado”, a condição de precariedade implica em um “reconhecer-se na condição de precário”. O que já é um princípio de resistência²⁰², mesmo que efêmero.

Para finalizarmos este item, tencionamos colocar em perspectiva o elemento da terceirização como um dos determinantes (determinado) para a consumação do

²⁰¹ “A Fibria, por exemplo, nos primeiros momentos de sua instalação, apostou em baixos salários e exploração da insatisfação dos trabalhadores ao máximo limite possível. Além disso, terceirizadas pela Fibria, como a Transman, encerraram o contrato em situação de inadimplência com os contratados, com conivência do Sind. dos Trab. em Transp. Rdv. (STTRTLR) (MOREIRA, 29/9/2011). Teme-se, finalizada a Eldorado, que outras terceirizadas façam o mesmo” (RIBEIRO, 2012, p. 6).

²⁰² Embora nem todas as paralisações e greves sejam de terceirizados do setor transportes, o número de relatos sobre paralisações no setor é algo que impressiona, demonstrando assim claros indícios de resistência. Por exemplo, existem vários relatos de paralisações de um, dois ou três dias de pelo menos três centenas de trabalhadores. Em relação às greves que perduraram tem-se até agora a notícia de sete no total. A primeira foi deflagrada em janeiro/2011; a segunda compreendeu os meses de abril e maio; a terceira, agosto/2011; a quarta foi já em janeiro/2012; a quinta, em abril; a sexta em junho de 2012. Em 2013 “Mais de seis mil trabalhadores do consórcio estão de braços cruzados e só retomam as atividades se as reivindicações forem atendidas integralmente” (PERFIL NEWS, 18/06/2013). Disponível em: < <http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/greve-paralisa-obras-da-unidade-de-fertilizantes-da-petrobras-em-tres-lagoas>. Acesso em: 20/12/2013.

movimento do capital via espacialização e territorialização das atividades terceirizadas por parte das grandes, médias e pequenas empresas, em formatos organizacionais que no geral adquirem características de “empresas-rede”.

Essas possíveis conformações empresariais e/ou industriais, consubstanciais pela intensificação e expansão do processo de terceirização nos permite indicar a possibilidade da existência de “Territórios terceirizados”, isto é, territórios, cujas características e particularidades e especificidades aparentam estar intrinsecamente vinculadas à posse (ou não), ao uso e/ou controle pela empresa Fibria frente às terceirizadas. Ao que podemos notar, esse territórios terceirizados expressam momentos da dinâmica do processo produtivo (e circulatório) da Fibria. Em outras palavras, a Fibria ao “delegar” certos territórios às empresas terceirizadas, além de livrar de uma série de encargos e problemas, impulsiona uma reconfiguração territorial, de modo que determinados territórios (terceirizados) adquirem conteúdo próprio.

Como podemos observar em campo, nos diversos locais que percorremos, cada território (terceirizado) detém, ao que tudo indica, um forte conteúdo próprio e particular, cuja função corresponde às evidentes demandas das empresas envolvidas. Cada recorte territorial (terceirizado) que observamos aparenta ter uma função específica e estratégica, indicando assim que estes territórios comportam territorialidades dentro da totalidade do complexo-Fibria. Daí a necessidade de uma investigação, a posterior, mais acurada nesse sentido.

Por conta disso, a discussão sobre a terceirização numa empresa como a Fibria e, por conseguinte, no setor de transportes desta, não se restringe, obviamente, somente à relação capital x trabalho, pois o complexo-Fibria é composto por múltiplas determinações que, evidentemente extrapolam (mas não estão desvinculadas) dos antagonismos entre capital X trabalho. A própria *conformação territorial* é, dentre outros elementos, *sine qua non* para a compreensão deste processo.

Desta feita, acreditamos que seria muito difícil ao capital em crise dar continuidade ao seu movimento (e seu processo de acumulação) sem o braço terceirizado do trabalho, pois este pode propiciar, via reorganização da força de trabalho e dos territórios (terceirizados) destinados ao uso e controle em rol do capital mediante a atuação da Fibria e de suas “empresas-filhas”, pois essa

conformação permite a “fluidez” da produção em tempos de competição acirrada entre as empresas.

A terceirização é parte constitutiva imprescindível deste movimento incessante e rápido que evolve o sistema produtivo (e circulatório) da Fibria, ainda mais no período de crise estrutural, quando são indispensáveis mecanismos que permitam dinamizar o processo de acumulação do capital, mesmo que para isso o peso recaia sobre a classe trabalhadora, como de fato ocorre com os terceirizados.

A importância da terceirização, tanto porque esta é ferramenta que possibilita à Fibria cortar custos de produção em meio a um mercado cada vez mais predador e de alta competitividade, tanto porque se utilizam para isso do controle do uso e determinadas parcelas do território e da força de trabalho (terceirizada) em Três Lagoas-MS, são aspectos de um processo maior em que o capital precisa do trabalho terceirizado para tentar conter as contradições internas que marcam o seu período de crise estrutural.

Como dissemos, o processo de terceirização em uma empresa do porte da Fibria é composto de um enorme rol de determinações que se desdobram sócio-espacialmente, deste modo é certo que existem implicações na organização espacial geográfica (territorial) na região, cujo sentido caminha *pari passu* com o interesse de alavancar a acumulação do capital. Simultaneamente à gestão e organização territorial, a força de trabalho terceirizada tem um forte amparo no que tange à fluidez do processo produtivo (e circulatório) da Fibria.

Acreditamos que a terceirização da força de trabalho, dentro do arcabouço que envolve a lógica de produção capitalista do setor de eucalipto-celulose-papel, em particular da Fibria, além de ser um elemento constitutivo que transpõe na dinâmica organizacional das fases que envolvem o processo produtivo (e circulatório) desta empresa é, acima de tudo, um processo imanente, necessário (uma nova determinação) num período em que capital exige o uso da força de trabalho terceirizado em setores estratégicos (eucalipto-celulose-papel), assim como em certos subsetores industriais (transportes, por exemplo).

4.2. Aspectos do processo de terceirização na Fibria

Neste item procuramos indicar alguns dados sobre o processo de terceirização nas empresas de eucalipto-celulose-papel no Brasil, com enfoque nas unidades da Fibria. Para tanto utilizamos alguns dados quantitativos e qualitativos do processo, destacando a terceirização no setor de transportes da unidade de Três Lagoas. No entanto, como aponta Druck (2011, p. 2), é preciso trabalhar essas informações de maneira dialética. Ou seja, é “[...] fundamental não se deixar levar pelo fetiche dos números”, dado que, “[...] quando se compreende o quantitativo como só objetividade, a tendência é autonomizar o números da sua própria origem, da sua construção e sua representatividade” (idem). Além disso, “As estatísticas não refletem a realidade, refletem o olhar da sociedade sobre si mesma” (BESSON, 1995, *apud* Druck, 2011, p. 3). Por isso, segundo Druck (2011, p. 3), “Toda informação estatística é resultado de um trabalho de conceituação, organização e observação e de exploração”. Sendo assim, deve-se relativizar essa objetividade das informações quantitativas. Por outro lado, (o qualitativo):

[...] também a fetichização²⁰³ se manifesta quando, ao desqualificar as estatísticas pelo seu caráter globalizante e massificante, que reduz os homens a números, a uma contagem, reafirma-se a qualidade do subjetivo, do individual, do singular, como único caminho para o conhecimento “real” da realidade social. Trata-se do mesmo tipo de equívoco, já que, mais uma vez, absolutiza-se o método de produção da informação como se ele fosse o preciso e exato conhecimento do real. Não se leva em conta que as informações obtidas, interpretadas e analisadas, são todas dotadas de representações conceituais e ideológicas e, portanto, estão sendo construídas pelos homens que pesquisam e pelos pesquisados, como sujeitos e atores do processo de sua produção e dos resultados que sintetizam (DRUCK, 2011, p. 3).

Portanto, é nessa perspectiva dialética que nos propomos a analisar alguns dos aspectos envolvendo o processo de trabalho terceirizado na Fibria e, particularmente no setor de transportes desta, de modo a tentar trabalhar com as informações de naturezas diversas e complementares (dados estatísticos e os dados qualitativos), que envolvem a dinâmica das empresas terceirizadas, particularmente daquelas empresas que, a nosso ver, destoam no processo por sua

²⁰³ Para Besson (1995, p. 49): “O fetichismo estatístico nasce da confusão do índice com a realidade. Ele infecta constantemente não só os ‘quantitativistas’, mas também numerosos ‘qualitativistas’. Os primeiros acreditam; os segundos, não; os dois desconhecem as condições da produção da estatística, o caráter normal e inevitável das convenções, das contingências, dos fluxos que a acompanham. Os primeiros não querem vê-las; os segundos, quando as percebem, fazem de tudo para rejeitar as estatísticas; os dois dividem a mesma concepção absolutista do conhecimento”

importância. Simultaneamente é preciso levar em consideração o modo como a força de trabalho atua (reage e resiste) frente à este processo, chamando a atenção para o fato de que é, fundamentalmente, devido a atuação (e precarização) destes, que empresas como a Fibria conseguem se tornar as “campeãs” do agronegócio.

De acordo com a Bracelpa (2008), em 2007, aproximadamente 85% da mão-de-obra empregada na atividade florestal realizada pelas indústrias do setor de papel e celulose era oriunda de empresas terceirizadas. Segundo Souza e Pires (2009), uma pesquisa realizada por Leite, Souza e Machado (2002) em 15 grandes empresas brasileiras de reflorestamento, demonstrou que a adoção da estratégia de terceirização na colheita florestal situava-se da seguinte maneira:

Tabela 12 Terceirização na Colheita Florestal

Atividades	% Terceirizado
Extração	63,30
Carregamento	69,30
Transporte	100,0
Descarregamento	56,30
Média	71,0

Fonte: Souza; Pires 2009.

Org: autor

Nota-se um expressivo uso de atividades terceirizadas pelas empresas do setor (71%) (Tabela 12). Ainda segundo Souza; Pires (2012), conforme Leite, Souza e Machado (2002), o processo de terceirização no setor de eucalipto-celulose-papel tem sido crescente, se expandido estrategicamente para quase todos os subsetores das atividades envolvendo o monocultivo de eucalipto e fabricação de celulose e papel.

Evidentemente, a utilização da terceirização caminha de acordo as demandas empresariais de cada setor e/ou subsetor e os diversos fatores ligados à relação custo x benefício - incluindo aí a força de trabalho -, devem ser levados em consideração. Por isso, é preciso atentar para o fato de que, em certos casos, as empresas podem ampliar, reduzir ou até mesmo substituir completamente o trabalho terceirizado pelo trabalho direto, se, nesse caso, a lucratividade for ampliada.

Ao observarmos os dados da Fibria, podemos perceber algumas nuances na “flutuação” da força de trabalho terceirizado ao longo do período de implantação e posterior funcionamento da empresa. No entanto, mesmo essas flutuações, no caso da Fibria, não implicam na substituição completa dos terceirizados, ao contrário, a empresa, ao longo dos anos, vem ampliando o quadro de terceirizados ao passo que diminui o trabalho direto.

Em termos de números, o Relatório de Sustentabilidade da Fibria do ano de 2011(Tabela 13) mostra a discrepância entre os funcionários próprios, que totalizam, em todas as unidades da Fibria no Brasil, naquele período, 4.006 empregados próprios e 14.523 terceiros permanentes. Em praticamente todas as unidades da empresa no Brasil, o trabalho terceirizado é predominante.

Tabela 13 Força de trabalho empregada pela FIBRIA (2009 a 2011).

Empregos diretos	2009	2010	2011
Empregados próprios	4.749	5.037	4.006
Terceiros permanentes	9.518	11.919	14.523
Total	14.267	16.956	18.529

Fonte: Fibria, 2011.

Org. autor

Em 2009 o contingente de funcionários próprios da empresa somado em todas as suas unidades no Brasil era de um total de 4.749; em 2010 esse número ampliou-se, passando para 5.037, sendo novamente reduzido no ano de 2011 para 4.006. Não obstante, no que se refere ao número de funcionários “Terceiros permanentes”, ocorreu um salto de 9.518, em 2009, para 11.919 e 14.523, respectivamente, em 2010 e 2011.

Tabela 14 Relação de empregados próprios das unidades da Fibria (2009 a 2011)²⁰⁴

Empregados próprios	2009	2010	2011		
	Total	Total	Homens	Mulheres	Total
Unidade Aracruz (ES/BA/MG)	1.603	1.647	1.515	164	1.679
Unidade Três Lagoas (MS)	879	982	807	90	897
Unidade Jacareí (SP)	1.148	1.214	1.021	128	1.149
Unidade Piracicaba (SP)	558	566	0	0	0
Administração Central	246	313	117	95	212
KSR	229	236	0	0	0
Unidade Florestal Capão do Leão (RS)	55	34	17	10	27
Total – Brasil	4.718	4.992	3.477	487	3.964
Escritórios internacionais	-	-	19	23	42
Total	-	-	3.496	510	4.006
Percentual	-	-	87,3%	12,7%	100%

Fonte: Fibria, 2011.

Org. autor

No caso específico do contingente de trabalhadores próprios na Unidade da empresa em Três Lagoas-MS (Tabela 14), temos em 2009 um número de 879 funcionários, em 2010, 982, e, em 2011, um total de 897 funcionários. Em relação aos “terceirizados permanentes” (Tabela 14), em 2009 havia um contingente de 2.189 funcionários, em 2010 houve um aumento para 2.633 e em 2011 uma pequena redução para 2.590 trabalhadores²⁰⁵. Mesmo assim o número de terceirizados contabilizados pela Fibria na unidade Três Lagoas-MS somados totalizavam 7.412, enquanto o número de funcionários fixos era de 897 em 2011.

²⁰⁴ Segundo a Fibria, a variação no número de empregados tem origem nas iniciativas a seguir: 1. Venda da distribuidora de produtos gráficos KSR e da Unidade Piracicaba – empregados foram desligados, desligaram-se ou foram incorporados pelas organizações compradoras; 2. Desde julho de 2011, cerca de 200 empregados foram desligados em decorrência de revisão da estrutura nas Unidades Três Lagoas (MS) e Jacareí (SP), principalmente da área florestal. Houve, ainda, adequação do quadro de empregados ao cenário macroeconômico instável; 3. Na Administração Central, cerca de 50% dos desligamentos ocorreram com o desinvestimento dos ativos e cerca de 50% em razão da reestruturação.

²⁰⁵ O relatório não informa o número total de funcionários terceirizados trabalhando na unidade.

Tabela 15 Relação de “Terceirizados permanentes” das unidades da Fibria (2009 a 2011)²⁰⁶. Destaque para Unidade Três lagoas-MS.

“Tereceirizados Permanentes”	2009	2010	2011
Unidade Aracruz (ES/BA/MG)	4.929	5.619	9.050
Unidade Três Lagoas (MS)	2.189	2.633	2.590
Unidade Jacareí (SP)	1.872	3.003	2.726
Administração Central	27	47	56
Unidade Piracicaba (SP)	282	353	0
KSR	77	82	0
Unidade Florestal Capão do Leão (RS)	142	182	101
Total	9.518	11.919	14.523

Fonte: Fibria, 2011.

Org. autor

Não obstante, conforme a versão de 2012 do Relatório de Sustentabilidade da Fibria (Tabela 16), a força de trabalho em todas as unidades da empresa no Brasil no ano de 2012, os chamados empregos terceirizados permanentes, apesar de uma leve redução no período, ainda mantém uma diferença substancial em relação aos empregos próprios (3.827 em 2012), num total de 13.343 trabalhadores, o que indica que a subcontratação/terceirização predomina.

Tabela 16 Força de trabalho somada em todas as unidades da Fibria (2010 a 2012)

Empregos diretos	2010	2011	2012
Empregados próprios	5.037	4.006	3.827
Terceiros permanentes	11.919	14.523	13.343
Total	16.956	18.529	17.170²⁰⁷

Fonte: Fibria.

Org. autor

Para o ano de 2012, (Tabela 17), o número de trabalhadores próprios e terceirizados na unidade florestal foi de 513 (próprios) e de 1.348 (terceirizados) na Unidade Florestal da Fibria no MS. Os dados de 2012 são interessantes em dois sentidos, primeiro porque demonstram como a força de trabalho terceirizado tem

²⁰⁶ A variação no número de terceiros permanentes tem origem nas iniciativas a seguir: 1. Padronização do registro de terceiros no sistema SAP, incluindo fornecedores da área florestal da Unidade Aracruz; 2. Variação “natural” foi de cerca de 400 trabalhadores; 3. Redução de cerca de 300 trabalhadores terceirizados na Unidade Jacareí, em decorrência de diminuição no ritmo de plantio (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2012).

²⁰⁷ Segundo a Fibria do total 17.170 trabalhadores, 3.780 empregados (98,77% do total) estão sob acordo ou convenção coletiva de trabalho de sindicatos. Apenas os empregados no exterior não estão sob acordo, mas seguem as legislações locais. 1.845 empregados são considerados sindicalizados.

relevância dentro (fora) da Fibria, respondendo por mais que o dobro do trabalho direto. E segundo porque, somados, demonstram o número relativamente pequeno de empregos gerados no setor.

Tabela 17 Força de trabalho na Unidade Florestal da Fibria no MS em 2013.

	Próprios	Terceirizados	Total
Total unidade florestal MS	513	1.348	1.861

Fonte: Fibria.

Org: autor

A este respeito, Perpetua (2012, p. 185) alerta para algumas controvérsias da ideologia da geração de emprego na região: 1) a relação entre os investimentos da Fibria na região (2.300,000, 000,00 entre 2005 e 2009) e o número de empregos gerados depois da construção (1.300 entre 2005 e 2009) é extremamente desproporcional em relação a outros setores, atingindo a cifra de 1.769,230 por emprego no setor de eucalipto-celulose-papel²⁰⁸; 2) os picos de emprego gerados foram em momentos específicos (construção da unidade) tratando-se, principalmente, de empregos gerados no setor de construção civil; 3) Ao longo do período de construção e posterior funcionamento da Fibria, a proporção entre admissões e desligamentos²⁰⁹ tem sido relativamente igual. E acrescentamos aqui um outro ponto, 4) o aparato tecnológico largamente utilizado pela Fibria, assim como pelas terceirizadas do setor de transportes, que contribuem para a “fluidez”

²⁰⁸ Interessante notar que, mesmo observando os dados gerais do processo de industrialização de 2002 a 2011, há uma desproporção gritante entre investimentos e geração de empregos entre Três Lagoas e outras regiões do Centro-Oeste. Por exemplo: entre 2008 a 2012 foram investidos 10 bilhões de reais gerando um total de 9000 empregos na indústria em Três Lagoas. No mesmo período, em Rondonópolis (MT), investiu-se 700 milhões com geração de 8.000 empregos na indústria. Enquanto que em Anápolis (Goiás), entre 2008 e 2011 investiu-se 1,7 bilhão com geração 24.500 empregos (EXAME, 28/11/2012).

²⁰⁹ Em dezembro 2013, por exemplo, apesar da eufórica reportagem do Jornal do Povo sobre os dados divulgados pelo Caged (Cadastro Geral de Empregos e Desempregados) que demonstram que município foi responsável pela geração de 6.713 novos postos de trabalho com carteira assinada. O número é 128% superior ao total registrado no ano anterior. Diferença grande em relação à 2012, quando a cidade havia gerado um saldo de 2.932 novos empregos, o que, naquela época, já correspondia a um aumento de 50% em comparação a 2011, o município fechou 432 postos de trabalho, saldo negativo obtido com 1.450 admissões contra 1.882 demissões, uma queda de 1,04% (JPTL, 22/01/2014). Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=64648>. Acesso em: 27/01/2014. Além disso, o mesmo CAGED expõe que de 2012 a 2013, a geração de empregos em Mato Grosso do Sul registrou queda de 13%. Entre os setores, quem mais perdeu vagas foi a Agropecuária, com queda de 2.584 postos de trabalho. A Indústria de Transformação, por sua vez, demitiu 2.085 trabalhadores, enquanto o setor de Serviços perdeu 2.043 postos e a Construção Civil ficou com menos 1.021 funcionários (CAMPO GRANDE NEWS, 21/01/2014). Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/economia/ms-cria-21-mil-novos-empregos-em-2013-menor-numero-em-quatro-anos>>. Acesso em: 27/01/2014

das etapas do processo produtivo, também o fazem no sentido de reduzir postos de trabalho.

No caso específico da unidade da Fibria no município de Três Lagoas, a indicação do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose de Três Lagoas (SITITREL-MS), de que a unidade possuía em 2013, intra-fábrica, tão-somente 380 funcionários próprios/diretos (INFORMAÇÃO VERBAL)²¹⁰ é algo que chama atenção, pois é um aspecto típico das empresas sob os moldes da reestruturação produtiva, isto é, pouca força de trabalho no chão da fábrica, atuando principalmente através dos sistemas mecanizados e informacionais e, girando ao redor dela, um número considerável de trabalho externo. Evidentemente existem trabalhadores diretos da Fibria em outros setores. Mas de modo geral, a relação entre percentual de diretos e terceirizados é bastante discrepante. Praticamente todo o contingente de força de trabalho da Fibria é constituído por empregados subcontratados/terceirizados, os quais provem de dezenas de outras empresas que prestam e/ou fornecem algum tipo de serviço à Fibria por meio da terceirização.

Desse modo, a relação entre baixo contingente de trabalho interno e elevado número de trabalho externo (no geral terceirizado), corrobora uma das características típicas das indústrias de *processo contínuo*, isto é, “[...] a intensa mecanização e automação, com sobrelevação do capital constante ao variável” (RIBEIRO, 2012, p. 10).

Essa conformação imposta pela Fibria à força de trabalho indica que esta empresa adotou, até onde podemos observar elementos organizacionais pautados nos ditames da reestruturação produtiva do capital. Outro ponto importante nesse sentido é de que há desde, o início da construção da Fibria, um processo de subproletarização do trabalho, exemplificado nos dados do quadro de funcionários subcontratados/terceirizados²¹¹. O movimento pendular, de que nos fala Antunes (2009), isto é, uma redução do operariado fabril intrafábrica e a ampliação do setor de serviços, parecem evidentes na Fibria, pois a desproletarização fabril e a intensificação da subproletarização por meio da subcontratação/terceirização são visíveis.

²¹⁰ Informação verbal do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose (SITITREL) em entrevista conduzida no dia 06/09/2013.

²¹¹ Segundo as informações colhidas por Perpetua (2012b) junto a um dos engenheiros responsáveis pela produção, na área florestal, por exemplo, eram 535 funcionários diretos e 1.573 terceirizados em 2010.

Os dados supracitados comprovam a diferença entre a quantidade de funcionários próprios da Fibria e o que a empresa denomina estranhamente de “terceirizados permanentes”²¹², indicando certa similaridade com o que expusemos anteriormente a respeito do processo de terceirização enquanto mecanismo de estratégia entre as empresas na busca da redução de custos ao mesmo tempo em que amplia a produção²¹³.

Aos observarmos os dados fica claro que o processo de terceirização tem sido à tona dentro desta empresa e, apesar de uma leve redução do número de trabalhadores terceirizados no período de 2009 a 2013 na unidade Três Lagoas ao longo de pouco mais de 5 anos, o quadro indica que as atividades terceirizadas continuam sendo carro-chefe da Fibria. Em informação verbal, o presidente do Sindicato dos trabalhadores em transporte de Três Lagoas-MS, Otávio Vieira de Mello, diz que, ao menos no setor de transportes “[...] é tudo terceirizado” (Informação verbal, 03/07/2013. Transcrição literal)²¹⁴. O que este “tudo terceirizado” indica é que, no setor de transportes, excetuando uma ínfima mão-de-obra própria, toda a cadeia de transportes da empresa está “saturada” de trabalho terceirizado²¹⁵. O senhor Otávio, informou um total de 308 empresas²¹⁶.

Se a terceirização é parte constitutiva do processo organizativo e produtivo da Fibria, a precarização desta forma de atividade varia de setores para setores, assim como varia de segmentos para segmentos dentro de um determinado setor. No caso do setor transportes da Fibria, em que existe uma gama de vários segmentos (transporte de carga, passageiros, ferrovia etc.), podemos notar que há uma relativa organização em rede distribuída pelo território. Esta relativa organização demanda

²¹² Essa denominação nos parece estranha porque este de tipo atividade tem sido marcada pela intensa rotatividade.

²¹³ Conforme as informações do site da SITITREL, a Fibria bateu recorde de produção em sua unidade em Três Lagoas no ano de 2012. O novo recorde de produção indica que a média diária atingiu a marca de 3.773 ton/dia. Desta forma, foi superada a meta de 5.500 toneladas mensais de celulose produzida da Unidade. SITITREL, 7/03/2012. Disponível em: <<http://sititrel.com.br/2012/05/recorde-de-producao-da-fibria-tres-lagoas/>>. Acesso em: 09/06/2013.

²¹⁴ Entrevista conduzida pelo autor.

²¹⁵ Ainda conforme o Relatório de Sustentabilidade da Fibria (2011), dentro do rol de terceirizados que prestam algum tipo de serviço estão os seguintes fornecedores: a) fornecedores de matérias-primas, insumos e embalagens (Industrial e Florestal); b) fornecedores de serviços internos de longa duração (Industrial e Florestal); c) fornecedores de transporte dedicado; d) fornecedores (clientes) de itens não operacionais (venda de sucatas, resíduos, aparas e outros) e de processamento de resíduos (interno ou externo à Fibria); e) fornecedores de serviços.

²¹⁶ Por conta das “vans” que fazem o transporte de certo número de trabalhadores da cidade e de outras regiões próximas (ida e volta) para Fibria e que, segundo o senhor Otávio não têm nenhum vínculo com o sindicato, presumimos que o número de terceiros prestando algum tipo de serviço no setor de transporte seja ainda mais expressivo que o indicado pelo representante do setor.

também uma logística que contribua de maneira eficaz e eficiente com as necessidades da Fibria.

Na divisão social do trabalho cooperado/fragmentado que serve à Fibria, erige-se um forte componente mediador entre a empresa e organização (controle) do território na região: o trabalho terceirizado. Em outras palavras, as relações de poder no espaço geográfico, as quais correspondem às tensões entre trabalho (terceirizado) e a empresa-mãe Fibria, contribuem para a conformação, delimitação e gestão dos territórios por parte desta empresa.

A Fibria, portanto, enquanto empresa que tem substancial parcela de trabalho terceirizado e baixíssimo contingente de trabalhadores diretamente contratados²¹⁷, não parece fugir ao processo mundial de reestruturação produtiva. E sendo assim, a *o trabalho terceirizado* ao mesmo tempo em que está sujeito ao processo de fragmentação, flexibilização, superexploração, precarização, etc. é “funcional” às necessidades do setor de eucalipto-celulose-papel. Nesse sentido, Perpetua (2012) nos dá uma noção do processo envolvendo o trabalho terceirizado no setor supracitado:

Com cada vez mais frequência, vêm à tona os casos de descumprimento da legislação trabalhista e das cláusulas firmadas em acordos e convenções coletivas por parte das empresas subcontratadas. Somente no ano de 2011, foram feitas 362 denúncias de irregularidades ao MPT envolvendo empresas instaladas em Três Lagoas, a maior parte da construção civil, sendo as principais ocorrências baixos salários, não pagamento de verbas e salários e condições precárias dos alojamentos (CORREIO DE TRÊS LAGOAS, 12/01/2012). O volume causou preocupação ao órgão, que realizou audiência na cidade no dia 09 de janeiro de 2012 para discutir sobre o tema, com a presença do procurador-geral do trabalho, Luís Camargo, das procuradoras do trabalho de Três Lagoas Ana Raquel Machado Bueno e Larissa Serrat de Oliveira Cremonini, e do procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho de Campo Grande, Celso Henrique Rodrigues Fortes (PERPETUA, 2012b, p. 223).

²¹⁷ Com relação à geração de empregos na Fibria, Perpetua (2012b), pontua que entre 2005 e 2009, a Fibria investiu 2.300.000.000,00 e gerou em empregos diretos 1.300 vagas. Além disso, o autor constatou que em todo o complexo no período de 2007 a 2011, “[...] o número de desligamentos, em alguns anos, superou o de admissões. Isso ocorreu em 2007, 2008 e 2011 no subsetor agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal; nos anos de 2008 e 2009 na construção civil; e apenas em 2009, no caso da indústria do papel, papelão, editorial e gráfica” Concluindo assim que, “[...] mesmo em se considerando apenas o (insuficiente) quesito quantitativo da geração de empregos, os complexos agroprocessadores em questão não cumprem a promessa a eles creditada. Na realidade, com bem menos recursos e com menores impactos socioterritoriais, outros tipos de indústria poderiam trazer melhores resultados” (PERPETUA, 2012b, p. 184).

Os sinais da precarização também são notados por Ribeiro:

A precarização do processo de trabalho é a tônica do empreendimento. Comparada com a área rural, a planta fabril é a que menos emprega, não chegando a quatro centenas os protegidos pelo guarda-chuva do contrato formal, munidos de garantias e privilégios. Na geografia extrafabril, a precarização, terceirização e subcontratação galopam soltas; em 2010, de um total de dois mil funcionários, não beirava o terço o montante de funcionários formais, responsável pelos preparos do solo, da muda e do plantio do maciço “florestal”, como pela aplicação de veneno e controle de insetos e pragas, manejando máquinas (tratores, colhedeiras, etc.) e servindo nas áreas de segurança, alimentação e limpeza, por exemplo (RIBEIRO, 2012, p.10).

É, portanto, a partir desses elementos reveladores do processo de precarização do trabalho, que, e como ressaltou Ribeiro (2012), a precarização galopa solta na geografia extrafábrica. É sobre essa geografia do trabalho (precário/terceirizado/subcontratado) extrafábrica que nos debruçaremos no próximo item, reforçando a importância de algumas das principais empresas terceirizadas (e sua força de trabalho) no setor de transportes da Fibria, engrenagem “funcional” à totalidade do sistema produtivo desta empresa.

4.3. A precarização do trabalho terceirizado no setor de transportes da Fibria: subproletários no “deserto verde”

Listamos neste item alguns dos exemplos da precarização das condições no trabalho dos terceiros no setor de transportes da Fibria. Começamos pelo caso Trasman Forest²¹⁸.

No dia 08 de setembro de 2011, os contratos de trabalho entre a empresa transportadora Transman Forest Ltda²¹⁹ e a indústria Fibria - Unidade Três Lagoas -

²¹⁸ A Trasman Forrest que atua no setor há mais de 30 anos iniciou suas atividades no ramo de transporte de cana-de-açúcar. O trabalho neste setor foi até meados do ano de 1989, quando então, expandiu seu portfólio para o transporte de madeira (eucalipto) destinada à produção de papel e celulose. Atualmente presta serviço de corte, remoção, carregamento e transporte de madeira, além de locação de máquinas e equipamentos. A empresa é responsável pelo transporte de toras de eucalipto das áreas de plantio até as fábricas de papel e celulose.

²¹⁹ A Transman iniciou suas atividades em Três Lagoas em 2009. O encerramento das suas atividades deixou aproximadamente 80 funcionários desempregados. Conforme o Midiamax (2011), a maioria dos trabalhadores da Transman era composta de motoristas, mas também haviam mecânicos, borracheiros, eletricitas e auxiliares administrativos. Assim como a prestação dessa terceirizada, existem outras transportadoras que continuam executando esse trabalho, através de contratos com a indústria, como veremos mais adiante.

foi encerrado²²⁰. Dois dias depois, os cerca de 80 funcionários da transportadora foram informados que o salário do mês e os demais direitos trabalhistas deveriam ser requeridos na Justiça.

A Transman, com matriz em Santa Bárbara D'Oeste, no estado de São Paulo (SP), cuja razão social é São José do Capivari Ltda, não notificou o sindicato da categoria (Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários²²¹) sobre as demissões. O escritório da empresa simplesmente fechou suas portas, sem deixar meios de comunicação entre os trabalhadores e os representantes da transportadora, causando um impasse entre os envolvidos, Transman e Fibria, o sindicato e trabalhadores. Estes últimos exigiam o atendimento de seus direitos (MIDIAMAX, 29/09/2012)²²². Como vinculado na mídia, no 25/09/2011,

Conforme o encarregado de transporte José Maria da Glória em entrevista ao Jornal do dia (25/09/2011), a empresa estava negociando com a Fibria há algum tempo um novo acordo, já que o atual – de um ano e meio – venceria. A Transman exigia um aumento no valor do contrato, que teria sido negado. A terceirizada alegou que a frente de serviço em Três Lagoas não estava dando lucro. “Fomos todos pegos de surpresa, pois esperávamos pela renovação do contrato e, assim, permanecer no emprego”, comenta. José Maria disse que no dia 12/09/2011 a empresa deu aviso prévio indenizado para todos e garantiu que dentro de 10 dias efetuaria tanto os pagamentos como as rescisões. O prazo se encerrou dia 22/09/2012 e a promessa não foi cumprida. “Entramos em contato com a Transman e avisaram que quem quiser receber deverá entrar na

²²⁰ É interessante notar, como expôs o presidente do Sindicato dos trabalhadores em transportes Rodoviários, o Senhor Otávio Vieira de Mello, que “Quase todo mês temos uma empresa de transporte quebrando e os trabalhadores vêm nos procurar para reivindicar seus direitos. Hoje tenho conhecimento de que há transportadoras trabalhando no vermelho. Uma delas tem tirado do bolso R\$ 300 mil para saldar as despesas do mês”. Segundo Mello, “Como as estradas utilizadas para trazer a produção até a Fábrica são de péssima qualidade, a frota sofre avarias constantes, onerando o serviço prestado além do previsto. Isso deixa o transporte inviável, devido ao valor tratado no contrato” (MIDIAMAX, 05/10/2011). Disponível em: < www.midiamax.com.br>. Acesso em: 20/05/2012.

²²¹ Como recorda Ribeiro (2012, p. 7-8) “Mal acabou de ser montado, um sindicato da área de trabalhadores dos transportes sofreu denúncias na Procuradoria Regional sobre a execução de uma comissão de conciliação prévia, formada por representantes das partes patronal e laboral. Ocorreu de a empresa haver convocado os trabalhadores para se reunirem no sindicato com o fito de negociar um direito pendente (horas *in itinere*, no caso). Lá chegando, foi apresentada aos trabalhadores uma petição, cuja assinatura autorizava a abertura de negociação sobre todo e qualquer direito em nome do trabalhador, sem que o mesmo tomasse conhecimento real disso. A situação só não ficou mais grave aos trabalhadores por não ter sido requerida a presença de um advogado na reunião – havia o espaço reservado ao seu nome, mas a sua não assinatura anulava o documento. Foram feitas atas da reunião e as mesmas foram entregues aos presentes, que, delas munidos, acionaram a Justiça para receber os direitos sonegados. O caso se espalhou e a farsa foi descoberta, principalmente porque vários muitos dos presentes procuraram outros sindicatos da cidade, que os orientaram quanto às medidas jurídicas cabíveis junto à Procuradoria do Trabalho”.

²²² Disponível em: < www.midiamax.com.br>. Acesso em: 20/05/2012.

Justiça, pois alegaram não haver dinheiro para nos pagar”.O encarregado afirmou que a empresa deve o salário referente a 12 dias de trabalho, além das férias e 13º salário proporcionais, liberação e multa de 40% do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Representantes da empresa teriam informado que a rescisão custaria em torno de R\$ 700 mil, mas o valor deve ser maior. Além disso, a transportadora deve para algumas empresas da cidade, como a uma oficina, cuja dívida é de R\$ 70 mil. “Temos contas para pagar e estamos sem dinheiro. Não conseguimos também ir atrás de outro emprego, pois até agora não entregaram nossas carteiras de trabalho (JORNAL DO DIA, 25/11/2011)²²³”.

Para a maioria dos funcionários demitidos, o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, em Três Lagoas-MS, estaria sendo conivente com a empresa Transman. O relato abaixo diz o seguinte:

No momento em que os representantes da Transman disseram que o contrato com a Fibria tinha acabado e que estávamos demitidos, fomos informados de que eles viriam fazer a rescisão no dia 22/08/2012. Neste dia, comparecemos ao Sindicato, mas o Presidente, Sr Otávio, simplesmente nos disse que a empresa havia comunicado que não iria pagar ninguém, contou um dos motoristas demitidos, Cícero José Marques da Silva (MIDIAMAX, 29/09/2012).

Mello, no entanto, rebateu as acusações dos trabalhadores dizendo que a entidade representativa estava tentando buscar uma saída para garantir o pagamento dos direitos aos trabalhadores demitidos, mas que era necessário entender que a empresa Transman informara que estava passando por dificuldades. Em relato, o presidente alegou:

Estive na matriz da Transman na semana passada. Lá fui informado de que a empresa estaria passando por dificuldades financeiras. Também disseram que só pagariam judicialmente e de forma parcelada os direitos dos funcionários de Três Lagoas. Outra situação complicada que o Sindicato está enfrentando é que esses trabalhadores estão buscando resolver tudo por conta própria, enquanto cabe à entidade essa intermediação (MIDIAMAX, 29/09/2011)²²⁴.

²²³ Disponível em: <<http://www.jornaldiadia.com.br/index.php/tres-lagoas/72363-terceirizada-da-fibria-deixa-funcionarios-na-mao>> . Acesso em: 20/05/2012.

²²⁴ Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/770691-contrato+acaba+transportadora+terceirizada+pela+fibria+tres+lagoas+some+sem+pagar+funcionario.s.html>> . Acesso em: 08/06/2013.

O presidente referia-se à protocolização do processo junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT), por não ter sido conduzida pelo sindicato. Conforme a acusação dos trabalhadores, o sindicato havia sugerido um advogado para que ele desse a entrada no processo trabalhista, com a cobrança de 30% para custos advocatícios de cada um deles. Denúncia que o presidente do sindicato declarou falsa:

Jamais iríamos cobrar por um serviço que faz parte de nossa competência. Publicamos um edital convocando os trabalhadores para assembleia, mas não apareceu ninguém. Inclusive já havíamos protocolizado pedido junto ao Ministério Público do Trabalho, em Três Lagoas, para auxiliar na resolução deste caso (MIDIAMAX, 29/09/2011)²²⁵.

No dia 28/09/2011, todos os trabalhadores demitidos compareceram ao Ministério Público do Trabalho (MPT) para solicitar providências quanto ao cumprimento e recebimento de seus direitos²²⁶. A Fibria, por sua vez, alegou que cumpria com todas as cláusulas contratuais durante a vigência da terceirização, informando a data fim do contrato (10/09/2011) e alegando que seguia os procedimentos sob orientação do Ministério Público Estadual. Enfim, a responsabilidade da Fibria era manter-se fiel ao contrato com a Transman, não havendo relação legal com os trabalhadores da empresa terceirizada. De acordo com o website Celulose online

Na data de 26/06/2013, cerca de 1.500 trabalhadores de quatro empreiteiras (Locaservice, Emflora, Plantar e GF Florestal) que trabalham para a Suzano e para a Fibria entraram em greve. Eles reivindicavam melhores condições de trabalho. “Esperamos contar

²²⁵ Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/770691-contrato+acaba+transportadora+terceirizada+pela+fibria+tres+lagoas+some+sem+pagar+funcionario.s.html>> Acesso em: 08/06/2013.

²²⁶ A procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPF) na época, em Três Lagoas, Larissa Serrat de Oliveira Cremonini, após essa protocolização do processo coletivo, começou as análises sobre o caso, de acordo com a Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), sobre o Contrato de Prestação de Serviços, Legalidade – Res 121/2003, DJ 19, 20 e 21/11/2003, que traz em seu inciso IV, o seguinte teor: “O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993)” (MIDIAMAX, 29/09/2011). Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/770691-contrato+acaba+transportadora+terceirizada+pela+fibria+tres+lagoas+some+sem+pagar+funcionario.s.html>>. Acesso em: 08/06/2013.

com o apoio de todos, porque acreditamos que os trabalhadores das empresas terceirizadas têm os mesmos direitos dos colegas empregados na Suzano Papel Celulose e Fibria. Vamos continuar lutando pela igualdade salarial e dos benefícios”, reafirmou Silvânio de Oliveira, presidente do Sintrexbem (Sindicato dos Trabalhadores da Extração de Madeira do Extremo Sul da Bahia). Segundo o Sintrexbem, os trabalhadores das empreiteiras terceirizadas recebem um salário de R\$ 671, enquanto os da Suzano ganham R\$ 873 e da Fibria R\$ 1.018,60. Fora isso, eles também reclamam de não ter convênios médicos e odontológicos, nem participação nos lucros e abono salarial, benefícios estes que são concedidos aos funcionários diretos das duas empresas. Em nota, a Suzano afirmou que está acompanhando a reivindicação e espera que haja benefícios para ambas partes. “A Suzano Papel e Celulose está acompanhando a paralisação por meio de contato com os representantes das suas prestadoras de serviços. A empresa espera que as partes consigam, através do diálogo, chegar ao consenso que beneficie a ambos” (CELULOSE ON LINE, 02/07/2013)²²⁷.

Por outro lado, alguns trabalhadores denunciavam as condições de trabalho que tinham que enfrentar na Transman. Conforme relato na imprensa, muitos trabalhadores relataram afirmaram trabalhar 18 horas seguidas. Um dos motoristas relatou que: “Tinha vezes que saíamos do alojamento às cinco horas da manhã e só retornávamos às 11 da noite. No outro dia era a mesma luta. Em muitos casos, essa demora era provocada por defeitos em nossos caminhões” (MIDIAMAX, 05/10/2011)²²⁸. Outro motorista relatou que:

Houve uma vez que parei o veículo na pista que vai para o Rio Verde e, sem perceber, mesmo mantendo o pé no acelerador, dormi por uma hora e meia. Quando acordei levei o maior susto ao olhar no relógio, que indicava o período que apaguei, literalmente (MIDIAMAX, 05/10/2011)²²⁹.

Não bastasse os trabalhadores(as) terceirizados estarem expostos às desvantagens durante a execução dos serviços, em certos casos, o término dos contratos também costuma ser um momento especialmente complicado e difícil para eles. Quando uma empresa como a Transman “desaparece”, os trabalhadores(as) podem não receber as verbas indenizatórias a que têm direito. Por isso, o

²²⁷ Disponível em: <

<http://www.celuloseonline.com.br/noticias/Trabalhadores+de+terceirizadas+da+Fibria+e+Suzano+ma+ntm+greve+h+quase+uma+semana>>. Acesso em: 08/08/2013.

²²⁸ Disponível em: < www.midiamax.com.br>. Acesso em: 20/05/2012.

²²⁹ Disponível em: < www.midiamax.com.br>. Acesso em: 20/05/2012.

predomínio da terceirização no setor eucalipto-celulósico-papeleiro em Três Lagoas, acaba por se tornar um espaço em que as irregularidades e descumprimentos da legislação trabalhista tendem a ser cada vez mais comuns.

Neste sentido, como expõe o DIEESE (2011, p. 14), a contratação de determinados serviços, “[...] seja pelo setor público ou pelo setor privado, não é cercada dos devidos cuidados mínimos com relação à empresa contratada, dando margem a seguidos golpes contra os trabalhadores(as)”. Na prática as consequências do calote significam a falta de pagamento que gera uma série de consequências e empecilhos à reprodução social dos trabalhadores terceirizados e, o que é ainda mais grave, o desemprego. Além disso, as perspectivas de regularização da situação são muito pequenas, haja vista que o processo de acumulação flexível implica em desregulamentação do trabalho. São frequentes os casos em que os trabalhadores acionam a Justiça e não são assistidos pela empresa contratante da terceirizada.

O exemplo da Transman, assim como outros que têm ocorrido em Três Lagoas, demonstra uma das faces do processo de terceirização: *um processo envolto em contradições, mas, fundamentalmente, marcado, desde o seu início, por fortes traços de precarização do trabalho no setor*. Em meio à complexa rede de relações entre terceirizadas e Fibria, se oculta, em certos segmentos do setor de transportes, a intensificação da jornada de trabalho, o não atendimento (ou atendimento parcial) dos direitos dos trabalhadores e um sindicato que atua como apaziguador do conflito entre capital x trabalho. Ou, como nos relatou o próprio presidente do sindicato: “É preciso chegar a um meio termo... No caso dos trabalhadores não podemos ceder muito, porque se não eles acabam querendo sempre mais” (Transcrição literal, 20/08/2013 Informação Verbal)²³⁰. Não por acaso, “Nesta miscelânea problemática, a atuação dos sindicatos é fundamental, apesar de ser igualmente complicada e eivada de contradições” (PERPETUA, 2012, p. 224). Em virtude das políticas de corte neoliberal, a legislação trabalhista no Brasil, como exposto anteriormente, em Três Lagoas,

[...] a atuação sindical deve ser centrada na pacificação de conflitos e na harmonização de interesses, é de se esperar que a obtenção de melhorias significativas nas condições de vida e de trabalho desses homens e mulheres seja um horizonte muito distante. Ademais, a

²³⁰ Entrevista realizada pelo autor.

ação das empresas dentro da legalidade nem sempre é garantia de que a “queda de braço” entre capital e trabalho esteja pendendo favoravelmente para o lado do elo mais fraco (PERPETUA, 2012, p. 226).

Em virtude da crise estrutural do capital e seus rebatimentos nas representações e órgãos que, em princípio, deveriam defender os interesses dos trabalhadores, outra crise aparece, a crise de representatividade. Neste sentido, o “amoldamento” dos sindicatos às políticas neoliberais, assim como ao modelo de organização produtiva flexível toyotizado de controle e gestão do trabalho, os sindicatos se veem cada vez mais presos às formas corporativas, tipicamente moldadas ao estilo capitalista.

E meio a um “sindicato de serviços”, cada vez mais voltado para práticas políticas de “parceira” com o capital e de negociações com o patronato e, porque não dizemos, pela quase que completa capitulação frente ao capital, os sindicatos podem, como assinala Trópia (2009), se tornar uma ferramenta útil ao aparato político-ideológico neoliberal, desde que um dos objetivos principais do neoliberalismo seja garantido, isto é, a “[...] regressão de direitos e a supressão de qualquer barreira legal (Estado) ou política (sindicatos) que inviabilize a intensificação da exploração da força de trabalho” (TRÓPIA, 2009, p. 28). Sob tais circunstâncias:

[...] a questão da subcontratação e da precarização do trabalho tem representado outro malogro muito considerável dos sindicatos. Os seus dirigentes limitam-se, na melhor das hipóteses, a negociar com os patrões a percentagem de pessoal que será afastada do emprego estável no sector oficial, em vez de procurarem organizar os terceirizados e os desempregados (BERNARDO, p. 1997, 135).

Além disso, o caso Transman coloca em perspectiva um conjunto de elementos que servem de guia mestra para a análise da terceirização dos transportes da Fibria: a organização estrutural entre as empresas²³¹, apesar do discurso de parceria, a Fibria parece exercer seu comando sobre as demais terceirizadas, as quais possuem poder restrito diante da contratante em termos de negociação e prazos de entrega e padrão dos produtos, discussão do valor do

²³¹ Para Perpetua, nesse caso específico tem-se uma organização “[...] composta por quatro, cinco e até seis empresas, cada uma delas responsável apenas pelo serviço para o qual foi contratada pela anterior, e considerando-se isenta dos ônus devidos para com os trabalhadores” (PERPETUA, 2012b, p. 203).

contrato e margem para negociação salarial com os funcionários. Além disso, de acordo com o presidente do sindicato dos transportes Otavio Vieira de Mello, a Fibria “dá a última palavra” (Transcrição Literal, 03/07/2013. Informação Verbal)²³² no caso de algum problema com qualquer uma de suas prestadoras de serviço, inclusive, conforme deu a entender o Senhor Otávio, “indicando” às terceirizadas os funcionários que por algum motivo devem ser demitidos ou readmitidos conforme o caso.

Outro exemplo do processo da precariedade nas relações de trabalho da Fibria e que envolve as atividades terceirizadas, pode ser encontrado no Relatório de Sustentabilidade de 2011. No relatório está exposto:

A empresa é parte em 54 processos administrativos em andamento, sendo que 14 foram instaurados em 2011, promovidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério Público do Trabalho, e avaliados em R\$ 1.137.484,67. Em sua maioria, o objeto consiste na investigação do cumprimento e da adoção dos procedimentos de saúde e segurança no trabalho, meio ambiente do trabalho e fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIS), regularidade da jornada de trabalho legal e concessão de intervalo para repouso e alimentação, cumprimento da cota de contratação de aprendizes e profissionais portadores de deficiência ou reabilitados e *terceirização* (FIBRIA, 2012, p. 46).

Já na apresentação do relatório do ano seguinte, dentre os principais processos judiciais²³³ que a empresa respondia naquele momento, contavam três processos administrativos, em que era pleiteada a regularização na forma de contratação de mão de obra necessária para plantio, adubação, manejo florestal, o corte e *transporte de madeira* (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2012).

²³² Entrevista realizada pelo autor.

²³³ É interessante notar que, no tocante às questões judiciais envolvendo as atividades terceirizadas em algumas empresas de celulose e papel no Brasil, outros exemplos recentes são significativos. Em 2010, a Veracel foi condenada por terceirização ilícita de mão de obra. O processo foi iniciado quando o Ministério Público do Trabalho identificou que a organização usou empresas terceirizadas para exercer atividade-fim, o que é ilegal. A multa foi de R\$ 2 milhões. Em 2013, a empresa Suzano Papel e Celulose, localizada em Salvador na Bahia, por consequência do inquérito instaurado em 2007 sob a acusação da empresa se utilizar de terceirização ilegal, foi condenada pelo Ministério Público do trabalho da Bahia a pagar R\$ 2 milhões por terceirização ilegal. Esse montante corresponde ao pagamento de indenização por dano moral coletivo. Até aquele período (2013), a empresa possuía mais de seis mil empregados próprios e cerca de 11 mil terceirizados. Outra condenada foi a International Paper (IP). O Tribunal Regional do Trabalho de Campinas condenou a IP ao pagamento da indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 200 mil, decorrente da prática de terceirização ilícita (CELULOSE ON LINE, 26/08/2013).

Recentemente, chamou atenção a greve ocorrida na empresa Breda Transportes e Serviços S. A. Esta empresa que, em Três Lagoas, é uma das principais responsáveis pelo transporte (via ônibus) dos trabalhadores que se encontram nos alojamentos e/ou nas casas alugadas, assim como de uma parte da madeira de eucalipto para a fábrica da Fibria (produtora de celulose e papel). Na empresa trabalham motoristas dos ônibus, que fazem o transporte dos trabalhadores para as áreas rurais de plantio de eucalipto e os condutores dos caminhões, os quais transportam madeira do campo até a fábrica. A empresa possui, até o momento, um total de mais de 2.500 empregados, somados os motoristas, e frota superior a 1.300 veículos, entre ônibus, micro-ônibus, vans e caminhões.

A greve, iniciada no dia 12/06/2012, ocorreu porque, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Três Lagoas e região, Otávio Vieira Mello, os trabalhadores não aceitaram a contraproposta de reajuste salarial oferecida pela Breda, que chegou a 28%. Mello explicou que os motoristas estariam reivindicando a incorporação do valor que eles recebiam quando realizavam hora extra, em torno de R\$ 600 de complemento salarial.

Com a entrada em vigor da Lei 12.619, de 30 de abril de 2012, que estabelece limites à jornada de trabalho dos caminhoneiros e motoristas, eles deixaram de receber as horas extras que faziam por trabalhar em um período maior. Como estavam proibidos de fazer horas extras, os motoristas reivindicavam que o complemento salarial fosse incorporado ao salário. Isso é, queriam que a remuneração dos caminhoneiros, que é de R\$ 1.206, aumentasse para R\$ 1.680. Segundo Mello, a empresa propôs que o vale-alimentação, que era de R\$ 470, aumente para R\$ 650, mas os motoristas querem R\$ 700. O adicional de R\$ 180 que os motoristas recebiam para dirigir a terceira composição, uma gaiola que vai atrás do “cavalo-mecânico” do Triterm que transporta as toras de eucalipto, aumentou para R\$ 300, mas os motoristas não aceitaram a proposta e preferiram aderir à greve. Segundo Otávio, o que os trabalhadores exigiam era:

[...] a incorporação das horas extras que deixaram de fazer, por força da justiça. Em audiência na Vara do Trabalho, já ficou claro que os motoristas não podem exceder tal carga horária de trabalho. Existe uma ação civil pública que multou a Breda por conta das horas extras que a empresa deixava os trabalhadores fazer (JPTL, 07/06/2013)²³⁴.

²³⁴ Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=59157>. Acesso em: 05/09/2013.

O presidente do sindicato expôs ainda que aproximadamente 170 motoristas da Breda trabalhavam na área naquele período, transportando madeira para a Fibria. E, se caso estes profissionais realmente entrassem em greve, “haveria um *prejuízo* para a empresa, já que o eucalipto é a matéria-prima para a produção da celulose” (JPTL, 07/06/2013 grifos nossos)²³⁵. Esse tipo de pensamento vai de encontro ao que um dos trabalhadores da empresa Breda nos disse em entrevista: “A turma daqui já tinha falado que o sindicato daqui é meio pro lado do patrão. Já vai fazer quase um ano que a gente não vê o sindicato presente” (Informação Verbal, 27/01/2014. Transcrição Literal)²³⁶.

O papel das representações classistas no setor de transportes da Fibria nos pareceu bastante problemático, justamente por conta da sua atuação como atenuadora do conflito, pouca combatividade na defesa dos interesses dos trabalhadores e, por vezes, uma indisfarçada colaboração com o patronato.

Nesse sentido, outro trabalhador migrante vindo de região próxima, e que trabalha como carreteiro, comentou que o sindicato em Três Lagoas se porta de maneira distante do trabalhador: “Diferente das outras empresas que eu trabalhei, que o sindicato [nelas] tava junto... [dos trabalhadores]. O sindicato já tá ali... queria saber da sua operação... a forma como a empresa tá, entendeu?” (Informação Verbal, 27/01/2014. Transcrição Literal)²³⁷. Ao que foi possível perceber a atuação do sindicato no setor tem sido extremamente débil do ponto de vista da defesa dos interesses dos trabalhadores terceirizados/subcontratados. Ao que parece o sindicato do setor é o do tipo propositivo, ou seja, procurar negociar o processo de terceirização, bem distante do modelo de sindicato combativo que, em princípio, recusaria terminantemente a terceirização, “[...] por entender que ela é um elemento de precarização do trabalho e divisão entre os trabalhadores” (MARCELINO, 2004, p. 207). Para o trabalhador da terceirizada ALL:

Sindicato só existe no papel. Se algum dia alguma pessoa falar que existe um sindicato em Três Lagoas e falar que ele funciona... eu nunca ouvi ninguém falar: Oh! O sindicato da minha empresa funciona... Porque eu acho que os sindicatos aqui é tudo comprado. Igual no caso da ALL. A empresa faz a proposta dela e o sindicato

²³⁵ Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=59157>. Acesso em: 05/09/2013.

²³⁶ Entrevista conduzida pelo autor.

²³⁷ Entrevista conduzida pelo autor.

esconde da gente. Um exemplo, no ano passado saiu o reajuste [do nosso salário e o nosso ticket, e o sindicato ficou enrolando, ficou segurando aquilo ali. E ele ia soltar pra gente só no final do ano, sendo que a ALL mostrou a proposta pra gente (Informação Verbal, 20/01/2014, Transcrição literal)²³⁸.

Nesse sentido, como aponta Marcelino (2006), o sindicalismo, em geral, trata a terceirização como um fenômeno natural (e que veio para ficar) dentro dos processos de mudanças nas relações de trabalho, uma realidade em que se pode fazer alguma oposição, desde que esta não obstrua a lucratividade das empresas. Com raras exceções²³⁹ no campo da esquerda mais combativa, os sindicatos (e o sindicalismo) estão, geralmente, presos à suposta inevitabilidade das transformações no mundo do trabalho e, por isso, tendem a se adequar às novas determinações advindas do regime de acumulação flexível, consubstanciadas pela reestruturação produtiva. Como expõe cunha:

Frente às novas e complexas características do capital na fase de acumulação flexível e reestruturação produtiva, os sindicatos (já em crise) se vêm atados, “não sendo mais possível” uma ampla política classista (ALVES, 2006). De tal forma que, os sindicatos incorporaram a tese da inevitabilidade, pois essa é uma tendência internacional, que respondem às exigências produtivas de qualidade e diminuição de custos (CUNHA, 2013, p. 13)²⁴⁰.

Por conta disso, em meio a nova conjuntura político-econômica, articulada (e favorável) ao processo de acumulação flexível, os sindicatos, em geral, deixaram de lado “o discurso combativo, passando a seguir uma linha de ação defensiva, adotando o ‘sindicalismo propositivo’” (CUNHA, 2013, p. 13).

Voltando a questão da Breda, o Ministério Público do Trabalho decidiu mover uma ação²⁴¹ para obrigar a empresa “[...] a cumprir a carga horária de trabalho de

²³⁸ Entrevista conduzida pelo autor.

²³⁹ Um dos exemplos mais importantes nesse sentido é o LER-QI (Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional).

²⁴⁰ Disponível em: < http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v13_yuri_GIII.pdf > Acesso em: 27/01/2014

²⁴¹ A empresa foi condenada pelo Ministério Público do Trabalho a pagar uma indenização de 700 mil reais por danos morais coletivos aos motoristas de ônibus e aos motoristas de caminhão. Conforme consta na sentença do juiz do trabalho Marco Antonio de Freitas, “[...] a limitação da jornada de trabalho ao patamar de 8 horas diárias tem uma razão lógica, qual seja, a preservação da saúde do trabalhador. Ao se estabelecer esse tempo, tomou-se em conta que o empregado precisa das horas restantes do dia para se recuperar da carga de tensão que adquiriu no labor. Ao final do dia trabalhado, o empregado estará cansado, ocasião em que é propício ao surgimento de falhas que dão origem a acidentes ou ao aparecimento de doenças em virtude da fadiga”. A sentença conclui

oito horas diária, além de realizar o registro e pagamento do tempo gasto pelos trabalhadores no percurso de ida e volta do trabalho” (SINDICONCE, 09/08/2013)²⁴².

Segundo o Ministério Público do Trabalho, a fiscalização na empresa constatou irregularidades como a manipulação dos horários de trabalhos dos empregados e a prática de carga horária de 12 horas de trabalho por 36 horas de repouso, o que fazia a jornada do trabalhador variar entre o dia e noite a cada turno. O MPT comprovou também casos de motoristas que trabalharam por mais de 30 dias sem descanso semanal (SINDICONCE, 09/08/2013)²⁴³.

Segundo as informações do portal da Radio Caçula, a decisão também obrigou a transportadora a regularizar sua jornada, ficando vedada a prática do regime de 12 x36 horas.

No caso de existência de turnos ininterruptos, a jornada diária deve ser de 6 horas, mas foi constatado que os empregados da Breda praticavam jornadas que quase triplicavam esse limite. Em média, a empresa exigia o trabalho de, no mínimo, 13 horas diárias. Entre os registros de jornada constantes do processo, há o de um trabalhador que chegou a laborar durante 21 horas e 30 minutos em um único dia. O MPT comprovou também casos de motoristas que trabalharam por mais de 30 dias sem descanso semanal por, no mínimo, 12 horas por dia (RADIO CACULA, 01/08/2013)²⁴⁴.

O MPT, afirmou que a “[...] empresa já havia feito acordo, em que se comprometeu a implementar jornada máxima de oito horas diárias e 44 semanais, com os devidos intervalos e pausas, e a registrar o tempo de percurso, sob pena de multa de R\$ 30 mil” Além disso, “Na ação, foi concedida liminar para que a empresa

que “[...] submeter os motoristas a essa quantidade de trabalho beira às margens da exigência de labor em condições análogas a de escravo” (RADIO CAÇULA, 01/08/2013). Disponível em: < <http://www.radiocacula.com.br/noticias/policial/justica-condena-transportadora-em-r-700-mil-por-explorar-motoristas>>. Acesso em: 08/09/2013. Portanto, dessa vez a Justiça “ficou do lado do explorado”. Quanto à defesa de uma suposta preservação da saúde do trabalhador por conta da aplicação da lei, é uma justificativa insossa por parte do senhor magistrado, haja vista que existe uma coisa chamada mais-valor relativo. Além disso, o tempo fora de trabalho é um tempo usurpado pelo capital, é tempo dominado pela forma mercadoria. A necessidade de aplicar corretamente a lei se deve, a nosso ver, ao fato de que é preciso manter a força de trabalho em condições mínimas de se autoreproduzir.

²⁴² Disponível em: < <http://sindiconce.blogspot.com.br/2013/08/transportadora-e-condenada-por-explorar.html>>. Acesso em 08/01/2014.

²⁴³ Disponível em: < <http://sindiconce.blogspot.com.br/2013/08/transportadora-e-condenada-por-explorar.html>>. Acesso em 08/01/2014.

²⁴⁴ Disponível em: < <http://www.radiocacula.com.br/noticias/policial/justica-condena-transportadora-em-r-700-mil-por-explorar-motoristas>>. Acesso em: 08/09/2013.

observe a jornada máxima de 8 horas para os motoristas de ônibus, no prazo de 90 dias, após a intimação sobre o teor da sentença” (SINDICONCE, 09/08/2013)²⁴⁵.

Outro exemplo do processo de precarização do trabalho terceirizado são os acontecimentos envolvendo a empresa terceirizada Manserv, que presta serviço de manutenção à Fibria. Segundo as informações do Jornal do Povo, do dia 26/06/2012, no dia 25/06/2012, aproximadamente, 65 trabalhadores do setor de manutenção declararam estado de greve. Ribeiro (2012), ao analisar o caso, procura demonstrar as razões da greve. Escreve o autor:

Na pauta das vindicações constava: reajuste salarial (de 12%, ao invés dos 6% oferecidos pela empresa), aumento do “cartão alimentação” (de R\$ 70,00 para R\$ 250,00, contra os R\$120,00 contra-argumentados²⁴⁶) e viagem para visita de familiares (“folga de campo” a cada 60 e não 120 dias, como ocorria). A empresa, depois da contraproposta exarada e para sentir o calor da situação, cedeu aos trabalhadores, sobretudo porque sabedora que o início e o meio da jornada compensavam a manobra *final* (em nada maculada por perdas). A greve, segundo a agroindústria, nem gerou transtorno, vez que a Paralisação Geral de 10 dias constava como uma exigência anual às empresas do setor, em conformidade com a Norma Regulamentadora 13, relativa à inspeção de caldeiras e vasos de pressão, para segurança humana e ambiental (PRADINI, 26/6/2012 in RIBEIRO, 2012, p. 12).

Estes exemplos de *paralisações* representam, de acordo com Ribeiro (2012, p. 12), “[...] a confrontação impelida pelos trabalhadores à desumana *aceleração* materializada pelo processo de ativação do grande capital industrial e financeiro em Três Lagoas”. Sendo assim, devido a estes elementos, presume-se que o quadro do trabalho terceirizado contenha em si níveis variados de precarização, mas que as atividades terceirizadas são parte constitutiva tanto do processo de produção como, fundamentalmente, do processo de distribuição da Fibria.

Sendo assim, como ressaltou Perpétua (2012, p. 185) referindo-se às contradições da dinâmica do complexo eucalipto-celulósico-papeleiro, por trás das “[...] mudanças geográfico-espaciais justificadas pelas empresas sob a alegação da concorrência internacional” está a busca por “[...] níveis mais rebaixados de

²⁴⁵ Disponível em: < <http://sindiconce.blogspot.com.br/2013/08/transportadora-e-condenada-por-explorar.html>>. Acesso em 08/01/2014.

²⁴⁶ “O vale ou ‘cartão alimentação’ não deve ser confundido com a cesta básica, pois o benefício é usufruído em dinheiro e, às vezes, o funcionário o entrega diretamente à família, quando não o utiliza para o lazer pessoal, nas chamadas ‘casas das primas’” (RIBEIRO, 2012, p. 12).

remuneração da força de trabalho, acentuando os traços de superexploração do trabalho” (ANTUNES, 2004, p. 18 *apud* PERPETUA, 2012, p. 185).

Processos de precarização como estes, portanto, são corriqueiros quando se tem uma estrutura empresarial organizada em função de empresas terceirizadas. Como expõe Ribeiro (2012, p. 7), empresas com as características e o porte da Fibria demandam uma “[...] imensa quantidade de terceirizações, com uma intrincada fiação de empresas incumbida pela contratação”.

O importante, a nosso ver, é que esta “rede de terceirização” não está disposta territorialmente de forma segmentada, porém de forma integrada e cooperada. Nessa conformação, o transporte, as táticas e as situações, por exemplo, envolvendo o processo produtivo à montante à jusante do complexo-Fibria, vinculam-se (e dependem) amplamente dos grupos de trabalhadores terceirizados espalhados ao longo do território. Em outras palavras, os grupos de trabalhadores terceirizados estão fragmentados ao longo dos locais devido à necessidade da divisão socioterritorial do trabalho imposto pelo complexo-Fibria.

Além disso, como tentaremos indicar detalhadamente mais adiante, nos segmentos analisados do setor de transportes, encontraremos outros exemplos que comprovam a precarização do trabalho nas empresas terceirizadas da Fibria. Essa precariedade pode variar em grau de intensidade, ora mais ora menos intenso, dependendo das exigências do processo produtivo, ou, mais precisamente, das demandas da Fibria. Como relataram alguns trabalhadores, em certos períodos, estes ficam subtidos a cargas excessivas de trabalho, como, por exemplo, ocorre no caso dos caminhoneiros que fazem o transporte das toras de eucalipto para o interior da Fibria. Ou com os trabalhadores da empresa de logística do modal ferroviário ALL²⁴⁷ que presta serviço à Fibria, que relataram, quando ocorre algum problema, eles precisam esperar dentro dos trens por até 5 horas além do tempo estipulado em contrato.

Neste sentido, a pressão desse processo recai sobre os terceirizados, principalmente nos momentos em que a Fibria precisa “acelerar” o processo produtivo. De modo que há nitidamente oscilações entre períodos de intenso trabalho e outros em que essa intensidade é reduzida, o que acaba por repercutir

²⁴⁷ Trataremos especificamente desta empresa no item 4.4 deste capítulo.

sobre todos os segmentos de transportes. Neste sentido, como relatou um trabalhador da empresa ALL:

Às vezes ficamos mais de boa, mas existem épocas que trabalhamos muito. É “pauleira” e ainda tenho que aguentar “bucha” dos outros (Informação Verbal, 05/01/2014. Transcrição Literal)²⁴⁸.

Nota-se aqui o elemento da flexibilização do processo de trabalho, o qual proporciona à ALL certa liberdade em subdividir a jornada de trabalho conforme demandas da “empresa-mãe”. O trabalhador da ALL deve ser flexível, no sentido de corresponder às necessidades das empresas (ALL e Fibria), oferecendo disponibilidade para os horários “maleáveis” conforme as demandas do processo produtivo encabeçado pela Fibria. Como nos disse o mesmo trabalhador supracitado este está sempre disponível quando necessário, isto é, quando é preciso atender as necessidades do complexo-Fibria.

Outro elemento (flexível?) importante, que já de antemão destacamos e que nos foi relatado por outros trabalhadores da ALL, é que o descumprimento das normas, principalmente no que se refere às metas, dá-se na forma de controle que perpassa o sistema produtivo (circulatório) que envolve as empresas (mãe) e demais empresas (filhas). Esse controle, cuja utilização do aparato tecnológico é uma arma importante, permite às empresas manter o trabalho sob vigilância constante. Dessa maneira, como explicou o entrevistado, estes podem sofrer inúmeras penalidades (inclusive demissões) em função das cláusulas contratuais entre a Fibria e a terceirizadas que estabelecem metas que devem ser rigidamente cumpridas. Por conta desse controle via cumprimento de metas segundo os critérios impostos pela produção maciça no setor, um tabalhador da ALL comentou:

O gerente de uma outra empresa às vezes faz pressão nos nossos chefes... que fazem pressão nos da Julio Simões ou na Geoterra²⁴⁹... E a gente ‘paga o pato’, temos que acelerar também. O nosso gerente pede pra gente agilizar se não a ‘cabeça dele vai rolar’. Temos que cumprir as metas” (Informação Verbal, 04/01/2014. Transcrição literal)²⁵⁰.

²⁴⁸ Entrevista conduzida pelo autor.

²⁴⁹ Terceirizada que presta serviço à ALL, isto é terceirizada da ALL e, portanto, quarteirizada da Fibria

²⁵⁰ Entrevista conduzida pelo autor.

A variação da intensidade de trabalho relacionada ao cumprimento de metas impostas pela Fibria, assim como o “trabalhador-flexível”, são elementos significativos, pois indicam que, por dentro das ramificações do processo produtivo (circulatório) do complexo Fibria e, mais precisamente na relação entre a empresa contratante e as contratadas, existem traços de precarização das relações de trabalho.

Como veremos a seguir, a força de trabalho terceirizada (fragmentada, flexibilizada, subcontratada, cooperada etc.) dentro de um dos subsetores (o de transportes) do processo produtivo (e circulatório) do complexo, articula-se (e está organizada) socioterritorialmente em função da dinamização, otimização e potencialização do sistema produtivo seguindo os critérios da valorização do valor.

Portanto, acreditamos que é nessa articulação e organização entre Fibria e terceirizadas, devidamente subalternizada à dinâmica contraditória e antagônica (desigual e combinada) do capital (em crise), cuja valorização incessante nesse momento histórico-geográfico, impele o capital na busca de novas formas que possam servir como solução provisória aos problemas iminentes. . Daí a necessidade das “empresas-parceiras” do setor de transportes estarem estruturadas seguindo às regras, ações, mandos e desmandos da Fibria. No entanto, isso é possível, através da exploração atrelada à precarização da força de trabalho terceirizada, que, *sob os auspícios da divisão sociotécnica e socioterritorial do trabalho ao longo das áreas que a “empresa-mãe” utiliza/controla* é, continuamente, posta à prova conforme as exigências do complexo territorial eucalipto-celulose-papel, devidamente ancorado ao sistema do capital.

4.4. A dinâmica socioterritorial do trabalho terceirizado no setor de transportes da Fibria

Dentro os inúmeros aspectos que forçam a Fibria à terceirização, a necessidade da empresa se organizar sob os auspícios de uma nova forma ou padrão de acumulação, tendo como base certos elementos da reestruturação produtiva, aparece como uma determinação das mais importantes. Isso porque, a terceirização maciça na Fibria aparece, até onde podemos analisar, imbricada em nos processos ditos flexíveis.

Para alcançar este fim, ou seja, obter altos níveis de produtividade e lucros exorbitantes, a Fibria lança mão de certos mecanismos típicos da “era pós-fordista”, no sentido claro aperfeiçoar o seu sistema produtivo (e circulatório), armando-se assim para o enfrentamento com as outras empresas do setor. Talvez o seu maior trunfo nesse sentido seja a tática de terceirizar “quase tudo” e focalizar na atividade produtiva principal. Essa característica mesclada à uma outra típica dos tempos toyotistas, ou seja, a redução do proletariado fabril, e expansão forçada do que chamaremos aqui de “trabalho-orbital”, aparecem como traços constitutivos inter-relacionados dentro do complexo-Fibria. Essa relação envolve um número reduzido de trabalhadores próprios e uma quantidade maior (apesar de sazonal) de trabalhadores terceirizados, e representa uma típica estratégia empresarial moderna num período de reestruturação produtiva, em que a articulação em rede com as demais empresas se torna imperiosa

No entanto, se a Fibria e, particularmente, o seu sistema produtivo está ancorado em certos aspectos da reestruturação, o que significa a sua adesão, guardadas as devidas proporções²⁵¹, ao formato empresarial flexível, é preciso atentar para o fato de que neste tipo específico de indústria a reestruturação produtiva se manifesta por meio da “[...] flexibilização com maior veemência nas estratégias empresariais, na gestão da força de trabalho e na arregimentação dos trabalhadores” (PERPETUA, 2012b, p. 187). Essa arregimentação tática só tem sido possível, como estamos tentando demonstrar, por meio do trabalho terceirizado.

É interessante destacar que o trabalho terceirizado tem sido uma das formas de atividades mais eficazes no que tange à extração de valor na dinâmica atual do capital contemporâneo. Quando combinado com o trabalho não-terceirizado, mediante à utilização de uma logística territorial²⁵², assim como certos aspectos

²⁵¹ Neste sentido, Perpetua (2012b, p. 187) baseado em Daura (2004), aponta que em virtude de tais características presentes na indústria de celulose e papel, pode-se constatar dois aspectos que não devem ser deixados de lado quando se pretende estudá-la à luz das transformações do capitalismo atual. Primeiramente, que as transformações decorrentes da reestruturação produtiva do capital não afetam da mesma maneira este tipo de indústria, como têm afetado as de processo descontínuo. É mister compreender que por nunca ter incorporado completamente o modelo taylorista/fordista de produção, com todos os seus elementos constitutivos (linha de produção, produção padronizada, separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, fragmentação e especialização das atividades de trabalho manual no interior da fábrica etc.) (MOREIRA, 2000), a indústria de celulose também não tem incorporado completamente os elementos da produção flexível (trabalho em equipe organizado em células de produção, customização da produção, aproximação entre trabalho manual e intelectual etc.).

²⁵² Conforme Silveira (2012, p. 60): “a logística territorial’ envolve planejamento referente às infraestruturas (sistemas de movimento e armanejamento) e às normas (sistemas de normas),

organizacionais e estruturais da Fibria moldados à base da reestruturação produtiva, principalmente no que tange ao aparato tecnológico²⁵³, o trabalho terceirizado no setor de transportes é estratégico por contribuir com a dinamização do movimento de acumulação do capital.

A evidente utilização do trabalho terceirizado na Fibria, a combinação entre trabalho terceirizado e não-terceirizado (diretamente contratado), as possibilidades de ampliação da produção com redução de trabalho no chão da fábrica²⁵⁴, as formas de gestão baseadas na logística, as possibilidades de redução do tempo de giro do capital e a ampliação do processo de valorização mediante uma força de trabalho regulado aos moldes da acumulação flexível, são também aspectos que contribuem para a preferência pela subcontratação e terceirização por parte da empresa-mãe.

Como ressaltamos anteriormente, um indicativo do quão importante tem sido o trabalho terceirizado é a quantidade de empresas que prestam algum serviço para a Fibria. O número total de 308 empresas é um dado significativo para o nosso estudo. No entanto, este elemento não é, isoladamente, suficiente para demonstrar os porquês da terceirização. Por isso, certos aspectos qualitativos envolvendo os diversos segmentos do setor de transportes não podem ser ignorados, pois, se os dados gerais lançam luz ao fenômeno que permite à empresa-mãe se utilizar largamente da terceirização em prol da ampliação da produção, com redução de custos e “livre” dos encargos gerados pelo trabalho direto, certos aspectos qualitativos podem corroborar a hipótese de que a força de trabalho terceirizada e, mais precisamente, o trabalho terceirizado no setor de transportes, exerce uma imprescindível influência na organização territorial diante das necessidades da Fibria. Nas palavras de um dos entrevistados, a Fibria adota a terceirização porque

capazes de tornar eficiente a fluidez territorial e, por conseguinte, de alterar o território (os espaços urbanos e rurais). Esta seria fundamental ao atendimento das demandas corporativas, mas também é planejada pelo Estado”.

²⁵³ Conforme informações recolhidas com alguns dos trabalhadores diretos da Fibria, o processo produtivo de transformação das toras de eucalipto em fibras se dá através da utilização de um aparato tecnológico com pouquíssimo contato humano direto com a matéria-prima.

²⁵⁴ Segundo Perpetua (2012b, p. 186), “As fábricas de celulose que se instalaram em Três Lagoas, aproveitando-se do leque de ‘vantagens locacionais’ oferecido pelo município, são extremamente modernas e a despeito de serem as maiores do mundo, funcionam com poucos trabalhadores, empregados mais no controle do processo produtivo que na produção propriamente dita. Em parte, isso ocorre pelo fato de que a própria indústria de celulose e papel é classificada como de *processo contínuo*”. Contínuo porque a matéria prima entra num lado do sistema e o produto final sai do outro lado, continuamente.

[...] ela quer cortar custo. Por exemplo, ela montou a firma. Ela convida terceiros, chama terceiros. Os terceiros vai (sic) faz o trabalho. Ela [a Fibria] paga um certo x. O que o terceiro faz, pega mão-de-obra da cidade ou traz a mão-de-obra de fora, mão-de-obra mais barata... A Fibria não tem que pagar décimo terceiro... essas coisas que paga ai... direitos. Ela fica livre... Oh! [a Fibria fala para as terceirizadas] Vocês [terceirizados] se vira. Ta aqui a quantia x. A Fibria quer produtividade e quer qualidade. E a terceirizada tem que ser virar (Informação verbal, 20/01/2014. Transcrição literal)²⁵⁵.

Na visão de outro trabalhador:

Eu penso assim, desde quando ela pega uma coisa e terceiriza, ela não tem compromisso com cada um dos funcionários daqueles que tem ali, entendeu? Daí fica bem mais fácil pra ela pagar e aquela outra empresa pegar um compromisso sério... que a outra empresa [terceirizada] que tem que entregar o produto que ela [a Fibria] quer. E ela [a terceirizada] que vai ter que se preocupar em rodar tudo bem e ter compromisso com cada funcionário (Informação verbal, 20/01/2014. Transcrição literal)²⁵⁶.

Na fala do trabalhador é possível notar a percepção de como a prática da terceirização/subcontratação é mecanismo estratégico da Fibria no interesse de reduzir custos. A difusão e utilização do trabalho terceirizado, enquanto forma subproletarizada do trabalho na contemporaneidade, está em conformidade com processo de reestruturação produtiva (pós-70) (ANTUNES, 2012, ALVES, 2011). Além disso, dois outros pontos merecem destaque na fala do trabalhador: 1) Por meio das atividades terceirizadas a Fibria se livra de uma série de problemas relacionados a encargos trabalhistas, pois os repassa às empresas terceirizadas e, 2) como o trabalhador percebe, nesse processo, o que importa para a Fibria é a *produtividade* acima de tudo.

Cabe alertar ainda que, apesar da relação variável e ao sabor da conjuntura, a utilização do trabalho terceirizado não deixa de ter seu papel no processo produtivo da Fibria. Mesmo as variações sazonais no trabalho terceirizado no setor de transportes, variações pautadas na volatilidade, na efemeridade, em certos casos no curtíssimo tempo de uso da força de trabalho terceirizada no setor, no descaso por parte de algumas empresas com os trabalhadores terceirizados etc., o que por si só já indica um processo de precarização, não interferem, a nosso ver, na compreensão de que a Fibria necessita da mão de obra terceirizada para o seu

²⁵⁵ Entrevista conduzida pelo autor.

²⁵⁶ Entrevista conduzida pelo autor.

funcionamento sadio, ao menos é isso que tem ocorrido desde sua implantação em Três Lagoas, processo que, como visto, sempre demandou, em maior ou menor, grau de trabalho terceirizado.

Para termos uma ideia da importância da dinâmica das terceirizadas e, mais precisamente, da força de trabalho terceirizada do setor de transportes da Fibria, optamos por analisar a forma de atuação de algumas destas empresas ao longo do território em que a Fibria atua. Para tanto, elencamos aquelas empresas do setor que, a nosso ver, possibilitam, de maneira geral, verificar/compreender os aspectos da dinâmica envolvendo as terceirizadas junto à Fibria, ao mesmo tempo, em que percorremos os locais dentro do processo produtivo onde essas empresas e seus devidos funcionários atuam.

Optamos por esse formato, porque não nos foi permitida a entrada no interior da unidade da Fibria, ou seja, na fábrica propriamente dita. No entanto, mesmo com essa impossibilidade de verificar a atuação do trabalho terceirizado no setor de transportes no interior da Fibria, conseguimos obter informações junto aos sindicatos dos transportes (e de alguns trabalhadores) de que lá dentro atua a empresa Wilson, Sons e Logística²⁵⁷. Esta empresa, que entrou em operação em 2010, é responsável principal pelo carregamento e descarregamento dos caminhões que transportam madeira das áreas florestais da Fibria para a fábrica, além da movimentação no pátio de madeira e alimentação das mesas de produção. Até 2011, empresa contava com 80 trabalhadores operando as máquinas (NEW,S, 2011).

Dentre as 308²⁵⁸ empresas terceirizadas que atuam no setor temos: Breda – Transportes e Serviços Ltda; ALL – America Latina Logística; JLS - Julio Simões – Transportes e Serviços Ltda; Geoterra – Transportes Ferroviários; Wilson, Sons e Logística; Valmor Brum. Viação São Luiz Ltda; Viação Aracruz Ltda; a Viação Cidade Morena; Viação Cruzeiro do Sul; Viação Londrina; Viação Clewis; Viação MIMO, Viação Reunidas Paulista; Crisptur; GAFOR; BRA; transportadora GRANELEIRO; Transportadora Bruma; Translopes; Transportadora Real. Estas são, portanto, conforme o sindicato, as empresas terceirizadas que atuam de forma mais

²⁵⁷ Além da Fibria, a Wilson, Sons Logística atua na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda e Itaguaí (RJ), na Anglo American em Cubatão (SP) e Catalão (GO), na Gerdau Açominas em Ouro Branco (MG), na Vale em Vitória (ES), na Unigel em Camaçari (BA) e na Braskem Camaçari (BA) (NEW,S, 2011).

²⁵⁸ Não se pode desconsiderar o papel fundamental das demais empresas, mas por conta do número elevado de empresas atuando no setor, focamos a pesquisa naquelas que mais se destacam no processo.

intensa nos segmentos dentro do setor de transportes da Fibria. Cada uma destas empresas é responsável por prestar algum tipo de serviço à Fibria no setor de transportes, atendendo assim, cooperadamente, as necessidades da “empresa-mãe”, numa conformação organizacional que aparentemente se delineia em rede²⁵⁹.

No interesse deste estudo elencamos aquelas empresas que, atualmente, aparecem como as que mais se destacam no setor. São elas: Breda, a Coopercarga, a Julio Simões, a Geoterra e a ALL. Evidentemente, não se trata de atribuir toda a importância a estas empresas, pois, como podemos constatar, “ao redor” da Fibria, inúmeras empresas subcontratadas menores exercem funções específicas, inclusive auxiliando outras terceirizadas maiores. O papel de destaque das empresas elencadas só é possível por conta da notável cooperação destas. Além disso, destacamos as empresas acima porque, ao que constatamos junto à Fibria e aos trabalhadores entrevistados, estas empresas e, evidentemente, a força de trabalho que nelas atua, exercem influência significativa na trama territorial que envolve o sistema produtivo da Fibria, principalmente na área que nos interessa: a *de transportes*.

Antes, porém, de passarmos para a análise das relações mais expressivas entre as terceirizadas e a Fibria, é interessante observar algumas das fases (iniciais) do processo produtivo até momento, em que a força de trabalho terceirizada no setor de transportes é realmente posta em prática. Podemos observar o processo produtivo da Fibria atentando para algumas de suas etapas combinadas. Uma *primeira etapa* (plantio) foi assim descrita por Perpetua:

[...] primeiramente, há a produção das matrizes (mudas de eucalipto clonadas) em *viveiro*; tais mudas são transportadas para o campo, que, enquanto isso, é preparado para o plantio com o *arranquio* (retirada) da vegetação preexistente na área, e a abertura dos sulcos e *adubação* por parte dos tratoristas; em seguida, ocorre o *plantio* das mudas, as quais, com o seu crescimento, receberão a atenção dos aplicadores de veneno para o *combate às formigas* e dos

²⁵⁹ Como explica Silveira (2011, p. 43): “A Rede, como qualquer outra intervenção humana, é uma construção social alegando que indivíduos, grupos, instituições, ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, sociais, econômicas e territoriais) e se organizam nessas redes, manifestando-se as interações espaciais nos territórios que estão circunscritos nessas redes. Em síntese, entende-se que a rede não constituiu o sujeito da ação, mas expressa e define a escala dos sistemas de ações e de objetos, projetando a viabilidade para a circulação territorial”.

trabalhadores do setor de *tratos culturais*, responsáveis pela eliminação de outras pragas. Alguns trabalhadores são empregados também em um *viveiro do campo*, que serve para a “reabilitação” das mudas após o transporte entre o primeiro viveiro e a área de plantio. Após todo o processo, atingindo o eucalipto o seu ponto de corte, entram em cena os trabalhadores do *corte* (PREPÉTUA, 2012b, p. 213)²⁶⁰.

Uma *segunda etapa* do processo produtivo envolve *duas fases*: o *modulo de colheita sem casca* e o *modulo de colheita com casca*²⁶¹. Uma descrição possível das duas fases desta segunda etapa pode ser resumida assim:

Primeira fase: O modulo de colheita sem casca é responsável por 35%²⁶² do abastecimento da fábrica. Essa etapa consiste basicamente em duas atividades: 1) a operação do maquinário Harvester que faz o corte, o descascamento e o processamento das toras de eucalipto e dispõe as toras em feixe (toras de 6 metros) 2) Logo após é feito o baldeio através da máquina Forwarder que deposita as toras ao longo das estradas, deixando-as prontas para o transporte até a fábrica. Em termos de produtividade, neste tipo de módulo as máquinas cortam em torno de 1.500 árvores por dia (PAINEL FLORESTAL, 2009). Logo após a madeira ser depositada ao longo da estrada ela é carregada pela empresa Wilson, Sons e Logística até os tritrens.

Segunda fase: grosso modo, o módulo de colheita com casca responde por 65% do abastecimento da fábrica e possui quatro processos distintos: 1) as árvores de eucalipto são derrubadas com auxílio das máquinas Feller-Buncher, 2) logo após ocorre o desgalhamento manual; 3) depois o arraste como maquinário Clambunk, e por último; 3) o traçamento e carregamento com a máquina Slasher. Nesse processo, há um alto índice de produtividade por conta do maquinário envolvido. As máquinas Feller-Buncher, por exemplo, trabalham com uma produtividade média de 100 m³ por hora, cortando em torno de 6.600 árvores por dia.

²⁶⁰ É interessante notar, como aponta o mesmo autor: “Em relação ao tipo de vínculo de trabalho, novamente segundo informações do representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas, no caso da Fibria, por exemplo, hoje, somente os trabalhadores do corte são diretamente empregados pelas empresas. Todos os demais pertencem às firmas terceirizadas/subcontratadas, que ao todo somam mais de uma dezena no campo” (PREPÉTUA, 2012b, p. 213). Além disso, como aponta Ribeiro (2012, p. 10): “Os contratos efêmeros, de curto prazo, temporários e terceirizados, não obstante a formalidade contratual ganham espaço nas unidades agroprocessadoras para reduzir encargos trabalhistas e esfacelar a consciência e identidade classistas”.

²⁶¹ Essa divisão se dá por conta do próprio formato produtivo da Fibria. Dentro da Unidade da Fibria existem 3 linhas de picagem de madeira com casca e uma linha de picagem de madeira sem casca

²⁶² Essa projeção refere-se à própria demanda da fábrica que foi projetada para ter três linhas produtivas de madeira com casca e uma linha de madeira sem casca.

No arraste, a produtividade chega a 65 m³ por hora e no traçamento com a Slasher a produtividade média é de 50 m³ por hora. Esta máquina também é responsável pelo processo de carregamento e traçamento, ou seja, o corte do eucalipto no comprimento de 3,60 m. A máquina trabalha 24 horas por dia, produzindo 50 m³ por hora (PAINEL FLORESTAL, 2009).

Há dois elementos que devem ser levados em consideração aqui: primeiro é o pressuposto de que os altos índices alcançados nesta fase estão ligados ao maquinário utilizado pela Fibria, que contribuem para a intensificação do corte dos eucaliptos em ritmo acelerado e contínuo; o segundo pressuposto, é que a utilização do maquinário tem como sentido de ser: o reduzir custos para Fibria. Isso porque, como apontam Machado; Lopes (2000), dois fatores são responsáveis por mais da metade do custo final da madeira comercializada: a colheita e o *transporte florestal*.

Na mesma perspectiva, Moreira (1999), expõe que os custos com a colheita representam, em certos casos, mais de 50% do custo total da madeira posta na indústria. Nesse sentido, é revelador que em Três Lagoas, como alardeiam alguns defensores do modelo, a intensa mecanização (trabalho morto) pode chegar a até 85% de mecanização no plantio e corte do eucalipto (ALMEIDA, 2012). Ou seja, quando se utiliza estrategicamente dos dois procedimentos: mecanização e transporte (terceirizado), a Fibria pode reduzir seus gastos, obviamente, aumentando seus lucros.

Sendo assim, ao que tudo indica, a mecanização (incluindo aqui os sistemas informacionais) parece constituir um elemento estratégico no que tange à redução dos custos operacionais, ao mesmo tempo em que propiciam elevar os índices de produção. É claro que, para se ter uma noção exata de como se dá a redução dos custos em cada etapa do processo produtivo, seria necessário uma análise e mensuração pormenorizada do processo. No entanto, por conta dos indícios, nos parece que a utilização do maquinário caminha nesses dois sentidos: *redução de custos e alta produtividade*. E, é claro, o uso da força de trabalho entre nesse processo como elemento-chave, mas ele não é o único. Na verdade, a força de trabalho é parte, talvez a mais importante, de um conjunto de estratégias de apropriação e controle territorial outro trunfo empresarial. A este respeito, Perpetua expõe:

Em virtude de fatores como a proporção representada pelos custos com matéria-prima e frete (que juntos, somam quase 60% na composição do custo produtivo total da celulose de fibra curta branqueada) e a elevada escala mínima de produção atualmente recomendada para esse tipo de empreendimento (1 milhão de toneladas/ano) (BIAZUZ; HORA; LEITE, 2010), faz parte das estratégias territoriais das empresas a localização das suas unidades industriais junto às bases de monocultivo, ocupando e mecanizando o trabalho em imensas áreas de terra (PERPETUA, 2012a, p. 2).

Portanto, a utilização da mecanização constitui-se como um aspecto positivo para o capital, desde que isso não afete o processo de valorização, evidentemente. Por outro lado, as consequências da mecanização para o trabalho são bastante conhecidas. No caso da colheita de eucalipto, Nadai, Soares, Overbeek (2011) indicam que uma máquina colheitadeira, por exemplo, substitui em média 14 motosserristas.

Contraditoriamente, ao potencializar sua produção, provoca uma redução da participação dos produtores diretos na produção; ao otimizar a produtividade do trabalho, cada unidade produzida comporta um *quantum* menor de tempo de trabalho (OLIVEIRA; MOREIRA; MARQUES, 2004, p. 3).

Dessa maneira, ampliam-se as tendências contraditórias que emanam do capital, pois o maquinário, ao substituir trabalho vivo, como ocorre na Fibria, “[...] torna a produção de riqueza cada vez menos dependente do tempo de trabalho empregado diretamente, se comparado ao conteúdo científico e tecnológico que lhe dá suporte” (OLIVEIRA; MOREIRA; MARQUES, 2004, p. 3).

Após a última etapa desta fase (carregamento e traçamento), entre em cena a empresa terceirizada Wilson, Sons e Logística, responsável principal pelo carregamento dos Tritrens com as toras de eucalipto que ficam dispostas na estrada. A partir daqui começa outra fase, quando o papel das empresas terceirizadas no setor de transporte ganha maior destaque.

Na articulação, ou “logística da madeira”, destacam-se os modais rodoviário²⁶³ e ferroviário²⁶⁴ em Três Lagoas, os quais, como contatamos,

²⁶³ De acordo com o relatório de sustentabilidade da Fibria de 2012, a empresa utiliza principalmente o meio rodoviário para transportar a madeira que abastece suas fábricas na região (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2012). Segundo Rocha (2011), só a Fibria recebe, diariamente, 48 mil árvores para transformar em celulose. Tudo em caminhões, que depois também levam a celulose até o terminal ferroviário.

prescindem das atividades das empresas terceirizadas. Tem-se aí um bom exemplo de como a Fibria se estrutura territorialmente em função do seu sistema produtivo. Através destes modais interconectados, a “empresa-mãe” consegue escoar a produção da matéria-prima e do que é produzido dentro da unidade, ou seja, a celulose.

Em relação às principais empresas terceirizadas que atuam no modal rodoviário e que são responsáveis pelo transporte dos eucaliptos que se encontram em diversas fazendas ao redor da região até a fábrica da Fibria, destacam-se: Júlio Simões Logística (JLS), Expresso Nepomuceno, Gafor, Aqces, Breda e Coopercarga (PAINEL FLORESTAL, 28/09/2012). Mas uma vez, seguindo as indicações dos trabalhadores, destacamos o papel das empresas mais expressivas que atuam no setor neste momento²⁶⁵: Breda²⁶⁶ e Coopercarga²⁶⁷.

O relato dos trabalhadores carreteiros da empresa Breda nos dá um bom exemplo de como se dá a movimentação e circulação da produção. O trabalhador comenta que, em média, as fazendas de propriedade (ou arrendadas) da Fibria ficam a uma distância de aproximadamente 75 a 80 km/h²⁶⁸ em relação ao pátio²⁶⁹

²⁶⁴ “A ferrovia que passa por Três Lagoas é administrada pela ALL Logística e é responsável pelo transporte de parte da produção das mineradoras localizadas do outro lado de Mato Grosso do Sul (na fronteira com a Bolívia), além de soja e óleo de soja, combustível, papel e celulose. A ferrovia leva ao Porto de Santos” (CARGA PESADA, 07/11/2011). Disponível em: <<http://cargapesada.com.br/revista/2011/07/11/tres-lagoas-onde-os-modais-se-encontram/>>. Acesso em: 12/01/2014.

²⁶⁵ É sempre importante fazer referência à questão do processo de terceirização enquanto movimento. Ao indicarem que as empresas que mais se destacam “no momento”, os trabalhadores dão pistas de como o processo de terceirização nos transportes é dinâmico e efêmero. No geral, os contratos firmados entre a Fibria e as terceirizadas duram poucos meses, às vezes dias, as empresa então podem ser substituídas ao sabor da conjuntura e dos interesses da Fibria, o que não deixa de ser um problema para os terceirizados. Um exemplo disso pode ser notado nas indústrias da Toyota ou a Nissan, as quais “[...] escolhem um leque de firmas subcontratadas e as põe em competição para baixar os preços. A renovação do contrato, a cada dois anos, depende de a subcontratada desenvolver vantagens tecno-organizacionais de redução dos preços dos produtos e dos custos operacionais e a manutenção dos prazos de entrega” (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

²⁶⁶ A Breda possui, somando todas as regiões em que atua, 2.500 trabalhadores, e uma frota superior a 1.300 veículos, entre ônibus, microônibus, vans e caminhões. Em Três Lagoas, atualmente, conta com 400 motoristas dividindo as funções de motoristas de ônibus, responsáveis pelo transporte da maioria dos trabalhadores até a unidade da Fibria, e os carreteiros, responsáveis pelo transporte das toras de eucalipto.

²⁶⁷ A Coopercarga atualmente tem duas unidades no segmento florestal realizando o transporte de madeira para a Fibria: uma em Três Lagoas (MS) e outra na cidade de Caravelas (BA). No total são 82 veículos e mais de 250 colaboradores (entre equipe operacional e administrativa) dedicados ao cliente. Esta operação, iniciou no ano de 2009 (COOPERCARGA, 08/07/2011). Disponível em: <<http://177.47.23.118/noticias/noticia/coopercarga-participa-da-sipatm-em-tres-lagoas>>. Acesso em: 10/10/2013.

²⁶⁸ No entanto, de acordo com um dos entrevistados, em certos casos, principalmente quando falta eucalipto nas regiões mais próximas, os carreteiros têm que ir buscar madeira em longas distâncias, como aconteceu com o entrevistado que “puxava” as toras em Campo Grande (MS), numa distância

onde ficam estacionados os treminhões da empresa, localizado na BR-158 (figura 8), próximo à Unidade Fabril da Fibria. A velocidade média no asfalto, isto é, nas principais rodovias por onde transitam os tritrens (BR-262 e BR-158) é de, no máximo, 70km/h, mas existem os trechos entre as rodovias e as fazendas que, no geral, são de terra, o que faz com que a velocidade caia para uma média de 40 km/h. Em média, o tempo estimado (somando a ida e a volta) dos Tritrens para percorrer o trajeto é de quatro horas, tempo que pode variar dependendo das filas de tritrens que se formam nas estradas das fazendas ou na entrada do pátio da Fibria no momento do descarregamento.

Com relação aos trajetos que os Tritrens fazem, segundo as informações colhidas junto aos carreteiros da Breda, existem duas formas deles iniciarem o trabalho com os Tritrens. Uma delas é a própria empresa Breda os conduzirem de ônibus até o pátio da empresa localizado na BR 158 e de lá eles partem para as fazendas, a outra pode ocorrer quando a Breda os leva em alguma das proximidades onde estão circulando os Tritrens, já que estes ficam quase que o tempo todo circulando. Constatamos que as trocas entre motoristas, no geral, ocorrem nas proximidades do estacionamento de ônibus localizado na Av. Ranulpho Marques Leal, no Bairro Jardim Alvorada (figura 12). Essas trocas de motoristas na Avenida facilitam o trabalho da Breda, pois o local é um dos pontos por onde trafegam os Tritrens.

Ao pegar o tritrem o carreteiro precisa de um documento ²⁷⁰ indicando o local onde ele deve ir buscar a madeira. Com o documento em mãos, ele parte para a fazenda de destino.

de mais de 300 km e também nas fazendas da Fibria localizadas na região de Nova Andradina (MS), a 350 km de distância de Três Lagoas.

²⁶⁹ A Breda possui dois pátios (ou estacionamentos): um dentro do perímetro urbano de Três Lagoas (onde ficam os ônibus da empresa), e outro nas proximidades da Unidade fabril da Fibria (onde estão os treminhões e alguns ônibus).

²⁷⁰ Segundo um dos trabalhadores, o documento é uma nota que identifica qual o tipo de madeira a Fibria precisa naquele momento e para qual fazenda o carreteiro deve ir.



Figura 8 - Estacionamento da empresa Breda na BR- 158, próximo à unidade da Fibria
Autor: André Luis Amorim de Oliveira



Figura 9 – Pátio/Estacionamento da empresa Coopercarga na BR- 158, próximo à unidade da Fibria
Autor: André Luis Amorim de Oliveira



Figura 10 - Carreteiro se preparando para começar seu turno junto ao treminhão na Av. Ranulpho Marques Leal
Autor: André Luis Amorim de Oliveira



Figura 11 - Dois carreteiros se preparando para o transporte das toras de eucalipto nas proximidades do pátio da Breda na Av. Ranulpho Marques Leal, no Bairro Jardim Alvorada
Autor: André Luis Amorim de Oliveira



Figura 12 – Pátio/estacionamento dos ônibus da empresa Breda, localizado na Av. Ranulpho Marques Leal no Bairro Jardim Alvorada.

Autor: Andre Luis Amorim de Oliveira

O trajeto dos carreteiros segue, portanto, a necessidade do tipo de madeira que a Fibria precisa. No máximo, os carreteiros conseguem fazer uma viagem (ida e volta) por conta das filas que se formam tanto nas fazendas, como no pátio onde a madeira é depositada dentro da fábrica. As filas se formam por conta do grande número de caminhões ²⁷¹ à espera da madeira que foi cortada e depositada em feixes ao redor das estradas.

Em relação à carga horária de trabalho na Breda: é de 8 horas, incluindo mais duas horas livres, que os trabalhadores conquistaram através de inúmeros processos judiciais contra a Breda, como indicamos anteriormente. Já na empresa Coopercarga os turnos são de 12 horas, o que aumenta consideravelmente o risco para os trabalhadores

Como nos informou um dos carreteiros, um dos maiores riscos no transporte da madeira se dá nos trajetos de terra, por dentro das fazendas, pois, devido à característica arenosa do solo na região, ampliam-se os riscos de atolamento e/ou tombamento dos caminhões, ainda mais nos períodos de chuva intensa. Ouvimos muitos relatos de acidente sem maior gravidade. No entanto, um dos caminhoneiros nos contou sua experiência em um grave acidente²⁷²:

²⁷¹ Em 2011, a frota estimada de automóveis de grande porte em Três Lagoas era de: 1.435 caminhões, 245 caminhões tratores, 974 reboques e 327 semirreboques.

²⁷² Mesmo sabendo da influência arenosa que os solos da região possuem e de como ela pode contribuir para os acidentes, no asfalto também os acidentes ocorrem com relativa frequência, seja por conta de problemas relacionados diretamente às empresas do setor ou indiretamente por conta do volume de automóveis: caminhões, carretas, ônibus etc., que circulam diariamente. Segundo Prandini, em 2013, “A Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou aumento de 40% nos índices de acidentes com mortes nas rodovias federais que cortam Três Lagoas e região. Conforme balanço de atividades de 2013, foram registradas 28 mortes no trânsito, sendo 14 na BR-262 – 55% a mais em comparação ao ano passado, quando foram registradas nove mortes – e outras 14 mortes na BR-

Tinha chovido... O caminhão “deitou”. “Deitou” do meu lado, conforme deitou, eu bati meu ombro na coluna da porta, meu ombro saiu do lugar. Fiquei um ano e meio “encostado” (Transcrição literal, 27/01/2014. Informação Verbal)²⁷³.

Depois de cumprirem o trajeto de ida até a fazenda determinada, aguardar o carregamento que é feito pela outra terceirizada, Wilson, sons e logística, os Tritrens se dirigem até a Unidade da Fibria. Ao adentrar o perímetro da fábrica, no local reservado para o depósito²⁷⁴ das toras (figura 13), novamente a empresa Wilson, Sons e Logística (figura 14) atua retirando as toras dos caminhões para descarregá-los no pátio onde serão transformadas no processo produtivo interno²⁷⁵ da Fibria.

158, o que equivale a um aumento de 27% em comparação a 2012. Os dados da PRF (Polícia Rodoviária Federal) mostram ainda que, em comparação a 2010, o aumento no número de acidentes com mortes praticamente dobrou. Naquele ano, 13 pessoas morreram nas rodovias que cortam a região, sendo cinco delas na BR-158 e oito na BR-262”. Lembrando que estas duas BRs são as responsáveis principais pelo tráfego de automóveis do setor de eucalipto-celulose-papel (JPTL, 2013, 31/12/2013). Disponível em:< http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=64253>. Acesso em: 04/02/2014.

²⁷³ Entrevista conduzida pelo autor.

²⁷⁴ Conforme nos indicou um dos motoristas da Breda, existe uma espécie de depósito onde ficam reservadas toras de eucalipto se acaso ocorrer algum problemas de falta da matéria-prima. A falta de matéria-prima ocorre nos períodos muito chuvosos do ano, momento em que acontecem muitos atolamentos dos tritrens, o que faz com que o processo de entrega seja desacelerado. Como a produção é incessante, a matéria-prima escassa durante um determinado período é compensada com as toras do depósito.

²⁷⁵ Segundo informações, as atividades dentro da fábrica são feitas quase sem nenhum contato humano com a matéria-prima.



Figura 13 - Pátio no interior da fábrica da Fibria, onde os Tritrens da Breda e da Coopercarga são descarregados pela terceirizada Wilson, Sons e Logística.

Fonte: NEW,S, 2011



Figura 14 - Tritren sendo descarregado pela terceirizada Wilson, Sons e Logística no interior da fábrica da Fibria.

Fonte: NEW,S, 2011

Logo após a matéria-prima ser transformada em celulose no interior da fábrica e estar pronta para ser transportada, entra em cena a empresa Júlio Simões. Essa empresa é responsável pelo transporte dos fardos de celulose da fábrica da Fibria

até o galpão/depósito localizado no Bairro Jupia²⁷⁶ (figura 15), onde duas empresas (Júlio Simões e ALL) trabalham cooperadamente. Isso demonstra que a cooperação não está limitada ao território próprio da fábrica da Fibria.

Todavia, mesmo havendo cooperação fora da fábrica, a obtenção do mais-valor, que tem na contribuição das terceirizadas do setor de transportes um forte amparo, ainda provém do processo de trabalho, isto é, do *trabalho coletivo* tal qual indicado por Marx. Desse modo, a Fibria se aproveita das vantagens da divisão social (e territorial) do trabalho, num dos ramos (terceirizados) que, geralmente, aparenta ser menos importante.

Continuando a discussão, conforme relato de um dos carreteiros da Júlio Simões, são 15 caminhões fazendo o percurso 24 horas por dia. Em média os caminhões levam em torno de 40 a 60 minutos para fazer o trajeto de aproximadamente 40 km entre a Fibria e a Bairro Jupia, onde se localiza o galpão/depósito de descarregamento dos caminhões e carregamento dos vagões. São feitas de 2 a 3 viagens por dia.



Figura 15 - Parte da frente do galpão/depósito onde trabalham as empresas ALL, Júlio Simões e Geoterra, no Bairro Jupia.

Autor: André Luis Amorim de Oliveira

²⁷⁶ Localizado onde existia um antigo ponto de parada dos trens da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) pouco antes de seguirem para o Estado de São Paulo, esse é um ponto-chave estratégico para o escoamento da celulose.



Figura 16 - Máquina da empresa Geoterra, responsável pela movimentação dos vagões da ALL dentro do pátio no bairro Jupia
Autor: André Luis Amorim de Oliveira



Figura 17 - Fardos de celulose prontos para o carregamento dentro Galpão/depósito da ALL, no Bairro Jupia
Autor: André Luis Amorim de Oliveira

Assim como acontece com os caminhões da Breda e da Coopercarga, os caminhões da Júlio Simões geralmente enfrentam fila (figura 18) no descarregamento da celulose no galpão que fica no bairro Jupia. Em média os

carreiros aguardam de 10 a 15 minutos, esperando na fila e mais 20 a 25 minutos esperando o descarregamento no pátio. Terminado o descarregamento, outra carreta adentra o pátio do galpão e reinicia-se o processo.



Figura 18 - Carretas da empresa da Júlio Simões em fila, aguardando para serem descarregadas (Bairro Jupιά).

Autor: André Luis Amorim de Oliveira

A carga horária seria é 12 horas (a cada 4 horas os motoristas param meia) o que, em média, permite que o trajeto seja percorrido de duas a três vezes por dia. Apesar de um dos carreiros informar que não há uma cobrança rígida por parte da JSL para com os carreiros, o controle do tempo parte da empresa e que as metas precisam ser cumpridas à risca. O que pode acontecer é, por conta da jornada de trabalho de 12 horas, de os tempos de não-trabalho causarem a impressão de que não existe uma cobrança rígida. A questão para a Júlio Simões é conseguir, dentro da jornada estabelecida, cumprir os prazos de metas e quando isso não acontece os trabalhadores são cobrados.

Como os caminhões são monitorados e rastreados²⁷⁷, presume-se que eles devam percorrer o trajeto (da fábrica até o depósito no Bairro Jupιά) dentro do tempo estimado, somando ainda o tempo de carregamento, descarregamento; o que significa ter o controle sobre as atividades e o tempo de trabalho. Controlar as

²⁷⁷ Segundo informações da Julio Simões: “O rastreamento e o monitoramento da frota de caminhões permitem identificar, por exemplo, o tempo de deslocamento e descarregamento de mercadorias” (GRUPO JULIO SIMOES, 2010). Desse modo, evita-se os gargalos, através de rotas alternativas que podem agilizar escoamento dos produtos.

atividades e o tempo de trabalho é imprescindível não só para a conquista de altos índices de produtividade, mas também porque com isso é possível extrair mais valor.

Esse controle, a nosso ver, além das funções de registro de possíveis acidentes e roubos²⁷⁸, é parte do aparato logístico de controle do trabalho, pois a externalização das atividades da Fibria, por meio do controle do tempo na Júlio Simões, assim como nas outras terceirizadas do setor, exige o estabelecimento estratégico de medidas que permitam o monitoramento das atividades, assim como da força de trabalho.

É interessante notar ainda que, no caso desta empresa, como nos informou um dos carreteiros, os “cavalo-mecânicos”²⁷⁹ que fazem parte das carretas não são de propriedade da Júlio Simões, mas de outra empresa, terceirizada da Julio Simões. Na realidade, como constatamos, os “cavalos-mecânicos” pertencem à empresa terceirizada Transportes Valmor Brum. Como nos relatou esta é responsável pela contratação e pagamento dos carreteiros, enquanto a Julio Simões fica responsável pelo semi-reboque, isto é, a parte da carreta onde serão acomodados os fardos de celulose.

Um dos carreteiros desta terceirizada da Júlio Simões e, portanto, quateirizada em relação à Fibria, nos informou que até o momento as jornadas de trabalho são de 12 horas diárias, cinco dias por semana e com remuneração de R\$ 1.110. Na entrevista notamos o descontentamento do entrevistado com relação ao salário, ao relatar que a Valmor Brum oferece um “bônus” de 10 reais para cada viagem feita pelos carreteiros, mas que, segundo ele, por conta das filas, no máximo é possível fazer duas ou três viagens por dia. O mesmo trabalhador relatou ainda que, por ter entrando recentemente na empresa, tem receio de barganhar por um salário maior. Como ele nos disse, dois trabalhadores que exerciam suas funções já há um tempo foram mandados embora por terem cobrado da Valmor Brum aumento dos salários. Portanto, tem-se aí mais um elemento de precarização das condições de trabalho, que, nesse caso, se revela no processo de quarteirização.

No local onde são descarregados os fardos de celulose, de acordo com um dos trabalhadores, são cinco trabalhadores (descarregando as carretas e

²⁷⁸ Segundo um dos carreteiros, o rastreio nas carretas da Julio Simões é feito por meio do aparelho tacógrafo. Este aparelho registra, de forma inalterável, a velocidade desenvolvida, distância percorrida e tempo de movimento e parada das carretas.

²⁷⁹ O “cavalo-mecânico” é o caminhão propriamente dito, incluindo a cabine, que puxa a carreta, formando o conjunto o semi-reboque.

carregando os vagões da ALL) por turno de 12 horas, sendo que até 3 trabalhadores de cada vez podem atuar em 3 empilhadeiras ao mesmo tempo. No pátio de descarregamento podem ser encontrados trabalhadores da ALL, da Julio Simões e da Geoterra. Estas terceirizadas, apesar de atuarem em funções diferenciadas num mesmo espaço físico conduzem suas atividades de forma cooperada. Essa cooperação entre terceirizadas e quarterizadas é indispensável para a movimentação e circulação da produção, marcada pela pressão do relógio, pelo *Just in time* do capital. Ouvimos de diversos trabalhadores que as cobranças são constantes, e que eles devem estar sempre atentos com os horários e as metas. Essa cobrança que perpassa por toda a rede empresarial terceirizada que investigamos acarreta, por vezes, na extrapolação das jornadas de trabalho e na não concessão de intervalos de descanso.

Conforme avançamos na pesquisa nas empresas elencadas, tentando compreender a importância da terceirização no setor indicado, as ramificações do processo iam se tornando mais complexas, todavia, mais claras. Nesse processo, nuançado e bastante obscuro do “enxame” de terceirizadas, outra empresa cuja importância mereça destaque é a Geoterra, que pode ser considerada uma terceirizada da ALL, configurando assim outro caso de quarterização.

A Geoterra tem suas atividades principais voltadas à manutenção, organização e carregamento dos vagões da ALL com a celulose. O papel dessa terceirizada, ou melhor, quarterizada, demonstra como em sua totalidade, o processo produtivo do complexo- Fibria estrategicamente fragmentado. Essa fragmentação intensa, porque extremamente subordinada a um *controle central*, por parte da Fibria, além, é claro, de estar ligada ao aparato logístico que visa fazer fluir a produção e as mercadorias no *Just in time* do capital contemporâneo, reforça ainda mais a problemática referente à organização política e reivindicatória da “classe terceirizada”. Assim, sob a aparente autonomia das empresas terceirizadas e de seus respectivos trabalhadores sobressai uma organização que regula, controla e subordina, em maior ou menor grau, todos os envolvidos.

Pois bem, voltemos à Geoterra, destacando o papel dessa empresa no processo de trabalho.

Notamos que os operadores de empilhadeira da empresa (figura 19) são ágeis e rápidos, descarregando os fardos de celulose da carreta e os empilhando

num pequeno depósito dentro do galpão²⁸⁰. Os fardos ficam empilhados aguardando o momento em que são levados até os vagões da ALL. Nesse momento, tanto os trabalhadores da Geoterra, quanto os da ALL, devem ficar atentos para que a carga esteja corretamente disposta nos vagões, evitando assim acidentes.



Figura 19 - Carretas da empresa Júlio Simões sendo descarregadas pelos trabalhadores da Geoterra no galpão/depósito (Bairro Jupiá)

Autor: André Luis Amorim de Oliveira

Além desses trabalhadores, ao que percebemos, mais 3 atuam na parte de escritório e, mais uma pessoa era responsável pela faxina do local. Provavelmente, a pessoa da área de limpeza era de alguma outra terceirizada, indicando, assim, mais uma vez, a existência de quarteirização.

Com relação à ALL, segundo informação da Transporta Brasil (2009)²⁸¹, a ALL assumiu a malha ferroviária no Mato Grosso do Sul em maio de 2006. Desde então tem atuado como prestadora de serviços na área de logística do tipo *outbound*²⁸² à Fibria. Estima-se que a parceria (contrato) entre as duas empresas

²⁸⁰ Os fardos de celulose ali depositados não permanecem por muito tempo, sendo prontamente retirados e colocados nos vagões da ALL.

²⁸¹ Disponível em: < <http://www.transportabrasil.com.br/2009/07/all-e-vcp-transportam-130-mil-toneladas-de-celulose-de-ms/>>. Acesso em: 20/01/2014.

²⁸² A grosso modo, a logística do tipo *outbound* é a maneira mais eficiente de fazer uma mercadoria pronta chegar ao consumidor final. Para tanto, essa forma de logística se utiliza de uma série de mecanismos que contribuem para reduzir os custos.

(ALL e Fibria) seja de 20 anos (TRANSPORTA BRASIL, 2009). O que é de se espantar, vindo de um contrato com uma empresa terceirizada.

Transportando um volume total de cerca de 2 milhões de toneladas de celulose ao longo de um trecho ferroviário de 900 quilômetros, que vai de Três Lagoas até o Porto da Cidade de Santos (SP), a empresa dispõe, no momento, de cerca de 600 vagões e 40 locomotivas. Os comboios ferroviários, administrados pela ALL, levam, no geral, cerca de cinco dias de viagem para percorrer a distância entre Três Lagoas e Santos (900 km) (TRANSPORTA BRASIL, 2009). Além da celulose, os principais produtos escoados pela ferrovia, são: minério de ferro, manganês, siderúrgico, contêineres para a Bolívia, soja, farelo e milho. No MS, a ALL transporta ainda combustível, que atende ao mercado interno (TRANSPORTA BRASIL, 2009).



Figura 20 – Composição da empresa ALL aguardando para ser carregada com os fardos de celulose pela empresa Geoterra (Bairro Jupia)

Autor: André Luis Amorim de Oliveira

A função principal da ALL no processo produtivo da Fibria é transportar os fardos de celulose de Três Lagoas até o porto localizado na cidade de Santos (SP). O processo pode ser descrito da seguinte maneira: Os trens da ALL ficam estacionados na estação ferroviária no centro de Três Lagoas (figura 21). Após

serem liberados, os trens seguem para o galpão/depósito, onde serão carregados com os fardos de celulose pela empresa Geoterra, como descrevemos há pouco.



Figura 21 – Vagões da ALL na estação ferroviária, no centro de Três Lagoas-MS

Autor: André L. Amorim de Oliveira

Em média, leva-se 10 horas para carregar uma composição, com cerca de 50 vagões. A empresa forma 25 composições por mês. Cada vagão transporta 54 toneladas, sendo 2.700 toneladas por composição e 67.500 toneladas/mês. (REVISTA FERROVIARIA, 23/02/2010)²⁸³. De acordo com um dos trabalhadores: “São cinco vagões por vez, cada carregamento de vagão é cronometrado, levando de 20 a 25 minutos no máximo para carregar os 5 vagões” (Transcrição Literal, 21/01/2014, Informação Verbal)²⁸⁴. O mesmo trabalhador explica que: “É tudo por tempo. Cobram muito negócio de hora... eles não perdem tempo. A Geoterra tem a meta dela e a Júlio Simões cobra da Geoterra, e a Fibria cobra da Julio Simões (idem)”²⁸⁵.

Nesse caso, o que fica evidente é que as cobranças por metas na ALL, processo que ocorre nas outras empresas também, é uma forma de manifestação

²⁸³

Disponível

em:

<

<http://www.revistaferroviaria.com.br/index.asp?InCdEditoria=1&InCdMateria=9857&DtDataINI=&DtDataFIN=&TxBusca=&pagina=>>. Acesso em: 07/02/2014.

²⁸⁴ Entrevista conduzida pelo autor.

²⁸⁵ Entrevista conduzida pelo autor.

da precarização. Pois, na medida em que as empresas precisam se articular segundo os critérios produtivos da “empresa-mãe”, isto é, obedecendo as estratégias e normas estabelecidas em prol do cumprimento de metas e prazos, isso gera inúmeros contratempos (ou melhor, precarização) para os trabalhadores.

Perguntado sobre a questão da carga horária, um trabalhador relatou: “Sempre você [o trabalhador] ultrapassa a carga horária, né? Umas 12, às vezes dá 18 horas. Mas eles pagam tudo certinho. A empresa pode me ligar a qualquer hora, estou à disposição” (Transcrição Literal, 21/01/2014. Informação Verbal)²⁸⁶. A indicação da extensão de uma jornada de trabalho que pode chegar a até 18 horas²⁸⁷ é outro dado que remete ao problema da precarização do trabalho terceirizado nesta empresa em específico²⁸⁸. Soma-se aqui, segundo as informações de um dos trabalhadores, as péssimas e perigosas condições da malha ferroviária no trajeto que se segue de Três Lagoas até os pontos de troca da equipe de trabalhadores, o que torna as viagens ainda mais perigosas.

Além disso, quando questionado sobre a polivalência, o mesmo trabalhador comentou: “Entrei como conferente, e agora passei para manobrista para depois passar para maquinista” (Transcrição Literal, 21/01/2014. Informação Verbal)²⁸⁹. Essa adaptação forçada à flexibilização exige um trabalhador polivalente, “[...] apto a desempenhar atividades diferentes de acordo com as exigências da demanda” (LEITE, 1997, p.66). Para Druck (2011, p. 13), essa adaptação contínua tende a ser agravada por conta dos “[...] imperativos típicos dos chamados padrões modernos

²⁸⁶ Entrevista conduzida pelo autor.

²⁸⁷ É visível na fala do presidente do sindicato dos ferroviários de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o senhor José Carlos da Silva, a precarização na ALL: “A carga horária do maquinista, por exemplo, é de 6 horas, no entanto, a maior parte faz 20, o que expõe tanto a população como o trabalhador. Além disso é previsto em contrato que a ALL é responsável por fazer a manutenção aos trilhos, e toda a extensão está sucateada. Assim como em Bauru, Três Lagoas deveria ter cancelas em passagens de nível, mas eles nunca instalaram alegando que seria obrigação da prefeitura, quando na verdade é deles, porque o local dos trilhos é da União, que em contrato concedeu o uso e cuidados a empresa. Ou seja, com o não cumprimento desse contrato ela coloca mais uma vez em risco a saúde do funcionário como da população. Afinal em caso de acidente, ambos sofrem”, (EXPRESSAOMS, 29/01/2014). Disponível em: <<http://www.expressaoms.com.br/noticia/processo-de-r-2-milhoes-contra-all-inclui-tres-lagoas-5227#.UvfD-PsZ5Bw>>. Acesso em: 05/02/2014.

²⁸⁸ Recentemente, “O Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou com uma ação civil pública, em Bauru (SP), contra a empresa América Latina Logística (ALL), por violar as normas de proteção e saúde de trabalhadores ferroviários de Mato Grosso do Sul e São Paulo. De acordo com o presidente do Sindicato dos Ferroviários do Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, José Carlos da Silva. A ação Inclui toda a malha ferroviária em que a ALL tem a concessão. Ou seja, de Bauru a Corumbá o que inclui Três Lagoas. Desta forma o MPT estipulou uma multa de até R\$ 2 milhões por danos morais coletivos. As constatações são referentes a violação das normas de segurança e saúde do trabalhador”. Disponível em: <<http://www.expressaoms.com.br/noticia/processo-de-r-2-milhoes-contra-all-inclui-tres-lagoas-5227#.UvfD-PsZ5Bw>>. Acesso em: 05/02/2014.

²⁸⁹ Entrevista conduzida pelo autor.

de organização empresarial (competitividade exacerbada, rapidez ou velocidade ilimitada)”, o que pode “[...] gerar um cenário de adoecimento mental com expressões diversas” (idem). Mesmo assim, esse processo de polivalência não é visto pelos trabalhadores como de todo ruim, pois, segundo eles, podem “crescer” dentro da empresa. O que não deixa de ser problemático, haja vista que, no geral, as empresas terceirizadas se caracterizam pela forma de contratação temporária.

Nesse sentido, o estímulo ao “crescimento” do trabalhador dentro da empresa se mostra mais como um processo ideológico de captura da subjetividade em prol da empresa. Como comentou um trabalhador da ALL: “Ali dá pra ascender... depende da gente, depende de cada um. Se você quiser mesmo tem as oportunidades. Só enfiar as caras mesmo e trabalhar certinho” (Transcrição Literal, 21/01/2014. Informação Verbal)²⁹⁰. Nota-se, claramente, a ideologia do esforço pessoal como meio para “ascender” na empresa, de modo que o trabalhador adapte-se e se esforce ao máximo dentro da organização empresarial sob a qual está submetido. Aspecto este similar às práticas de coerção, manipulação e/ou consentimento típicas do toyotismo (ALVES, 2011), configurando, assim, outro mais um traço de precarização entre as terceirizadas da Fibria.

Outro elemento de precarização perceptível diz respeito à questão dos EPis (Equipamentos de Proteção Individual). Na fala do trabalhador:

Na Julio Simões tinham os técnicos de segurança, mas nunca vi os técnicos [irem] ver como é que tá o ambiente de trabalho, se tem alguma coisa oferecendo risco para os colaboradores. O técnico de segurança só ficava na sala mexendo com os papeis. Acho que técnico de segurança não é só isso... tem que sair, ver se o pessoal tá fazendo uso dos EPis corretamente... Então isso aí deixa muito a desejar, só tem no papel só. Daí quando acontece um acidente! (Transcrição Literal, 20/01/2014. Informação Verbal)²⁹¹.

Apesar de o questionamento ser em relação à segurança, ele também aponta para as relações conflituosas que emanam da própria divisão social do trabalho dentro do local onde as terceirizadas atuam, principalmente entre as diferentes frações dos terceirizados. Nesse mesmo sentido, quando indagado sobre as relações de trabalho, um dos manobristas da ALL comentou:

²⁹⁰ Entrevista conduzida pelo autor.

²⁹¹ Entrevista conduzida pelo autor.

É meio tenso, porque a Julio Simões depende dos vagões da ALL pra fazer o carregamento. Só que a ALL e a Fibria são meio que uma parceria, a Julio Simões é uma terceirizada da Fibria. A ALL às vezes atrasa com os vagões. A Júlio Simões já pega e fala que é a ALL que está atrasando, que a culpa não é dela. É uma tirando da doutra. Sendo que tudo depende da Fibria... Então fica aquela jogada, a Fibria nunca tá errada... a Fibria atrasa, as vezes dá algum problema lá... os fardos de celulose são fechados com arame, as vezes dá problema na máquina de arame, fica frouxo... dá uma atrasada também. O pessoal fica criticando a gente por travar a passagem de linha. É errado, tudo bem! Mas o culpado de tudo é a Fibria, porque a Fibria quer que o carregamento saia não importando horário. E sempre que ela libera o carregamento é naquele horário ali. Horário de pico! Onde fode tudo! Todo mundo passa por transtorno (Transcrição Literal, 20/01/2014. Informação Verbal)²⁹².

A fala do trabalhador resume muito do que tentamos demonstrar neste último item, pois, a seu modo, o trabalhador expõe determinados aspectos cruciais (e conflituosos) que envolvem a atuação das terceirizadas junto à Fibria, bem como as consequências diretas de processo para a força de trabalho e, indiretamente, para a população. E mais, em sua fala é possível notar elementos que permitem constatar como os desdobramentos da dinâmica do complexo-Fibria, em meio à atuação das terceirizadas, repercutem sobre o território, afetando de maneira direta a força de trabalho no setor e, de modo indireto, a população local.

Ao “fim” da etapa de carregamento dos vagões da ALL, quando o trem segue o destino rumo ao Estado de São Paulo, até porto em Santos, onde a *commodity* será quase que inteiramente exportada, “termina” também a fase das atividades terceirizadas no setor de transportes junto ao complexo produtivo (e circulatório) da Fibria, dentro do município de Três Lagoas-MS.

Em linhas gerais, estes são alguns dos elementos que envolvem à dinâmica socioterritorial do trabalho terceirizado (e quarterizado) no ramo de transportes da Fibria. Sem nenhuma pretensão de esgotar o tema, diante de tamanha complexidade, ressaltamos o papel imprescindível da força de trabalho terceirizada junto à Fibria, não como mera estratégia desta empresa, mas como necessidade imperiosa do capital em crise, de agrupar uma força de trabalho subcontratada e subproletarizada, flexibilizada e precarizada. Por dentro do “labirinto” envolvendo a articulação e dinâmica entre a “empresa-mãe” e as “empresas-filhas”, encontra-se

²⁹² Entrevista conduzida pelo autor

uma força de trabalho subproletarizada atuando de forma incessante, *cooperada, fragmentada, flexibilizada e precarizada*.

Os traços da precarização estão por todos os caminhos que percorremos, seja nas péssimas condições da malha ferroviária da ALL; na extensão da jornada de trabalho dos carreteiros da empresa quarterizada Transporte Brum/Julio Simões; no risco que correm os trabalhadores da Breda e da Coopercarga ao transportarem continuamente enormes quantidades de eucalipto entre as perigosas rodovias e as estradas arenosas das fazendas; na imposição e cobrança por metas que atendam a demanda da Fibria, nas discrepâncias salariais; na captura da subjetividade do trabalho em prol do capital na ALL; no número de denúncias por conta do descaso em relação ao cumprimento dos direitos dos terceirizados, como aconteceu na Breda, nos órgãos de representação dos trabalhadores (principalmente os sindicatos), capengas, propositivos e consensuais etc., Enfim, na própria condição de *ser terceirizado* e, portanto, *assalariado, subproletarizado e explorado*, o processo de precarização tende a se materializar nas mais diversas formas. Estas são as feições daquilo que denominamos de “território terceirizado”.

Algumas considerações

As tendências do processo de terceirização (pós-70), que se expandem e/ou se retraem conforme as flutuações e exigências do capital, em seu processo de acumulação, na medida em que se relacionam a diversos aspectos organizacionais, administrativos e sazonais das empresas, estão intrínseca e “organicamente” ligadas à fase *histórico-geográfica* do capital em sua crise estrutural, período em que certas empresas e/ou indústrias são imperiosamente levadas a se reestruturarem diante do jogo de disputas intercapitalistas.

Seguindo os passos de Alves (2011) e, em certa medida, Druck (1999), que indicam que as tendências de intensificação e expansão do trabalho terceirizado no mundo e, particularmente, no Brasil, quando da introdução das chamadas medidas flexíveis no mundo do trabalho a partir de 1970, com a reestruturação produtiva do capital, acreditamos que o processo de terceirização é um dos *elementos-chave* que o capital encontrou para poder contornar (ao menos temporariamente) a sua crise estrutural. Todavia, nesse processo, a força de trabalho terceirizada, no geral, sofre com o processo de *subproletarização* e tudo que ele implica em termos de *precarização*.

Nesse sentido, mesmo sob determinadas conjunturas, em que a redução, o aumento, ou até mesmo eliminação do trabalho terceirizado pode ocorrer, ainda assim, as tendências à terceirização aparecem como enraizadas estruturalmente ao capital em crise. Isso porque as atividades de terceirização são extremamente úteis para muitas empresas e/ou indústrias em meio ao processo de mundialização/acumulação flexível, conforme constatamos junto à Fibria, que tem se utilizado do trabalho terceirizado em detrimento do trabalho direto/próprio desde o início de suas atividades no município de Três Lagoas-MS.

Ao analisarmos certos aspectos da dinâmica da terceirização no setor de transportes da Fibria, podemos observar que a necessidade estratégica da adoção das práticas de terceirização está voltada, para a redução de custos, elemento mais evidente devido às práticas empresariais flexíveis moldadas em certos aspectos do processo de reestruturação produtiva. Guardando as devidas proporções, pode-se dizer que a própria conformação entre o baixo contingente de trabalhadores intra-fábrica e o número relativamente expressivo de trabalhadores terceirizados é um forte indício de que a Fibria se utiliza de práticas reestruturantes moldadas no

espírito do *toyotismo*. Aliás, esses traços do toyotismo são identificáveis na prática de *externalização* das atividades e, por conseguinte, no apelo à mão-de-obra *terceirizada e temporária*. Esse processo é reforçado pela organização em *rede* numa conformação *horizontalizada*, mas não menos hierarquizada e sob o comando da Fibra, em que as exigências de *polivalência* por parte dos trabalhadores, como observamos na empresa ALL, estão presentes.

Além disso, no plano das representações de classe, até onde foi possível observar, o “enxame” de terceirização que serve à Fibria somente num setor faz dos já problemáticos órgãos e sindicatos de representação completamente perdidos e acomodados nos moldes de uma estrutura sindical propositiva, “[...] que não pode dar muito o pé ao trabalhador, pois se não ele quer a mão” (Transcrição Literal, 03/07/2014. Informação Verbal)²⁹³, como nos foi exposto pelo representante do sindicato dos transportes. Numa perspectiva que procura aceitar a terceirização como inevitável, os órgãos de representação insistem na possibilidade de que, bastando alguma regulação e controle, “todos vão sair” ganhando.

Nesse sentido, é visível que a preocupação mais imediata dos sindicatos no setor é a manutenção dos empregos terceirizados e salários via diálogo participativo, evitando ao máximo as greves. Todos os trabalhadores entrevistados criticaram a postura do sindicato em Três Lagoas. Nas palavras de um deles: “[...] o sindicato daqui é meio pro lado do patrão” (Transcrição Literal, 26/01/2014. Informação Verbal)²⁹⁴ contrasta como o local de onde vem o trabalhador, onde o sindicato, segundo ele, é muito mais combativo. Essas limitações do sindicato apontam, por um lado, um viés ideo-político (neoliberal) tipicamente defensivo e subalternizado diante dos capitalistas locais, mas também, pelo outro, indicam que as representações de classe locais sofrem com os rebatimentos da crise do sindicalismo.

Essa conformação sindical (e sindicalista), por estar atrelado ao *modus operandis* do modelo organizacional político e econômico atualmente vigente no Brasil, em que os sindicatos estão cada vez mais subordinados, é frágil na luta contra o capital e na defesa da classe trabalhadora. E, sendo assim, precisa ser questionada pelos próprios trabalhadores(as), o que impõe um desafio ao

²⁹³ Entrevista conduzida pelo autor

²⁹⁴ Entrevista conduzida pelo autor

proletariado (terceirizado) local e, especialmente aos trabalhadores terceirizados que se encontram, a priori, mais *fragilizados*.

Outro elemento importante que chamou a atenção foi a questão dos descumprimentos das jornadas de trabalho. Em duas empresas investigadas isso foi mais claro. A Breda, depois de ser condenada por impor rígidas jornadas de trabalho, que triplicavam o limite de máximo 8 horas diárias, foi obrigada reorganizar seus horários. Mesmo assim esse dado é contundente no que se refere à precarização do trabalho nesta empresa. É certo que no período em que se utilizou ilegalmente de jornadas tão extensas conseguiu obter lucros exorbitantes, colocando em risco os trabalhadores terceirizados.

Outra empresa que merece destaque nesse quesito de precarização é a ALL. Como apontou o trabalhador entrevistado, são comuns as jornadas excederem o período estabelecido em contrato, atingindo até 18 mesmo horas. Nesse caso, os riscos para os trabalhadores são potencializados devido às péssimas condições da malha ferroviária no trecho específico. Dessa forma, acreditamos que, dentro do movimento da dinâmica territorial envolvendo a Fibria e as terceirizadas no setor de transportes, existe um outro movimento, o da *precarização do trabalho*.

Por dentro da conformação do sistema produtivo (circulatório) da Fibria, o qual exige a gestão e controle, da força de trabalho terceirizada, ao mesmo tempo em que se utiliza e controla dos territórios (terceirizados) de modo a “delegar” estes últimos os encargos e responsabilidades que envolvem a dinâmica socioterritorial do sistema produtivo (e circulatório) da Fibria, ocultam-se inúmeros elementos de precarização da força de trabalho terceirizada.

Mediante a atuação das empresas-parceiras territorializadas em prol da “empresa-mãe”, criam-se ramificações em rede que possibilitam, em tempo relativamente hábil, dar vazão à produção de acordo com as demandas dos mercados externos, haja vista que a exportação da *commodity* é um dos focos principais da Fibria. Dessa maneira, o trabalho terceirizado (e territorializado) das empresas-satélites junto à Fibria permite ao complexo-Fibria focalizar na atividade “*core bussines*” ao mesmo tempo em que relega (e responsabiliza) às empresas terceirizadas por outras “atividades-acessórias”. Mas nesse processo, o controle da força de trabalho se dá mediante a racionalização do tempo de trabalho, por meio do cumprimento de metas e normas. A cobrança, como relatou um dos trabalhadores, perpassa as terceirizadas, que devem estar à disposição da Fibria. As cobranças por

metas são um outro traço do típico regime de produção calcado nos ditames do toyotismo, cuja exigência recai sobre os trabalhadores. Cada empresa tem sua meta e cada uma exige da outra que as metas sejam cumpridas.

Se atentarmos para os aspectos levantados junto ao setor de transportes Fibria, fica claro quão importante e imprescindível é o papel desempenhado pela força de trabalho terceirizada naquilo que chamamos de “*territórios terceirizados*”. Mas estes territórios são também compostos de territorialidades precárias. Marcadas pelas contradições do processo. Por meio da reorganização socioterritorial via gestão e controle das empresas terceirizadas e de seus respectivos trabalhadores terceirizados, a Fibria consegue colocar em *circulação* sua maciça produção. No entanto, isso só é possível mediante a *exploração, fragmentação, flexibilização e precarização* da força de trabalho.

Nos interstícios que envolvem o processo, as discrepâncias e contradições aparecem nas falas dos trabalhadores, nas diferenças salariais entre os trabalhadores próprios e os terceirizados e até mesmo entre as próprias empresas terceirizadas. Enquanto um trabalhador da Breda ganha em torno de R\$ 1.200 R\$ com jornada de 8 horas/dia, um trabalhador da ALL pode ganhar até R\$ 2.800, mas ao custo de ter que ficar fora de casa por até 12 dias, enfrentando jornadas que chegam a 18 horas/dia. Essa discrepância salarial entre os terceirizados é notada por um dos trabalhadores da ALL, que ao se referir sobre o processo de trabalho na Júlio Simões, na verdade estava falando da *quarteirizada* Valmor Brum que presta serviço a empresa Júlio Simões: “Na Julio Simões eles ganham bem menos e trabalham bem mais” (Transcrição Literal, 20/01/2014. Informação Verbal)²⁹⁵. Mesmo assim, há aqui elemento de precarização envolvendo o processo de terceirização no setor.

As ideias que proclamam ingenuamente uma força de trabalho terceirizada regulamentada e, portanto, benéfica, tanto para os trabalhadores como para os empresários, ignoram (ou não compreendem) o fato exposto por Marx, de que o fim último do capital é o lucro acima de tudo. O capital, enquanto sistema incontrolável e irrefreável, sabe muito bem se apropriar e utilizar-se das mais diferentes formas de trabalho, justamente porque estas podem contribuir para o processo de expansão e acumulação.

²⁹⁵ Entrevista conduzida pelo autor

Pensar nestes termos significa entender o trabalho terceirizado em setores e subtores diversos, como é o caso dos transportes na Fibria, como uma forma de *atividade subsumida*²⁹⁶ diante do poder do capital, justamente porque é estrategicamente “funcional” ao movimento circulatório do capital e, portanto, para a *expansão contraditória e antagônica* que move o sistema capital no seu processo incessante de *acumulação* cujo fim último é o lucro.

É, portanto, trabalho terceirizado, mas acima de tudo, trabalho *estranhado*, *reificado* e *coisificado* em prol do capital. Assim como no processo de produção, em que a maioria dos trabalhadores da Fibria mantém pouco ou nenhum contato com o que é produzido, os trabalhadores terceirizados no setor de transportes exercem funções que os colocam ainda mais distantes do produto do trabalho.

Atuando de forma *coordenada, fragmentada e flexibilizada*, seguindo critérios de gestão e controle racionalizados, submetidos à *precarização*, estes trabalhadores são forçados a agirem como meros agentes funcionais de um sistema mais amplo. As mercadorias “*passam por sobre suas cabeças*” como coisas que devem ser levadas de um lado a outro porque é “*assim que tem que ser*”. É o fetichismo da mercadoria, que neste tipo de atividade específica transparece de maneira ainda mais extremada, já que os terceirizados são “apêndices” de um processo produtivo no qual eles apenas participam de maneira indireta.

Ironicamente (e perversamente), tal como peças de uma engrenagem maior, de forma quase automata, os terceirizados no setor de transportes da Fibria atuam de um lado a outro, levando e trazendo, carregando e descarregando, as mercadorias num tempo hábil (para o capital) que garanta o processo ininterrupto imposto pelo complexo-Fibria. Assim, pejado de contradições, a dinâmica (socioterritorial) da terceirização num único setor investigado, de uma gigantesca empresa, demonstra o poderio do capital sobre os trabalhadores(as) em tempos de crise estrutural e barbárie social.

²⁹⁶ Pensamos a subunção aqui nos termos indicados por Antunes e Alves (2004, p. 344), isto é, “expressa que a força de trabalho vem a ser, ela mesma, incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital. Constitui-o negativamente, pois é nele integrado no ato de venda da força de trabalho, pelo qual o capital adquire, com essa força, o uso dela; uso que constitui o próprio processo capitalista de produção. O termo ‘submissão’ não ressalta a relação por ter em seu conteúdo uma certa carga de ‘docilidade’. Na verdade, nas relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho ‘subordinar-se’ ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro polo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista”.

Ainda assim, é precipitado e errôneo negar os atributos fundamentais e a potencialidades inerentes à classe trabalhadora enquanto oponente maior do sistema do capital. Os traços da resistência têm dimensões diversas, nem sempre visíveis e imediatos. Às vezes aparecem sob formas ocultas, nos interstícios do processo, ou então de maneiras mais intensas e radicais, demonstrando assim que classe trabalhadora ainda é capaz de enfrentar o capital. Se o processo de precarização do trabalho terceirizado é constitutivo desta forma de atividade, assim como acontece no setor de transportes da Fibría, os elementos de resistência também o são. Estes últimos, aliás, estão presentes desde o início da territorialização do complexo-Fibría, e deverão continuar existindo. Por isso, a “velha toupeira”, ronda também pelas entranhas dos ainda desconhecidos “territórios terceirizados”.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. Ap. de. **Territorialização do complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** In: Anais... Uberlândia: UFU, p. 1-19, 2012.

_____. **A nova fronteira do eucalipto e a crise da Reforma Agrária.** In: Anais. Egal 2013. Peru.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho.** Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2004 (2000).

_____. **A natureza contraditória do Estado capitalista na era na financeirização.** Revista estudos de sociologia, V.4, Nº 6. 1999.

_____. **Trabalho, crise e dessubjetivação da classe.** In: CORSI, Francisco Luiz et alii (Org.). Dilemas da globalização: o Brasil e a mundialização do capital. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007, p. 25 – 45.

_____. **Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade.** In: Dimensões da reestruturação produtiva. Ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2007. Disponível em: <http://www.giovannialves.org/Capitulo%2010_texto.pdf>. Acesso em: 08/06/2012.

_____. **Toyotismo e neocorporativismo no sindicalismo do século XXI. Outubro.** São Paulo, V.2, N.5, p.47-58, 2001.

_____. **Terceirização e acumulação flexível do capital: Notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista.** Revista Estudos de sociologia v16, n. 31. UNESP, 2011. Disponível em:<<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/4513/3960>>. Acesso e: 05/05/2013.

_____. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica.** Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>>. Acesso em: 06/06/2013.

_____. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – Parte I** Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precariizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>> Acesso em: 07/08/2013.

_____. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – Parte 2** Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/19/neodesenvolvimentismo-e-precariizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-ii/>>Acesso em: 07/08/2013.

ALVES, J; THOMAZ Jr. Agrocombustível, trabalho e território no Estado do Acre. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 141-162, 2012. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB.

AMARAL, M.S. Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação. In: GALVÃO, A.; AMORIM, E.; SPOUZA, J.G.; GALASTRI, L. (Orgs.). **Capitalismo: Crises e resistências**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

AMATO NETO, J. Reestruturação industrial, terceirização e redes de subcontratação. **Revista de Administração de Empresas**, 35(2):33-42, mar./abr. de 1995.

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo: **as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, M. A. **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo. Instituto Lukács, 2012.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2012 (1999) (1995).

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003 (2001).

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O caracol e sua concha**. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Trabalho e Precarização numa Ordem Neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **A Cidadania negada – Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 36-46.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Campinas: **Educação e Sociedade**, vol. 25, n.87, maio/ago. 2004. p. 335-351.

ARAGÃO, M. Ex-capital do gado, Três Lagoas (MS) vira rainha da celulose. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 de set. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1154109-ex-capital-do-gado-tres-lagoas-ms-vira-rainha-da-celulose.shtml>>. Acesso em: 06/06/2013.

ARROYO, M. A espacialidade do futuro. Além das fronteiras nacionais? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.16, n.2, 1995, p. 491-509.

_____. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: LEMOS, A.I.G.de; SILVEIRA, M.L.; ARROYO, M. (Orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: Clacso, 2006. Cap. 12, p. 177-190.

_____. **Território nacional e mercado externo. Uma leitura do Brasil na virada do século XX**. Tese (Doutorado em Geografia) - Fac. de Fil., Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2001.

_____. **A globalização pensada a partir do espaço geográfico**. Curitiba: Anais ANPEGE. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2009.

AUDIÊNCIA pública sobre nova fábrica de celulose em Três Lagoas neste dia 3. Jornal Acontece em Três Lagoas. Três Lagoas, 2 de dez. 2009.

BRASIL DE FATO. **Impactos da monocultura de eucalipto**. 2006. Disponível em:<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/especiais/desertoverde/news_item.2006-05-02.4747437106> Acesso em: 19 mar. 2008.

AUGUSTIN, A. C. **O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira**. Disponível em:<http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AndreAugustin_O_neoliberalismo_e_seu_impacto_na_politica_cultural_brasileira.pdf>. Acesso em: 04/05/2013.

BALANCO, P.; PINTO, E. C. Dimensões do capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate acerca do Estado-nação e do “novo imperialismo”. In: **XXXIII Encontro Nacional de Economia** (ANPEC), Natal, RN, 2005.

BALCÃO, N. F. **O envolvimento dos trabalhadores no processo de trabalho contemporâneos**. In: XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. UINIVAP, 2007.

BENSAÏD, D. As classes ou o sujeito perdido. In: **Marx, o intemperismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 141-174.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.

BERNARDO, J. “Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?” In: **Crítica Marxista** São Paulo: Xamã, nº 4, 1997, p 123-139.

BESSON, J. (Org.) **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editorial UNESP, 1995.

BEZZERA, J. E. Perspectivas teóricas nos estudos da classe trabalhadora: apontamentos e reflexões. **Revista Pegada** – vol. 14 n.139 Julho/2013.

BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa: O Movimento Operário em Crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO, A. Jr. **As bases políticas do neodesenvolvimenismo**. Disponível em:<
<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 09/08/2013.

BONIFÁCIO, G. M. O; QUEIROZ, B. L. **Terceirização nos anos 90: o que mudou para os trabalhadores brasileiros**. Disponível em:<
http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_13/abep2010_2486.pdf>. Acesso em: 20/08/2013.

BONNANO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.) **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999, p. 47-94.

Borges, A. e Druck, M. da G. **Crise global, terceirização e exclusão no mundo do trabalho**. In: Caderno CRH (Salvador) Nº 19, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Território e desenvolvimento** - as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2007.

BRAGA, R. A restauração do capital: **um estudo sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 1997.

BRAZ, Marcelo; NETTO, Jose Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo. Cortez, 2008 (2006).

BRITO, J. C. de. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, v.16, n.1. Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

BRESSER PEREIRA, L. C. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Cadernos MARE da Reforma do Estado, Brasília, DF: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

CALABI, D; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. In: **Arquivo de Estudos Urbanos e Regionais**. Veneza, ano IV, n.2, junho 1973. (Mimeografado).

CARLEIAL, L e VALLE R (ORGS) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo, HUCITEC-ABET, 1997.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro característico da globalização. **Ensaio FEE**, v.20, n.1, pp. 284-304, 1999

CARVALHAL, M.D. (Org.) trabalho e comunicação sindical: determinações territoriais da luta classes. In: THOMAZ Jr; CARVALHAL, M.D; CARVALHAL. T.B. **Geografia e trabalho no século XXI, Vol 2**. Presidente Prudente-SP: Centelha, 2006.

CARVALHO, J. F. **A territorialização na mundialização do capital**. Revista espaço acadêmico. Nº 76 – Setembro de 2007, ano VII. Disponível em:<http://www.espacoacademico.com.br/076/76carvalho_josiane.htm>. Acesso em: 03/03/2012.

CARVALHO, L. O neoliberalismo e a busca de uma ciência crítica. SEMERARO, G. (org.). In: Seminário Internacional **Gramsci e os movimentos populares**. Niterói, 2010. Anais do seminário Internacional Gramsci e os movimentos populares, 2010.

CARVALHO, J. F. **A territorialização na mundialização do capital**. Revista espaço acadêmico. Nº 76 – Setembro de 2007, ano VII. Disponível em:<http://www.espacoacademico.com.br/076/76carvalho_josiane.htm>. Acesso em: 03/03/2012.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2ª Ed. Petrópolis: vozes, 1999 (1998).

CATANI, A D. **Processo de Trabalho e Novas Tecnologias**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.

CICCOLELLA, Pablo José. Desconstrução / reconstrução do território no âmbito dos processos de globalização e integração. Os casos do Mercosul e do Corredor Andino. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org's). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996, 3ª ed., p. 196-307

CIPOLLA, Francisco P. e PINTO, Geane Carolina R. Crítica das teorias da financeirização. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**. São Paulo, no 27, p. 06-28, outubro 2010.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1999 (1996).

_____. A 'Nova Economia': uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro**. Estudos Marxistas, São Paulo, n.3, 1997.

_____. **La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences**. Paris, la Découverte, 2004.

CONCEIÇÃO, E. **Polo industrial de MS, município caminha para ser capital mundial da celulose**. Perfil News. Três Lagoas, 31 de maio 2012. Disponível em: <<http://www.perfilnews.com.br/especiais/tres-lagoas-97-anos/desenvolvimento/tres->

lagoas-tem-344-industrias-que-empregam-10-da-populacao>. Acesso em: 09/08/2013.

_____. **Operários da construção civil pesada de Três Lagoas querem 15% de reajuste salarial.** Perfil News. Três lagoas, 4 de maio 2012. Disponível em: <http://www.perfilnews.com.br/tres-lagoas/trabalhadores-da-construcao-civil-pesada-querem-15-de-aumento>. Acesso em: 09/08/2013.

CORRÊA, R. L. Corporação e espaço – uma nota. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro. 53 (1). 1991. p. 137-145.

_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.; GOMES, C.C. e CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C.C. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 367p.

_____. **Trajetórias geográficas.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, G. M. **Indivíduo e sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács.** São Paulo-SP: Instituto Lukács, 2012.

CUNHA, Y. R. **Terceirização, reforma do Estado e limites do sindicalismo.** Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/terceirizacao.pdf>> Acesso em: 10/05/2013.

DEDECCA, C. S. Trabalho, financeirização e desigualdade. Campinas: **Textos para Discussão. IE/Unicamp**, Nº. 174, abril de 2010.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e temas.** 3ª. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 141-162.

DIAS, S.O.M. Terceirização e resistência: em direção a novos contornos na gestão dos efetivos na CSN. In: **VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.** São Paulo, 02 a 05 de julho de 2013, organizado pela ALAST.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas socioeconômicas. (2012). **Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.** Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>>. Acesso em: 10/06/2013

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas Socioeconômicas. Seminário: **Terceirização: Efeitos sobre as relações de trabalho**, 2004.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas Socioeconômicas (2007) **O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil.** Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAAF91A9E060F/Prod03_2007.pdf>. Acesso em: 09/06/2013.

DIRIGENTE da Fetricom/MS e Conticom/CUT sofre atentado em Três Lagoas. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 20 de maio. 2013. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/smabc/blog.asp?id_CON=30500&id_SUB=87>..Acesso em: 11/07/2013.

DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades. Mundialização, globalização e planetarização: novos desafios**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DRUCK, M. G. **Terceirização: desfazendo A fábrica - um estudo do Complexo Petroquímico**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo. Boitempo, 2007.

DRUCK, M. G **Flexibilização e Precarização do Trabalho** – um estudo comparativo França-Brasil, Plano de estudo – Pós-doutorado – Capes, Paris XIII, Brasil, França. 2007.

_____. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cad. CRH vol.24 nº 1. Salvador, 2011.**

DRUCK, G.; THEBÁUD-MONY, A. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G. & FRANCO, T. **A perda da razão social do trabalho** – terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (org). **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FARIA, J.H e MENEGETTI, F. K. **O Sequestro da Subjetividade e as Novas Formas de Controle Psicológico no Trabalho: uma abordagem crítica ao modelo toyotista de produção**. Disponível em: <http://www.unihorizontes.br/mestrado20092/relacoes_poder01.pdf>. Acesso em: 06/06/2012.

FERRARI, T. **A fabrilização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo-SP, Expressão popular. 2012.

FIBRIA. Relatório de Sustentabilidade Fibria 2009. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/rs2009/>> Acesso em: 14/11/2013.

FIBRIA. Relatório de Sustentabilidade Fibria 2010. Disponível em: < <http://www.fibria.com.br/rs2010/pt/> >. Acesso em: 27/07/2013.

FIBRIA. Relatório de Sustentabilidade Fibria 2011. Disponível em: < <http://www.fibria.com.br/rs2011/pt/> >. Acesso em: 12/08/2013.

FIBRIA. Relatório de Sustentabilidade Fibria 2012. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/rs2012/pt/template?go=apresentacao/producao-e-gestao-do-relatorio-de-sustentabilidade.html>>. Acesso em: 12/09/2013.

FICHER, André. **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de André Ficher**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

FRANÇA, S. Flexibilização e precarização das relações de trabalho: a urgência de um debate. **Revista Humanizas**, v1, n. 1. 2013. Disponível em:<<http://www.isesc.edu.br/ojs/index.php/humanizas/article/view/38/25>>. Acesso em: 20/08/2013.

FIRKOWSKI, Olga L. C. F. O processo recente de localização industrial na área metropolitana de Curitiba: concentração ou desconcentração?. In: SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: Unesp, 1999.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. In: GALVÃO, A.; AMORIM, E.; SPOUZA, J.G.; GALASTRI, L. (Orgs.). **Capitalismo: Crises e resistências**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

GONÇALVES, M. A. **Informalidade e Precarização do Trabalho no Brasil**. Rev. Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales (Scripta Nova), Universidade de Barcelona.vol. VI, nº 119, agosto de 2002. ISSN: 1138-9788.

GONÇALVES, R. A precarização tem rosto de mulher: a lutas das trabalhadoras e trabalhadores na USP. São Paulo: Edições ISKRA, 2011.

GÓMEZ, J. R. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada**, Vol. 3, Nº 1, 2002.

GRESPLAN, J. **O negativo do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo**: na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.

GUERRA, I. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Revista Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social. n. 10, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2004.

GUIMARÃES, M. C. Controle no trabalho: uma reflexão sobre antigas e novas formas de controle e suas consequências sobre os trabalhadores. **Revista de Gestão da USP**, v.13, n.1, p.1-10, jan/mar, 2006.

GS & MD - Gouvêa de Souza. 10 projetos milionários anunciados no Brasil há poucos **dias**. Disponível em: <<http://www.gsmd.com.br/pt/noticias/mercado->

consumo/10-projetos-milionarios-anunciados-no-brasil-ha-poucos-dias>. Acesso em: 07/06/2013.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo-SP. Loyola, 2011.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. O novo imperialismo: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. **Lutas Sociais**, São Paulo: PUC-SP, v.13/14, p.9-21, 2005.

_____. **A produção capitalista de espaço**. 2ed. São Paulo: Annablume, 2006.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

IASI, Mauro Luiz, **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INTERNATIONAL PAPER. Institucional - Área de Negócios de Papel – Projeto Três Lagoas. 2006. Disponível em: <<http://www.internationalpaper.com.br/ipengine.asp?pagina=Institucional%20-%20ptl&lingua=PT>> Acesso em: 17 mar. 2008.

IVO, A. B. L. **Metamorfoses da questão democrática: governabilidade e pobreza** (Coleção Becas de Investigación). Buenos Aires: CLACSO, 2001.

JINKINGS, Nise. **Trabalho e resistência na “fonte misteriosa”**: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. Campinas: Unicamp, 2002.

JOLY, Carolina. **Espacialização produtiva do território e circuito espacial produtivo de celulose em Enapolis - Bahia**. (Tese de doutorado Universidade de São Paulo. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Departamento de Geografia). São Paulo, 2007.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose-papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. Três Lagoas: UFMS, 2011 (Dissertação, Mestrado em Geografia Humana).

_____. **International Paper e o mito do progresso a qualquer preço**. 2006. Disponível em: <http://www.folhadoamapa.com.br/index.php/site/comments/a_international_paper_e_o_mito_do_progresso_a_qualquer_preco2/>. Acesso em: 15 mar. 2008.

LAPYDA, Illan. **A “fincanceirização” no capitalismo contemporâneo**: Uma discussão de François Chénais e David Harvey. São Paulo. USP, 2011 (Dissertação de Mestrado em sociologia).

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. São Paulo: Publicações escorpião, 1973.

LEPIKSON, J. A.P. **A lógica da acumulação capitalista na prática hodierna: crescimento, crises e ajustes espaciais**. Salvador – Bahia: UFBA. 111 p. Dissertação de mestrado - Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração (eixo acadêmico), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

LIMA, F. de Paula Antunes. **A transcendência do valor: flexibilidade, focalização, terceirização e subordinação do trabalho**. In: XX ENEGEP, São Paulo, 2000.

LÖWY, Michel. **Barbárie e modernidade no século 20**. Disponível em: <laurocampos.org.br/2009/10/barbarie-e-modernidade-no-seculo-20/>. Acesso em: 03/03/2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural. Livro 1 Volume 1, 1985.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro 1 Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **O capital - Crítica da economia política**. Livro 3. Volume IV. São Paulo: Difel, 1987.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACEDO, C.V. **A Descentralização da Produção e a Terceirização do Trabalho – Tendências Gerais e Evidências da Companhia Aços Especiais Itabira** – Acesita S.A. Revista Ensaio FEE. v. 25, n. 2, 2004. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2068> . Acesso em: 25/08/2013.

MACHADO C. C.; LOPES E. S. Análise da influência do comprimento de toras de eucalipto na produtividade e custo da colheita e transporte florestal. **Revista Cerne**, v. 6, n. 2, p. 124-129, 2000.

MARCELINO, Paula Regina. **A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil**. São Paulo-SP. Expressão Popular, 2004.

_____. Terceirização do Trabalho no Brasil e na França. In: **Anais do II Simpósio do GEPAL - Grupo de Estudos de Política da América Latina**. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-

pesquisa/gepal/segundogepal/PAULA%20REGINA%20PEREIRA%20MARCELINO.pdf>. Acesso em 01/09/2013.

MARCONDES, Carolina. **Polo de celulose, Três Lagoas tem infraestrutura fraca.** Reuters Brasil, 11 de maio. 2011. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE65M0XM20100623>. Acesso em: 09/11/2012.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: SADER, Emir (Org.). **Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini.** Petrópolis: Rio de Janeiro: Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MELO, Edivania. **Marx, Mészáros e o Estado.** São Paulo. Instituto Lukács, 2012.

MENDES, Gisele. **Guerra de sindicatos suspende eleição. Jornal do Povo.** Três Lagoas, 14 de jun. 2012. Disponível em: http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=50068. Acesso em: 05/06/2012.

MENDONÇA, M. R. & MESQUITA, H. A. **O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re) existências** Catalão/GO: UFG. (Mimeo) 2008

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital.** São Paulo: Boitempo Editorial. 2009.

_____. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo Editorial. 2002.

_____. **O Poder da Ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MIDIA MAX NEWS – O Jornal Eletrônico de Campo Grande Disponível em <<http://www.midiamax.com/>>. Acesso em 08/06/2013.

MOREIRA, Érika. **Contrato acaba e transportadora terceirizada pela Fibria, em Três Lagoas, some sem pagar os funcionários.** Midiamaxnews. Campo Grande, 20 de maio. 2013. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/impressao.php?id=770691>>. Acesso em: 03/09/2012.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. **Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço trabalhado.** Revista Ciência Geográfica (agb). Ano VI – Vol. II – Maio/agosto, 2000, p. 04-08.

MORELLI, Luiz Alberto. **A Monocultura do Eucalipto e a Monopolização do Território na Metade Sul do Rio Grande Do Sul.** Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOTA, A. E. & AMARAL, Ângela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (org). **A nova fábrica de consensos:**

ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie**. III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie, promovido em Serpa (Portugal) pela Câmara Municipal de Serpa e o diário info, em novembro de 2010.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. O trabalho da multidão e o êxodo constituinte. In: PACHECO, Anelese; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo (Orgs.). **O trabalho da multidão: império e resistências**. Rio de Janeiro: Gryphus/ Museu da República, 2002.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização do mundo do trabalho**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. In: THOMAZ JR., **A. Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009. Volume 3. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/_pdf/volume1/LD_Volume_1_completo.pdf> Acesso em: 05/08/2012.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. In: **Geografia e trabalho o século XXI**. (Orgs) THOMAZ JR; FRANÇA JR, Luzimar Barreto. Presidente Prudente – SP: Centelha, vol 4, 2009. p. 34-69.

OLIVEIRA, A. A.; MOREIRA, C. A. L.; MARQUES, M. S. **Crise estrutural do sistema do capital, dominação sem sujeito e financeirização da economia**. Fortaleza, 2004. (Laboratório de Estudos Marxianos – LEMARX). Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Marcelo_Marques.pdf> Acesso em: 13/11/2013.

ORGANISTA, J. H.C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PANIAGO, Maria Cristina S. **Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital**. Maceió: Edufal, 2012.

_____. (Org.) **Marx, Mészáros e o Estado**. Instituto Luckács: São Paulo, 2012.

PAKKASVIRTA, Jussi. **Fábricas de celulosa: historias de la globalizacion**. Buenos Aires: La Colmena, 2010.

PAULANI, L. M. **A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil**. Estudos Avançados, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; KAHIL, Samira Peduti. O território e as redes: considerações a partir das estratégias de grandes empresas. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (org.) **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, IGCE-UNESP/AGETEO, 2006. p. 213-226.

PERPETUA, Guilherme Marini. **Trabalho precário, volátil e instável no complexo celulose-papel** em Três Lagoas/MS. In: XIII Jornada do trabalho. Presidente Prudente/SP, 9 a 12 de Outubro, 2012a.

_____. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose na produção de celulose e papel**: um estudo a partir de Três Lagoas (MS). (Dissertação de mestrado). Dourados: UFGD, 2012b.

PINASSI, M. O. (Org.) **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo-SP. Expressão popular, 2012.

_____. **(Neo)desenvolvimentismo ou luta de classes?** Disponível em: <<http://www.odiarario.info/?p=2735>>. Acesso em: 09/07/2013.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Transnacionalização da Terceirização na Contratação do Trabalho**. Campinas: Ideias, 2007.

PONTE, Julio Ramon T. **Terceirização: uma abordagem crítica**. Disponível em:<www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com...>. Acesso em: 09/08/2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.

PRANDINI, Renata. **Terceirizados da Fibria cruzam os braços**. Jornal do Povo. Três Lagoas, 10 de maio. 2013. Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=50291>. Acesso em: 09/07/2013.

_____. **Junta Governativa assume controle do Sintricom**. Jornal do Povo. Três Lagoas, 17 de maio. 2013. Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=50769>. Acesso em: 09/07/2013.

_____. **Terceirizada da Eldorado demite 300 trabalhadores**. Jornal do Povo. Três Lagoas, 10 de maio. 2013. Disponível em: <http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=47052>. Acesso em: 10/07/2013.

PRIEB, Sérgio. Os efeitos da crise econômica sobre a classe trabalhadora. **Revista Latino-Americana de História** Vol. 1, nº. 3 – Março de 2012. Disponível em: <<http://projeto.unisinus.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/103/81>>. Acesso em: 02/08/2013.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sócias no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e Sindicato: Posições em Debate na Sociologia Hoje. **Dados**, vol.43, n.4. Rio de Janeiro, 2000.

RIBAS, Alexandre Domingues; SANTOS, Dirceu Evaldo Pereira; RIBEIRO, Julio Cezar; SOUSA, Marcos Timóteo Rodrigues. **Marxismo e Geografia: Paisagem e Espaço Geográfico – Uma contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea**. Disponível em: <http://agbpbpp.dominiotemporario.com/doc/ribasn21.pdf>. Acesso em: 10/10/2012.

RIBAS, A.D. MST, cooperativismo e território: dinâmica e contradições. In: THOMAZ Jr. A. (org). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente-SP. Centelha, 2004. Vol. 1.

RIBEIRO, Julio César. O (não tão branco) mundo do trabalho no setor celulósico-papeleiro: metamorfoses industriais em Três Lagoas-MS. **Revista Pegada** – vol. 13 n.2. 83 dezembro/2012.

_____. De como a Geografia pode contribuir para uma litura no movimento, enquanto corpo teórico em movimento: breve releitura de teses marxista. **Revista Terra Livre**. São Paulo/SP, ano 26, V.2, n.35, p. 69-88. Jul/Dez, 2010.

RIBEIRO, M. Â. As redes geográficas sob a ótica analítica de Miossec. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 10, p. 2001, p.35-46.

ROSSO, S. D. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporâneo**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SABADINI, M. S. Lucro Fundador e Lucro diferencial em Hilferding: elementos para um debate contemporâneo sobre a especulação financeira. In: **XVIII Encontro Nacional de Economia Política/Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - 28 a 31 maio 2013.

_____. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 583-608, dez. 2013.

SAMPAIO Jr. Plínio Arruda. A crise estrutural do capital e os desafios da revolução. In: **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo-SP: Boitempo, 2011.

SANTANA, P.M; BALANCO, P. Superexploração do trabalho, dependência e subdesenvolvimento capitalista: elementos para um debate quase esquecido. In: **XL Encontro nacional de economia**. Porto de Galinhas (PE), 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Rone Eleandro. Notas sobre a importância do trabalho na ontologia de Georg Lukács. **Revista Estudos Filosóficos**, nº 2 /2009. DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG, p. 86-100.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades: uma concepção multinacional voltada para a cooperação e desenvolvimento territorial.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter.** Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio/São Paulo, Record, 1999.

SEVERO, Leonardo Wexell. **Crimes sem castigo na construção da maior fábrica de celulose do mundo em Três Lagoas.** CUT Brasil. São Paulo, 4 de abr. 2013. Disponível em: <http://cut.org.br/destaques/21930/crimes-sem-castigo-na-construcao-da-maior-fabrica-de-celulose-do-mundo-em-tres-lagoas-ms>. Acesso em: 09/09/2013.

SCHERMA, Ricardo Alberto; KAHIL, Samira Peduti. **Densidades do sistema financeiro: uso corporativo e desigualdades regionais do território brasileiro.** Soc. nat. 2011, vol.23, n.1, pp. 105-113. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198245132011000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 02/09/2012.

SINDICATOS culpam “agitadores” por greves na Eldorado. Jornal do Povo. Três Lagoas, 9 de jun. 2012. Disponível em: http://www.jptl.com.br/?pag=ver_noticia&id=51259. Acesso em: 20/04/2013.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Geografia da circulação, transporte e logística: construção epistemológica e perspectivas. In: SILVEIRA, Márcio Rogério (org.) **Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas.** São Paulo: Outras expressões, 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUZA, A T. **A crise contemporânea e a nova ordem mundial - as forças produtivas e as classes sociais na atual ordem hegemônica.** In revista Universidade e Sociedade n.6, 1994.

SOUZA, V. H. P. e SILVEIRA, M.R. (Org.). O transporte rodoviário no Brasil: algumas tipologias da viscosidade. In: **Circulação, transportes e logística: diferentes perceptivas.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOUZA, M. A; PIRES, C. B. Colheita florestal: mensuração e análise dos custos incorridos na atividade mecanizada de extração. **Custos e agronegócio online**. v. 5, n. 2, maio/ago. 2009.

SPOSITO, Eliseu S.; SANTOS, Leandro B. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. Outras Expressões: São Paulo, 2012.

SPOTORNO, Karla. Três Lagoas: capital mundial da celulose. *Época Negócios*, 6 de nov. 2010. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI177058-16642,00-TRES+LAGOAS+CAPITAL+MUNDIAL+DA+CELULOSE.html>>. Acesso em: 13/11/2013.

SÓLIO, Marlene Branca. Colaborador: conceito e preconceito. In: **Anais: V Congresso ABRAPCORP**, 2011. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2011/trabalhos/trabalho_marlene.pdf>. Acesso em: 12/12/2012

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil. Setor de Formação, 2005.

TAVARES, M. A. **Os fios Invisíveis da produção capitalista: Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMAZ Jr. A. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente – SP: Centelha, 2002.

_____. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista Geosul**, Florianópolis, n.37, jan. jun., 2004.

_____. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; CARVALHAL, M. D.; CARVALHAL, T. B. (Org.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente, 2006, p.130-167. V. 2.

_____. Antônio. Desafios teóricos para a geografia do trabalho no século XXI. In: THOMAZ Jr., A; FRANÇA Jr., L. B. (org.) **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2009, v. 4, 162 - 217.

_____. Sinal dos tempos do capital: **Irreformabilidade e emancipação**. In: THOMAZ JUNIOR; PONTE, K. F; ALVES, J. (Org). **Geografia do Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente, 2011.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura geográfica'. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 12 n.1 104 junho/2011a. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/917/946>>. Acesso em: 15/08/2013.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (Limites explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. Tese (Livre Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009a. Volume 3. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/_pdf/volume1/LD_Volume_1_completo.pdf> Acesso em: 03/12/2012

_____. Desenho societal dos sem terra no Brasil (uma contribuição à “leitura” geográfica do trabalho). **Revista Abra**, Campinas, v.28, n.25, 2001. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>. Acesso em: 10 de março, 2012.

TRABALHADORES da maior fábrica de celulose do mundo cruzam os braços e pedem por democracia e direitos trabalhistas. FETRICOM MS, s/d. Disponível em: <http://www.fetricomms.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=>>. Acesso em: 06/08/2013.

TRÊS LAGOAS recebe visita do presidente mundial da IP. Portal 3lagoas.com.br. Três Lagoas, 3 de ago. 2012. Disponível em: <<http://www.3lagoas.com.br/noticias/tres-lagoas/tres-lagoas-recebe-visita-do-presidente-mundial-da-ip>>. Acesso em: 13/11/2012.

TRÓPIA, P.V. **Força sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TROTSKY, Leon D. **A história da revolução russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

TUMULO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. São Paulo: UNICAMP, 2002.

VASAPOLLO, Luciano. O Trabalho Atípico e a Precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 45-58.